



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

MARIA JANETE DE LIMA

ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:
pensando as formas de permanência de estudantes universitários no contexto da
governamentalidade neoliberal

SÃO CRISTÓVÃO – SE

2022

MARIA JANETE DE LIMA

ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:
pensando as formas de permanência de estudantes universitários no contexto da
governamentalidade neoliberal

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Federal de Sergipe – UFS, como requisito para obtenção
do título de Doutora em Educação.
Orientador: Prof. Dr. Renato Izidoro da Silva.

Área de concentração: História, Sociedade e Pensamento Educacional
Linha de Pesquisa: Educação, Conhecimento e Cultura

SÃO CRISTÓVÃO – SE

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

Maria Janete de Lima

ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:
pensando as formas de permanência de estudantes universitários no contexto da
governamentalidade neoliberal

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe – UFS, como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Renato Izidoro da Silva.

Área de concentração: História, Sociedade e Pensamento Educacional

Linha de Pesquisa: Educação, Conhecimento e Cultura

Banca examinadora

Prof. Dr. Renato Izidoro da Silva – Orientador
(PPGED/UFS)

Profa. Dra. Dinamara Garcia Feldens – Interna ao Programa
(PPGED/UFS)

Profa. Dra. Simone de Lucena Ferreira – Interna ao Programa
(PPGED/UFS)

Prof. Dr. Dorgival Gonçalves Fernandes – Externo ao Programa
(UFCG)

Prof. Dr. José Amiraldo Alves da Silva – Externo ao Programa
(UFCG)

Profa. Dra. Mariana Moreira Neto – Externa ao Programa
(UFCG)

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
CENTRALUNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

L732a Lima, Maria Janete de
Análise das políticas de assistência estudantil : pensando as formas de
permanência de estudantes universitários no contexto da
governamentalidade neoliberal / Maria Janete de Lima ; orientador Renato
Izidoro da Silva. – São Cristóvão, SE, 2022.
197 f.

Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe,
2022.

1. Educação superior. 2. Estudantes - Programas de assistência. 3.
Política pública. 4. Política educacional. 5. Estudantes universitários. I.
Silva, Renato Izidoro da, orient. II. Título.

CDU 37.091.217:378



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



**ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO JULGADORA DA TESE DE DOUTORADO
APRESENTADA POR MARIA JANETE DE LIMA PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE
DOUTORA EM EDUCAÇÃO.**

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e dois, às treze horas, por meio de sistema 'on-line', reuniu-se a Comissão Julgadora da Tese em epígrafe, indicada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, com parecer favorável do Colegiado. A banca foi composta pelos professores doutores Renato Izidoro da Silva (orientador), Dinamara Garcia Feldens, Simone de Lucena Ferreira, da Universidade Federal de Sergipe; José Amiraldo Alves da Silva e Dorgival Gonçalves Fernandes, da Universidade Federal de Campina Grande, e a coorientadora Mariana Moreira Neto, também dessa última instituição, para examinar o trabalho de Maria Janete de Lima, apresentado sob o título **"Análise das Políticas de Assistência Estudantil: pensando as formas de permanência de estudantes universitários no contexto da governamentalidade neoliberal"**. O orientador, assumindo os trabalhos na qualidade de Presidente, passou a palavra à candidata para que ela expusesse sua Tese, informando que a mesma dispunha de vinte minutos para a apresentação; cada examinador dispunha de trinta minutos e a candidata de mais trinta minutos para respostas. Terminada a exposição da doutoranda, a Presidente passou a palavra aos membros da Comissão Julgadora, que iniciaram a arguição na seguinte ordem: Prof. Dr. Dorgival Gonçalves Fernandes; Prof. Dr. José Amiraldo Alves da Silva; Prof.^a Dr.^a Simone de Lucena Ferreira, Prof.^a Dr.^a Dinamara Garcia Feldens, Prof.^a Dr.^a Mariana Moreira Neto e o Prof. Dr. Renato Izidoro da Silva. Terminada a arguição, foi dada a palavra à candidata para que ela, se desejasse, fizesse as observações finais. Os membros da Comissão Julgadora se retiraram da sala para a atribuição das notas. Voltando logo em seguida, o Presidente anunciou que a candidata foi considerada **APROVADA**. O Presidente proclamou a candidata **"Doutora em Educação"**, devendo este resultado ser homologado pela comissão da Coordenação de Pós-Graduação. Em seguida, agradeceu aos membros da Comissão Julgadora. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou esta sessão, cujos trabalhos são objetos desta ata, lavrada por mim, Guilherme Barbosa Biriba, secretário do Programa, da qual assino juntamente com os membros da Comissão Julgadora. Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos", 05 de dezembro de 2022.

Documento assinado digitalmente
gov.br RENATO IZIDORO DA SILVA
Data: 06/12/2022 12:48:55-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

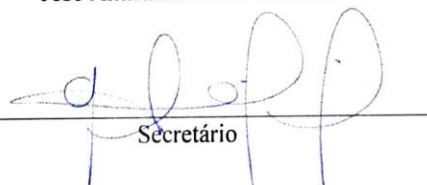
Renato Izidoro da Silva

Documento assinado digitalmente
gov.br SIMONE DE LUCENA FERREIRA
Data: 06/12/2022 14:17:38-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Simone de Lucena Ferreira

Documento assinado digitalmente
gov.br JOSE AMIRALDO ALVES DA SILVA
Data: 12/12/2022 09:42:05-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

José Amiraldo Alves da Silva


Secretário

Documento assinado digitalmente
gov.br DINAMARA GARCIA FELDENS
Data: 08/12/2022 08:36:03-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Dinamara Garcia Feldens

Documento assinado digitalmente
gov.br DORGIVAL GONCALVES FERNANDES
Data: 09/12/2022 19:25:56-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Dorgival Gonçalves Fernandes

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIANA MOREIRA NETO
Data: 12/12/2022 16:08:49-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Mariana Moreira Neto

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer ao “Criador de todas as coisas” ao universo por conspirar para este momento; aos anjos de luz que me cercam, meu anjo da guarda, Irmão Feliciano, a Mãe terra. A todos os meus Ancestrais.

Agradecer ao Prof. Dr. Antônio Fernandes mentor do DINTER UFCG/UFS.

A todos e todas educadores do Programa de Pós-graduação - PPGED/UFS, na pessoa do Prof. Dr. Alfrâncio Ferreira Dias.

A todos e todas companheiros do DINTER CFP/UFCG, Ane, Belijane, Claudia, Elinaldo (Naldinho), Fabiola, Fabione, Romercia, Rosinângela, Rozilene, Yarley, Veruska, vida longa a nós.

Aos estudantes do CFP pela colaboração na pesquisa, sem os quais este trabalho não teria significado. As servidoras técnicas do CAE/CFP e da UFCG pela participação colaborativa, pela acessibilidade dos contatos e informações fornecidas.

Ao meu orientador Prof. Dr. Renato Izidoro da Silva pela presteza, serenidade, acolhimento e dedicação profissional para com as orientações realizadas.

A Profa. Dra. Mariana Moreira Neto pela co-orientação tranquila e acolhedora.

A Profa. Rozilene Lopes de Sousa Coordenadora Administrativa da UAE pela colaboração e companheirismo.

A todos e todas colegas professores da UAE pela convivência fraterna que nos une.

Que cheiro doce da arruda nos embale!!!

Epigrafe

Lá-ia, lá-ia, lá-ia
 Lá-ia, lá-ia, lá-ia
 Lá-ia, lá-ia, lá-ia
 Lá-ia, lá-ia, lá-ia
 Com o cheiro doce da arruda
 Penso em Buda calmo
 Tenso eu busco uma ajuda às vezes me vem o Salmo
 Tira a visão que iluda, é tipo um oftalmo
 E eu, que vejo além de um palmo
 Por mim, 'to Ubuntu, ó, uau
 Se for pra crer num terreno
 Só no que nós 'tá vendo memo
 Resumo do plano é baixo, pequeno e mundano
 Sujo, inferno e veneno
 Frio, inverno e sereno
 Repressão e regressão
 Angústia é eu ter calma e a vida escada
 tento ler almas pra além da pressão
 As voz em declive na mão desse Barrabás
 Onde o milagre jaz
 Só prova a urgência de livros perante o estrago que um sábio faz
 O mestre em dividas ávidas
 Sem noção do que são dádivas
 No tempo onde a única que ainda corre livre aqui são as suas lágrimas
 E eu voltei pra acabar tipo infarto
 Depois fazer renascer, estilo parto
 Eu me refaço, fato, descarto
 De pé no chão, homem comum
 Se a benção vem a mim, reparto
 Invado cela, sala, quarto
 Rodeio o globo, hoje to certo
 De que todo mundo é um
 E tudo, tudo, tudo, tudo que nós tem é nós
 Tudo, tudo, tudo que nós tem é
 Tudo, tudo, tudo que nós tem é nós
 Tudo, tudo, tudo que nós tem é
 Tudo, tudo, tudo, tudo que nós tem é nós
 Tudo, tudo, tudo que nós tem é
 Tudo, tudo, tudo que nós tem é nós
 Tudo, tudo, tudo que nós tem é
 Cale o cansaço, refaça o laço
 Ofereça um abraço quente
 A música é só uma semente
 Um sorriso ainda é a única língua que todos entende
 Cale o cansaço, refaça o laço
 Ofereça um abraço quente
 A música é só uma semente
 Um sorriso ainda é a única língua que todos entende (tio o jeito é ser gentil)

Tipo um girassol, meu olho busca o sol
 Mano, crer que o ódio é solução
 É ser sommelier de anzol
 Barco a deriva sem farol
 Nem sinal de aurora boreal
 Minha voz corta a noite igual um rouxinol no foco de pôr o amor no hall
 Tudo que bate é tambor
 Todo tambor vem de lá
 Se o coração é o senhor, tudo é África
 Pois em prática, essa tática, matemática falou
 Enquanto a terra não for livre, eu também não sou
 Enquanto essa história de quem tá por vir, eu vou
 Jantar com as menina enquanto germina o amor
 É empírico, e onírico, meio pírico, meu espírito
 Quer que eu tire de tua dor
 Quer mil volta descarga de tanta luta
 Adaga que rasga com força bruta
 Deus, por que a vida é tão amarga?
 Na terra que é casa da cana-de-açúcar
 E essa sobrecarga fruto gueto
 Embarga e assusta seu suspeito
 Recarga que é igual a Jesus
 No caminho da luz, todo mundo é preto
 'Simbora que o tempo é rei
 Vive agora não há depois
 Ser tempo da paz como um cais que vigora nos maus lençóis
 É um dois um dois conjunto playboy como monge sois
 Fonte como sóis, num front sem bois, forte como nós
 Lembra a rua é nós
 Tudo, tudo, tudo, tudo que nós tem é nós
 Tudo, tudo, absolutamente tudo que nós tem é
 Tudo que nós tem é isso, uns ao outro
 Tudo o que nós tem é uns ao outro, tudo
 Vejo a vida passar num instante
 Será tempo o bastante que tenho pra viver?
 Não sei, não posso saber
 Quem segura o dia de amanhã na mão?
 Não há quem possa acrescentar um milímetro a cada estação
 Então, será tudo em vão? Banal? Sem razão?
 Seria, sim seria, se não fosse o amor
 O amor cuida com carinho
 Respira o outro, cria o elo
 O vínculo de todas as cores
 Dizem que o amor é amarelo
 É certo na incerteza
 Socorro no meio da correnteza
 Tão simples como um grão de areia
 Confunde os poderosos a cada momento
 Amor é decisão, atitude
 Muito mais que sentimento

Alento, fogueira, amanhecer
O amor perdoa o imperdoável
Resgata a dignidade do ser
É espiritual
Tão carnal quanto angelical
Não tá no dogma ou preso numa religião
É tão antigo quanto a eternidade
Amor é espiritualidade
Latente, potente, preto, poesia
Um ombro na noite quieta
Um colo pra começar o dia
Filho, abrace sua mãe
Pai, perdoe seu filho
Paz, é reparação
Fruto de paz
Paz não se constrói com tiro
Mas eu miro, de frente
A minha fragilidade
Eu não tenho a bolha da proteção
Queria eu guardar tudo que amo
No castelo da minha imaginação
Mas eu vejo a vida passar num instante
Será tempo o bastante que tenho pra viver?
Eu não sei, eu não posso saber
Mas enquanto houver amor, eu mudarei o curso da vida
Farei um altar pra comunhão
Nele, eu serei um com o mundo até ver
O ponto da emancipação
Porque eu descobri o segredo que me faz humano
Já não está mais perdido o elo
O amor é o segredo de tudo
E eu pinto tudo em amarelo

Emicida, Principia, 2019.

LIMA, Maria Janete de. **Análise das Políticas de Assistência Estudantil**: pensando as formas de permanência de estudantes universitários no contexto da governamentalidade neoliberal. 197 f. Tese (Doutorado em Educação). – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

RESUMO

Esta tese estuda a governamentalidade neoliberal das Políticas de Assistência Estudantil na Universidade Pública, através de dois programas de Assistência ao Estudante que atuam frente ao acesso, à permanência e à formação que são: a Residência Universitária e o Programa de Auxílio ao Ensino de Graduação (PAEG), ambos do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). No tocante às questões norteadoras da pesquisa, busco compreender as políticas de assistência estudantil nos cursos de licenciatura e a governamentalidade neoliberal no Brasil contemporâneo quanto à permanência no ensino universitário? Como as políticas de assistência estudantil tem promovido a permanência qualificada dos estudantes no CFP para além da governamentalidade neoliberal? Tem como objetivo geral analisar os programas de assistência estudantil enquanto políticas da governamentalidade neoliberal e a construção da permanência qualificada dos estudantes no ensino universitário considerando, os discursos da “assistência” e da “permanência”; e como objetivos específicos: a) Compreender os mecanismos de acesso e permanência dos estudantes nos programas Residência Universitária e PAEG no CFP, contextualizando o exercício do biopoder; b) Conhecer as ações efetivadas nos programas, considerando a permanência dos estudantes no CFP/UFCG do ponto de vista dos estudantes e sua relação com a formação; c) Compreender a visão dos estudantes beneficiados sobre as políticas de assistência estudantil, quanto ao exercício da biopolítica e biopoder; d) Identificar os mecanismos de permanência dos estudantes no tocante às práticas de controle desenvolvidas pela instituição. A fundamentação teórica tem foco nos conceitos de governamentalidade neoliberal, biopolítica e biopoder para compreender o objeto de estudo numa articulação entre o pensamento dos autores, no contexto das políticas sociais de assistência estudantil, enquanto políticas públicas. A perspectiva teórico-metodológica da análise dos dados da pesquisa se fez por meio da análise do discurso foucaultiano, tendo como categorias basais: o sujeito, o enunciado, o dispositivo e o discurso. Como técnica de coleta de dados temos as entrevistas semiestruturadas aos estudantes do PAEG, da Residência Universitária, das técnicas da Coordenação de Apoio Estudantil-CAE e da representante da Pró-reitoria de Assuntos Comunitários-PRAC/UFCG assim como utilizamos a análise de documentos. Quando a permanência dos estudantes nas políticas de assistência podemos observar o predomínio da governamentalidade neoliberal brasileira que a cada dia se refaz, se reestrutura por meio de discursos e ações, assim se faz a retórica do controle que constrói a realidade social brasileira; observando também as formas de resistências, seja dos estudantes, seja dos órgãos de classe como o FONAPRACE, ANDIFES e de gestores comprometidos com a Assistência Estudantil. Os micropoderes e micro dispositivos da governamentalidade se apresentam nos discursos durante a pesquisa, tanto por parte dos estudantes como por parte da gestão; considerando os discursos como prementes nas relações sociais e como linguagem formada por atravessamento. De modo singular para os estudantes, os discursos são construídos no sentido de estabelecer relações de poder-saber como possibilidades de transformação desses sujeitos por meio das políticas de assistência estudantil. **Palavras-chave:** Governamentalidade. Assistência Estudantil. Universidade. Permanência.

LIMA, Maria Janete de. Analysis of Student Assistance Policies: thinking about ways university students stay beyond neoliberal governmentality. 197 f. Thesis (Doctorate in Education). – Graduate Program in Education, Federal University of Sergipe, São Cristóvão, 2022.

ABSTRACT

This thesis studies the neoliberal governmentality of Student Assistance Policies at the Public University, through two Student Assistance programs that act in the face of access, permanence and training, which are: the University Residence and the Undergraduate Teaching Assistance Program (PAEG), both from the Teacher Training Center (CFP), at the Federal University of Campina Grande (UFCG). With regard to the research's guiding questions, do I seek to understand student assistance policies in undergraduate courses and neoliberal governmentality in contemporary Brazil regarding permanence in university education? How have student assistance policies promoted the qualified permanence of students in the CFP beyond neoliberal governmentality? Its general objective is to analyze student assistance programs as policies of neoliberal governmentality and the construction of the qualified permanence of students in university education, considering the discourses of “assistance” and “permanence”; and as specific objectives: a) Understand the mechanisms of access and permanence of students in the University Residence and PAEG programs at CFP, contextualizing the exercise of biopower; b) Knowing the actions carried out in the programs, considering the permanence of students in the CFP/UFCG from the students' point of view and their relationship with training; c) Understand the vision of beneficiary students on student assistance policies, regarding the exercise of biopolitics and biopower; d) Identify the mechanisms for keeping students in relation to the control practices developed by the institution. The theoretical foundation focuses on the concepts of neoliberal governmentality, biopolitics and biopower to understand the object of study in an articulation between the authors' thinking, in the context of social policies of student assistance, as public policies. The theoretical-methodological perspective of the analysis of the research data was carried out through the analysis of the Foucaultian discourse, having as basic categories: the subject, the utterance, the device and the discourse. As a data collection technique, we have semi-structured interviews with students from the PAEG, the University Residence, the techniques of the Student Support Coordination-CAE and the representative of the Pro-Rectorate of Community Affairs-PRAC/UFCG, as well as using document analysis. When students remain in assistance policies, we can observe the predominance of Brazilian neoliberal governmentality, which is remade every day, restructured through speeches and actions, thus creating the rhetoric of control that builds the Brazilian social reality; also observing the forms of resistance, whether from students, or from class bodies such as FONAPRACE, ANDIFES and managers committed to Student Assistance. The micropowers and micro devices of governmentality are presented in the discourses during the research, both by the students and by the management; considering discourses as pressing in social relations and as a language formed by crossing. In a unique way for the students, the discourses are constructed in the sense of establishing power-knowledge relationships as possibilities for the transformation of these subjects through student assistance policies.

Keywords: Governmentality. Student Assistance. University. Permanence.

LIMA, María Janete de. Análisis de las Políticas de Atención Estudiantil: pensando en las formas de permanencia de los universitarios más allá de la gubernamentalidad neoliberal. 197 ss. Tesis (Doctorado en Educación). – Programa de Posgrado en Educación, Universidad Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

RESUMEN

Esta tesis estudia la gubernamentalidad neoliberal de las Políticas de Atención al Estudiante en la Universidad Pública, a través de dos programas de Atención al Estudiante que actúan de cara al acceso, la permanencia y la formación, que son: la Residencia Universitaria y el Programa de Atención a la Docencia de Pregrado (PAEG), ambos del Centro de Formación de Profesores (CFP), de la Universidad Federal de Campina Grande (UFCG). Con respecto a las preguntas orientadoras de la investigación, ¿busco comprender las políticas de asistencia a los estudiantes en los cursos de graduación y la gubernamentalidad neoliberal en el Brasil contemporáneo con respecto a la permanencia en la educación universitaria? ¿Cómo han promovido las políticas de atención al estudiante la permanencia calificada de los estudiantes en el CFP más allá de la gubernamentalidad neoliberal? Tiene como objetivo general analizar los programas de asistencia estudiantil como políticas de la gubernamentalidad neoliberal y la construcción de la permanencia calificada de los estudiantes en la educación universitaria, considerando los discursos de “asistencia” y “permanencia”; y como objetivos específicos: a) Comprender los mecanismos de acceso y permanencia de los estudiantes en los programas de Residencia Universitaria y PAEG en el CFP, contextualizando el ejercicio del biopoder; b) Conocer las acciones realizadas en los programas, considerando la permanencia de los estudiantes en el CFP/UFCG desde el punto de vista de los estudiantes y su relación con la formación; c) Comprender la visión de los estudiantes beneficiarios sobre las políticas de atención estudiantil, en cuanto al ejercicio de la biopolítica y el biopoder; d) Identificar los mecanismos de permanencia de los estudiantes respecto de las prácticas de control que desarrolla la institución. La fundamentación teórica se centra en los conceptos de gubernamentalidad neoliberal, biopolítica y biopoder para comprender el objeto de estudio en una articulación entre el pensamiento de los autores, en el contexto de las políticas sociales de atención estudiantil, como políticas públicas. La perspectiva teórico-metodológica del análisis de los datos de la investigación se realizó a través del análisis del discurso foucaultiano, teniendo como categorías básicas: el sujeto, el enunciado, el dispositivo y el discurso. Como técnica de recolección de datos, contamos con entrevistas semiestructuradas con estudiantes del PAEG, la Residencia Universitaria, los técnicos de la Coordinación de Atención al Estudiante-CAE y el representante de la Prorectoría de Asuntos Comunitarios-PRAC/UFCG, así como utilizando el análisis de documentos. Cuando los estudiantes permanecen en las políticas asistenciales, podemos observar el predominio de la gubernamentalidad neoliberal brasileña, que se rehace todos los días, se reestructura a través de discursos y acciones, creando así la retórica de control que construye la realidad social brasileña; observando también las formas de resistencia, ya sea de los estudiantes, o de los organismos de clase como FONAPRACE, ANDIFES y directivos comprometidos con la Atención Estudiantil. Los micropoderes y microdispositivos de gubernamentalidad se presentan en los discursos durante la investigación, tanto de los estudiantes como de la dirección; considerando los discursos como apremiantes en las relaciones sociales y como un lenguaje formado por cruce. De manera singular para los estudiantes, los discursos se construyen en el sentido de establecer relaciones de poder-saber como posibilidades de transformación de estos sujetos a través de políticas de atención al estudiante.

Palabras clave: Gubernamentalidad. Asistencia Estudiantil. Universidad. Permanencia.

Lista de Abreviaturas e Siglas

- ANDES** - Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
- ANFOPE** - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
- ANDIFES** - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
- APAA** - Associação de Pais e Mães de Crianças Autistas de Cajazeiras
- CAE** - Coordenação de Apoio Estudantil
- CAPsI** - Centro de Atendimento Psicossocial Infantil
- CFP** - Centro de Formação de Professores
- CUSM** - Centro Universitário Santa Maria
- FASP** - Faculdade São Francisco da Paraíba
- FCP** - Faculdade Católica da Paraíba
- IES** - Instituições de Educação Superior
- IFPB** - Instituto Federal de Educação da Paraíba
- INEP** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- PAEG** - Programa de Auxílio ao Ensino de Graduação
- PIBID** - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
- PNAES** - Programa Nacional de Assistência Estudantil
- PNE** - Plano Nacional de Educação
- PBP** - Programa de Bolsa Permanência
- REUNI** - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
- RP** - Residência Pedagógica
- SISU** - Sistema de Seleção Unificada
- UAB** - Universidade Aberta do Brasil
- UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Lista de Quadros

Quadro 01 Números de estudantes de 2013 a 2020 que se beneficiam de políticas de Assistência Estudantil.....	37
Quadro 02 Apresentação do número de estudantes ingressantes, professores e estudantes graduados nos anos de 2010 e 2020.....	39.
Quadro 03 Apresentação do número de estudantes nas políticas de Assistência Estudantil. Por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), Lei 12.711/2012.....	40
Quadro 04 Áreas Estratégicas definidas no Plano Nacional de Assistência Estudantil em sua primeira versão no ano de 2007 elaborado pela coordenação do FONAPRACE.....	53
Quadro 05 Atividades e ações identificadas pelo FONAPRACE por meio de consulta as Instituições Federais de Ensino Universitário com as respostas de 44 instituições. (2020).....	58
Quadro 06 Pagamentos realizados entre 2020 e 2022 com auxílio estudantil pela PRAC/UFCG.....	61
Quadro 07 Experiências desenvolvidas de atividades de extensão realizadas no contexto da pandemia com todos os estudantes da instituição, sede e campus do interior do estado.....	62

Lista de Figuras

Figura 01 Fluxograma do macroprocesso do PNAES.....	54.
Figura 02 Perfil dos (as) estudantes que participam da assistência estudantil – 2018.....	57

Lista de Gráficos

Gráfico 01 Aplicação dos Recursos.....	55
Gráfico 02 Avaliações de resultados.....	56

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
2 ESCRREVENDO SOBRE O CONTEXTO DA PESQUISA E REVELANDO A CONSTRUÇÃO DA TESE.....	23
2.1. Sobre a importância de pesquisar as políticas de assistência pelo olhar de educadora.....	33
2.2. De onde parto para realizar a tese e com quem falo para dar voz a esses sujeitos.....	36
2.3. O processo metodológico da investigação, dos sujeitos aos instrumentos de coleta de dados.....	41
3. UMA ABORDAGEM DOCUMENTAL CONTEXTUALIZADA SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPOS DE GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL.....	51
4. UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS SOCIAIS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DA GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL E AS ALTERNATIVAS DE PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NA UNIVERSIDADE.....	64
4.1. A Ordem do discurso e o poder-saber na construção e efetivação das políticas de assistência	93
5. ESCAVAR OS DISCURSOS E CONSTRUIR POSSIBILIDADES ANALÍTICAS DE COMPREENSÃO DOS PROGRAMAS RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA E PROGRAMA AUXÍLIO AO ESTUDANTE DE GRADUAÇÃO/PAEG.....	97
5.1 Trajetórias na residência universitária: um processo de apropriação da vida acadêmica.....	98
5.1.1 Primeiro bloco de questões: Fale sobre como tem sido sua permanência no CFP e no curso que frequenta; as formas e o contexto em que têm sido desenvolvida essa permanência. O que você sabia sobre políticas de acesso e permanência na universidade. E ainda sobre a legislação do programa Residência Universitária. Como se sente ao ser beneficiado pelo referido programa.....	98
5.1.2. Bloco de perguntas sobre: Como é feito o acompanhamento ao programa do qual participa. Descreva sua relação com os colegas do programa, com os professores do curso, com os funcionários e gestores do CFP.....	107
5.1.3. Bloco de perguntas: Quais as contribuições do referido programa para sua formação e para a vida acadêmica. Como você define a sua permanência na universidade. Destaque de que elemento você precisaria para permanecer na universidade.....	119

5.1.4 Bloco de perguntas que engloba todas as anteriores, porém, permite ao entrevistado uma reflexão sobre elementos que passaram despercebidos, de forma a propor a lembrança e assim poderem retomar às análises sobre a permanência na residência universitária de uma forma ideal.....	122
5.2 Os relatos de uma política de permanência: como as estudantes anunciam o programa PAEG.....	127
5.3 A trajetória da institucionalização das políticas de assistência: a governamentalidade neoliberal como um discurso.....	140
5.4 Alguns aspectos acerca da análise das entrevistas.....	155
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	160
REFERÊNCIAS.....	166
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	173
APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS ESTUDANTES.....	175
APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS PROFISSIONAIS DO CAE/CFP E DA PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS.....	176
ANEXO A - EDITAL UFCG/PRAC/CAE Nº. 001/2022.....	177

1 INTRODUÇÃO

Observando o contexto das políticas educacionais, no ensino universitário, estou aqui trilhando o caminho que me leva ao objeto de estudo, ou seja, à governamentalidade neoliberal das Políticas Educacionais e de Assistência Estudantil na Universidade Pública. Como campo empírico de estudo, elegi dois programas de Assistência ao Estudante que atuam frente ao acesso, à permanência e à formação. *A Residência Universitária e o Programa de Auxílio ao Ensino de Graduação (PAEG), ambos do Centro de Formação de Professores (CFP)*,¹ Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)².

Quanto às questões norteadoras da pesquisa, tenho: Como compreender as políticas de assistência estudantil nos cursos de licenciatura e a governamentalidade neoliberal no Brasil contemporâneo quanto à permanência no ensino universitário? Como as políticas de assistência estudantil têm promovido a permanência qualificada dos estudantes no CFP para além da governamentalidade neoliberal? Meu horizonte implica, portanto, um contexto ampliado de busca de conhecimento para além das certezas postas nos documentos oficiais, o que exige analisá-los e compreendê-los historicamente e em movimento na realidade contemporânea, marcada por debates e dilemas sociais, políticos e econômicos.

Buscando responder a esses questionamentos, o **objetivo geral** da pesquisa consiste em analisar os programas de assistência estudantil enquanto políticas da governamentalidade neoliberal e a construção da permanência qualificada dos estudantes no ensino universitário considerando os discursos da “assistência” e da “permanência”.

Reis e Tenorio (2009 p 04) “A permanência expressa em geral, o tempo como o correlativo constante de toda existência de fenômenos, de toda mudança e de toda simultaneidade”. Sobre a permanência na universidade os autores se permitem pensar “enquanto um continuum através dos tempos e que determina a perpetuação do fenômeno”. No caso de pensar as políticas da residência universitária e PAEG a definição de permanência, “como o ato de continuar que permita não só a constância do indivíduo no espaço físico, mas também a possibilidade de existência com seus pares” amplia a visão de permanência como

¹ Centro de Formação de Professores criado pela Resolução nº 62/79 do Conselho Universitário da UFPB inaugurado no dia 03 de fevereiro de 1980.

² A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) é uma instituição pública federal de Educação Superior, com sua sede na cidade de Campina Grande, no estado da Paraíba. Foi criada a partir da Lei nº 10.419, de 9 de abril de 2002, a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e é formada por seis *Campi*, além da sede, que estão localizados nas cidades de Cuité, Sumé, Patos, Pombal, Sousa e Cajazeiras.

continuação, resistência dentro de um contexto simbólico de pertencimento. O “conceito de permanência possui uma relação direta com a coexistência dos indivíduos em primeiro lugar e sua existência em segundo” (p 05).

Como **objetivos específicos** foram elencadas as seguintes proposições:

- a) Compreender os mecanismos de acesso e permanência dos estudantes nos programas Residência Universitária e PAEG no CFP contextualizando o exercício do biopoder;
- b) Conhecer as ações efetivadas nos programas, considerando a permanência dos estudantes no CFP/UFCG do ponto de vista dos estudantes e sua relação com a formação;
- c) Compreender a visão dos estudantes beneficiados sobre as políticas de assistência estudantil, quanto ao exercício da biopolítica e biopoder;
- d) Identificar os mecanismos de permanência dos estudantes no tocante às práticas de controle desenvolvidas pela instituição.

Para a fundamentação teórica da tese, tenho como norte, o conceito de governamentalidade compreendido, segundo o pensamento de Foucault (2008) na obra “Segurança, Território e População”, aula de 1º de fevereiro de 1978 a qual trata do governo como conjunto de forças vinculadas e formas de saber cuja forma dominante é a economia política. A população é vista como origem e produto maximizada pelo governo e dominada pelas técnicas de racionalização. A governamentalidade é a possibilidade de naturalização dos processos de burocratização do estado, numa estatização da sociedade. O estado só precisa atuar na busca da liberdade entendida como gestão racional, garantindo o jogo da economia e da política. Assim, quando as ações da sociedade civil não têm efetividade, os sujeitos recorrem ao estado para legitimar suas causas e ações.

Com relação à organização, esta pesquisa apresenta a seguinte estrutura: o primeiro a introdução que trata de apresentar o objeto, objetivos e questões norteadoras da pesquisa da pesquisa, assim como o percurso teórico-metodológico. Na seção 2, Escrevendo sobre o contexto de pesquisa e revelando a construção da tese desenvolvo reflexões sobre a universidade sua trajetória historicamente constituída, a legislação brasileira desde a Constituição Federal de 1988, aspectos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 9394/96, o Plano Nacional de Educação com vistas a apresentar o Plano Nacional de Assistência Estudantil-PNAES, considerando a governamentalidade neoliberal das Políticas Educacionais e de Assistência Estudantil na Universidade Pública corporificado nos dois programas do PNAES 7234/2010 que são o PAEG e a Residência Universitária. As questões norteadoras, o objetivo geral e os específicos.

Na subseção 2.1 Sobre a importância de pesquisar as políticas de assistência pelo olhar de educadora, apresento a justificativa do estudo e percurso seguido, profissionalmente, por esta pesquisadora/professora, com foco na relevância histórica e política de assistência estudantil. Na subseção 2.2 De onde parto para realizar a tese e com quem falo para dar voz a esses sujeitos apresento alguns dados sobre o Centro de Formação de Professores e as políticas de assistência estudantil. Na subseção 2.3 Uma introdução sobre o percurso metodológico da investigação, dos sujeitos aos instrumentos de coleta de dados, apresento as questões de metodologia e instrumentos para a coleta de dados e análise dos dados da pesquisa.

Na seção 3: Uma abordagem documental contextualizada sobre a assistência estudantil em tempos de governamentalidade neoliberal, apresento uma abordagem documental contextualizada sobre a assistência estudantil em tempos de governamentalidade neoliberal no sentido de contextualizar, historicamente, como têm se desenvolvido as políticas de assistência, considerando os documentos produzidos sobre o acompanhamento das ações e propostas definidas no Decreto do PNAES. Sabendo que ao longo dos 12 anos de vigência do mesmo existem formas e grupos referenciados que se mantêm alerta sobre a aplicação dos recursos destinados aos estudantes das escolas públicas, de grupos sociais historicamente desfavorecidos que conseguem adentrar às universidades públicas brasileira.

Na seção 4: Uma análise das políticas sociais de assistência estudantil no contexto da governamentalidade neoliberal e as alternativas de permanência dos estudantes na universidade desenvolvo a fundamentação teórica com foco nos conceitos de governamentalidade neoliberal, biopolítica e biopoder para compreender o objeto de estudo numa articulação entre o pensamento dos autores no contexto das políticas sociais de assistência estudantil, enquanto políticas públicas. Nessa relação entre políticas de assistência estudantil, a universidade pública e os desafios frente à governamentalidade neoliberal do estado brasileiro. Nesta seção são abordados conceitos, definições e fundamentações originadas de campos como a sociologia, a filosofia e educação. Ao analisar os documentos busco aproximar os conceitos das ações dos programas estudados em relação a governamentalidade neoliberal. De modo semelhante, apresento discussões sobre acesso e permanência os conceitos e elaboração dos programas e projetos desenvolvidos para assistência dos estudantes na universidade por meio do programa PNAES em sua especificidade o PAEG e a Residência Universitária e as contribuições destes para permanência orgânica dos estudantes do CFP.

As bases teóricas e conceituais para abordar essa conjuntura tem como centralidade a governamentalidade segundo Foucault (1988, 2005, 2008). Para auxiliar a compreensão desse conceito tratamos o biopoder e a biopolítica, conforme o mesmo autor. Isso significa que as

reflexões de Foucault serão assimiladas ou transformadas para o contexto brasileiro a partir de diversos autores, sem perder de vista a geopolítica latino-americana.

Na seção 5: Escavar os discursos e construir possibilidades analíticas de compreensão dos programas residência universitária e programa auxílio ao estudante de graduação/PAEG faço a análise dos discursos obtidos por meio das entrevistas semiestruturadas aos estudantes do PAEG, da Residência Universitária, das técnicas da Coordenação de Apoio Estudantil-CAE³ e da representante da Pró reitoria de Assuntos Comunitários-PRAC/UFCG. Nas subseções 5.1 Trajetórias na residência universitária: um processo de apropriação da vida acadêmica. 5.2 Os relatos de uma política de permanência: como as estudantes anunciam o programa PAEG. 5.3 A trajetória da institucionalização das políticas de assistência: a governamentalidade neoliberal como um discurso, apresento as análises dos discursos contextualizando as categorias foucaultiana. 5.4 Alguns aspectos sintéticos acerca da análise das entrevistas.

Por fim, teço as considerações a fim de perceber as relações entre objetivos propostos. Doravante elaboro alguns aspectos conclusivos e outros inconclusivos do trabalho, mediante uma leitura crítica e reflexiva do texto completo da tese, ainda no viés de pesquisa aberta e qualitativa que se interessa pela construção de saberes na ética da abertura (e não fechamento) epistemológico.

³ A Coordenação de Apoio Estudantil – CAE – administra as Residências Universitárias, os Restaurantes Universitários, o Setor de Esportes Acadêmicos e as Ações de Promoção Estudantil no âmbito da UFCG. A manutenção de políticas que buscam criar condições objetivas de permanência do estudante de baixa renda familiar na Universidade com o objetivo de evitar uma das principais causas responsáveis pela evasão escolar e a repetência, que são, comprovadamente, a falta de condições financeiras para custear suas despesas básicas durante o período de vida acadêmica. Para que esse estudante possa se desenvolver plenamente é necessário associar à qualidade do ensino ministrado, uma política efetiva de assistência na forma de alojamento, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer, dentre outras condições. O apoio financeiro visa assegurar a continuidade dos programas de assistência desenvolvida pela UFCG desde a sua criação, oferecendo alimentação (média de 4.356 refeições/dia), alojamento em residências universitárias (589 residentes beneficiados) distribuídos nos campi de Campina Grande, Patos, Sousa, Cajazeiras, Cuité, Pombal e Sumé, e ainda, assistência a saúde e esporte. As ações são direcionadas ao estudante de graduação oriundo das classes populares, preferencialmente aos procedentes de diversas localidades deste e de outros estados. Fonte: <https://www.prac.ufcg.edu.br/coordenacao-de-apoio-estudantil-cae>

2 Escrevendo sobre o contexto de pesquisa e revelando a construção da tese

Então, quando o senhor vem e fala a pronúncia “educação”, na sua educação tem disso. Quando o senhor fala a palavra conforme eu sei pronunciar também, ela vem misturada no pensamento com isso tudo; recursos que no seu mundo tem. Quando eu falo o pensamento vem dum outro mundo. Um que pode até ser vizinho do seu, vizinho assim, de confrontante, mas não é o mesmo. A escolinha cai-não-cai ali num canto da roça, a professorinha dali mesmo, os recursos tudo como é o resto da regra de pobre. Estudo? Um ano, dois, nem três. Comigo não foi nem três. Então eu digo “educação” e penso “enxada”, o que foi pra mim.
(BRANDÃO, Carlos R. 1984. p. 7-10)

A citação aparece pelo entendimento da sociedade brasileira e suas particularidades e convenções, em especial no contexto educacional com modelos de escola, um para os menos favorecidos e outro para os que podem pagar, é um sentimento e compreensão da sociedade duplicada, obtusa, que separa os sujeitos dando origem à necessidade de políticas de assistência em educação, de modo que para as pessoas que vivem à margem dos direitos sociais estabelecidos pela Constituição de 1988, esses dois planos de sociedade e de educação podem produzir aspectos danosos. Assim, apresento esse contexto geral, numa reflexão particular sobre as transformações do nível universitário, sobretudo, na segunda metade do século XX, cuja expansão tem sido reivindicada e ampliada, tanto em números de cursos e na criação de outros, na criação de campus⁴, nas formas de ingresso por meio de políticas identitárias e, de modo mais lento, na abertura de vagas de trabalho para profissionais e pesquisadores universitários. Apresento a contextualização histórica do ensino universitário, em especial o papel da universidade no cenário do desenvolvimento social, econômico, político e cultural, cada vez mais atrelado ao eixo do desenvolvimento técnico-científico dos conhecimentos teórico-práticos que valorizam como fim à economia de mercado.

Ao falar das forças que movem as mudanças em educação considero as políticas educacionais, em especial, o modelo das políticas afirmativas⁵. Dentro desse movimento, no

⁴ A interiorização da Educação Superior está relacionada ao desenvolvimento regional, essas instituições tem efeitos satisfatórios na dinâmica do território no qual estão localizadas. Entre locais atingidos estão o setor econômico, na geração do emprego e da renda, na diminuição do fluxo migratório, e ainda no desenvolvimento de tecnologia e na difusão do conhecimento, que refletiram na qualidade de vida das comunidades (DANTAS; CLEMENTINO, 2013).

⁵ Ações afirmativas são políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero, de classe ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural. No debate público e acadêmico, a ação afirmativa com frequência assume um significado mais restrito, sendo entendida como uma política cujo objetivo é assegurar o acesso a posições sociais importantes a membros de grupos que, na ausência dessa medida, permaneceriam excluídos. Nesse sentido, seu principal objetivo seria combater

contexto da globalização, existe a compreensão da formação e da qualificação profissional dos cidadãos como importantes para a geração de bens materiais e imateriais, da qual dependem, de modo geral, os processos de bem-estar social e de qualidade de vida de um país, assim como depende o desenvolvimento econômico no contexto neoliberal, especialmente quando se trata do valor do conhecimento e do trabalho intelectual, também chamado de imaterial. Certamente, atrevo-me a afirmar as bases econômicas materiais relativas às complexas teorias do valor, dependem significativamente do conhecimento técnico, tecnológico e científico e estes conhecimentos, no Brasil, têm sua proeminência na universidade pública e nos processos de formação técnica e tecnológica, em nível médio, no âmbito de institutos de ensino público (GUEDES et al., 2014, p. 184).

Tema esse, controverso, sobre que me valho do estudo de Gorz (2005) para contextualizar a relação do trabalho imaterial, destacado na sociedade contemporânea, que intensifica a relação “capital humano e capital conhecimento” no contexto em que a velocidade do desenvolvimento econômico e cultural (civilizatório, em termos de progresso) depende da velocidade do progresso da ciência e da tecnologia, que passam a ser os determinantes do que se conhecia como “processo de trabalho” e sua valoração monetária e financeira, baseada em teorias do esforço físico, em relação à carga horária e, esses dois, relacionados ao nível e especializações técnicos dos trabalhadores inseridos em suas funções. Segundo Brüseke (2002, *apud* GUEDES et al., 2014, p. 184), às vezes dessa concepção pode ser conceituada como “modernidade técnica”, no sentido da ênfase naquilo “[...] que de fato se generaliza nas sociedades complexas atuais: a técnica e a racionalização instrumental”.

Segundo Guedes et al., 2014, p. 185), a “modernidade técnica” motivou esforços (uma verdadeira corrida ou concorrência) para produções classificadas como “invenções”, destacando o caráter criativo e pragmático da ciência. Contemporaneamente, a autora explica que as invenções devem se desenvolver no campo das inovações; podendo ser definidas como as inovações encontram fluxos de circulação nas dinâmicas das economias de mercado. A universidade e a formação, pensados através dos níveis de exigência cada vez mais globalizados do mercado ligado à produção de bens, têm exigido não apenas a geração de conhecimento novo e rapidamente aplicável, mas principalmente, o enfrentamento dos desafios e obstáculos políticos, econômicos, sociais e culturais, em torno da gestão, da produção e da socialização pedagógica das inovações técnicas e científicas, sem perder de vista os processos de circulação

massificada das inovações, mediante outros mecanismos informacionais e comunicacionais sustentados pelas máquinas, dispositivos, recursos e ambientes digitais.

Gorz (2005) destaca que a sociedade se encaminha para a construção de uma civilização pós-humana, em que a supervalorização da técnica e da tecnologia são mais importantes porque se vinculam ao viés da economia política. O ensino universitário adquire uma crescente importância tanto na assimilação quanto na promoção dessas mudanças associadas à resolução de problemas despertados pela diversidade social, educacional e econômica gerada por esses mesmos ciclos de produção e de consumo da sociedade estruturada e organiza em classes econômicas. Trata-se da sociedade da informação como resultado de conhecimentos formalizados; contrária à “[...] sociedade do saber [que] seria uma sociedade da cultura como lavoura de sentidos sociais” (GORZ, 2005, p. 77).

Considerando o fortalecimento econômico e político dos países voltados para o comércio internacional, a universidade, seguindo sua tríade ciência, técnica e tecnologia, e seu tripé de sustentação ensino, pesquisa e extensão, também passou a se responsabilizar pela promoção e consolidação da cidadania em países em desenvolvimento como o Brasil. Sabemos o quão frágil é esse tema no país, pois as desigualdades sociais, econômicas e políticas têm historicamente, fundamentado e motivado o pressuposto cidadão de habitantes dos países republicanos e democráticos. Embora a cidadania seja, em tese, um direito inalienável ou algumas vezes funcione como um discurso que se legitima como verdade que sustenta e corrobora uma realidade, em países como o Brasil, por exemplo, trata-se de um processo de construção e luta em que a formação em nível universitário, o ingresso em algum grupo profissional, significa a garantia de algumas condições básicas para o reconhecimento e exercício da cidadania; principalmente quando, no neoliberalismo, confunde-se com o poder de compra de bens e serviços, em que são incluídos a saúde, a educação e a habitação; por exemplo.

A apropriação do conhecimento científico, desenvolvida pela educação escolarizada, transformou-se, na modernização dos países em desenvolvimento durante o século XX, um modo de conquistar a cidadania; ao passo que a promessa de uma modernidade republicana e democrática estabelece o conhecimento e a educação como direitos inalienáveis de todo ser humano, necessariamente, cidadão de alguma nação ou povo. Assim, a lógica está invertida, ou seja, no lugar da cidadania ser uma condição para ter garantido o direito ao conhecimento acadêmico pela educação, esses últimos se tornarão a condição para acessar ou exercer a cidadania de maneira mais ampla acerca de outros componentes da vida cidadã, como a saúde, a habitação e o trabalho.

Nesse contexto, a universidade passou a constituir um tema de interesse, no que diz respeito à questão de acesso ou ascensão à condição cidadã. Isso significa que o Estado e a sociedade não consideram seus habitantes cidadãos *a priori*, mas investem na educação e na formação intelectual de modo que cada um, possa almejar sua cidadania nos diversos espaços sociais; como por exemplo, o mundo do trabalho e o mundo do lazer. O conhecimento científico e os processos de educação, portanto, que deveriam fazer parte da vida como um aspecto “natural” e indiscutível, no entanto, esse conhecimento formalizado, é identificado como política pública e economia política que necessita atender a prioridades e estratégias de desenvolvimento de grupos populacionais, comunidades e países, especialmente os vulneráveis.

Independentemente de suas estruturas e formas de vida societária, esse binômio conhecimento-formalizado e educação-escolarizada se desenvolve conforme inúmeras outras assimetrias ou interseccionalidades. Ou seja, além de não ser um *a priori* da cidadania, as políticas públicas são forçadas a verificar na sociedade níveis diferentes de cidadania dentre aqueles já alijados dessa condição. Posso inferir que existem, ainda, níveis de cidadanias relativos a populações que esperam ascender no campo dos direitos democráticos e republicanos, por meio de um curso universitário, ou seja, grupos específicos das chamadas minorias, com suas diferenças como etnia, raça, gênero, condições psicológicas e físicas; populações em permanente construção e formação que se desenhavam ao sabor das conjunturas, dos contextos, das relações de poder e saber bem aos moldes do pensamento foucaultiano.

A expressão “educações inclusivas” foi incorporada à linguagem institucional para abordar os processos pedagógicos e administrativos voltados às minorias, há séculos radicalmente excluídas pelo colonialismo e imperialismo, sejam comunistas (Leste Europeu) ou capitalistas (América Latina), já que o princípio moderno ou a promessa moderna da igualdade se mostrou uma farsa; ao menos diante da miséria mundial evidenciada pelas guerras, diásporas, epidemias e fome. No Brasil especialmente e em grande escala, certamente ao lado de outros países da América Latina e Caribe em proporções menores, que são considerados em desenvolvimento, esse papel do ensino universitário foi alargado até abraçar os limites dos Direitos Sociais e Humanos, em função do seu impacto na economia familiar e no reconhecimento da cidadania e acesso ao direito à educação, universalmente garantidos na Constituição Federal de 1988.

A declaração da UNESCO (1998), por exemplo, menciona o seguinte:

A análise da situação do Ensino Superior põe em relevo três prioridades dominantes, às quais se deve conceder a máxima atenção (i) a ampliação do acesso sobre a base do critério do mérito; (ii) a renovação dos sistemas e Instituições de Ensino Superior e; (iii) o fortalecimento da ligação à sociedade, em particular ao mundo do trabalho (UNESCO, 1998).

Não se tratando, portanto, de um processo de transformações puramente sistêmicas esperadas como consequências lógicas do desenvolvimento da modernidade republicana e democrática, tornou-se incontornável a elaboração de políticas educacionais e de assistência estudantis na forma de construção de redes de apoio interinstitucional e interdisciplinar, priorizando a educação e as políticas de inclusão atreladas ao desenvolvimento global do país, procurando minimizar as contradições ou paradoxos da realidade social, política e econômica, até então vigentes, e dando início à consecução dos direitos civis republicanos e experiências democráticas, como vemos polemicamente na sociedade brasileira.

Ao destacar o ensino universitário, para Santos (1999), o movimento de acesso e permanência na universidade se intensificou em diversos países a partir da década de 1960, em especial quando as instituições refletiram sobre seu papel e identidade, sendo questionadas pela sociedade quanto às suas funções e objetivos de formação humana para a cidadania, seja na dimensão cultural, na expansão e popularização dos serviços, assim como na reconfiguração de funções postas pelas exigências sociais, econômicas e políticas. Essas avaliações e reestruturações perpassam a estrutura da universidade, sua gestão autônoma e o Estado, sendo associada a elementos causadores de tensão “[...] tanto nas relações entre as universidades, o Estado e a sociedade de modo exterior e no interior das próprias universidades enquanto instituições” (SANTOS, 1999, p. 189).

Esses pontos e suas particularidade na relação universidade, estado e sociedade, de forma especial no Brasil, são originários de reformas e da elaboração de políticas educacionais que podem ser vistas como aspecto positivo para as transformações necessárias ao ideal moderno da Revolução Francesa de igualdade, liberdade e fraternidade. O texto da Constituição de 1988, que define a educação como um direito básico ao conhecimento e aos bens culturais, é um exemplo de como o ensino universitário passou a ser compreendido e recebeu instruções políticas e sociais compromissadas e responsáveis pelas correções das assimetrias econômicas e políticas necessárias para consolidação das repúblicas democráticas conforme os três princípios da Revolução Francesa. O Art. 5º da Constituição Federal traz a seguinte proposição que compromete a universidade a realizar uma tarefa muito além da produção do conhecimento pela pesquisa científica e pela formação profissional para o mercado de trabalho:

A instituição de ensino superior é convocada para cumprir o seu papel social e contribuir para eliminação de desigualdades históricas existentes no meio acadêmico e romper com a cultura de exclusão e a ideia da hegemonia do saber no contexto acadêmico (BRASIL, 1988, p. 22).

A Constituição Federal de 1988 é considerada um marco para que o Estado brasileiro possa exercer sua missão de guardião do povo e a universidade possa desempenhar sua função social e humanística com a formação de todos os que desejarem cursar a universidade. No entanto, mediante uma reflexão mais apurada, é lícito dizer que a missão governamental e a função da universidade estão permeadas por interesses políticos e econômicos favorecedores da desigualdade, da restrição da liberdade e do fortalecimento do individualismo, questões que demandam uma revisão das ações e dos projetos do país a serem instituídos, minimizando as disparidades históricas e sociais da sociedade brasileira. Cabe ainda reavaliar o poder real da universidade para atingir uma finalidade desse porte, bem como a medida de sua parte ao lado de outras instituições e setores sociais responsáveis, sejam públicos ou privados, a exemplo da própria indústria e do próprio comércio, bem como dos meios de comunicação e informação.

A regulamentação da política de educação se estende para as leis enquanto política educacional mais específica. Nesse sentido, destaco a Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB nº 9.394/1996, no Art. 2º e 3º, com os itens relacionados à assistência aos estudantes na educação. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1996).

Em destaque para a Educação Universitária, a LDB 9394/1996 traz o Art. 43. Ao que cito as finalidades desse nível de ensino:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade: I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II – formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua. III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; V – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com

esta uma relação de reciprocidade; VII – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica geradas na instituição (BRASIL, 1996).

Embora seu enunciado represente um fundamento óbvio para a formação e consolidação das repúblicas democráticas, a referida lei teve um percurso longo e conflituoso até sua elaboração final. Foram mais ou menos dez anos para que a mesma fosse instituída e colocada em execução, enquanto normativa educacional. De modo geral, merece destaque o conflito entre grupos que estudam a educação e grupos que financiam a educação. Existem impasses sobre a compreensão diversa de um fenômeno que tem um conjunto de especificidades, neste caso, a educação e as modalidades de conhecimento que ela implica; especialmente o técnico-científico no caso da universidade. Assim, 25 anos depois de promulgada a LDB 9394/96, é possível relacionar, partindo da minha prática como educadora e de referências em pesquisas acadêmicas, que parte de seu texto ainda não se efetivou na escola brasileira, e em especial, na universidade, quando se observa a cada 10 anos os Planos Nacionais de Educação-PNE, emendas e decretos para manter em funcionamento estas instituições.

Com o advento do marco legal da LDB 9394/96, o Brasil assiste a uma importante história que possibilitou as reflexões e discussões em torno das vozes e pedidos de democratização do acesso e da permanência de todos os jovens brasileiros, que assim o desejarem, acessar às universidades. Os documentos representam um significativo avanço social e político para a os brasileiros, uma vez que, de forma inédita na história do Brasil, configuram-se as possibilidades de garantias dos direitos sociais, além de também contemplar o processo de encaminhamento de redemocratização da educação, mediante a universalização do acesso e permanência para a formação de cidadãos de modo democrático.

A Constituição de 1988 enquanto instrumento democrático fornece e busca fundamentar a legislação específica de cada nível de ensino e neste contexto se inclui a importância e legitimidade da legislação aplicada à Assistência Estudantil no nível universitário. No seu artigo 206 está disposto que o ensino deverá ser ministrado com base em alguns princípios sendo o primeiro: “I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988).

No que diz respeito à Assistência estudantil, a construção de legislação específica caracteriza uma maior preocupação da sociedade, do governo e dos movimentos sociais em relação às condições equitativas e qualitativas de acesso e permanência no ensino universitário, considerando a realidade de estudantes das camadas sociais menos favorecidas; significando não principalmente ascensão socioeconômica, mas equalização. Esse processo de resistência e estruturação das políticas educacionais relacionadas aos direitos dos estudantes, incluindo e

promovendo a criação e acesso aos programas de apoio estudantil, representa uma nova consciência sobre as condições e possibilidades para que estes alunos possam desenvolver-se profissionalmente pela conclusão de seus cursos. Porém, essa conjuntura vem se constituindo entre movimentos perpassados por disputas, interesses e entraves políticos, o que reflete uma forma de ver a legislação e os direitos dos estudantes sem a devida reflexão.

De acordo com Magalhães (2012), as políticas de auxílio e proteção aos estudantes, que têm por título a Assistência Estudantil, estão relacionadas em uma primeira análise às políticas de Proteção e Assistência Social e são compreendidas por tratar da inclusão de estudantes oriundos de contextos de diversidade social e econômica. Estas políticas têm sua importância, porém, têm por base um entendimento que suprime o direito de todos a tudo numa sociedade movida pelo capital econômico e político que definem as garantias sociais pelo viés capitalista. Esse pensamento remonta a uma incompreensão social e humanitária, assim como à não aceitação do acesso aos benefícios sociais e igualdade de direitos, por alguns sujeitos quanto à educação. Assim, entende-se que a proteção e a assistência social constituem um direito e não uma ação de favores aos estudantes desfavorecidos economicamente.

O neoliberalismo, como nova feição do liberalismo, doutrina essa que entra em crise no início do século XX devido à ausência do Estado no controle da sociedade, se constituirá a doutrina econômica de mercado numa nova forma de governamentalidade e organização do Estado. Este modelo e seus métodos tem como tecnologia de reorganização do Estado: o *homo economicus* e a sociedade civil (FOUCAULT, 2008). Esse homem econômico é identificado como um sujeito de interesses individuais que agora será introduzido nessa arte de governo neoliberal. A sociedade civil é revelada como espaço complexo de relações mediadas racionalmente nos processos econômicos de produção e de trocas. Para Foucault, nessa governamentalidade o *homo economicus* e a sociedade civil são fundamentais para que o poder administrativo do Estado possa governar os vínculos econômicos assimétricos através das relações sociais assimétricas. No que diz respeito aos programas sociais, construíram-se e se manteriam com políticas de focalização a grupos específicos, fortalecendo-se na continuidade nas ações de privatização e de descentralização do Estado, aperfeiçoando os cortes dos gastos sociais com as políticas de assistência social. Tais aspectos tiveram uma chance de se reverterem com a promulgação da Constituição Federal de 1988 no Brasil, com destaque para a democratização e as mudanças das políticas econômicas que constituem e dão suporte às políticas referentes à assistência social e educacional.

No tocante aos aspectos financeiros das despesas de assistência estudantil no contexto de previsão e execução dentro do orçamento das instituições, o artigo 71, inciso IV, da LDB 9394/96, insere a esse respeito que:

Não constituirão despesas de manutenção e de desenvolvimento do ensino, aquelas realizadas com: IV - Programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social (BRASIL, 1996).

Na esteira da legislação brasileira, outro documento importante é o Plano Nacional de Educação-PNE para 2014-2024. De semelhante modo, a estruturação e promulgação do referido plano não se fez sem demora e sem conflitos entre grupos e interesses. O PNE tem validade de dez anos e institui a título de recomendações aos entes federados, municípios, estados e distrito federal atos, metas e objetivos para a educação brasileira. Em vigor, o PNE estabelece 20 metas para melhorar o acesso à educação e à qualidade para os níveis de escolarização dos brasileiros. Assim, considerando o interesse dessa pesquisa, destaco a meta 12; com base nos dados do relatório do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP⁶. A referida meta tem como objetivo estabelecer bases de avaliação e acompanhamento da referida política e sua implementação:

Meta 12 elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público (BRASIL, 2015, p. 209).

Para melhor compreensão do estudo, serão retomados aqui os dados de algumas conclusões parciais do relatório do INEP, posto que se trate de acompanhamento da política vigente.

O relatório do INEP destaca a taxa bruta de matrículas (TBM) na educação superior, que revelou uma tendência constante de crescimento da oferta de graduação em todo o Brasil, em todas as regiões, nas áreas rurais e urbanas e nos segmentos público e privado entre 2004 e 2013. Esse crescimento fez com que o indicador saísse do patamar de 18,6% em 2004 e atingisse 30,3% em 2013. Não obstante a tendência de crescimento da TBM observada entre 2004 e 2013, o indicador ainda se encontra distante da meta do PNE para 2024, de 50%. Para atingir essa meta, é necessário que a TBM cresça em média 1,8 pontos desde o último dado observado (2013) até o final do PNE (2024). A tendência observada foi equivalente a um crescimento médio da ordem de 1,3 pontos ao ano (BRASIL, 2015, p. 222).

⁶ O INEP tem a missão de planejar, coordenar e contribuir para o desenvolvimento de estudos e pesquisas educacionais, conforme o Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007.

Como resultado desse processo de lutas e conquistas, no tocante à assistência estudantil, nasce e se estrutura o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) pelo Decreto n. 7.234/2010, com foco na contenção ou amenização dos impactos dos fatores socioeconômicos que perpassam a vida, a permanência⁷ e a conclusão dos estudos feitos pelos estudantes no ensino universitário. Embora a universidade pública não estabeleça cobranças de taxas ou mensalidades aos estudantes, sendo, assim, gratuita, sabe-se que inúmeros outros custos recaem sobre os estudantes, embora façam parte de acessos a outros direitos, como transporte, moradia e alimentação, além do acesso a materiais e equipamentos de estudos como livros e computadores. Verifica-se, desse modo, que o ingresso à universidade promove a garantia de outros direitos que, estando fora dela, não lhe seriam custeados pelo Estado e pela sociedade.

O Decreto do PNAES (BRASIL, 2010) apresenta, categorias de assistência, cujo acesso depende das necessidades socioeconômicas específicas dos estudantes, se efetiva em articulação com atividades de ensino, pesquisa e extensão, com foco principal na permanência desses estudantes nos seus cursos de graduação. Entre elas destaco:

Art. 3º [...] Parágrafo único. Compreendem-se como ações de assistência estudantil iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - assistência à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; e IX - apoio pedagógico; X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

Contextualizando, destaco que entre as frentes de atendimento aos estudantes no Centro de Formação de Professores-CFP, *lócus* desta pesquisa, estão as modalidades: Residência Universitária⁸, localizada no campus; Restaurante Universitário para alunos residentes e não residentes, de modo que alunos que comprovem a necessidade de auxílio à alimentação

⁷ Permanência - inicialmente apresento a etimologia da palavra, o substantivo permanência, deriva do latim *permanentia* e se constitui no ato de permanecer, significa, portanto, perseverança, constância, continuidade. (Reis e Tenório, 2009) <https://www.anpae.org.br/simposio2009>

⁸ É o programa de assistência estudantil que assegura moradia e alimentação gratuitos ao estudante de baixa renda, proporcionando sua estadia em tempo integral na Universidade. No Campus de Cajazeiras encontram-se cinco Residências Universitárias: duas masculinas, duas femininas (ambas para estudantes da graduação), e uma feminina para estudantes do nível técnico. O ingresso na Residência é feito mediante processo de seleção que consiste em análise documental e entrevista realizadas pelos profissionais do serviço social e/ou serviço de psicologia da UFCG. <http://www.cfp.ufcg.edu.br/cae/residencia.html>.

consigam se beneficiar do restaurante; o Programa Bolsa Permanência⁹ e o Programa de Auxílio ao Ensino de Graduação (PAEG)¹⁰.

2.1 Sobre a importância de pesquisar as políticas de assistência pelo olhar de educadora

Mas não disse nada de você mesmo, do lugar
onde cresceu, de como foi sua infância...
– Meu querido amigo, os filósofos
não nascem... eles são, e isso basta.
(FOUCAULT, 2003)

Nesta subsecção apresento um recorte de minha vida profissional e a relação com o objeto de pesquisa, considerando que estas palavras escritas não dão conta de uma vida e suas nuances. É sim a epígrafe revela certa insatisfação de ter que falar o indizível, posto que acredito que os temas de pesquisas se revelam a nós quase como uma imposição da realidade, penso agora. Poderia ter sido qualquer coisa que se impusesse de modo generoso e delicado ou invasivo. Ser/estar docente é quase uma provocação, eu sei. Professora efetiva do curso de pedagogia no campus de Cajazeiras, Centro de Formação de Professores da UFCG desde 2005. Já ministrei tantas disciplinas, que vou tentar listar as que o colegiado me atribui com mais frequência, pela oportunidade do concurso e pela necessidade da instituição. Assim me identifico como professora de Estágio Supervisionado na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Didática, fundamentos e metodologias de ensino de ciências e política educacional também são designadas a mim.

Circunscrevo minhas atividades nestes anos em que estou no CFP. O interesse pelas políticas educacionais vem de longa data. Em 2012 comecei a desenvolver os estudos sobre classe hospitalar¹¹ no Centro de Formação de Professores (CFP/UFCG). Àquela época, pouco se falava sobre o tema no referido curso e na universidade de modo geral. Realizei atividades diversas sobre o tema no CFP/UFCG, visando a divulgação da temática no contexto das

⁹ A Portaria nº 389, de 09 de maio de 2013, do MEC cria o Programa de Bolsa Permanência – PBP. Alinhado com a política nacional de Assistência Estudantil do país, o programa refere-se à concessão de um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e conclusão de curso dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica e estudantes indígenas e quilombolas.

¹⁰ Portaria de 01/18/2008 esclarece que o mesmo foi criado com recursos do Reuni. Os programas de Assistência Estudantil visam ampliar as condições de permanência e conclusão de estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica na educação superior pública federal. A UFCG mantém as despesas com as quatro modalidades de assistência disponibilizadas: Residência Universitária, Auxílio Moradia, Restaurante Universitário e Programa de Auxílio ao Ensino de Graduação-PAEG.

¹¹ Denomina-se classe hospitalar o atendimento pedagógico-educacional que ocorre em ambientes de tratamento de saúde, seja na circunstância de internação, como tradicionalmente conhecida, seja na circunstância do atendimento em hospital-dia e hospital-semana ou em serviços de atenção integral à saúde mental. Informação disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro9.pdf>

políticas educacionais gerais e de inclusão. Na ocasião, participei de uma seleção de doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte com o tema: “Classe hospitalar e formação do pedagogo”. Foi uma experiência interessante e frustrante, também por não ser aprovada. Por um tempo, segui estudando o tema por meio de publicações e participação em eventos, depois parti para outros destinos.

Por volta de 2016 passei a desenvolver, através da extensão, uma atividade no Centro de Atendimento Psicossocial Infantil (CAPSI)¹², que promove o serviço de atender crianças e adolescentes que apresentam transtornos mentais, visando ao tratamento e ao auxílio relativos à vida e à aprendizagem social, atendendo cidades e ou regiões com pelo menos 70 mil habitantes, especificamente na Cidade de Cajazeiras/PB. Por meio do atendimento psicopedagógico realizei essas atividades de modo semanal, trabalhando com as crianças que frequentavam a referida instituição. Pois bem é preciso ter produção e a extensão foi uma válvula de escape para fazer coisas das quais gostava e acreditava no momento.

O CAPSI é uma instituição municipal na cidade de Cajazeiras/PB que atende crianças por meio profissionais como psiquiatra, psicólogo, assistente social, psicopedagogo e fonoaudiólogo para consultas, tratamentos e acompanhamento de problemas referentes a doenças de cunho psicológico ou cognitivo. Nessa ocasião, tive contato com famílias, pais, mães, responsáveis e crianças com seus referidos problemas. Isso me remeteu, mais uma vez, às políticas educacionais e à formação de professores como tema de estudo.

Durante esse período surgiram muitos questionamentos internos sobre o tema formação de professores e escola; sobre a participação enquanto profissional de educação e os problemas de aprendizagem das crianças atendidas. Todavia, não foi possível chegar a uma compreensão intelectual sobre as causas dos problemas encontrados e a formação de professores. Em 2018, por meio da experiência no CAPSI, conheci um grupo de mães de crianças autistas. Assim, mais uma vez, voltei a pensar nas políticas educacionais pela perspectiva das políticas de inclusão.

Nesse período de estudos foram realizadas atividades de extensão na Associação de Pais e Mães de Crianças Autistas de Cajazeiras (APAA). Instituição que participei da fundação como voluntária, posteriormente realizei atividades extensionistas com os alunos do curso de pedagogia do CFP/UFCG tendo como foco o tema autismo. Esse tempo foi uma experiência solitária de compreensão sobre como aprendem as crianças autistas, tive frustrações por não conseguir realizar mais atividades e motivar mais estudantes. Ouvi dizer que os frutos que plantei estão crescendo hoje que não estou mais por lá. Quem bom, nada foi em vão.

¹² <https://www.gov.br/saude/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/centro-de-atencao-psicossocial-caps>

Perpassando esse tempo cronológico, também tive a oportunidade de ser coordenadora de área do PIBID¹³ e do programa Residência Pedagógica¹⁴ (RP), ambos os programas vinculados ao Ministério da Educação e voltados à formação de professores nos cursos de licenciatura, o que de igual modo proporcionou a oportunidade de seguir estudando as políticas educacionais, a formação e a universidade, mantendo no horizonte questões relacionadas à Assistência Estudantil universitária. Embora PIBID e Residência Pedagógica tenham finalidades formativas específicas, o fato de contarem com pagamento de bolsas contribui também com a permanência dos estudantes nos cursos, na medida em que existem custos. Estas duas experiências foram marcantes tanto no trabalho com os estudantes, quanto com as instituições envolvidas, como com os professores envolvidos. Algumas experiências são excelentes para nos refazer e desfazer crenças sobre os seres humanos.

Até este momento, mesmo como docente universitária, minha atuação no âmbito da pesquisa, do ensino e da extensão estava voltada para o campo da Educação Básica. Mas, para além do contato com o chão da escola, mantive meus interesses ligados à universidade, posto que, a sala de aula na graduação leva a pensar na instituição, sua composição política e ideológica para além dos cânones pedagógicos da neutralidade de um ofício. Tais caminhos me levaram à identificação do objeto de estudo proposto. Doravante, a decisão de pesquisar a universidade, depois de muitos estudos ligados à escola básica, trouxe incertezas tanto sobre as responsabilidades de investigar a instituição de trabalho, como de conseguir a apropriação de um referencial teórico-epistemológico diferente do que havia estudado para o campo da Educação Básica.

De modo geral, o resultado desta pesquisa poderá se constituir em fonte de estudos das políticas de assistência no ensino universitário, seja de forma direta ou indireta, em especial para minha prática docente. Assim, a proposta consiste em pensar as possibilidades e limites de uma pesquisa como processo de formação pessoal e social para a pesquisadora e para os estudantes de todas as classes sociais. Uma formação que transpõe a formação para o mercado de trabalho num tempo de globalização dos mercados e das profissões no mesmo ritmo que crescem os isolamentos, a desprofissionalização (subemprego) e o desemprego. Importa ainda

¹³ Art. 1º O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, executado no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, tem por finalidade fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria de qualidade da educação básica pública brasileira. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7219.htm Acesso em 20 de abril de 2021.

¹⁴ Art.1º Instituir o Programa de Residência Pedagógica com a finalidade de apoiar Instituições de Ensino Superior (IES) de projetos inovadores que estimulem a articulação entre teoria e prática nos cursos de licenciatura, conduzidos em parceria com as redes públicas de educação básica. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/28022018-portaria-n-38-institui-rp-pdf> Acesso em 20 de abril de 2021.

identificar as políticas neoliberais delineando as formas de acesso e permanência no contexto da universidade pública. Acredito que seja um momento de repensar os mecanismos de poder político, econômico e social na efetivação dos programas de assistência em tela, dando voz aos estudantes beneficiados por estas políticas.

2.2 De onde parto para realizar a tese e com quem falo para dar voz a esses sujeitos

Ao contextualizar as políticas educacionais de assistência estudantil em âmbito nacional e local, como constituintes históricas de lutas e disputas entre classes econômicas e identidades socioculturais, como eixo das políticas públicas, destaco a Universidade Federal de Campina Grande/UFCG tendo o Centro de Formação de Professores/CFP um campus localizado no sertão geopolítico do estado da Paraíba, campo de estudo da pesquisa.

A escolha do CFP/UFCG como campo empírico deste estudo levou em consideração sua representatividade na cidade de Cajazeiras/PB, com mais de 40 anos de existência, cujo potencial formativo se estende sobre todo o Alto Sertão Paraibano. Em sua plataforma de cursos constam dois bacharelados: Enfermagem e Medicina. E nove cursos de licenciaturas, sendo: Pedagogia, História, Geografia, Letras, Física, Química, Ciências Biológicas e Matemática. A cidade de Cajazeiras está situada no alto sertão paraibano e fica a 468 quilômetros da capital João Pessoa. Faz divisa com os estados do Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte. O centro tem se constituído e se consolidado por fortalecer o papel da Universidade Pública na formação humana, em especial dos discentes nos seus respectivos cursos de graduação; espaços esses destinados para apropriação e construção do conhecimento acadêmico, gerado em torno das Ciências Humanas e suas áreas e disciplinas de atuação profissional e acadêmica.

A cidade de Cajazeiras-PB é conhecida por ser um polo educacional, atrai pessoas de várias partes do Nordeste para estudar em suas Instituições de Educação Superior (IES), públicas e particulares, das quais destacamos as seguintes: Instituto Federal de Educação da Paraíba (IFPB), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Faculdade Católica da Paraíba¹⁵, Centro Universitário Santa Maria (CUSM) e a Faculdade São Francisco da Paraíba (FASP). No geral, os cursos oferecidos por essas Instituições de Educação Superior compreendem as áreas de humanas, exatas, ciências biológicas e saúde.

¹⁵ Nome atual da antiga FAFIC Faculdade de Filosofia de Cajazeiras a partir de 2022.

A Coordenação de Apoio Estudantil setor responsável pelo acompanhamento das políticas do PAEG e da Residência Universitária no CFP se compõe de dois Assistentes sociais, sendo que uma entrou no centro em 2012 e o outro em 2022; uma Psicóloga institucional que ingressou em 2018; um Técnico em Assuntos Educacionais que entrou em 2020; um nutricionista que entrou em 2017 e que desenvolve suas atividades no Restaurante Universitário, contando ainda este setor com duas atendentes auxiliar administrativo terceirizadas.

Agora passo a apresentar alguns dados obtidos junto ao CAE visando identificar os programas, contando do ano de 2013 a 2020. Para o número de residentes tem-se o destaque que estes estudantes estão sendo assistidos com um valor financeiro referente às possíveis despesas para se manter no ensino remoto. Interessante destacar que com o ensino presencial a procura pela Residência Universitária tem um número elevado, gerando assim maiores benefícios aos estudantes e mais demandas para a instituição. No tocante ao PAEG, segundo a coordenação do CAE, existe uma procura efetiva assim como uma rotatividade de estudantes por meio de conclusão dos cursos.

Quadro 01: Números de estudantes de 2013 a 2020 que se beneficiam de políticas de Assistência Estudantil.

Usuários Assistência estudantil CFP – Ano	Residentes	Restaurante Universitário	Programa de Auxílio ao Ensino de Graduação (PAEG)¹⁶
2013	115	219	-
2014	-	-	-
2015	129	238	-
2016	127	256	711
2017	157	317	419
2018	156	238	600
2019	143	181	523
2020 Dados atualizados.	111 ativos	146/Paralisado pela Covid-19.	442 ativos

Fonte: Coordenação de Apoio Estudantil – CAE, em 2021.

¹⁶ A concessão do auxílio é baseada em critérios socioeconômicos específico, onde é dada prioridade aos alunos oriundos da rede pública de ensino; aos estudantes oriundos da rede particular de ensino quando mantidos com bolsa de estudo integral e estudantes matriculados em cursos de licenciatura. A análise e/ou seleção dos alunos inscritos no Programa de Auxílio ao Ensino de Graduação se dá através de uma Equipe Multidisciplinar de Avaliadores (Assistentes Sociais, Psicólogos, Nutricionista, Professores, e Técnicos em Assuntos Educacionais), composta por todos os representantes da Assistência Estudantil de cada Campus da UFCG. O estudante selecionado terá direito a continuar com o auxílio nos períodos seguintes, até o término do curso, desde que comprove aprovação em, no mínimo cinco disciplinas por período letivo, quando matriculado em curso diurno, e no mínimo quatro disciplinas, quando matriculado em curso noturno. Programa de Auxílio ao Ensino de Graduação. Disponível em: <https://www.prac.ufcg.edu.br/auxilio-ao-ensino-de-graduacao> Acesso 20 de maio de 2021.

O presente histórico do levantamento se ampliou no decorrer da coleta de dados após a aprovação da pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa CEP. Assim, situo o período de 2010 a 2020 com dados quantitativos simples sobre os beneficiários de políticas educacionais e de assistência no CFP/UFCG, considerando que alguns dados não têm registro devido a não existência de banco de dados na instituição. Importante destacar que a coordenadora de Apoio Estudantil, responsável pelo CAE, quanto a minha solicitação dos dados esclareceu que neste período alguns dados não estão disponíveis, ou seja, assim usamos os dados registrados que possam ser considerados na pesquisa.

De modo geral, considerando as políticas e os dados expostos no Quadro 01, o que se observa é a efetivação do tripé: **auxílios financeiros, alimentação e residência**. Focando o ano da Pandemia da COVID-19, que deu à universidade períodos de exceção, tem-se 111 estudantes recebendo o valor 350,00 reais para suas moradias, 442 recebendo o PAEG, também no valor de 350,00 reais. Um dado importante para os números atualizados: por todo os anos de 2020 e 2021 foram sendo chamados estudantes para vagas remanescentes e a última seleção foi em dezembro de 2020. Neste certame, 347 estudantes se inscreveram e 96 foram selecionados e ingressaram no PAEG.

Considerando o quadro apresentado, a disponibilização dos programas por meio de ações em assistência estudantil se volta para o contexto de exclusão e pela necessidade dos estudantes dividida em duas vias; sendo a primeira superar o viés assistencialista, quando vincula níveis de pobreza extrema dos candidatos; e a segunda, ao possibilitar a ampliação dos formatos de acesso, oportunizando extensão e pesquisa como forma de possibilitar a permanência e soberania aos cidadãos pela via pedagógica e formativa. Os programas de fomento da pesquisa, da extensão e do ensino universitários, especialmente no nível de iniciação durante a graduação, também podem ser considerados assistência estudantil, porém segundo critérios seletivos que não têm como base principal o nível socioeconômico, mas sim o de desempenho acadêmico baseado em médias avaliativas e outros resultados e produtos acadêmicos.

Parafraseando Corazza (2002), digo que os conceitos e critérios de uma política educacional de acesso e permanência estudantil possuem o potencial de valorização social e financeira das atividades acadêmicas, mas não são suficientes para eliminação de todas as formas de desigualdade e de fortalecimento das experiências de alteridade dos estudantes. No Quadro 01 exposto, portanto, verifico que no CFP/UFCG as ações ainda são reduzidas quanto ao número de estudantes beneficiados pelas políticas estudantis.

A seguir, no Quadro 02 foram inseridas informações visando dar uma amplitude de compreensão ao quantitativo de estudantes matriculados, de número de professores e do número de graduados que chegam ao final do curso. Os dados estão dispostos nos anos de interstício da pesquisa (2010 e 2020).

Quadro 02: Apresentação do número de estudantes ingressantes, professores e estudantes graduados nos anos de 2010 e 2020.

Centro	Campus	Alunos matriculados	Professor	Ingressante	Graduados
CFP - Centro de Formação de Professores 2010.1	Cajazeiras	1965	119	322	120
CFP - Centro de Formação de Professores 2020.1	Cajazeiras	1989	190	420	79

Fonte: Pró-Reitoria de Graduação da UFCG. Compilação de informações referentes ao trabalho da Pró-Reitoria de Ensino. (Dados abertos).

Considerando os dados brutos do Quadro 02, a situação de permanência pode ser considerada como possível impacto para o baixo número de alunos finalizando os cursos. Em especial a pandemia de COVID-19 é um fator relevante, considero outras interveniências sociais, econômicas, pessoais e locais que possam ter contribuído para uma possível evasão estudantil.

Ao apresentar o Quadro 03 pretendo dar vazão às reflexões e seguimento da escrita da tese no sentido de identificar a situação de cadastramento de convocados no Sistema de Seleção Unificada (SISU). O referido sistema foi criado pela Portaria normativa do MEC nº 02, em 26/01/2010, porém, somente começou a ser efetivado com a Lei 12.711/2012, que trata das políticas afirmativas de Cotas¹⁷.

¹⁷ A Lei nº 12.711/2012, sancionada em agosto deste ano, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência.

As vagas reservadas às cotas (50% do total de vagas da instituição) serão subdivididas — metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também será levado em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). <http://portal.mec.gov.br/cotas>. Acesso em 18 maio de 2021.

Cota L1 (Candidatos que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo)

Cota L2 (Candidatos que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas)

Cota L5 (Candidatos que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas, independente da renda)

Na UFCG, o SISU e o Sistema de Cotas começaram a se efetivar em 2014.2. Assim, farei um paralelo para compreender a ampliação do número de estudantes no ensino superior, tendo como base o número de estudantes, as políticas internas de assistência estudantil e permanência, e as políticas externas de acesso ao ensino superior. Sendo que estas são processos do desenvolvimento democrático da sociedade brasileira e do sistema de ensino, todas pautadas por relações políticas e econômicas.

Quadro 03: Apresentação do número de estudantes nas políticas de assistência estudantil. Por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), Lei 12.711/2012.

Campus do CFP - Ano e período	Situação de cadastramento de convocados no SISU
2014.2	37
2015.1	155
2015.2	79
2016.1	191
2016.2	100
2017.1	193
2017.2	100
2018.1	204
2018.2	105
2019.1	210
2019.2	263
2020.1	506

Fonte: Pró-Reitoria de Graduação da UFCG por meio da Coordenação de Controle Acadêmico – CCA.

O Quadro 03 identifica os períodos compreendidos entre 2014.2 e 2020.1 que representam a entrada de estudantes na universidade por meio das ações afirmativas/cotas. Os números revelam que existe uma procura pela via da Lei de políticas afirmativas de cotas, considerando os dados já citados da micro região do alto sertão paraibano; uma região forjada pelo emprego no comércio, no serviço público e na economia informal. Existe uma demanda de estudantes das camadas populares e desfavorecidas, assim como provenientes das escolas públicas que procuram a universidade, o que fortalece o estudo sobre as políticas de assistência

Cota L6 (Candidatos que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas, independente da renda, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas)

Cota L9 (Candidatos com deficiência que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas)

Cota L10 (Candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas)

Cota L13 (Candidatos com deficiência que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas)

Cota L14 (Candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas).

estudantil como elemento integrador na e para as condições sociais e humanas efetivadas pelo CFP/UFCEG.

A assistência estudantil, ainda em fase de efetivação, ganha espaço de reflexão no meio educacional universitário, ao que Barbosa (2009, p. 39) entende como:

O conjunto de políticas realizadas através dos programas de Promoção, Assistência e Apoio, que têm como objetivo principal criar condições que contribuam para a permanência dos estudantes nos estabelecimentos de ensino superior, melhorando sua qualidade de vida e consequentemente seu desempenho acadêmico e de cidadãos (BARBOSA, 2009, p. 39).

Entre o processo de despertar, pensar, elaborar formas e estratégias de lutas por igualdade ao desfrute de direitos, a sociedade brasileira e os profissionais da educação vão se constituindo e promovendo meios de expressão que vão do político ao social, do político ao econômico e demais formas de entendimento que transpõem a mera assistência e vislumbram a emancipação do sujeito social. Essa emancipação não pode ser interpretada como a liberação do sujeito dos compromissos sociais, em prol de seu individualismo. Mas, sim, sua liberação das necessidades básicas da vida: habitação e alimentação.

As políticas de assistência estudantil PAEG e ResidUni serão objeto de estudo documental e bibliográfico no capítulo da fundamentação e teorizações. Assim, a perspectiva teórico-epistemológica e construção do objeto de pesquisa se expressam como possibilidade de estudar de forma empírica, considerando o tempo presente e o movimento social e histórico das políticas, no sentido de capturar as relações, os limites da razão promovendo a ampliação da formação conceitual do objeto no contexto do CFP e dos cursos de formação de professores.

2.3 Uma introdução sobre o percurso metodológico da investigação, dos sujeitos aos instrumentos de coleta de dados

O presente estudo caracteriza-se por sua natureza qualitativa. Segundo Martinelli (1999, p. 21), “a pesquisa qualitativa objetiva trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do assunto pesquisado”, pressupondo-se, para tanto, “o contato direto com os sujeitos de pesquisa” (MARTINELLI, 1999, p. 22). Outro ponto relevante para a escolha do método qualitativo tange ao intento da pesquisadora em “aprofundar o conhecimento em relação àquele sujeito com o qual estamos dialogando” (MARTINELLI, 1999, p. 23), não se tratando, por isso, de uma pesquisa com grande número de sujeitos.

Tem-se, segundo Martinelli (1999) os seguintes pressupostos na pesquisa qualitativa que se considera relevantes: a) reconhecer a singularidade do sujeito; b) reconhecer a

importância de se conhecer a experiência social do sujeito; c) reconhecer que o modo de vida do sujeito pressupõe o reconhecimento de sua experiência social. O método de natureza qualitativa, em consonância com Martinelli (1999), permite ao pesquisador participar da trajetória da construção da pesquisa também como um sujeito desse estudo, juntamente com os pesquisados, pois o pesquisador também possui uma história, tem emoção e opção política, pressupostos estes que vão de encontro a uma pesquisa neutra, a qual desconsideraria o pesquisador enquanto sujeito real, concreto, bem como não levaria em conta sua face de agente político. O pesquisador busca conhecer as histórias de vida dos sujeitos, sendo importante, para tanto, a interação com os agentes pesquisado.

A análise de discurso proposta por Foucault é definida como ato de falar, manter, transmitir, articular ideias, comunicar em qualquer campo, seja ele simbólico ou material, então com representação oral, escrita, visual, sonora etc. O contexto discursivo contesta, aproxima-se, olha como o discurso funciona, numa constelação de tantos outros discursos. O discurso constrói a realidade social por meio de processos, produzindo poder e saber a todo momento, numa rede que pode ser o sujeito que emerge na formação discursiva. Ao entender como surgem e se organizam as formações discursivas e suas arbitrariedades, Foucault apresenta que podemos “determinar as condições de sua existência, de fixar da maneira mais justa os seus limites, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados aos quais ele pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação ele exclui” (FOUCAULT, 2009, p. 93).

Na obra “Arqueologia do saber”, Foucault (2002) introduz o tema discurso como um conjunto de enunciados que se apoiam numa formação discursiva, que produzem poder e saber, em relação com outros enunciados. Como categorias analíticas constituem os sujeitos, os enunciados, o dispositivo, e o discurso para a investigação das práticas discursivas. Ao identificar o discurso como um conjunto organizado, coerente e definido de regras linguísticas através das quais nos pronunciamos sobre determinado objetivo. Desse modo, para se referir sobre um campo de conhecimento, devemos seguir normas estratégicas e padrões enunciativos que nos autorizam a comentar sobre aquela área; identificando que dessa forma, ninguém é livre para dizer o que quiser, no lugar que quiser, conforme o jeito que quiser.

É preciso seguir ordens discursivas que autenticam nossas palavras e a avaliam segundo critérios de veracidade; práticas que dividem, que seccionam o certo e o errado (FOUCAULT, 2009). Por se tratar de uma pesquisa em educação, sigo o intento de Foucault em fazer uma leitura aprofundada e uma “garimpagem” das falas reveladas nas entrevistas, seguida da descrição dos termos que mais aparecem em situações linguísticas nesses conceitos, visando compreender quais foram as relações de poder e saber que as validaram. Em suma, estarei me

aproximando das categorias Arqueologia do saber enquanto estudo sobre a visão do sujeito objetivado na sociedade dos governos liberais, da Genealogia do poder que estuda a ordem dos discursos na perspectiva dos dispositivos de poder e de uma micro física destes poderes, e da genealogia da Ética dos micro dispositivos da governamentalidade.

De acordo com a leitura de Veiga-Neto, nesses sistemas de linguagem os “[...] enunciados têm suas regras próprias, de modo que não temos, sobre os discursos, o controle que pensávamos ter” (VEIGA-NETO, 2002, p. 32). Seria interessante uma perspectiva de pesquisa que não rotulasse as interpretações, as práticas sociais numa abordagem, consequentemente, que nos conduzisse ao entendimento dos elementos visíveis e enunciáveis que fazem do mundo o que ele parece ser para nós, no “lugar privilegiado a partir do qual se possa olhar e compreender definitivamente as relações que circulam no mundo” (VEIGA-NETO, 2002, p. 35).

Elementos da pesquisa que não tem um fim predeterminado, Corazza identifica que “a verdade que resulta da pesquisa é sempre um semi-dizer, uma verdade que não pode ser dita toda” (2002, p. 10). Deste modo, penso que o pesquisador renuncia ao saber que possui e os demais saberes obtidos na pesquisa, sempre em busca de saberes parciais, produzindo saberes outros, refletindo formas de inserção social na universidade em especial nos cursos de formação de professores.

Para esta pesquisa sobre a governamentalidade neoliberal nas políticas de assistência estudantil, tenho como agentes a serem pesquisados os estudantes dos cursos de licenciatura do CFP/UFCG. A escolha se faz no sentido de compreender o objeto de estudo pelo auxílio e pela participação desses agentes, dando-lhes a possibilidade de ação e reflexão por meio da pesquisa em curso.

Assim, para a realização das entrevistas com os estudantes beneficiados pelas políticas de assistência estudantil, que corresponde à população dos estudantes atendidos que recebem o PAEG e pela ResidUni iniciamos pela leitura dos questionários socioeconômico disponível no CAE, considerando como critério de inclusão os estudantes que estavam há mais tempo nos dois programas, neste caso identifiquei estudantes do ano de 2016 ainda em situação ativa. A escolha se faz para obter maiores contribuições dos agentes pesquisados através das entrevistas semiestruturadas, pois considero que estes estudantes tem mais elementos sobre os programas por esta há mais tempo sendo beneficiado.

Para as entrevistas a serem realizadas com as profissionais da Coordenação de Apoio Estudantil/CAE, considero a amostra como sendo o universo integral de fontes, pois a Assistente Social e a Psicóloga, duas (02) entrevistadas, são as atuais e exclusivas responsáveis

no ano de 2020 pela na linha de frente de execução das referidas ações, desde a seleção até o acompanhamento dos estudantes, que são o PAEG e a Residência Universitária/ResidUni.

Por fim, tem-se um (01) representante da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários-PRAC, setor que desenvolve as políticas da universidade junto a Reitoria da UFCG, sendo contactada a Pró-Reitora que se prontificou a participar da pesquisa.

Ao pesquisar um grupo de estudantes e profissionais com diferentes características individuais, foram necessários instrumentos sensíveis a essas qualidades, bem como coerentes com a abordagem teorico-metodológica. Nesse sentido, vislumbramos que a entrevista consiste em procedimento adequado aos nossos objetivos e concepções. Para Ludke e André (1986), a entrevista representa um dos instrumentos básicos para a coleta de dados, dentro da perspectiva de pesquisa qualitativa.

Por se tratar de uma pesquisa sobre política educacional e de assistência estudantil, também analisarei fontes de base documental. Ao identificar os documentos institucionais, sendo a análise da Lei nº 9.394, de 20/12/1996, Diretrizes e Bases da Educação, e do Decreto nº 7.234/2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES realizadas de forma concomitante, por capítulos, destacando as categorias: emergentes para a compreensão das políticas referentes à Residência Universitária e ao PAEG. Considero ainda como fonte de dados, a página institucional da UFCG e em especial, os dados do CAE/CFP. A leitura e a análise destes, terão por fim, compreender os documentos, destacando suas categorias, conceitos, bases políticas e epistemológicas.

Segundo Ludke e André (1986) e André (1995), os documentos constituem também uma fonte poderosa que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador, podendo ser complementado com outras informações obtidas por outras técnicas de coleta. Os documentos são utilizados visando contextualizar o objeto de pesquisa, explicitando as vinculações deste com outras formas e maneiras de agregar as informações da coleta e assim, se constituem como fontes seminais. Em seus fundamentos teórico-metodológicos, os documentos legislativos e normativos constituem o objeto de pesquisa no campo social, justamente devido à existência desse, depender de estruturas simbólicas e culturais de uma sociedade, especialmente as leis e as normas.

Ao delimitar a análise do discurso como proposta de análise dos dados da pesquisa, trago os conceitos de Foucault (apud FISCHER, 2001 p 200): sobre o que seriam os discursos e como se apresentam, considerando que “estão perpassados por enunciados e visibilidades, que estão representados em forma de dispositivos institucionais, e são responsáveis por constituir práticas sociais, por definição, emaranhadas de relações de poder”. Para Foucault,

o discurso ultrapassa a simples referência a “coisas”, existe para além da mera utilização de letras, palavras e frases, não pode ser entendido como um fenómeno de mera “expressão” de algo: apresenta regularidades intrínsecas a si mesmo, através das quais é possível definir uma rede conceitual que lhe é própria (FOUCAULT, apud FISCHER 2001, p. 200).

Na perspectiva de identificar os discursos dos sujeitos, através das falas e dos documentos, priorizei a multiplicidade da expressão discursiva em que estão imersos esses discursos, posto que são produzidos documentos e falas em tempos e em espaços perpassados por relações de poder-saber. Ao tratar do discurso, Fischer (2001) identifica os conceitos relacionados à teoria foucaultiana que são **o enunciado, a prática discursiva, o sujeito do discurso, a heterogeneidade discursiva**.

Segundo Fischer (2002), o **enunciado** é um acontecimento a ser multiplicado. Assim, trabalhar com os documentos, com as entrevistas significa analisar os textos extraindo deles enunciados dos discursos. O **enunciado**, essa função de existência que se exerce sobre unidades como a frase, a proposição ou os atos de linguagem, não constituiria em si, uma unidade, pois encontra-se na transversalidade das frases, das proposições e dos atos de linguagem; é “sempre um acontecimento, que nem a língua, nem o sentido podem esgotar inteiramente” (FOUCAULT, apud FISCHER, 2002). Ainda num contexto de conceituação, a prática discursiva é definida por Foucault:

Um feixe complexo de relações que funcionam como regra: ele prescreve o que deve ser correlacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual objeto, para que empregue tal ou qual enunciação, para que utilize tal conceito, para que organize tal ou qual estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, assim, caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática (FOUCAULT, 2002, p. 82).

O discurso, em sua forma, indica e orienta ações; ele não deixa de ser uma ação que provoca outras ações; afinal de contas, o discurso depende da materialidade da fala, da escrita, da imagem, do cinema, da música etc. Nesse sentido, o discurso tem seu lugar de produção e endereçamento da prática social. Por ser prática e se tecer por entre outras práticas é que o discurso também se movimenta pelas dinâmicas de poder e de saber. Embora o discurso também possa existir em um campo abstrato ou ficcional da linguagem e da imaginação, por meio de símbolos concordantes ou discordantes da prática, pouco implicado com ações políticas e econômicas, o seu destino é quase sempre alguma prática social. Desse modo, literatura, música, cinema, pintura, poesia etc. são ficções, mas que funcionam ou atravessam as práticas sociais, comunidades, instituições. Conceber que existem círculos literários e acadêmicos que

formam comunidades em torno de obras como Don Quixote, de Cervantes, pode contribuir para compreender a menção simbólica do discurso.

Foucault fala de uma dispersão do sujeito, uma multiplicidade que se distancia da visão de sujeitos em suas individualidades e encampa os espaços, partindo de uma relação mais ampliada de ver esse sujeito, assim como uma relação com outros poderes e com os demais indivíduos. Paraiso (2012, p. 29) identifica que “o sujeito é um efeito das linguagens, dos discursos, dos textos, das representações, das enunciações, dos modos de subjetivação, dos modos de endereçamentos, das relações de poder-saber”. Em síntese, a autora destaca que Foucault concebeu “o sujeito, então, como um artifício da linguagem, uma produção discursiva, um efeito das relações de poder-saber. O sujeito passa a ser, então, aquilo que dele se diz” (PARAÍSO, 2012, p. 29). O sujeito é um produto ou um efeito do discurso, por mais que esse seja diferente ou metaforicamente distante de muitas ou algumas práticas sociais. Compreender essa hipótese significa considerar que o sujeito se produz até mesmo como efeito da mentira, da ilusão, da fantasia etc. A mentira, portanto, ao produzir efeitos práticos sobre as ações de um sujeito, estabelece a relação entre o simbólico e o material.

Segundo Paraiso, a análise do discurso de Foucault (2012) compreende a análise-descritiva das relações de poder envolvidas nas produções dos saberes, inspiradas na genealogia como método de investigação, busca analisar a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização desse saber nas táticas atuais (FOUCAULT, 2000 apud PARAISO, 2012). Para Foucault (2000, p. 16), a “genealogia não se opõe à história [...]. Ela se opõe à origem”. Além disso, “trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos” (FOUCAULT, 2000, p. 15). Por isso, ela exige “a minúcia do saber, um grande número de materiais acumulados, exige paciência” (FOUCAULT, 2000, p. 15).

Para a compreensão da universidade e os programas em tela, destaco o conceito de dispositivo, desenvolvido por Foucault (2002, p 244), “como um conjunto heterogêneo que engloba **discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas**” (grifo **nosso**). No caso, a universidade é entendida como um dispositivo, uma estratégia que corresponde a uma certa necessidade histórica, de um certo momento histórico, com a função de responder a um imperativo histórico. Assim como o programa residência universitária e o programa PAEG são dispositivos que agenciam saberes, poderes e relações de força colocadas em prática também por um imperativo histórico de nossa época. O que não significa que por se imperativo não possui contradições e limites.

Desse modo, se o sujeito é efeito de discurso, esse necessita de dispositivos para chegar ao sujeito, fazer com que esse interaja com ele, estabeleça tensões afetivas ou patológicas na esteira do saber-poder. O **dispositivo**, em sua forma de apresentação, está constantemente em atualização, de modo que as instituições como a universidade estão permanentemente propondo formas e configurações estratégicas de se manter. O que o caracteriza nessa possibilidade de estar continuamente se modificando, se recompondo e rearticulando os diferentes elementos que o constituem é o interesse do exercício da governamentalidade neoliberal. Nesse sentido, vale refletirmos sobre a relação crítica que Foucault estabelece com o estruturalismo, já que ela não desconsidera a estrutura, ao mesmo tempo em que a compreende como flexível, inconsistente e irregular em muitas partes. Aparentemente paradoxal, mas somente as mudanças conseguem manter uma estrutura.

Desse modo, nossa análise privilegiará o conceito de governamentalidade segundo os três sistemas de exclusão apontados por Foucault (1996) em “A ordem do discurso”. Esses três sistemas podem ser denominados da seguinte forma: i) interdição/proibição; ii) separação/segregação; iii) verdade/falsidade. Doravante, observaremos a materialidade desses sistemas nos discursos, nos enunciados, nas práticas, nos dispositivos. No capítulo seguinte apresentamos a proposta de análise dos dados coletados nas entrevistas tendo como base de análise o discurso Foucaultiano, considerando a universidade, as políticas de assistência e as formas de permanência e acompanhamento aos estudantes.

Para a coleta de dados trago uma abordagem qualitativa e uma análise de discurso, em Foucault, que correspondem, a meu ver, ao olhar que valoriza as falas dos agentes envolvidos nos programas sem interesse em abranger detalhes de uma população inteira, posto que inviabilizaria a disponibilidade de todos os envolvidos, estudantes e pesquisadora para a coleta, análise e interpretação dos dados segundo um volume de informações muito além de nossa capacidade de assimilação e de organização. Entretanto, não retiramos totalmente de nosso horizonte a integralidade da população que a presente pesquisa intentou conhecer. Nesse sentido, abordamos a população do estudo de uma maneira panorâmica e superficial, de modo que na sequência, elegi uma amostra intencional para realizar uma abordagem mais detalhada e demorada com relação aos dados.

Assim, resolvi considerar o número de estudantes beneficiados pelas políticas de assistência estudantil, ou seja, a população dos estudantes atendidos que recebem o PAEG, os 442 estudantes ativos em 2020, realizando a leitura dos questionários socioeconômicos, então respondidos por eles ao aderirem aos programas de assistência, documentos arquivados e disponíveis no CAE. Num segundo momento, por meio de uma amostra intencional, abordei

quatro (04) estudantes, do sexo feminino, que estavam há mais tempo recebendo a bolsa PAEG. Depois disto procedi ao convite para participar das entrevistas, optando como veículo de comunicação *e-mail* e *WhatsApp*. Devido ao não retorno de alguns estudantes, procedemos a substituição, sempre observando o maior tempo de permanência no referido programa. Em relação aos estudantes que realizaram o aceite do convite, destaco que realizei as entrevistas via plataforma digital *Google meet*, posto que os estudantes estavam no último período de seus respectivos cursos, com aulas remotas, cursando somente a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso-TCC, além de na época morarem em outros municípios.

De semelhante modo, além do recorte populacional acima, considerei uma amostra da população de 111 beneficiados pelo ResidUni no ano de 2020. Assim, também procedi a fazer a leitura do questionário socioeconômico disponível no CAE. Num segundo momento, por meio de amostra intencional, escolhi quatro (04) estudantes para participar das entrevistas, respeitando o maior tempo de permanência no referido programa. Pelos trâmites enviei o convite para participarem das entrevistas, seguindo o veículo de *e-mail* e de *WhatsApp*. Devido à dificuldade de comunicação por vias tecnológicas, fui pessoalmente à residência universitária no campus de Cajazeiras/PB para realizar o convite para a participação na pesquisa. Esclareço que o período letivo iniciou em 02 de maio de 2022 de modo presencial. No entanto, dos estudantes identificados na residência aptos a participar da pesquisa, três estão somente com TCC e ficam poucos dias na universidade; o quarto estudante está no período com mais disciplinas. Assim, procedi as entrevistas gravadas no Laboratório de Práticas Docentes do CFP de modo presencial. Sendo dois estudantes do sexo masculino e duas do sexo feminino.

A opção da entrevista gravada condiz com uma forma qualitativa para a coleta de dados é uma alternativa que permite a interação com os agentes pesquisados e o pesquisador, considerando as reações adversas com o uso do gravador considero que as gravações transcorreram de modo satisfatório. A gravação foi essencial para a posterior transcrição, escuta e leitura profunda dos dados, que ao ser feita possibilitou a compreensão dos conteúdos.

O período para a coleta das entrevistas de todos os grupos ocorreu nos meses de maio e junho de 2022. Contudo, consegui realizar as entrevistas com os estudantes que se dispuseram, sempre observando o tempo de permanência no referido programa. O modo de inclusão dos estudantes teve por norte obter uma fala representativa observando aos critérios de saturação e considerar que esse repertório de dados já colaborou sobremaneira na reflexão que estamos concebendo, seja pelos ditos, pelos escritos e/ou pelos símbolos.

Ao fazer uma amostragem intencional, decidi quem iria compor a amostra, no caso os estudantes mais antigos por ingresso nos programas, no caso desta pesquisa, o tamanho da amostra consideramos suficiente, como estudo qualitativo. Segundo Gil,

Amostragem por tipicidade ou intencional: consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população. A principal vantagem no uso desse tipo de amostragem está nos baixos custos de sua seleção; porém, requer considerável conhecimento da população e do subgrupo selecionado; (GIL, 1999 p. 100)

Para as entrevistas realizadas com as profissionais da Coordenação de Apoio Estudantil - CAE considerei que o universo populacional consistiria na própria amostra, já que o setor está atualmente formado por uma Assistente Social e uma Psicóloga, duas (02) entrevistadas, como atuais responsáveis, pela execução dos programas; considerando a execução desde a seleção até o acompanhamento dos estudantes durante a participação nos programas na universidade, que são o PAEG e a Residência Universitária - ResidUni. As entrevistas com as técnicas do CAE foram realizadas de modo presencial na sala da Coordenação de Apoio Estudantil. Por fim, fizemos o contato com a representante da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários-PRAC, setor que desenvolve as políticas da universidade junto à Reitoria da UFCG, para marcar a entrevista que por motivo de distância geográfica, a professora respondeu a entrevista via *Google Meet* em dia e horário combinados.

Quanto à ética na pesquisa, os estudantes e técnicos são identificados, valorizando questões éticas por todo o processo das entrevistas, desde o momento de submeter ao conselho de ética e pesquisa, a coleta de material e a análise do material. Assim, ao conduzir a pesquisa, uma das atividades foi assegurar aos participantes a sua liberdade de participar ou não da pesquisa, desvelar possíveis pontos de dúvidas sobre a mesma, mantendo a sinceridade e a franqueza sobre todas as vinculações da pesquisa, assinalando com honestidade a importância o tema e da responsabilidade da pesquisadora para com as informações fornecidas, garantido o sigilo dos nomes e dados pessoais, mantendo a cordialidade necessária por todo o percurso da pesquisa em curso.

As atividades de coleta de dados foram precedidas pela solicitação da assinatura dos participantes no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, conforme Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde/CNS. Os sujeitos da pesquisa foram informados sobre os objetivos da pesquisa, antes da coleta de dados e depois assinaram duas vias do TCLE. Nesse período da coleta de dados já feito o envio e o aceite da Tese ao Comitê de Ética da

Universidade Federal de Campina Grande/Centro de Formação de Professores, com as devidas informações. O Comitê aprovou o prosseguimento desta pesquisa no dia 23 de fevereiro de 2022, CAAE 55659222.0.0000.5575, Número do Parecer: 5.258.864.

3 Uma abordagem documental contextualizada sobre a assistência estudantil em tempos de governamentalidade neoliberal

Neste capítulo propomos uma análise documental realizada por instituições que fazem o acompanhamento do PNAES, como ANDIFES, FONAPRACE, Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU). Tendo como norte o estudo documental do Decreto do PNAES 7234/2010, os documentos utilizados compreendem os anos de 2015 a 2020. Assim procuramos abordar aspectos relacionados a participação dos estudantes nos Programas de Assistência Estudantil.

O Decreto do PNAES 7234/2010 no Artigo 2º, traz a determinação quanto aos objetivos da Assistência Estudantil:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. Sendo que as ações deverão ser implementadas articuladas com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento dos estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação das instituições federais de ensino superior (PNAES, 2010, p. 1).

Ao analisar o texto dos objetivos do PNAES penso como tem se efetivado a permanência dos estudantes da população brasileira, como estes têm enfrentado as desigualdades sociais e regionais de um país com uma população de mais de 200 milhões de habitantes, como a evasão tem sido identificada entre os dados e avaliações realizados, quais os modelos de inclusão para a população de um país tão diverso. Como as diferenças tem sido incorporadas nas ações políticas. Ao presenciar uma universidade compartimentalizada em suas ações e projetos, como realizar a articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão dando atenção aos estudantes que participam dos programas de assistência social. Essas são inquietações que procuro me aproximar para compreender o fenômeno na contemporaneidade brasileira mediante o estudo dos documentos em pauta.

O Decreto do PNAES se inicia com o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) para pensar e discutir sobre as instituições de ensino superior e as condições de acessibilidade e formas de permanência dos estudantes, visando ainda a promoção e a elaboração de políticas pautadas pelo direito à educação, espaço para formação de todos no âmbito dos assuntos comunitários e estudantis. De acordo com o entendimento dos profissionais que fazem o FONAPRACE, a assistência estudantil pode ser compreendida como:

[...] um conjunto de princípios e diretrizes responsáveis pelos programas e ações que visam garantir o acesso, a permanência e a finalização de estudos pelos estudantes dos cursos de graduação nas Instituições Federais, na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida (FONAPRACE, 2012).

Os dados encontrados na revista do FONAPRACE apresentam uma ampliação das áreas identificadas inicialmente (conforme já citado no Art. 3º § 1º), assim como identificam outras áreas que podem ser criadas para atender reivindicações e demandas dos estudantes.

1) Manutenção, tendo como linhas temáticas moradia, alimentação, saúde, transporte, creche e portadores de necessidades especiais; 2) Desempenho Acadêmico, colocando-se como linhas temáticas bolsas, estágios remunerados, ensino de línguas, acesso à informática, fomento à participação político-acadêmica e acompanhamento psicopedagógico; 3) Cultura, Lazer e Esporte, incluindo o acesso à informação, a manifestações artísticas, culturais e esportivas; e 4) Assuntos da Juventude, envolvendo orientação profissional, sobre mercado de trabalho e prevenção a fatores de risco (FONAPRACE, 2012, p. 213).

O aspecto que trata do desempenho acadêmico estudantil tem se revelado primordial, colocando-se como auxílio em bolsas e estágios remunerados aos cursos de licenciatura, cursos de línguas, acesso à informática, incentivo à participação político-acadêmica e acompanhamento psicológico e pedagógico efetivo. Outro destaque urgente se faz aos assuntos da juventude, no sentido de orientação profissional e abrangente a formação nas licenciaturas, sobre mercado de trabalho e prevenção a fatores de vulnerabilidade social.

Quadro 04: Destaco as Áreas Estratégicas definidas no Plano Nacional de Assistência Estudantil em sua primeira versão no ano de 2007 elaborado pela coordenação do FONAPRACE.

Áreas	Linhas Temáticas	Órgãos Envolvidos
Permanência	Moradia -Alimentação -Saúde (física e mental) -Transporte -Creche -Condições básicas para atender os portadores de necessidades especiais	Assuntos Estudantis Ensino Pesquisa Extensão
Desempenho Acadêmico	Bolsas Estágios remunerados Ensino de Línguas Inclusão Digital Fomento à participação político-acadêmica Acompanhamento psicopedagógico	Assuntos Estudantis Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa e extensão Parcerias com órgãos públicos e entidades com fins sociais
Cultura, Lazer e Esporte	Acesso à informação e difusão das manifestações artísticas e culturais Acesso a ações de educação esportiva, recreativa e de lazer	Assuntos Estudantis Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa, extensão e cultura Parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil
Assuntos da Juventude	Orientação profissional, sobre mercado de trabalho Prevenção a fatores de risco Meio ambiente Política, Ética e Cidadania Saúde, Sexualidade e Dependência Química	Assuntos Estudantis Parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil

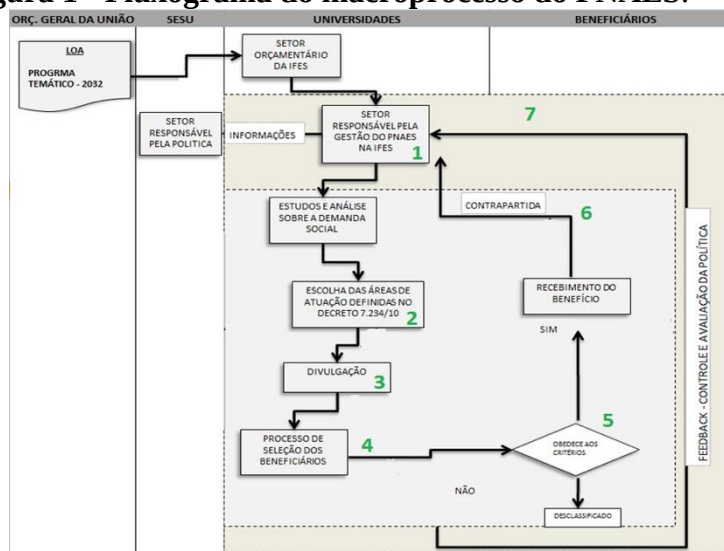
Fonte: Plano Nacional de Assistência Estudantil em sua primeira versão no ano de 2007. (FONAPRACE, 2007).

De modo especial, reflito como a universidade pode dar conta de todas essas demandas quando recebe uma população historicamente excluída e que, ao adentrar à universidade, tem que permanecer e concluir os referidos cursos que envolvem diferentes custos financeiros. Sem dúvidas, as ações de intervenção estatal, no que trata das políticas de assistência estudantil, quando se trata dos programas PAEG e Residência universitária, podem se encaminhar para práticas de permanência em todas as frentes, não só econômica/financeira e sim na permanência

com a garantia das condições sociais, pedagógicas e psicológicas dos ingressantes nos programas de assistência. Em outras palavras, vislumbramos as políticas de permanência devem atuar tanto no nível material quanto no nível simbólico das relações de poder ou de governamentalidade.

Um documento interessante a ser apresentado se trata do relatório de consolidação de auditorias sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que abarcou o período entre 2015 e 2016, realizadas em 58 Universidades Federais. Destacarei aspectos relevantes para a pesquisa em curso. De acordo com os dados do referido relatório, o programa PNAES é o 3º maior orçamento das instituições de ensino universitário, ficando atrás somente das ações de Funcionamento das Instituições e da Reestruturação e expansão das Universidades (REUNI). Neste sentido, os gestores envolvidos no PNAES são o MEC, na qualidade de entidade supervisora, através da Secretaria de Educação Superior (SESU), e as universidades, na qualidade de instituições executoras da política. Assim, apresento o fluxograma do macroprocesso das ações do PNAES a serem desenvolvidas pelas instituições.

Figura 1 - Fluxograma do macroprocesso do PNAES.

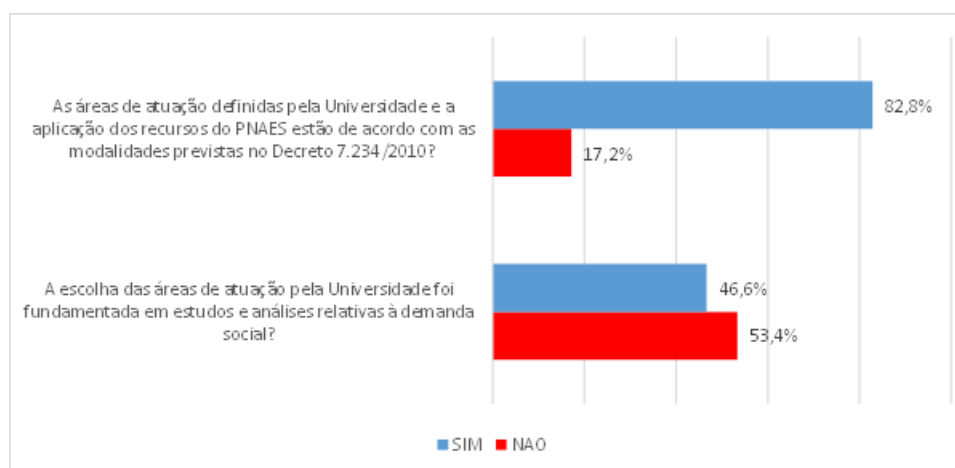


Fonte: Relatório de Consolidação dos Resultados das Gestões do Plano Nacional de Assistência Estudantil, 2017.

O Relatório destaca que durante todas as fases são esperados mecanismos de controle internos administrativos, inclusive com retorno para avaliação da política em caráter nacional, a ser realizado pelo MEC, utilizando-se de indicadores e metas, relatórios gerenciais. Assim, o Decreto nº 7.234/2010, em seu art. 5º, estabelece que as instituições desenvolvam estratégias

de monitoramento e de avaliação da política. Considerando que a avaliação deve levar em consideração as metas previstas e os objetivos de redução das taxas de evasão e retenção.

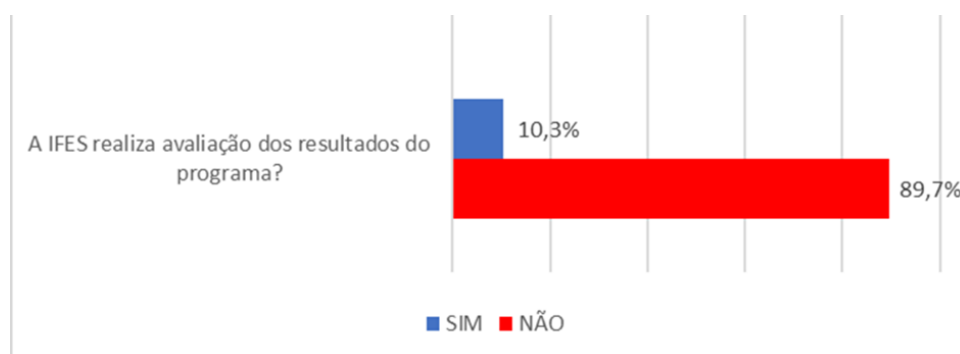
Gráfico 1: Aplicação dos Recursos



Fonte: Relatório de Consolidação dos Resultados das Gestões do Plano Nacional de Assistência Estudantil, 2017.

Dois aspectos são relevantes no gráfico. Primeiro que os processos têm sido respeitados quanto à aplicação dos recursos. Já a escolha das áreas de atuação ainda é definida por critérios que não podemos inferir, de modo que a interação com estudantes ou levantamento de diagnóstico no sentido de orientar as ações de planejamento e alocação de recursos devem ser empreendidas com a participação dos estudantes como expresso na política. Essa distância dos estudantes impossibilita mesmo participação mínima e, assim, menor acompanhamento, baixo monitoramento, pouca transparência do programa, com ocorrências dos recursos não terem sua efetiva utilização.

Pelo relatório da CGU (2017), desataco que quanto ao repasse dos recursos aos estudantes, os mesmos são entregues na forma de bolsas ou auxílios financeiro. Na sequência apresento um gráfico que trata de como as instituições avaliam os processos e resultados das seleções a cada ano.

Gráfico 2: Avaliações de resultados

Fonte: Relatório de Consolidação dos Resultados das Gestões do Plano Nacional de Assistência Estudantil, 2017.

Pelo exposto observamos uma significativa ausência de avaliações dos resultados do programa que são apontados no relatório da CGU, por parte das instituições, contrariando o que estabelece o Decreto 7.234/2010.

Verifica-se também um quadro de limitação de governança e de gestão da política, tomando como referência a ausência de diretriz operacional de focalização e as deficiências de normatização interna, visões que evidenciam riscos de eficácia na redução das taxas de evasão e retenção. (Relatório da CGU, 2017 p. 24).

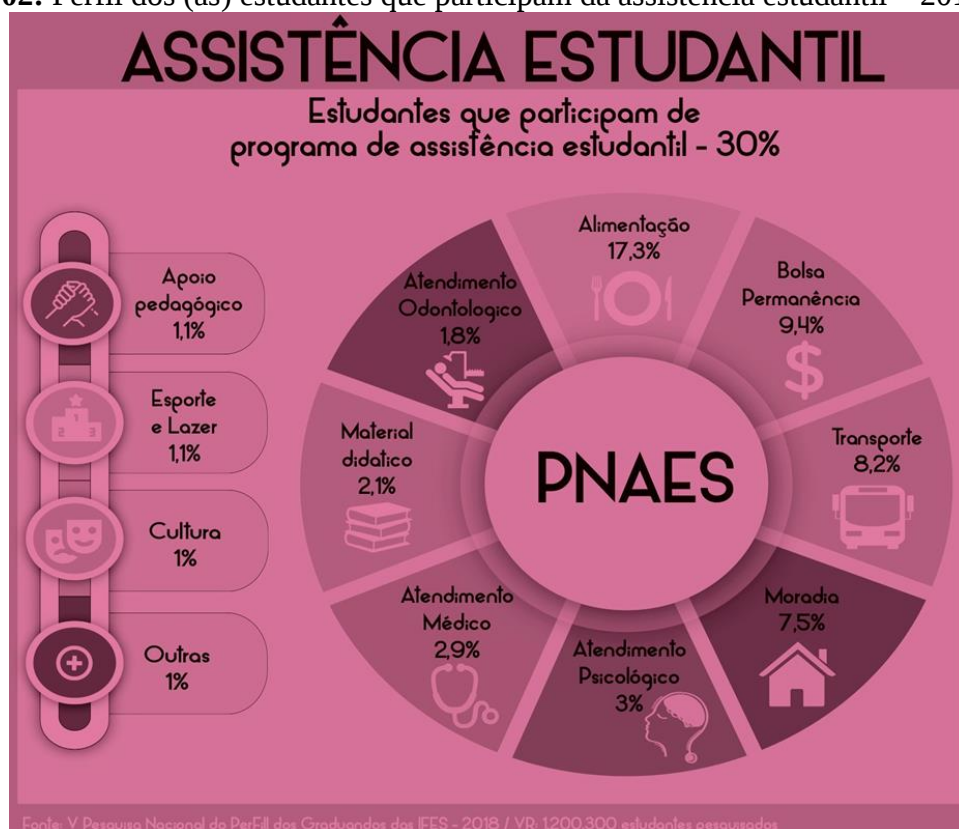
De acordo com o Relatório da CGU (2017), o Ministério da Educação, por intermédio da SESU, compreende e concorda com os resultados encontrados e se propõe a desenvolver medidas para corrigir as fragilidades encontradas e fortalecer as ações do Programa, definindo diretrizes orientadoras:

1. Criação de instrumentos para subsidiar a avaliação e o acompanhamento da execução dos auxílios concedidos pelas instituições públicas federais no âmbito do Programa;
2. Aperfeiçoamento dos mecanismos de verificação e validação da renda declarada pelo estudante quanto ao grupo familiar;
3. Revisão dos normativos que regulamentam o Programa, especialmente, critérios de elegibilidade, formas de seleção dos beneficiários, repasse dos recursos, áreas de abrangência do Programa entre outros (Relatório da CGU, 2017 p. 24).

No ano de 2018 foi realizada a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das Instituições de Ensino Superior sob a idealização do Observatório do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis – FONAPRACE. Para esta pesquisa busco identificar os dados sobre o uso de alguma ação ou programa referente à assistência estudantil.

No universo da assistência estudantil, os serviços, ações ou programas mais utilizados foram, por ordem decrescente: alimentação (acesso aos restaurantes universitários, com ou sem bolsa ou auxílio financeiro), com 17,3% de estudantes respondendo “sim”; transporte (via bolsa, isenções ou auxílios financeiros), com 8,2%; bolsa permanência da instituição, com 7,6%; e moradia (acesso à moradias estudantis, a bolsas ou auxílios financeiros), com 7,5% de respostas positivas (FONAPRACE, 2018)

Figura 02: Perfil dos (as) estudantes que participam da assistência estudantil – 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos graduandos das IFES(2018).

De acordo com a pesquisa em tela, entre 2014 e 2018 (2018) dois fatores caminharam na direção oposta e podem explicar a queda importante, na cobertura das ações de assistência estudantil. Os recursos destinados ao PNAES foram crescentes até 2016, maiores que em 2017 e 2018 que tiveram reduções nos valores para 4,1% e 3,1% respectivamente. Ainda considerando a pesquisa (2018), o programa de alimentação alcança o maior percentual de estudantes em todas as regiões, com destaque para as instituições do Sul que atendem 26,0% dos pesquisados que estudam naquela região. De outro lado, o Norte distingue-se por apresentar o menor percentual de estudantes atendidos: 9,3%. No transporte as duas regiões novamente se destacam. Enquanto no Sul 12,1% dos estudantes são atendidos, no Norte o percentual é 6,0%.

Entre os desafios apontados pela pesquisa estão:

- 1) ampliar ainda mais a democratização do acesso para que o percentual de jovens matriculados no ensino superior atinja as metas do Plano Nacional de Educação e
- 2) garantir que todos(as) os(as) estudantes tenham dentro das Instituições iguais condições de permanência, como decreta a Constituição Brasileira de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (2018)

Outro documento que trago para a reflexão é o Relatório de atividades das instituições federais de ensino superior no ano letivo de 2020. No referido relatório são apresentadas ações levantadas pelos Colégios e Fóruns assessores da ANDIFES tendo como base os seguintes itens:

Avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas de forma remota;

Situação de Vulnerabilidade Socioeconômica – PNAES;

Fortalecimento das ações compartilhadas entre as IFES;

Ensino Híbrido/Educação à Distância.

Para esta análise, consideramos o item de **vulnerabilidade socioeconômica** - PNAES. Assim, destacamos no Relatório o ano de 2020, momento em que as universidades brasileiras trabalharam intensamente, no enfrentamento à Covid-19 por meio de pesquisas e produção de conhecimento; mobilizaram-se no estudo do vírus em produções sobre a saúde e qualidade de vida para superar a pandemia. O quadro abaixo revela as atividades e ações identificadas pelo FONAPRACE.

Quadro 05: Atividades e ações identificadas pelo FONAPRACE por meio de consulta as 69 Instituições Federais de Ensino Universitário com as respostas de 44 instituições. (2020)

• 1. Atendimentos Mantidos:	2. Atendimentos criados em função da pandemia
Creche • Moradia • Saúde Mental (psiquiatria e psicologia), praticamente cem por cento virtual em todas as instituições. • Emergencial • Alimentação • Auxílio óculos • Kit pedagógico • Transporte (algumas mantiveram para todos que já recebiam, outras suspenderam) • Funcionamento de RUs para moradores de Casas Estudantil e entorno da Universidade, com fornecimento de marmitas. • Casas de Estudantes Universitários • Auxílio transporte para estudantes de cursos da saúde com atividades práticas comprovadas. • Auxílios a estudantes calouros de extratos inferiores de renda. • Atendimento (com bolsa) a	Auxílio Inclusão Digital: pacote de dados; aquisição, empréstimo ou manutenção de equipamentos (computadores, tablets, smartphones, chromebooks e notebooks). • Doação, empréstimo, reparação e manutenção de equipamentos; • Campanhas de arrecadação de equipamentos para doação e empréstimo aos estudantes de baixa renda. • Auxílio Tecnologias Assistivas. • Auxílio Alimentação Emergencial em pecúnia. • Fornecimento de quentinhas/marmitas em sistema “pegue-leve”. • Pacote de dados com chip do Projeto Alunos Conectados (RNP/MEC). • Elaboração de material de apoio (cartilhas) e informativos para orientar

estudantes Indígenas e quilombolas desligados do Programa Bolsa Permanência MEC (PBP) • Auxílio Acessibilidade para Tecnologia Assistiva. • Programa de Monitoria Inclusiva (PcD). • Apoio educacional. • Apoio financeiro às ações de extensão-ação afirmativa (Extensão-AF). • Seleção socioeconômica, atualização cadastral e acompanhamento dos estudantes atendidos pela Assistência Estudantil. • Manutenção e melhorias das Residências Estudantis Universitárias.	o enfrentamento da COVID-19. • Auxílio emergencial/deslocamento, para passagens de retornos aos domicílios de origem (famílias) ou disponibilização de ônibus com diferentes rotas. • Fornecimento de Cesta Básica de alimentos. • Rodas de conversas virtuais sobre temas diversos para estudantes: cultura, saúde, dificuldades de gestão do tempo, especificidades da pandemia, cuidado de si, etc. • Lives de saúde mental, esporte, lazer, cuidados, prevenção de COVID, sofrimento mental durante a pandemia, ansiedade, estresses, entre outros temas. • Auxílios emergenciais a moradores de Casas de Estudantes • Implantação de sistema Delivery para entrega de marmitas em residências estudantis. • Programa de Fomento à Permanência Estudantil (Meio Ambiente, Sustentabilidade e educação ambiental). • Auxílio internet rural. • Atendimento com pacote de dados (chips) e equipamentos (doações e empréstimos) a estudantes da pós-graduação e educação básica. • Abertura de editais específicos para estudantes mães ou gestantes. • Auxílio Estudantil COVID-19 - cota única. • Auxílio emergencial de complementação COVID (amplia os valores originais por tempo limitado). • Teleorientação em saúde, esporte e lazer. • Articulação com governo local para atender estudantes de mais baixa renda em alimentação (cesta básica e gêneros hortifrutí). • Implantação de Comissão de Acompanhamento de Estudantes em Risco Social. • Plantão psicológico. • Fornecimento de EPIs para estudantes em atividades práticas. • Contratação de empresa para fornecer internet, por rádio transmissão, para alunos indígenas aldeados (Projeto Aldeias Conectadas). • Parceria para testagem da Covid-19 para estudantes, principalmente moradores de Residências Universitárias. • Criação de programas multidisciplinares para atendimento e autocuidado e culturais, como “Se cuide, te amo”, Administrando o Tempo, Como Estudar, Proteger-se, Vivências na Quarentena, PRAE.com.Vc, CulturalMente etc. • Criação de rede unificada de atenção psicológica e de assistência social, envolvendo os profissionais das áreas de
---	--

	psicologia e serviço social. • Realização de Seminários de Assistência Estudantil por plataformas digitais. • Atendimentos médicos e testagens relativos à contaminação pelo novo coronavírus. • Livro digital sobre saúde mental na Pandemia. • Criação de grupos de apoio psicológico para os estudantes. • Ampliação do número de computadores em Casas de Estudantes e melhoria de acesso à internet. • Atendimentos específicos para indígenas e quilombolas, especialmente os que não são atendidos pelo Programa Bolsa MEC. • Realização de pesquisas sobre os impactos da pandemia na vida acadêmica e na saúde mental dos estudantes, buscando subsídios e parâmetros para o trabalho da Assistência Estudantil e o acompanhamento. • Projeto de vivências na quarentena (temas diversos) • Aquisição de máscaras, álcool em gel e outros para garantir biossegurança de estudantes. • Campanhas de prevenção contra COVID com comitê de Biossegurança. • Criação das oficinas de estimulação cognitiva para os discentes de graduação, para melhoria do desempenho da atenção, memória, emoções e aprendizagem durante o ensino remoto alimentação saudável etc. • Eventos virtuais de promoção de igualdades, respeito a diversidades e contra LGBTfobia. • Atividades esportivas orientadas para realizar em casa, com profissionais de educação física e por meios virtuais. • Realização de torneios e jogos eletrônicos e diversas modalidades (remotos). • Ações contra assédio moral, sexual e virtual. • Produção de Material didático acessível para estudantes com deficiência; • Realização de Seminários de Acolhimento e de Acessibilidade e inclusão Estudantil no Ensino Superior. • Realização de Webnários Diálogos Afirmativos. • Divulgação e apresentação de Agenda Afirmativa.
--	--

Fonte: Relatório de atividades das instituições federais de ensino superior no ano letivo de 2020. (ANDIFES, 2021).

No contexto da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG apresento a Divulgação do balanço anual de pagamentos da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, no ano de 2021. Segundo o documento no ano de 2021, o orçamento destinado pelo Governo Federal

à PRAC/UFCG foi de R\$ 15.478.016,00 (quinze milhões, quatrocentos e setenta e oito mil e dezesseis reais).

Quadro 06 - Pagamentos realizados entre 2020 e 2022 com auxílio estudantil pela PRAC/UFCG.

AUXÍLIOS	TOTAL PAGAMENTOS EM 2020		TOTAL DE PAGAMENTOS EM 2021	
	Número de auxílios	Valor (R\$)	Número de auxílios	Valor (R\$)
AUXÍLIO MORADIA	2013	805.200,00	1.992	796.800,00
AETICS - PACOTE DE DADOS	1732	121.240,00	4.416	120,00
AETICS – EQUIPAMENTOS	95	85.500,00	380	342.000,00
AEA – RESIDENTES	4705	1.643.950,00	6.005	2.101.750,00
AEA - NÃO RESIDENTES	10860	3.257.400,00	13.469	4.040.700,00
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	857	236.332,00	141	90.930,00
AUXÍLIO TRANSPORTE	77	13.860,00	0	0
PAEG	21108	7.391.300,00	22.078	7.727.350,00
TOTAL	41447	13.554.782,00	48481	15.408.650,00

Fonte. Elaboração própria com dados do informativo da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários. Site da UFCG

De acordo com o documento exposto na sessão informativo da página da UFCG, a Pró-Reitoria realizou pagamentos de Auxílio Moradia, Auxílio Emergencial às Tecnologias de Informação e Comunicação (AETICs) nas modalidades Equipamentos e Dados, Auxílio Emergencial de Acolhimento (AEA) nas modalidades Residente e Não-Residente, Auxílio Alimentação, nas modalidades Residente e Não-Residente, e Programa de Auxílio ao Ensino de Graduação (PAEG).

Quadro 07: Experiências desenvolvidas de atividades de extensão realizadas no contexto da pandemia com todos os estudantes da instituição sede e campus do interior do estado.

SIGLA DA INSTITUIÇÃO	Liste até quatro experiências desenvolvidas de atividades de extensão realizadas no contexto da pandemia.
UFCG	Dificuldades de acesso às tecnologias, por parte do público alvo; Capacidade de reinvenção; Novas aprendizagens em trabalhar em equipe. 1. Formação de Agentes Populares de Saúde para prevenção à Covid-19 e para a garantia de direitos junto à(o)s catadora(e)s de material reciclável de Campina Grande (PB) 2. Acolhimento e escuta psicológica em tempos de pandemia: sofrimento e modos de participação social 3. “Unidos e Nutridos na Distância: utilização de ferramentas virtuais em ações de alimentação, nutrição e saúde para o grupo de mães de crianças da educação infantil de uma creche do município de Cuité-PB” 4. Conscientização do uso de plantas medicinais pelos professores, estudantes e seus familiares durante a pandemia da COVID-19

Fonte: Relatório de atividades das instituições federais de ensino superior no ano letivo de 2020. (ANDIFES, 2021)

Ao apresentar e desenvolver reflexões sobre os documentos citados observo, que as formas de acompanhamento dos recursos do PNAES estão de modo geral sendo realizadas, porém os relatórios apresentam um interstício que permite que outras formas de inadequações aconteçam. As formas de controle e fiscalização da aplicação dos recursos poderiam ter uma periodicidade estabelecida, por exemplo, semestralmente, desde o ano de 2010 até o presente, observo um lapso de tempo entre estes documentos. Considerando a origem no caso os documentos do FONAPRACE e da ANDIFES, quanto as instituições as páginas de livre acesso representam escassez de informações.

Sobre as áreas de atendimento, no quadro 04 observo uma abrangência de campos nos quais os recursos podem ser alocados, permanência, desempenho acadêmico, cultura lazer e esporte, assuntos da juventude penso que todas as instituições deveriam apresentar ações em todas essas áreas para identificar a procura dos estudantes e assim, dentro deste movimento refazer ou rever ações e programas.

O fluxograma do macroprocesso de gestão do PNAES poderia ser de conhecimento de todas a comunidade acadêmica para assim estabelecer e dirimir dúvidas. Outro aspecto que eu desconheço diz respeito à avaliação da política pelos beneficiários e instituição de modo coletivo e publicizado.

Quanto à aplicação dos recursos, a pesquisa (Gráfico 01) feita mostra que a demanda social não foi levada em consideração pelos gestores, assim como o processo de avaliação

(Gráfico 02) por parte das instituições. O relatório da CGU (2017) demonstra fragilidades na aplicação dos recursos, na identificação e definição das ações, nas modalidades de auxílio; deixando aparente a falta de avaliação e consequente transparência no empenho dos recursos financeiros. Em 2018 pela pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos Estudantes somente 30% fazem parte de programa de assistência, e ainda entre as ações 17,3% tem ajuda de alimentação, os demais auxílios não passam de 9,4% com bolsificação; esse quadro mostra a limitação das ações com lazer, cultura e apoio pedagógico (Figura 02).

O relatório mais recente (2020) que aborda o período da Pandemia da COVID-19 mostra atividades e ações identificadas pelo FONAPRACE, por meio de consulta as 69 Instituições Federais onde constam as respostas de 44 instituições, observo a necessidade de que as instituições se comprometam em avaliar sua gestão dos recursos e prestação de contas publicamente na forma de relatórios. Sobre a UFCG (Quadro 06) identifiquei ações e programas, por meio de um breve relatório de 2020 e 2021 que apontam números bem expressivos, porém pela brevidade dos dados, não conseguimos identificar o número de estudantes atendidos em comparação com o total de matriculados na instituição, ou seja, quantos precisam ser beneficiados. O relatório da ANDIFES (2021) destaca ações desenvolvidas pelas instituições, identifiquei a UFCG é as referidas ações estruturadas, porém os dados mostram a instituição, sem a separação por campi, o que não contribui para nossa reflexão sobre o CFP, em especial, de modo geral a Pró-Reitoria junto com as coordenações de apoio estudantil têm se empenhado em cumprir o Decreto do PNAES.

4 Uma análise das políticas sociais de assistência estudantil no contexto da governamentalidade neoliberal e as alternativas de permanência dos estudantes na universidade

Porque é assim desse jeito que eu queria explicar pro senhor. Tem uma educação que vira o destino do homem, não vira? Ele entra ali com um destino e sai com outro. Quem fez? Estudo, foi estudo regular: um saber completo. Ele entra dum tamanho e sai do outro. Parece que essa educação que foi a sua tem uma força que tá nela e não tá. Como é que um menino como eu fui mudá num doutor, num professor, num sujeito de muita valia? (BRANDÃO, Carlos R. 1984. p. 7-10)

É sim, uma provocação ao leitor para que lembre que a educação nada tem de neutralidade; que o acesso e a permanência têm seus limites e seus eleitos, ou seja, classe social a ser beneficiada pela educação, desde tempos imemoriais. O texto da introdução do livro de Brandão exposto na epígrafe foi minha forma de contestar pelos brasileiros que não tiveram uma escola e uma educação com direitos e deveres, conteúdos culturais e diferentes formas de conhecimento, para que possam se constituir em agentes sociais e culturais autônomos e plenos. Nesta seção desenvolvo apontamentos sobre as políticas educacionais de assistência estudantil, tendo por finalidade contextualizar o objeto de estudo com autores que teorizam sobre as políticas sociais de assistência estudantil enquanto políticas públicas, a universidade pública e os desafios frente a governamentalidade neoliberal do estado brasileiro. De modo que serão abordados conceitos muitas vezes originados no campo da sociologia, da filosofia e não, especificamente, da educação, porém se completam pelo debate de uma educação para todos. Destaco, assim, com a fundamentação bibliográfica e documental, o enfoque da governamentalidade neoliberal e as formas de biopoder e biopolítica que perpassam a constituição e elaboração dos programas e projetos desenvolvidos para assistência aos estudantes na universidade, como também o Decreto do PNAES e as ações derivadas deste programa.

As políticas sociais aparecem de acordo com o contexto histórico e visam a atender às necessidades e ao interesse dos cidadãos. Essas políticas são resultantes das desigualdades estruturais do Estado liberal capitalista dos séculos XIX e XX. Conforme Yazbek:

[...] a Política Social Pública permite aos cidadãos acessar recursos, bens e serviços sociais necessários, sob múltiplos aspectos e dimensões da vida: social, econômico, cultural, político, ambiental entre outros. É nesse sentido que as políticas públicas devem estar voltadas para a realização de direitos, necessidades e potencialidades dos cidadãos de um Estado (YAZBEK, 2008 p. 77).

Ao desenvolver análises sobre a assistência estudantil, considero fundamental o entendimento da sociologia, da assistência social, da psicologia em seus aspectos humanitários

e políticos. Assim, a constituição do termo política pública, suas relações com a gestão pública, as inter-relações com as instituições e a coletividade de grupos sociais, devem responder ao modo de organização cultural, financeiro, com a geração de renda e emprego, para as instituições de educação, saúde, visando a convivência e a promoção dos diversos grupos entre si. As políticas públicas sociais têm na contemporaneidade o Estado em ação, órgãos públicos e setores da sociedade civil que dão origem e efetivação aos programas sociais, configurando a orientação política dos responsáveis pelo Estado. Piana (2009) identifica que:

A política social surge no capitalismo com as mobilizações operárias e a partir do século XIX com o surgimento desses movimentos populares, é que ela é compreendida como estratégia governamental. Com a Revolução Industrial na Inglaterra, do século XVIII a meados do século XIX, esta trouxe consequências como a urbanização exacerbada, o crescimento da taxa de natalidade, fecunda o germe da consciência política e social, organizações proletárias, sindicatos, cooperativas na busca de conquistar o acolhimento público e as primeiras ações de política social. Ainda nesta recente sociedade industrial, inicia-se o conflito entre os interesses do capital e os do trabalho (PIANA, 2009, p. 23).

Ao trilhar o caminho na busca pela contextualização da pesquisa, foram identificadas as políticas de assistência e sua inter-relação com as políticas educacionais; a compreensão das políticas educacionais como viés das políticas públicas sociais e econômicas mais amplas. Entendendo que as políticas educacionais constituem um elemento de normatização da educação pelo Estado, guiado pela necessidade que a sociedade apresenta, vislumbrando garantir o direito à educação e o pleno desenvolvimento dos estudantes por meio da emancipação social. Nesse sentido, Estado, sociedade, universidade fazem parte de uma tríade a ser constituída em articulação, promovendo políticas públicas educacionais por meio de decisões coletivas e democráticas dos grupos sociais: governo, profissionais e sociedade. Na citação de Dourado (2010),

[...] a educação é entendida como um direito social fundamental e que sua efetivação se dá em um contexto caracterizado como um campo de disputas de concepções e projetos demarcados por posições políticas não apenas diferentes, mas substantivamente contraditórias. Isso significa dizer que a educação é um ato político que expressa diferentes concepções e não por acaso as políticas educacionais, na qualidade de políticas públicas, traduzem tais disputas (DOURADO, 2010, p. 680).

Pelo exposto, a materialização das políticas públicas (educacionais e sociais) fazem parte de uma relação complexa em que o tempo histórico e social são determinantes das conexões e

estruturação dessas políticas, podendo incorrer em soluções temporais ou permanentes, como em desigualdades estruturais e contraditórias na sua implementação.

Ao identificar a questão global do neoliberalismo, Dardot e Laval (2016) elaboram uma genealogia do neoliberalismo para mostrar as discontinuidades e relações entre o liberalismo clássico do século XVIII e o neoliberalismo, assim como para problematizar essa relação, mostrando como essa doutrina econômica passa a ser um “sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida” (2016, p. 7). Para os autores Dardot e Laval (2016), a “racionalidade neoliberal que realmente se desenvolve nos anos 1980-1990 é o resultado de uma “multiplicidade de processos heterogêneos” que resultam nisso que os autores denominam de “nova racionalidade governamental” (2016, p. 33-34).

Contextualizando o neoliberalismo como nova racionalidade governamental, este processo não é o resultado previamente orquestrado por uma classe ou elite do poder, mas a confluência de uma multiplicidade de processos heterogêneos; nos termos foucaultianos, trata-se de uma articulação estratégica, numa espécie de estratégia sem sujeito.

A construção dessa nova racionalidade, ou razão-mundo, nos termos dos autores, segue basicamente estes passos: “Da construção do mercado à concorrência como norma dessa construção, da concorrência como norma da atividade dos agentes econômicos à concorrência como norma da construção do Estado e de sua ação e, por fim, da concorrência como norma do Estado-empresa à concorrência como norma da conduta do sujeito-empresa” (DARDOT e LAVAL, 2016 p. 379)

De acordo com Castro (2015), identifico uma definição de governo bem aos moldes de Foucault.

Quanto à noção foucaultiana de governo, ela tem, para expressá-lo de alguma maneira, dois eixos: o governo como relação entre sujeitos e o governo como relação consigo mesmo. No primeiro sentido, "ele é um conjunto de/ ações sobre ações possíveis. Ele trabalha sobre um campo de possibilidade aonde vem inscrever-se o comportamento dos sujeitos que atuam: incita, induz, desvia, facilita ou dificulta, estende ou limita, torna mais ou menos provável, no limite, obriga ou impede absolutamente. Mas ele é sempre uma maneira de atuar sobre um ou vários sujeitos atuantes, e isso na medida em que atuam ou são suscetíveis de atuar (CASTRO, 2015, p. 189).

Pelo exposto na citação, entendo que o governo se fortalece na biopolítica, como maneira específica de governar, que olha para a população por meio de programas e políticas. O poder atua na população, exercendo a governabilidade, ou seja, capacidade política de funcionamento

do governo, em implementar suas políticas através de mecanismos que envolve as ações do governo, da população e dos setores que coordenam a economia do Estado.

Para Buta e Teixeira, (2020 p. 2) “O conceito de governança é polissêmico, multidimensional e carregado de ambiguidade” (apud ROSE-ACKERMAN, 2017). Enquanto normas, a boa governança representa condições ideais de governança a serem seguidas, de modo que, os desafios à boa governança vão além de efetividade, transparência e legalidade, pois se estabelecem em condições de equidade, participação social, democracia, nas relações dos direitos humanos. De modo que, para Buta e Teixeira (2020), Governança pública pode ser definida, portanto, como arranjos de natureza pública que permitem a participação de todos os interessados, sob a coordenação do Estado, na solução dos problemas comuns, possibilitando assim a entrega de serviços públicos de qualidade, bem como o controle social.

Em Dardot e Laval (2016) podemos identificar que o termo governança se tornou uma palavra-chave no vocabulário neoliberal, dentro do arcabouço que concentra três dimensões: a condução das empresas, a condução dos Estados e, por fim, condução do mundo. Deste modo, a palavra governança, passou a substituir a palavra soberania; mudança esta que resultará em mudanças na relação interna do Estado, dentro de seu território e com sua população, mas ainda na esfera internacional, geopolítica e geoeconômica. Assim as relações se complexificam entre estado e sujeito social.

Não é apenas o Estado que se adequa a essa nova racionalidade neoliberal, mas toda a sociedade passa a ser concebida como um “mercado”, no qual cada sujeito é uma “empresa” que está em contínua concorrência. Essa nova racionalidade passa a ser a mediadora de todas as relações sociais: “o homem neoliberal é o homem competitivo, inteiramente imerso na competição mundial” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 322)

Segundo Castro (2015), Foucault faz uso do termo governamentalidade para se dirigir ao seu objeto de estudo e das formas de um governo exercer seu poder sobre as subjetividades mediante suas práticas. Aqui destaco dois pontos:

- 1) O conjunto constituído, pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma de exercício do poder que tem, por objetivo principal, a população; por forma central, a economia política; e, por instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança (p.190).
- 2) “governamentalidade” [é] encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre outros e as técnicas de si (p. 191).

Foucault amplia os conceitos de governabilidade e governança ao expandir uma definição dinâmica sobre as formas de ações dos dirigentes políticos e a forma de gerir a vida de uma população:

A arte de governar, se constitui em 1) reconstruir as relações que a permeiam de maneira global a fim de tentar encontrar as técnicas de poder; 2) passar para o exterior dessas tecnologias e se ressituar nesta economia de poder; 3) apreender o movimento das tecnologias de poder vistas na relação poder-saber (FOUCAULT, 2008, p. 481).

Importante notar na citação acima que o fundamento da arte de governar se encontra na política como técnica e tecnologias de produzir e reproduzir relações humanas no interior da sociedade ou da *pólis*. Não obstante, para cumprir seu desígnio, o governo político constrói técnicas e tecnologias capazes de dar forma às interações humanas atravessadas pelas variáveis do poder, pelos cálculos de eficácia dos exercícios do poder, suas dosagens econômicas entre a tirania e a libertinagem. O político, portanto, consiste na figura do “técnico da pólis” que conhece as ações e os instrumentos, com diferentes graus de precisão, para produzir relações agonísticas, sinérgicas e antagonistas no interior das sociedades, articulados ou contrários a algumas de suas regras culturais. Na governamentalidade acontecem continuidades ascendentes e descendentes, em que o exercício do poder aproxima aquele que exerce as coisas que são por ele exercidas.

Interessante destacar, nesse sentido, que dentre as inúmeras políticas correlativas à pluralidade antropológica ou etnológica das sociedades modernas, a “arte de governar” denunciada por Foucault, presente na sociedade neoliberal, institui-se herdeira do imperialismo moderno, mais especificamente de seus modos colonialista e liberal. Com efeito, o colonialismo pode ser destacado como um importante fundamento desses regimes políticos, especialmente determinantes das relações ou mediações econômicas, mas que não lhe são exclusivos, já que as culturas suprimidas pela modernidade também são, em sua maioria, sociedades excludentes economicamente, por natureza. Podemos dizer, assim, que colonialismo e imperialismo, na medida em que se infiltraram no interior das culturas locais, aproveitaram, reforçaram, potencializaram e prolongaram, esses seus mecanismos, dispositivos, técnicas e tecnologias como uma estrutura ou um modo geral de exercício político, de produzir ordem nas relações no interior das sociedades. O pensamento de Dardot e Laval (2016) bem aos moldes foucaultiano vem reforçar essa concepção de Estado.

A mudança na concepção e na ação do Estado apresentou-se por meio de sua reestruturação externa – privatizações das empresas públicas – e interna – o Estado passou a ser um avaliador e regulador que “mobiliza novos instrumentos de poder e, com eles, estruturas novas relações entre governo e sujeitos sociais” –, bem como a partir das mudanças lexicais no vocabulário político (Idem, p. 273-285).

A relação com o saber nesse modelo de estado governamentalizado é produzido em locais específicos através de técnicas de racionalização definida como controle racional entre igualdade e liberdade. Neste sentido, sigo na perspectiva de fundamentação bibliográfica com Foucault, ao identificar as políticas de assistência social estudantil como prolongamento da perspectiva epistemológica imperialista (colonial e neoliberal) que valoriza uma ciência universal eurocêntrica, em detrimento de outros modos de conhecimentos, então histórica e antropologicamente ligados a tradições étnicas locais e multiculturais. Sobre isso, vale frisar que não estamos propondo uma simetria, comparação ou concorrência em torno da eficácia técnica, tecnológica e simbólica da “ciência indígena” em relação à “ciência moderna”, pois os erros e os acertos de ambas podem ser histórica e etnograficamente reconhecíveis. A preocupação acerca da governamentalidade na universidade dirige nosso olhar para as dinâmicas políticas que constituem toda epistemologia “do Norte ou do Sul”, na medida em que essa depende de relações sociais, comunitárias, políticas.

Independentemente da eficiência, qualidade e efetividade da técnica e das tecnologias existe um aspecto simbólico sobre os “saberes tradicionais” e uma estreita relação com as “ciências modernas”; de modo que essa ciência é elemento constituinte do neoliberalismo justamente no eixo “saber-poder” que atravessa todas as formas de educação fornecendo toda uma epistemologia, ou seja, modo de agir da sociedade moderna capitalista neoliberal. Nos Estados modernos, por exemplo, vemos o eixo “saber-poder” se figurar claramente na participação das ciências na “Arte da Guerra” mediante técnicas e tecnologias usadas como artefatos de poder e dominação política e financeira. As Guerras, por sua vez, são íntimas das dinâmicas e oscilações, sejam elas positivas ou negativas da economia e da política mundial. Nas palavras de Virílio (1996, p. 198): “delegou-se a defesa da democracia a um sistema de armas e a cientistas [...]”. Colonialismo e Imperialismo se constituíram mediante as estratégias políticas e econômicas da Guerra. Não obstante, questiona-se sobre as epistemologias étnicas e multiculturais serem ou não mais pacíficas; ao menos pensando essas epistemologias em termos pós-coloniais.

Nesse sentido, quando resgatamos as epistemologias indígenas, africanas, híbridas etc., como que combatidas pela governamentalidade do neoliberalismo, não mencionamos um ideal

pacifista dos saberes pré-colombianos como se na América de então não existissem guerras e disputas políticas e econômicas. Pensar as epistemologias pós-coloniais significa pensar a partir da lição trágica do colonialismo e do imperialismo então aprendida pelos povos locais (HIDDLESTON, 2021). Apenas nesse sentido, considerando uma reflexão sobre a universidade brasileira, que estudantes brasileiros, subsidiados por programas de auxílio socioeconômico, beneficiários de políticas públicas, pode ser compreendido como subjetividades governamentalizadas pelo neoliberalismo. O que significa que são subjetividades forçadamente apartadas ou diminuídas de suas epistemologias de minorias em face do colonialismo e do imperialismo, isto é, do neoliberalismo contemporâneo.

Para compreender a universidade e a governamentalidade nas ações de assistência estudantil introduzo a obra de Chauí (2001), dando ênfase ao texto “Vocação política e vocação científica da universidade”. Nessa obra, a autora inicia por mostrar que no Brasil a vocação política, sem dúvidas, foi o espaço que deu origem às universidades públicas, sejam as instituições criadas na visão liberal, sejam as instituições criadas na segunda metade do século XX pautadas pela luta da escola pública e gratuita e da universidade como direito e aberta a todas as classes sociais. Continuando na leitura, verifica-se que nas instituições criadas, a partir do fim do século XX e que têm sua origem controlada pelo Estado, essas universidades são formatadas com o propósito de atender às necessidades da indústria e da economia, no sentido das elites nacionais, voltadas ao capital estrangeiro; mas, também aos quadros e às esferas técnicas e profissionais da própria administração do Estado.

Ao destacar as duas vocações, política e científica da universidade, analiso como estas podem efetivar as políticas de assistência para os diferentes grupos sociais que buscam a universidade e ser compatíveis aos interesses do capitalismo que a mantém. A referida filósofa defende a relação entre saber e poder, quando a universidade, vista como criadora de conhecimento, pode fortalecer grupos sociais a desenvolverem novas práticas por direitos estudantis, humanos e políticos; ao mesmo tempo em que pode fortalecer as assimetrias socioeconômicas. Desse modo, a inserção social da universidade vai definir seu papel por meio dos profissionais que nela atuam e que nela se formam. Ou seja, a universidade pode ser instrumento de reprodução ou ruptura sociopolítica determinada, tanto por uma articulação externa quanto interna a ela. Numa abordagem fundamentada, a autora destaca quatro incompatibilidades entre as duas vocações da universidade. A primeira diz respeito ao “tempo científico e o tempo político [...] [seguirem] lógicas diferentes e padrões de ação diferentes” (CHAUÍ, 2001, p. 121).

A segunda diz respeito à natureza da política que, por ser fundamentada na alternância de poderes, permite uma política democrática à sociedade; mas, isso pode abalar as dinâmicas epistemológicas, já que a universidade se constitui em projetos contínuos e de longo prazo para o desenvolvimento de técnica e de tecnologia. A terceira incompatibilidade está relacionada à “estrutura social brasileira que, por ser autoritária na sua essência, gera desigualdades e reforça a exclusão social” (CHAUÍ, 2001, p. 123) para o acesso e a permanência de estudantes na universidade. Logo, se temos uma vocação política populista que não tem preocupações legítimas de democracia, a vocação científica se esvazia de qualidade e gera exclusão dentro do próprio processo de formação. Por fim, a quarta incompatibilidade faz referência à vocação política, aspecto que tem deixado a universidade pública à mercê dos processos de privatização, tanto da formação, quanto da pesquisa, ao permitir a inserção das instituições privadas em espaços que antes eram seus. A autora me desperta o pensamento sobre que projetos políticos a universidade tem desenvolvido ou se tem apenas se dedicado a desenvolver projetos criados por outros setores que a sustentam.

Assim, os argumentos de Chauí e a perspectiva foucaultiana permitem pensar que as relações de poder/saber são produções que se legitimam em discursos produzidos e referendados em espaços considerados legítimos produtores dos enunciados discursivos e, assim, referendam as estratégias e táticas que podem ser expressas, por exemplo, nas políticas de assistência estudantil.

Considerando o processo histórico brasileiro de colonização, seguido pela dominação do império Português, que superou um regime ditatorial que se estruturou dos anos de 1937 a 1945, e outro de 1964 a 1985, o Brasil é hoje identificado entre os países em desenvolvimento com assento em diversos organismos internacionais de promoção humanitária. É um país que, segundo Saviani (2010), desde a sua origem até os anos de 1980 tem um ensino superior acompanhado de perto pelo Estado. A organização e regulação pelo Estado reverbera nas políticas públicas sociais que englobam um conjunto de instituições para a efetivação das ações de governo; desse modo, desenvolvo análises para compreender as práticas do governo brasileiro relacionando a governamentalidade neoliberal, estruturada como conceito por Foucault, e a política de assistência estudantil do PNAES.

Neste sentido, apresento o aporte teórico-conceitual que fortalece o objeto de estudo sobre governamentalidade das políticas de assistência estudantil, permeado pelos conceitos de biopoder e biopolítica identificados por Michel Foucault, apresenta-se como mais uma co-possibilidade de desacelerar o caos do real em seu funcionamento e perceber o objeto em sua dinamicidade. Através de um modo de ver, absorvo o caos do real e mostro co-possíveis outros

possíveis, ao capturar o conceito e formar outros conceitos e assim compreender a governamentalidade nas ações de assistência estudantil na universidade. Ao tratar das políticas de assistência social e estudantil na universidade pública e gratuita, pensar o Estado brasileiro por meio de Foucault é um desafio. Porém, um aprendizado e uma escolha epistemológica e política que se faz importante numa pesquisa de doutoramento. O pensamento de Foucault sobre o Estado e as técnicas de impressas nele, revela um Estado governamentalizado que se guia por técnicas de racionalização, sendo a primeira o controle racional entre igualdade e liberdade controladas, e a segunda os dispositivos de segurança; um duplo vínculo no qual o estado invisibiliza sua ação e controla a população.

Pensar a universidade e as políticas de assistência estudantil pelo viés de seu mantenedor, a sociedade; e seu gestor, o Estado; promove-se pela abstração e mitificação de sua força e ação ao inserir o conceito de governamentalidade neoliberal como a estatização da sociedade a serviço da economia de mercado e dos donos dos modos de produção. Para esta proposta temos como leitura o curso: “Em defesa da sociedade” (2005); o curso “Segurança, território e população” (2008); e o capítulo do livro a “Vontade de saber”, “Direito de morte e poder sobre a vida” (1988); todos de autoria de Foucault. Nesses trabalhos Foucault define o poder em três momentos:

- I) O primeiro poder de soberania, que compreende o estudo da Idade Média até o Renascimento, as sociedades absolutistas e pré-democráticas comandadas por reis e rainhas no exercício da autoridade que, por sua vez, é reverenciada e atendida pelos súditos.
- II) O segundo poder chamado de disciplinar, que abrange os séculos XVII e XVIII, em que, pela lente do autor, os indivíduos são conduzidos pelas formas de disciplinamento dos corpos concebidos individualmente, pelo controle da sexualidade e o uso desses corpos. Vale salientar que essa disciplina que se apoia em tecnologias de poder é mediada pelas instituições, entre elas a escola. Este período que dura da Idade Clássica e se estende até as sociedades democráticas modernas.
- III) O terceiro denominado de biopoder tem sua origem no século XVIII até a idade contemporânea. O poder exercido se desloca para o corpo político denominado população. O Estado age através de ações empreendidas sobre a vida da coletividade, sobre o corpo espécie (corpo vivente, suporte dos processos biológicos), controlando as taxas de natalidade, saúde, formas de trabalho, produção. Conceito de biopoder pode ser lido do seguinte modo:

[...] o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder (FOUCAULT, 2008, p. 125).

O poder está em pleno domínio nas sociedades através da sua constante reinvenção. O biopoder, neste sentido, ancora-se no corpo coletivo, na população, no corpo múltiplo para se constituir como tal. O fenômeno pelo qual ele se institui é através da massa ou população. O mecanismo de configuração é a previsão de estatísticas globais através de instituições que são contratadas para a produção destes dados. A finalidade essencial do biopoder é manter o equilíbrio, regulação e a homeostase políticas e econômicas, deixando a população em equilíbrio para a construção das políticas públicas (FOUCAULT, 2005).

O biopoder pode ser lido na esteira de uma antropologia do poder soberano e disciplinar, na medida em que a etnologia (em termos gerais e comparativos) e a etnografia (em termos específicos e singulares) nos ensinam sobre a pluralidade acerca dos métodos destinados a produzir e reproduzir mediações ou mediadores entre as relações e/ou os usos corporais comunitários. No terceiro momento com o biopoder, a política é identificada como a arte de governar, mediante símbolos e práticas, as relações corporais e ideológicas no interior da *pólis*. O cerne da política enquanto técnica se encontra em sua capacidade de produzir regras de ação, de reação e de recepção dos corpos. Por conseguinte, compreendo que um estudo que pretende desvelar as regras políticas imperialistas, necessita conhecer as regras governamentais das relações entre os corpos no interior da cidade ou da comunidade modernas e/ou tradicionais.

O detalhamento das regras corporais e ideológicas implica observarmos ou traduzirmos essa visão em termos de regras para a vida, já que o corpo é a única modalidade possível ou conhecida de vida; não existe vida fora do corpo ou de um corpo ou matéria, seja ela qual for. Por conseguinte, será necessário realizarmos uma passagem do conceito de corpo para o conceito de vida (*bios*), no eixo da política como poder de produzir e reproduzir relações exercidas sobre o corpo vivo (e morto) político, já que está denominado em termos populacionais. Fundamentalmente, aos modos tribais que nos ensinam a antropologia mediante suas etnografias e etnologias, a biopolítica colonial e imperial da população (como um corpo-espécie) e as ações políticas visam ao controle do nascer, do viver, do morrer, do sexo, do trabalho e de todo modo de agir por parte dos sujeitos viventes. A sociedade moderna, através do neoliberalismo, designa ações empreendidas sobre a vida da coletividade com o aparato produtivo econômico, isto é, de toda espécie de comércio humano.

O corpo-espécie, identificado por Foucault, define o biopoder no controle das taxas de natalidade, de postos de trabalho, de produção de renda, de definição de espaços urbanos e de sistemas ecológicos. Desse modo, o biopoder equilibra características estimulando e reprimindo as populações, influenciando na demografia da população e endemias da natureza. Ao efetivar o movimento das técnicas e tecnologias de poder-saber, agora centradas na população, o conceito de governamentalidade se figura como uma estrutura de ações, por parte de um “corpo coletivo”, diferente da sociedade, chamado Estado. Trata-se de uma forma de poder complexa e específica encontrada em diferentes regiões do Planeta, seja na China ou no México, que objetiva governar e se aparelhar para se manter dominante.

Ao analisar o capítulo intitulado “A sociedade de normalização: do intolerável à governamentalidade”, tem-se uma diferenciação entre o biopoder como as formas disciplinares sobre a população, na qual o governo age sobre os corpos dos indivíduos; e a biopolítica como o governo da população, porém os dois termos se apresentam como complementares. A constituição desse biopoder se faz por formações discursivas, ou seja, enunciados que respondem as mesmas regras de constituição. A análise do discurso se faz por momentos com regras de organização; estes são os textos, as obras, os autores que funcionam como discursos que perderam eficácia estratégica. No biopoder o discurso se faz por meio de um sujeito fundador, pela expressão de interioridade, de pensamentos, recordações e sentimentos.

No biopoder existe uma mediação universal que promove o intercâmbio de discursos, diálogos, discursões, réplicas no sentido de conduzir a uma razão ou conhecimento. Para Foucault, os discursos são vistos como práticas históricas cambiantes que não estão definidos. No biopoder os discursos são expressão do sentido das coisas. Para Foucault, o discurso é uma violência sobre as coisas, se não partir do sujeito. A crítica sobre a exterioridade do discurso por si mesmo, como o discurso de grupos religiosos, sistemas pedagógicos, tem uma produção histórica e coercitiva, pois são construídos fora da dimensão pessoal mediante sua instrumentalização. Esse discurso tem forte influência nas pesquisas, de modo que na sociedade moderna a investigação ainda continua usando os métodos de origem positivista, cuja objetividade depende da construção de perspectivas ou de observadores externos às subjetividades humanas, então assumidas por máquinas e aparelhos lógicos ou tecnológicos em que os corpos humanos são componentes. Foucault constitui teorizações em torno do método empregado nessas pesquisas,

afirmando que a história do Estado deve ser feita através da prática dos homens, pois entre o nível de micropoder e o nível do macropoder não existem cortes, o que os faz associados em qualquer análise que se faça de um ou de outro (FOUCAULT, 2008, p. 126).

As reflexões sobre biopoder, governamentalidade e suas relações com as políticas educacionais, a partir das teorizações de Foucault são efetivadas pelas aproximações com a universidade, enquanto campo de poder, de saber e de dominação de governos; por isso, considero importante a teoria de Foucault como aporte nesta pesquisa.

Em sua obra, Foucault destaca a análise do papel do governo, o exercício da autoridade, a legitimação dos direitos, as formas de dominação exercidas pelos governos ao longo do tempo, identificando os modos de compreensão sobre a construção do sujeito e sua individualidade e, por fim, identifica as técnicas através das quais os governos se perpetuam, criam formas de controle e efetivam sua maneira uniformizada de governar. Castro (2015), ao estudar os temas de governamentalidade e biopoder como práticas sociais disciplinares e biopolíticas do governo dos homens, destaca o encadeamento entre Estado, mercado, empresa, liberalismo e neoliberalismo.

Os estudos de biopoder e governamentalidade estão localizados nos textos “A vontade de saber” (1988), livro da coleção história da sexualidade; e nos cursos denominados “Em defesa da sociedade” (2005), ministrado em 17 de março de 1976, e “Segurança, território e população” (2008). Assim, os conceitos de biopoder passam a fazer parte da terceira fase de Foucault, ao nomear como o poder exercido sobre o corpo político denominado população, assim como ações empreendidas sobre a vida da coletividade. O conceito de Foucault de governamentalidade revela uma tendência no Ocidente, quando o governo se aparelha da própria máquina pública para continuar dominando o público, através de um processo em que o estado de justiça, depois estado administrativo, tornou-se governamentalizado (1988).

O governo é visto como um conjunto de forças que movem a economia e a população, gerando uma super dominação do estado sobre as forças produtivas, num movimento de realização deste estado como defensor racional da população. Assim, o tema da governamentalidade visa discutir a estatização dessa sociedade, no que tange à visão de “homem econômico” feito de relações de poder, configurações e práticas. Na pesquisa em curso tenho a possibilidade de discutir a mitificação dessas formas de efetivação do Estado através das políticas de assistência estudantil, na universidade pública. Castro, ao desenvolver a introdução a Foucault em especial em A Sociedade de Normalização: do intolerável à governamentalidade identifica as análises de saber, poder e sujeito como:

O saber, o poder ou o sujeito só existem no plural e sem nenhuma identidade que transcenda suas múltiplas formas históricas. Por essa razão, para expressar a pluralidade histórica de cada um deles, em seu último curso no Collège de France, Foucault não fala de saber, mas de modos de verificação, não fala de poder, mas de técnicas de governamentalidade e não fala de sujeito, mas de práticas de si (FOUCAULT, 2011, p.10 apud CASTRO, 2015, p. 57).

Compreendo que as técnicas de governamentalidade são pautas do governo vigente na contemporaneidade brasileira que age sobre a massa da população e se constitui pelo conhecimento econômico e controle da segurança. As técnicas de governamentalidade se estruturam ainda, por meio da subjetivação instituída culturalmente, pela organização da prática de si ou cuidado de si. Este aspecto me remete à importância do estudo neste momento, ou seja, pensar a construção do conhecimento, no processo formativo, para a concretização da permanência dos estudantes nos programas de assistência, no contexto da governamentalidade neoliberal.

Dardot e Laval (2016) apresentam a impossibilidade de governar um “mundo que se tornou ingovernável, em virtude de seu próprio caráter global”, e a infinita responsabilização dos indivíduos por seu próprio destino, sempre atendendo ao imperativo (inalcançável) de ser “bem-sucedido e feliz”, produzem uma sociedade esquizofrênica e doentia (p. 344). Esse pensamento reflete o cerceamento causado pelas técnicas da governamentalidade neoliberal no contexto mundial.

Numa retrospectiva conceitual de sujeito e poder, os estudos de Gallo (2017), com base em Foucault, apresentam os modos de objetivação do sujeito para além da arqueologia do saber e da genealogia do poder. Ao identificar a ciência, as práticas divisoras e auto posição do sujeito, como formas de objetivação do sujeito, “sujeito humano que é conhecido como objeto de um saber científico, sujeito submisso a um poder” (p. 79). Foucault, por meio dos estudos da governamentalidade e da biopolítica, identifica uma dupla inflexão do sujeito como governo de si e governo dos outros, sendo assim objeto sujeitado e agente. Os processos de subjetivação como constituição do sujeito e objetivação, posto que submisso ao poder, são uma transição para um sujeito ético. Nessa problemática da subjetividade “somos assujeitados a cidadãos subjetivados a obedecer aos princípios básicos da sociedade democrática” (p. 89), esse sujeito ético surgido dessa compulsoriedade produz o “sujeito de direitos”, o cidadão de direitos.

Para além da dominação e exploração, na perspectiva de Foucault, o sujeito está exposto à submissão e para compreender esses processos, o autor identifica três tipos de luta:

aquelas que travamos contra os processos de dominação, como as lutas étnicas, sociais e religiosas; aquelas que travamos contra os processos de exploração, como as lutas dos trabalhadores contra a expropriação do produto de seu trabalho; e aquelas contra a submissão, isto é, contra os modos pelos quais somos subjetivados, somos constituídos como sujeitos (FOUCAULT, 2002, p. 123-124).

A resistência à biopolítica passa pela resistência à submissão da subjetividade, no tocante às políticas no Estado governamentalizado. Conforme Gallo (2017, p. 1502): “somos constituídos cidadãos para termos acessos a tais políticas e benefícios sociais; as ações de governabilidade promovida pelo Estado neoliberal atingirá a toda a população”, desse modo “é preciso constituir a todos cidadãos, para que possam ser governados. Fora da cidadania não há governo democrático possível” (2017, p. 1508).

Ao desenvolver a análise sobre a governamentalidade neoliberal, Gallo relaciona a necessidade de democratização do estado e da instituição da cidadania para que, de modo efetivo, esses cidadãos se constituam para ser conduzidos pelo estado. “São os indivíduos livres que são governados” (2017, p. 1510), assim “a integração das liberdades e dos limites dessa liberdade tornou-se um imperativo da prática governamental” (FOUCAULT, 2008 p. 129). Tomando por referência as políticas do PAEG e a Residência Universitária, refletimos sobre como os estudantes têm sua cidadania e sua liberdade respeitados em todo o percurso de formação, considerando a biopolítica, o biopoder e a governamentalidade neoliberal.

Ao tratar das aproximações entre a governamentalidade neoliberal e a educação, Veiga-Neto (2013, p. 21) destaca a década de 1970 no Brasil como início dos estudos sobre essa relação entre os termos, principalmente sobre “a performatividade, o controle, o empresariado de si, a precariedade do trabalho docente, a competição e o consumo exagerado”. Assim, a governamentalidade atua entre os dois eixos ortogonais: o eixo da individuação e o eixo da população encontram as técnicas de controle já identificadas por Foucault, que são dominação exercida sobre os outros e as técnicas de si. Por meio da educação escolarizada a governamentalidade neoliberal se efetiva junto à população, primeiro na escola básica e depois na universidade.

Ainda no intuito de aproximação com o tema, destaco a citação de Veiga-Neto sobre as formas de subjetivação¹⁸ exercidas primeiro pela empresa, adotando a gestão, a informação e as decisões, a cargo dos trabalhadores, fomentando o empresariado de si mesmo como reorganização do trabalho, formas de controle e produtividade do trabalhador. De semelhante

¹⁸ “Práticas e processos heterogêneos por meio dos quais os seres humanos vêm a se relacionar consigo mesmo e com os outros como sujeitos de um certo tipo” (ROSE apud PARAISO, 2012, p. 30).

modo, a escola e a educação são permeadas por relações de poder, forjadas pela objetivação e posterior subjetivação dos sujeitos, se constitui no contexto da governamentalidade neoliberal em instrumento para a formação de sujeitos adormecidos para os aspectos da ordem social, econômica, cultural e política.

Em termos educacionais isso é da maior importância, na medida em que ao invés de a escola ser vista como um lugar onde se ensinam e se aprendem “conteúdos” e ideologias, ela, bem mais do que isso, passa a ser entendida como, também e principalmente, uma instituição encarregada de fabricar novas subjetividades (MENEZES, 2011 apud VEIGA-NETO, 2013).

Ao desenvolver articulações sobre a governamentalidade e sua relação com a educação, pode-se pensar sobre os ambientes escolares e de formação nas universidades. O acesso à tecnologia e à produção de subjetividades nesses espaços geram um repertório de comportamentos e valores que são muitas vezes incompatíveis com a escola e a universidade. Outro destaque diz respeito à articulação entre o trabalho imaterial desenvolvido na contemporaneidade que valoriza a cooperação e a produção de inovações com a educação escolarizada. Veiga-Neto (2013) destaca as novas configurações sobre o trabalho docente e as concepções sobre o papel da educação escolar na contemporaneidade. Sobre “o trabalho docente em termos de sua crescente flexibilização, desprofissionalização, desqualificação, marginalização social, desvalorização salarial, esvaziamento político, enfraquecimento associativo e sindical” (p. 37), o que se visualiza é um docente em permanente estado de alerta sobre sua profissão e sua prática pedagógica à mercê de metodologias e teorias do Estado neoliberal.

Sobre o papel da educação escolar e da universidade, em especial os cursos de licenciatura, Veiga-Neto (2013) destaca que a estratégia pedagógica do Estado neoliberal fortalece a formação de sujeitos em constante processos de aprendizagem, em permanente reafirmação de si, num infinito aprender a aprender como gestor de si e do seu fazer docente. Com este destaque penso no papel da universidade e dos cursos de licenciatura ao desenvolver suas atividades de formação para estudantes beneficiados por programas sociais, visto que estes estudantes vão para o mercado de trabalho que, por sua vez, são regidas por regras da governamentalidade neoliberal.

Sobre esse destaque Gallo (2017) assinala que;

uma escola democrática e republicana se consolida, por mecanismos em que todos tenham acesso e formas de permanecer que seja a mesma para todos, garantindo oportunidades iguais. Como afirmado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, artigo 2º, a educação deve estar inspirada no princípio da liberdade e estar orientada para a formação do cidadão, para o exercício da cidadania. Os processos educativos são apresentados, assim, como uma das peças centrais na maquinaria de instalação e consolidação desta maquinaria governamental (GALLO, 2017, p. 1511).

As articulações que venho desenvolvendo sobre governamentalidade neoliberal, políticas de assistência estudantil e universidade têm como fim pensar os programas PAEG e Residência Universitária para os estudantes dos cursos de licenciatura compreendendo as transformações sociais e deslocamentos das ações e efetivação destes programas. Pensar estas políticas na sua complexidade requer permanentes provocações sobre as ferramentas teóricas e práticas que podem contribuir para a pesquisa na área.

Entre os destaques para uma análise sobre o PNAES, o relatório do FONAPRACE (2012) destaca a atenção para a interdependência das diversas ações do programa. Desse modo, as áreas assistenciais devem ser trabalhadas a partir das demandas reais dos alunos, com base em parâmetros de reais necessidades materiais e qualificadas que precisam ser supridas simultaneamente durante a permanência dos estudantes nos devidos programas. Uma observação destaca os pontos negativos de uma universidade focar no atendimento das carências relacionadas à moradia estudantil e não assistir aos estudantes nas suas necessidades de alimentação; uma dessas áreas prioritárias que fica sem assistência pode determinar a evasão do estudante.

Ao tratar da governamentalidade neoliberal identifico o PNAES como um programa de assistência estudantil por meio de objetivos que se relacionam entre si, no combate à evasão e permanência dos estudantes na universidade e, de semelhante modo, assume para si a efetivação das ações e programas e se configurando no mantenedor da educação universitária.

Para Volpi (1996, p. 17-18), a universidade deverá,

produzir o saber buscando o equilíbrio entre o conteúdo social e a excelência acadêmica especificamente profissional, num explícito comprometimento com a elevação das condições de vida a níveis mais dignos e fraternos, numa significativa interação com o entorno social onde se situa, cumprindo, assim, o papel que cada vez mais é chamada a desempenhar (VOLPI 1996, p. 17-18).

As observações e críticas ao Decreto do PNAES podem ser consideradas por se tratar de um programa que requer o equilíbrio da participação social na universidade, de modo que o binômio acesso-permanência é gerido por iniciativas governamentais centradas no acesso, por vezes, porém, sem ou com reduzidas ações de permanência. Para além dos recursos financeiros, porém, o governo não desenvolveu ações de investimento proporcionais à ampliação do acesso,

fato que gerou um descompasso que continua representado na atualidade das políticas de assistência estudantil. No bojo das políticas públicas geradoras de políticas sociais, ao criar e ampliar universidades sem fazer concurso público para áreas de ensino e de gestão envolvidas, gera sobrecarga aos educadores, aos técnicos e contribui com a terceirização de técnicos administrativos numa situação de descaso com a universidade e com os estudantes nos serviços prestados. Não podemos perder de vista que os contratos de serviços entre público e privado mediante terceirizações vêm sofrendo abalos com os frequentes cortes e reduções de financiamentos da universidade pública por parte dos governos neoliberais.

As questões de ordem financeira podem ser contabilizadas como importantes para a permanência dos estudantes, seja no pagamento e valores do PAEG, seja na efetivação das Residências universitárias no tocante a espaço físico, programa de alimentação, segurança e participação acadêmica. Sendo que, esses financiamentos devem permitir e incentivar que os estudantes possam participar ativamente das atividades de ensino, pesquisa e extensão e demais atividades complementares à formação técnica, tecnológica e cidadã.

Sobre as propostas de revisão ao texto do Decreto do PNAES, destaco algumas listadas no documento do FONAPRACE que me fazem refletir sobre a permanência dos estudantes nos programas de assistência social. Propostas 1 e 3:

- 1) Composição e recomposição das equipes de profissionais para operacionalizar as ações da Política de Assistência Estudantil por exemplo, aumento do quadro de assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, técnicos educacionais e técnicos-administrativos;
- 3) Implantação e ampliação de políticas de promoção e de assistência integral à saúde dos estudantes. Incluir em caráter emergencial e prioritário programas de prevenção e redução de danos ao uso indevido de álcool e outras drogas, com o objetivo de proporcionar qualidade de vida e saúde integral aos estudantes universitários. (FONAPRACE, 2012).

Com o ponto 01 das ações listadas para uma possível ampliação e reestruturação do programa PNAES com a recomposição das equipes de profissionais para operacionalizar as ações da Política de Assistência Estudantil por exemplo, visa-se o aumento do quantitativo de profissionais como assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, técnicos educacionais e técnicos-administrativos. Observamos, assim, que na pesquisa em curso, o Centro de Formação de Professores, com um total de nove cursos de licenciatura e com os programas PAEG e Residência Universitária em execução, registra demanda de muito trabalho de acompanhamento e de execução de atividades, contando com apenas dois assistentes sociais, uma psicóloga, um técnico em assuntos estudantis com vínculo efetivo, e duas atendentes com vínculo terceirizado como já mencionado na introdução.

Sobre as propostas 8 no texto de revisão do Decreto do PNAES sobre a permanência dos estudantes nos programas de assistência social, lemos o seguinte:

8) Implantação de ações de assistência estudantil (principalmente moradia, alimentação, transporte e apoio pedagógico) unificadas nas IFES, para atender aos estudantes em mobilidade no território nacional e implantação de ações de apoio aos estudantes para participarem de convênios no exterior (FONAPRACE, 2012).

Como outro destaque, para que o ponto 08 das ações destacadas sejam efetivadas como moradia, alimentação e apoio pedagógico para atender aos estudantes em mobilidade no território nacional, existe a necessidade do número aumentado desse quantitativo de profissionais.

No tocante à assistência integral à saúde dos estudantes, foi incluído, em caráter emergencial e prioritário, programas de prevenção e redução de danos ao uso indevido de álcool e outras drogas. O objetivo de proporcionar qualidade de vida e saúde integral aos estudantes universitários existe por meio de algumas possibilidades. Desde a realização de concurso para profissionais de saúde mental e coletiva, passando por alternativas que não incorram em despesas de concurso, como por exemplo o projeto de atendimento aos estudantes pelos profissionais dos cursos de medicina e enfermagem do referido centro. Existe uma possibilidade de acionar as Unidades Básicas de Saúde - UBS, serviço público existente na maioria dos municípios brasileiros, para atender às demandas cidadãs de estudantes.

No entanto, faço uma ressalva, sobre a hipótese de que esses espaços já estejam com demandas excessiva da população, o que geraria uma sobrecarga aos profissionais e possíveis não adesão dos estudantes ao serviço. Outro aspecto a considerar, caso os estudantes sejam acompanhados nas Unidades Básica de Saúde, não seria possível o acompanhamento dos profissionais do Apoio estudantil em tempo real e com garantia de acesso e aos resultados. Já um atendimento nos hospitais e centros universitários com reserva de vagas para os estudantes poderá se constituir em práticas mais efetivas de acompanhamento.

No tocante à garantia dos direitos à educação e em especial aos programas de assistência estudantil, trago um destaque da reflexão sobre a diferença, nas políticas em vigor, nos casos do PAEG e da Residência Universitária, ao que o pensamento de Gallo (2017) se adequa ao apresentar os desafios e subjetividades que perpassam o tema.

A diversidade permite remeter ao direito universal, como aglutinador de tudo aquilo que é diverso. Ela está implicada no conjunto daquilo que compõe o universal. Em outras palavras: há uma unidade que é resultante da diversidade ou, numa direção distinta, a diversidade é nada mais do que o desdobramento de uma unidade. Tomar a diversidade em lugar da diferença significa “domar” a diferença, apaziguá-la, neutralizar os horrores que o efetivamente diferente poderia provocar. No fundo, trata-se de não se suportar a alteridade. Lidar com o diverso é lidar com distintas faces de nós mesmos, não com o totalmente outro, a diferença implica em multiplicidade, nunca em unidade. Na afirmação da diferença, não há unidade possível, não há como reunir as multiplicidades em um conjunto único, logo não cabe aqui o apelo ao universal. Pode-se dizer que a diferença implica no fora, pois que, sempre escapa aos conjuntos, enquanto a diversidade implica no dentro, na interiorização, no pertencimento a um grupo que, por sua vez, encontra-se em outro grupo, até que se chegue ao universal (GALLO, 2017, p.1513).

Assim, as ações de assistência estudantil, pela própria razão de existência, não podem se furtar ao olhar da diferença como categoria de estudo que a compreende como superação dos modelos que uniformizam os estudantes, seus modos de ser e de viver. Essa ideia pode estar refletida na hipótese de que após o aumento quantitativo e qualitativo das políticas de assistência estudantil, a comunidade universitária se tornou mais diversa segundo diferentes aspectos, mas especialmente aqueles ligados à economia e à cultura; sem perder de vista a diversidade de gênero e de sexualidade que também demonstra ter se evidenciado. Essas hipóteses são corroboradas com um consenso histórico bastante sabido, no desenvolvimento das universidades brasileiras. Estas, até o final da década de 1990, atenderam majoritariamente os filhos das elites econômicas do país; supondo, para tanto, uma maior homogeneidade cultural de matriz ou de referência europeia e estadunidense.

Quanto ao gênero e sexualidade, corre também uma hipótese de que os estudantes anteriores apresentavam um padrão heteronormativo e patriarcal; unido a isso, poucos estudantes necessitavam de programas de assistência na forma de bolsas, moradia e alimentação, pois, eram dependentes financeiramente de suas famílias.

Nos aspectos que trata da diferença, Deleuze (apud PARAISO, 2012, p 31) estabelece que “não é diferença entre dois indivíduos; não é diferença entre coisas ou entes; mas sim, “diferença em si”, “diferença interna à própria coisa”, o “diferenciar-se em si da coisa”. “A diferença tem como critério o acontecimento, trabalha pela variação de sentidos, pela multiplicação das forças, pela disseminação daquilo que aumenta a potência de existir”. O diferente, aquilo que torna cada um singular na multiplicidade, o corpo disciplinado é o campo para o estabelecimento de poder sobre esse corpo.

Os conhecimentos da filosofia da diferença nos trazem a pensar sobre nossas ações, as forças que se atravessam nelas, nossos processos de subjetivações, pensar o que nos tornamos. Com os processos de formações de professores não é diferente, o que nos tornamos são os modos através dos quais vivemos (FELDENS E SANTANA, 2011, p. 10).

Sobre a proposta 10 de revisão do Decreto do PNAE, destaco:

10) Implantação e fortalecimento de política de atendimento às demandas dos estudantes no que diz respeito à educação e cuidados de seus filhos, criando, organizando e estruturando creches (FONAPRACE, 2012).

No tocante ao ponto 10, das possibilidades e necessidades dos estudantes e a reestruturação do PNAES para o fortalecimento de política de atendimento às demandas dos estudantes e seus filhos, especialmente à educação e cuidados dos filhos menores de 6 anos, como professora dos cursos de licenciatura, já escutei de vários estudantes beneficiados pelo PAEG, a declaração de que fazem uso do valor da bolsa instituída pelo programa para pagar despesas com filho porque não têm como deixá-los para ir estudar. Desse modo, ao reformular as atividades do programa podem ser criadas e organizadas estrutura de creche para os filhos dos estudantes, podendo ocorrer por meio de parcerias com a rede pública escolar, tal como quando se trata de estudantes da cidade de Cajazeiras/Pb. Quanto aos estudantes dos demais municípios e estados, a universidade necessita viabilizar um plano de trabalho para realizar essas ações.

Ao apresentar os principais pontos faço uma ressalva ao objeto de estudo, ou seja, os que considero interessantes para problematizar e, assim, ao destacar desenvolvimento das ações da assistência estudantil pelas universidades, é necessário considerar que elas atendem a diferentes grupos de estudantes que têm diferentes necessidades para além dos critérios de acesso aos programas; especificidades que vão do espaço regional às características socioeconômicas. Neste caso, entra em destaque a autonomia das instituições universitárias para o gerenciamento dos recursos do PNAES. De modo que a redução do número de evadidos e retidos nos cursos de licenciatura, uma cobertura proporcional de programas e estudantes favorecidos, quando devidamente avaliado o número de pedidos nos editais, tudo isso possibilita aos dirigentes das universidades, seja Reitores e Pró-Reitores na obtenção e gerenciamento dos recursos financeiros.

Nestes termos, compreender as políticas de permanência dos estudantes no ensino universitário passa por pensar o desempenho acadêmico destes estudantes, as dificuldades acadêmicas que os programas podem amenizar, as dificuldades financeiras que os valores podem custear e a cidadania que o apoio educacional se constitui para a comunidade acadêmica

beneficiada pelos programas. Considerando que essas políticas buscam enquadrar o diferente no normal, governar seus corpos, vigiar, disciplinar, como consequência, o estudante contemplado com o benefício deve seguir procedimentos, cumprir rituais, preencher fichas e formulários, assumir compromissos e deveres de não transgredir, de não transpor a normalidade. Desse modo, com algumas ressalvas, as políticas de assistência estudantil podem amenizar as dificuldades e desigualdades provenientes das políticas na governamentalidade neoliberal, (considerando que esse mesmo estado neoliberal também constrói políticas que promovem igualdade e equalização para favorecer o domínio neoliberal) essas políticas precisam ser acompanhadas e apropriadas pelos estudantes, que pelo seu viés de subjetividade, podem se constituir em mecanismo de controle político, ideológico e financeiro: Contudo, sou de acordo que essas políticas podem ser instrumento de luta política no caso brasileiro.

Santos (2009), em sua tese, desenvolve uma análise sobre as formas de permanência como política de ação afirmativa, busca identificar projetos institucionais e estratégias informais, nas quais, os estudantes conseguem permanecer na universidade. Para a autora, esses projetos e práticas contribuem para a permanência qualificada dos estudantes assim como amplia os campos e oportunidade de modalidade social destes sujeitos. Segundo Santos (2009), “a permanência em seu significado, carrega um legado filosófico intrinsecamente vinculado ao sentido da essência do ser” (p 76). No dicionário Abbagnano (2007 p. 758), Permanência significa:

(in. Permanence: fr. Permanence, ai). Segundo Kant "a Permanência expressa, em geral, o tempo como correlato constante da presença da aparência, da mudança e da concomitância". Em outros termos, Permanência é o tempo enquanto duração.

Em Santos (2009, p. 67), aparece uma definição que considero relevante:

A permanência é uma coisa que persiste se e somente se existe ao longo do tempo, assumindo partes temporais diferentes ou estágios em tempos diferentes, ainda que nenhuma dessas partes esteja completamente presente em mais do que um momento temporal. (David Lewis apud SANTOS, 2009 p. 67)

Santos remete a Kant um conceito de permanência quando “afirma que a permanência expressa em geral, o tempo como o correlativo constante de toda existência de fenômenos, de toda mudança e de toda simultaneidade” (2009 p 68). A permanência está relacionada a um tempo cronológico que envolve modos de existência, troca de experiências elaboradas num continuum.

Santos (2009, p. 69-70) se utiliza de Kant para identificar três dimensões da permanência:

Permanência enquanto duração (tempo) - Esta dimensão está associada à duração do estudante no tempo do curso. Observaremos isso mais cuidadosamente no item permanência material, mas faz-se importante pontuar que durante o curso o estudante poderá contar com algum tipo de benefício (bolsa de programa de permanência, bolsas de pesquisa ou extensão) e neste caso, ter a oportunidade de manter-se somente estudando e vivenciando a universidade em sua plenitude ou, numa outra situação este estudante poderá permanecer o tempo do curso, mas com pouca participação na vida acadêmica por conta da necessidade de trabalhar para garantir o seu sustento e a própria permanência na Universidade. Ainda nesta dimensão pode haver uma transformação do estudante causada pelos conhecimentos adquiridos ao longo da vida acadêmica, das ambiências, dos círculos de amizade, etc. Vale salientar que no caso do estudante que vive inteiramente a universidade, ou que pelo menos trabalha em sua área de formação, esta transformação é muito mais impactante.

Esta dimensão favorece a participação dos estudantes que vivem integralmente a universidade, em atividades acadêmicas, como pesquisa e extensão, possibilita a formação política e reconhecimento da instituição como dispositivo de poder e saber, promove apropriação intelectual e social com a garantia de conclusão do curso.

No tocante à simultaneidade na permanência Santos (2009 p. 70),

a dimensão torna-se muito interessante, à medida em que observamos o papel que não só a política de cotas tem para a entrada destes estudantes na universidade, mas também o papel que estes estudantes passam a desempenhar enquanto referência para outros jovens. Ao ingressar na universidade a trajetória deste jovem passa a ser “reconhecida” na sua comunidade familiar ou de moradia como um “caminho possível” e isto influencia positivamente outros jovens a almejarem o ingresso na Universidade. Há aqui uma simultaneidade da permanência, vez que “eu existo no outro” que também ingressou em um curso superior. Nesta dimensão há uma transformação do indivíduo e também no meio social em que ele circula.

Nesta dimensão, sua relevância centra-se na visibilidade social dos sujeitos beneficiados e da criação de referência sobre formas de permanecer no ensino universitário e na expansão do mundo acadêmico para populações e sujeitos alvos das políticas de assistência.

Ao considerar a Sucessão, a autora diz respeito às possibilidades de permanência em outros graus acadêmicos, ou seja,

se a dimensão temporal do indivíduo tiver qualidade, ou seja, se ele conseguir concluir o curso podendo viver inteiramente a universidade, existem chances de uma pós permanência através dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, ou de forma mais ampla nos cursos de mestrado e doutorado. Temos plena consciência dos caminhos tortuosos por que passam as seleções de pós-graduação nos Programas das Universidades Brasileiras (SANTOS, 2009, p. 70).

De igual significação, a sucessão ou pós-permanência é um desafio aos sujeitos beneficiários de políticas de assistência estudantil, considerando as condições materiais e a inserção no mercado de trabalho, pressões a que são submetidos estudantes em situação de vulnerabilidade social, quando a sociedade coloca limites à formação desses sujeitos ao espaço dos cursos de graduação.

Durante a coleta de dados e na oportunidade de participar do XIX Encontro das Regionais Norte/Nordeste na Universidade Federal do Cariri-UFCA promovido pelo FONAPRACE, outro termo se apresenta no tocante à permanência, ou seja, à permanência qualificada. O Programa de Permanência Qualificada – PPQ da Universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFRB, visa fortalecer os estudantes e as ações transversais, no estabelecimento das políticas de assistência estudantil em seus vários setores das políticas afirmativas.

A permanência qualificada associa ensino, pesquisa e extensão às políticas afirmativas como teoria e prática formativa tendo por fim os estudantes; ao articular de maneira interdependente e complementar os debates sobre as políticas em prol da democratização do acesso e permanência. Essa construção pautada na cidadania, no direito e no reconhecimento dos estudantes, está associada ao desenvolvimento social, cultural, político e econômico definidos como eixos a serem desenvolvidos. Passo a uma citação de Jesus e Nascimento (2010, p. 127), na qual os autores identificam alguns eixos e suas definições.

A afirmação do eixo **Político-social** que consubstancia a identidade, a imagem e as práticas da UFRB está alicerçado em princípios sociais, éticos, que implicam em posicionamentos com relação às questões fundamentais para a educação, a saber, democratização, inclusão social, reparação e promoção de equidade.

O eixo **Ético-protagonista** em relação à promoção e contribuição para a efetiva realização de ações cooperativas, participativas, mutualistas entre os sujeitos, nas suas relações de trabalho e aprendizagem.

O eixo **Formativo** diz respeito aos sentidos das ações desenvolvidas que ao serem vivenciadas demandam a observação crítica rigorosa, articulada ao contexto, à conjuntura e aos aspectos institucionais. Este eixo formativo implica em dialogia, reflexividade, tensionamento entre o instituído-instituente, questões que se relacionam a identidade e poder.

Eixo do **Contexto Local/Regional** que inclui histórias, culturas, tradições dos sujeitos e grupos sociais locais que se constituem pelas lutas dos movimentos sociais, raciais, etc.

Ao identificar as formas de **permanência simbólica** e comparar a citação de Jesus e Nascimento (2010), tem-se os aspectos pedagógicos e as questões culturais como resultantes dessa permanência simbólica. Quanto à permanência **simbólica pedagógica**, está relacionada aos aspectos pedagógicos da prática docente, os métodos de ensino e avaliação, no sentido de subsidiar a mediação de conflitos, na relação entre docentes e discentes, visando o desempenho dos estudantes e a superação de práticas de dominação e exclusão por parte dos educadores. Quanto à permanência **simbólica cultural**, uma temática recorrente é a necessidade de promover a inclusão cultural e étnica dos estudantes. Nesse sentido, é importante valorizar a interculturalidade nas universidades, no sentido de favorecer o sentimento de pertencimento e promoção do sentimento da inclusão acadêmica e social. Ao identificar as modalidades que o documento propõe nos eixos de formação para uma permanência qualificada, transmite-se uma forma de assumir a assistência estudantil em suas múltiplas facetas, garantindo as formas de pertencimento, de cultura, de regionalismo, inserção política e desempenho acadêmico aos estudantes. Nesse aspecto as políticas de acesso têm uma missão a cumprir, pois o SISU permite que estudantes de diversas regiões possam ter mobilidade de cursar seus estudos em diferentes estados do país. Assim, de modo mais efetivo a permanência simbólica cultural necessita ser implementada nas universidades brasileira.

No tocante à **permanência material**, pode-se questionar a abrangência e o alcance de todos os sujeitos em situação de vulnerabilidade social aos cursos e universidades brasileiras. Com o PNAES as instituições iniciam um processo de pensar e discutir as instituições de ensino universitário, as condições de acesso, as formas de permanência dos sujeitos, considerando os contextos históricos e individuais destes sujeitos, visando à promoção e a elaboração de políticas pautadas pelo direito à educação no ensino universitário no tocante à formação dos estudantes em diversos setores, em especial nas Pró-Reitorias de assuntos comunitários e estudantis. Para além dos temas mais emergentes como moradia, alimentação, saúde, transporte, creche, é importante considerar o desempenho acadêmico dos estudantes, envolvendo atividades de inserção no mercado de trabalho e ações de cuidados com a saúde física e mental que perpassam os programas.

No que tange à **permanência simbólica** entra em destaque a realidade dos estudantes das classes populares que adentram a universidade, em geral, são os primeiros de gerações familiares a ingressarem na universidade devido a essa abertura histórica. Porém, considerando

que a sociedade estrutura meios de classificar e selecionar os grupos sociais, na universidade esse modelo vai se repetir com a entrada destes novos sujeitos, de modo que os ambientes sociais também precisam ser reestruturados para receber grupos excluídos historicamente dos sistemas de ensino, bem como de outros aparelhos de cidadania; a permanência simbólica está relacionada ao pertencimento cultural e histórico de todos os grupos sociais que adentram a universidade, como lugar de propriedade legítima; neste sentido cabe desmontar todo e qualquer argumento de seletividade entre os estudantes.

Na esteira das ambiguidades dos efeitos sociais promovidos pelos programas de assistência, Santos (2009) destaca aspectos e situações contraditórias ou colaterais a que os grupos de sujeitos beneficiados por políticas de assistência, podem ser submetidos.

Estigmatizar um grupo ou afixar-lhes um rótulo de inferioridade é uma tática largamente utilizada na disputa de poder, como forma de garantir a superioridade social. O Estigma imposto pelo grupo mais poderoso ao penetrar na autoimagem do grupo menos poderoso, consegue enfraquecê-lo e até desarmá-lo. No ambiente educacional - e, sobretudo na universidade - esta situação não tem sido diferente. (SANTOS, 2009 p. 74)

Esse é um dos principais aspectos a ser considerado, nos programas de assistência estudantil sobre a identidade e a dimensão simbólica da vida dos estudantes. Ao mesmo tempo em que o ingresso à universidade pode significar a ampliação da cidadania de jovens periféricos, especialmente no que concerne aos princípios da individualidade, intimidade e privacidade, os protocolos e liturgias para se tornar um beneficiário dos programas envolvem dispositivos de identificação e de fiscalização dos corpos e de seus comportamentos. Para reverter esta situação Santos identifica que é necessário que as desigualdades de equilíbrio de poder sejam diminuídas e que todos esses estudantes que chegam à universidade possam se apropriar de todos os ambientes da instituição, ou seja, acadêmico, cultural e político.

Perissinotto (2007) desenvolve uma análise sobre poder com base em argumentos sociológicos e históricos tendo Foucault e Bourdieu como referência. O autor procura destacar o que há em comum entre os teóricos, ou seja, uma desconfiança em relação ao consenso que caracteriza as relações sociais presentes. Essa desconfiança estaria autorizada por uma percepção inicial acerca das desigualdades que caracterizam a distribuição de recursos ou poderes sociais simbólicos e materiais.

Para Bourdieu, essa desigualdade se expressa por meio do acesso diferenciado que os agentes sociais têm ao capital específico de um determinado campo. Como o capital é o recurso que determina as possibilidades de ganho, aqueles com uma menor quantidade de capital têm menos chances de produzir ganhos no jogo que caracteriza o campo (BOURDIEU, 1989a, p. 133-134 apud PERISSINOTTO, p. 317, 2007)

A análise sociológica de Bourdieu, com uma perspectiva histórica, constitui aspecto importante na observação das relações de poder, o que pode contribuir para desmistificar o consenso que domina a sociologia nas relações de poder, especialmente em países considerados democráticos como o caso brasileiro, já que nas democracias se supõe a distribuição equitativa dos poderes, sendo o povo um dos polos do poder. No caso do Brasil, certamente o emblema da falta de simetria do poder está expresso na fórmula da “democracia racial” atribuída ao sociólogo Gilberto Freire. Acreditou-se que haveria um equilíbrio ou uma harmonia brasileira capaz de equalizar as diferenças de poder econômico e social existente entre negros e brancos.

Para Foucault, essa desigualdade se revela por meio das posições que os agentes ocupam no “sistema de diferenciações”, isto é, o sistema que define as “diferenças jurídicas ou tradicionais de estatuto e de privilégios; diferenças econômicas na apropriação das riquezas e dos bens; diferenças de lugar nos processos de produção; diferenças linguísticas ou culturais; diferenças na habilidade e nas competências etc.” Essas diferenças estruturadas seriam, ao mesmo tempo, condições e efeitos do poder (FOUCAULT, 1995, p. 246 apud PERISSINOTTO, p. 317, 2007).

As desigualdades são constituídas historicamente como condição natural dos sujeitos, que existiriam desde sempre, porém o que se compreende com as teorizações é que existe um sistema de diferenças formado e forjado pelo estado, pela sociedade que detém os processos de produção material e simbólica e pelos meios de produção cultural dominante que ao fim a cabo são os reis ‘inventores’ e divulgadores dessa compreensão.

De acordo com Perissinotto (2007, pp. 318 e 319), para Foucault e Bourdieu,

não interessa tanto a miríade de ações estratégicas e episódicas adotadas pelos atores sociais, mas sim a “estrutura” que enquadra tais ações dentro de um conjunto de fins legítimos (autorizados), às vezes perseguidos estrategicamente, às vezes realizados como um hábito. Essa estrutura é o poder, e o poder, assim entendido, é um fato duradouro e invisível que só pode ser desvendado pela análise histórica. (PERISSINOTTO, 2007, pp. 318 e 319)

Assim, a estrutura criada para formatar o modelo de poder da sociedade liberal e neoliberal são montadas por meio de um engendramento tão complexo que os atores sociais são

cooptados a sustentá-la eternamente, sem terem a grosso modo, a noção de tão pesado fardo que não tem finitude, ou seja, se reestrutura a cada momento econômico sem ser percebido ou questionado.

O tema da **permanência simbólica** no âmbito das questões que compõem a “assistência estudantil” se aproxima de Bourdieu ao realizarmos uma analogia com seu conceito de **poder simbólico** que, segundo o autor, “faz ver e faz crer”, isto é, ganha uma materialidade, pois “[...] transforma a visão e a ação dos agentes sociais sobre o mundo e, desse modo, o mundo [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 14). Ao conceituar as relações de poder, Bourdieu identifica relações de **violência simbólica** que perpassam as estruturas das instituições e aqui me remeto à instituição universidade, com seus simbolismos e regras. Em outras palavras, seu sistema de valores (políticos e econômicos) e de protocolos; que estão articulados a um sistema mais amplo de sociedade, que aqui estamos chamando, à nossa época, de neoliberalismo.

Os sistemas simbólicos são instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam contribuindo assim para a submissão inconsciente dos dominados (BOURDIEU, 1989, p. 11).

O conceito de **poder simbólico** (e seus equivalentes: **violência e sistema simbólicos**) envolve desvendar, as relações assimétricas de poder entre os atores construídas no plano das representações, como palavras, frases, textos e discursos que atribuírem significados e sentidos às práticas e aos objetos materiais responsáveis pelas mediações entre os atores sociais. Desse modo, a formação acadêmica envolve saberes (práticos e teóricos; técnicos e lógicos) e objetos (instrumentos, tecnologias, máquinas, aparelhos) em que os estudantes podem dominar esses saberes e esses objetos, e ser autorizado para sua utilização na sociedade. As diversas formas de dominação, seja na universidade, ou na sociedade estão pautadas em consenso histórico de que uns têm mais mérito ou mais valor que outros; de modo que pessoas em situação de domínio podem humilhar outras, por questões de raça, de gênero ou de nível socioeconômico em termos morais ou cognitivos.

Sobre as formas de poder, a pedagogia freiriana, por exemplo, não ignora as assimetrias materiais (fundamentalmente econômica e bélica), mas compreende que mudanças podem ocorrer no âmbito dos significados simbólicos das relações sociais, a começar por aquilo que historicamente, professor e estudante simbolizam em termos coloniais, imperialistas e liberais. Embora possa haver uma assimetria econômica e jurídica entre professor e estudante, não

significa que o primeiro seja moral e politicamente superior ao segundo; tampouco que a linguagem entre ambos deva representar essa assimetria. Nas palavras de Freire (1990, p. 14): “A tarefa de uma teoria da alfabetização crítica [por exemplo] é alagar nossa concepção a respeito de como os professores produzem, mantêm e legitimam ativamente o significado e a experiência nas salas de aula”. Torna-se necessário que “[...] o conhecimento, os valores e as práticas sociais que constituem a história/narrativa sejam compreendidos como a encarnação de determinados interesses e relações de poder referentes a como se deveria pensar, viver e agir [...]” (FREIRE, 1990, p. 15).

Para considerarmos o conceito de **simbólico** e nessa sequência desenvolver o conceito de **permanência simbólica** em Foucault, devemos nos remeter ao poder disciplinar no estudo da microfísica do poder como uma estratégia, seus efeitos de dominação, técnicas, funcionamentos que perpassam a rede de relações sempre tensas, sempre em atividade. Assim, através da genealogia do poder Foucault procura captar, por meio da “erudição histórica” (FOUCAULT, 2002b, p. 7 apud PERISSINOTTO, p. 318, 2007), o objetivo que é recuperar “um saber histórico das lutas” e ver como se dá “a utilização deste saber nas táticas atuais”; como, nesse processo histórico, várias memórias, várias resistências, vários saberes locais foram sepultados e sujeitados a um saber atualmente hegemônico. (PERISSINOTTO, p. 318, 2007).

Basicamente, é possível notar uma função emblemática, ordenadora e unificadora (sintetizadora) do simbólico em Foucault. Articulado com o conceito de discurso, trata-se de um conceito negativo no transcorrer de sua obra em relação ao conceito de práticas (material, físico, forças) na analítica do poder. A prática abala as construções lógicas e discursivas do simbólico. Esse é produzido como se fosse (disfarçado) um espelho fiel das práticas, dando sentido emblemático a elas. O simbólico, portanto, consiste nas construções sintéticas que buscam mascarar a dimensão analítica (fragmentada) da vida prática em que o poder é exercido. O simbólico é formado por discursos responsáveis por tecer nexos entre práticas sem nexos. Simbólico e material em sua tese se opõem. O simbólico funciona como se fosse um teatro, uma peça de teatro sobre a vida real. Não é a vida real, mas sim uma espécie de reconstrução fantasística da vida então apresentada em termos figurativos tecidos discursivamente.

Esse entendimento sobre o **simbólico** em Foucault me estimula a pensar acerca de como denominar certos vínculos que estruturam a permanência dos estudantes nos programas de assistência estudantil e na universidade para além do vínculo material/financeiro. O simbólico, está relacionado aos modos como os estudantes se apropriam subjetiva e intersubjetivamente das ações e dos programas pela relação de pertencimento, de autonomia, de cidadania, de

diferença social, cultural e política na universidade. Pensando nessa relação entre coletividade e individualidade podemos refletir sobre que formas de pertencimento e enraizamento poderiam contribuir para fortalecer a convivência democrática e republicana dos estudantes beneficiários de políticas de assistência e nos seus processos de formação acadêmica e profissional; de modo a transformar as imagens, as narrativas, os discursos, as opiniões etc. desses estudantes no horizonte da comunidade universitária mais ampla, ou mesmo da sociedade em geral.

Nesta perspectiva, identifico e apresento outra proposta de uma instituição que tem uma de Política Pedagógica de Permanência em sua Pró Reitoria/PRAE¹⁹, como no caso da Universidade Federal de Pelotas/UFPEL. Desse modo, a instituição valoriza a qualificação dos estudantes, instituindo objetivos, estratégias de ações no tocante ao enfrentamento dos diversos desafios que perpassam a formação acadêmica. Essas políticas são responsáveis por estabelecer ações aos estudantes em diversos níveis como alimentação, deslocamento, moradia, apoio as necessidades afetivas, pedagógicas e psicossocial que contribuem no desempenho e fortalecimento dos estudantes de modo efetivo, fundamenta-se numa concepção de educação, respeito e acolhimento a diversidade, por meio de estratégias de reinvenção para uma formação qualificada em sintonia com a cultura local e da sociedade em geral.

Essas são algumas, acredito, entre diversas formas de pensar a assistência estudantil pautadas pelo Decreto do PNAES e as necessárias adequações políticas, sociais e econômicas que identificam cada instituição, segundo os aspectos regionais e culturais dos estudantes e educadores que fazem a instituição, na sua historicidade. Esses aspectos são decisivos para os rumos definidos posteriormente para os estudantes; considerando sempre a implementação destas políticas como processo que vai se constituindo a cada grupo de estudantes que chega à universidade e ao contexto geral da sociedade brasileira. Deste modo, interpreto os avanços e retrocessos do contexto político e econômico das políticas neoliberais em curso, então implicadas nas políticas de assistência social e econômica de modo geral, mas especialmente no âmbito universitário.

¹⁹<https://wp.ufpel.edu.br/prae/programa-de-acompanhamento-pedagogico/politica-pedagogica-de-permanencia-ppp/>

4.1 A Ordem do discurso e o poder-saber na construção e efetivação das políticas de assistência

Ao retomar a noção de Foucault (1995), sobre o poder, este se manifesta como resultado da vontade que cada um tem de atuar sobre a ação alheia, de “estruturar o campo possível da ação dos outros”, ou seja, governá-los. Já o saber não representa conhecimento como faculdade humana e sim como acontecimento articulado ao poder de modo estratégico, como construção histórica que produz regimes de verdade; saber e poder se entrelaçam no sujeito.

Segundo Candiottto (2011): A analítica do poder em Foucault está primeiramente voltada para essas relações de poder no âmbito dos micropoderes observados nas práticas sociais. As relações são denominadas de “locais” ou “regionais”. Trata-se somente de adjetivações utilizadas para contrastá-las com um suposto poder global e unitário emanado do Estado ou da Lei. Assim, tais relações de poder são materializadas por redes de micropoderes locais no interior do corpo social, ou seja, a população. Essas relações, não se mostram claramente numa existência, podem ser descritas na sua operacionalidade e modo de agir, contudo jamais se pode definir sua natureza. Nas palavras de Foucault (2005) o entendimento sobre poder.

Creio que o poder tem que ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Jamais ele está localizado aqui ou ali, jamais está entre as mãos de alguns, jamais é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona. O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de serem submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. Dito de outra maneira, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles (FOUCAULT, 2005, p. 26).

Ao tratar da “microfísica do poder” em Lemke 2006 (apud Candiottto, 2011, p 102), Foucault “não explica como as múltiplas e dispersas relações de poder assumem determinada forma “coerente” ou “unificada”, nem como estas se traduzem em estratégias mais globais ou em hegemonia social, as quais, por sua vez, podem atuar sobre os micropoderes societários”. De modo que, em seus estudos sobre a problemática do poder, Foucault amplia a participação do Estado na reprodução das relações de poder.

Ao estudar as formas de governamentalidade, Foucault articula poder e saber como algo que se estabelece e se sustenta nas matérias/conteúdos e em elementos formais que lhe são exteriores: luz e linguagem, olhar e fala. Poder e saber se entrecruzam no sujeito, seu produto concreto, particular e singular, e não num universal abstrato por meio do discurso, uma vez que “é justamente no discurso que vêm a se articular poder e saber”. (VEIGA-NETO, 2004).

Foucault argumenta a relação implícita em que poder produz saber, a formação do saber requer que se leve em consideração, além das práticas discursivas, as práticas não discursivas. Com efeito, o saber e o poder se apoiam e se reforçam mutuamente, portanto.

Essas relações de “poder-saber” não devem então ser analisadas a partir de um sujeito do conhecimento que seria ou não livre em relação ao sistema de poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações histórica (FOUCAULT, 1995, p. 30).

A governamentalidade aparece como uma hipótese de Foucault sobre as relações de poder: a governamentalidade permite um deslocamento estratégico no interior da analítica do poder. Para Candiottto (2011, p. 104), “a governamentalidade é o conceito operatório mais genuíno e profícuo da analítica do poder foucaultiana” ao estabelecer o vínculo entre técnicas de si com as tecnologias de dominação, a constituição do sujeito para a formação do Estado, no sentido de diferenciar os dois fenômenos. Isso reitera os desdobramentos construídos pela investigação, tendo por base analisar as formas de subjetivação das relações de poder. As biopolíticas tentam recorrentemente coordenar e finalizar as potências da liberdade, muitas vezes reificando-as, de tal maneira que as resistências sejam quase inoperantes ou desvantajosas. A suposta relação de dominação exercida pelo Estado é permeada por assimetrias, quanto a distribuição de poder, sendo ela desigual e fragmentada, o que possibilita formas de resistência por parte da população; porém, de maneira fragmentada. Vemos, assim, que são poucos os momentos em que esses fragmentos de poder se juntam em ações concentradas de massas.

Para Candiottto (2011), ao tratar das artes do governar, sobre o autogoverno e o governo político, Foucault propõe uma reavaliação do Estado, guiado pela genealogia do poder político e da genealogia do sujeito ético. E, neste ponto, a governamentalidade tornou-se uma chave analítica para compreender o poder, a partir da ética da subjetivação. A relação entre poder e discurso pode ser pensada na assertiva de que para Foucault, as palavras e as coisas se relacionam de maneira complexa, porque essa relação é histórica, está repleta de construções e interpretações e perpassada por relações de poder. É preciso, então, descrever a dispersão dos acontecimentos discursivos “[...] através dos quais, graças aos quais e contra os quais [...]” (GREGOLIN, 2007) se estabelecem os regimes de verdade. Assim, o autor compreende o discurso como lugar de luta permanente e que não pode ser visto apenas como um conteúdo

representado por um sistema de signos, mas como “[...] práticas que formam sistematicamente os objetos de que fala [...]” (FOUCAULT, 2012, p. 60).

O discurso é uma linguagem sendo utilizada por alguém, grupos, fenômeno social, práticas discursivas, orais, escritas, simbólico ou da comunicação. O discurso organiza o que pode ser dito, circulado, e seus meios de regulação. Em “A ordem do discurso” (1996), Foucault explica como o discurso se organiza, como se manifesta e os frutos que esse discurso gera. Quanto à articulação, o discurso se faz por meio de formas sistêmicas de exclusão, entre elas:

1. Interdição, quando se cria interdições sobre o que pode e o que não pode ser falado. “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder (p. 10).

2. Separação, rejeição ou segregação: quando se estabelece quem tem direito sobre os assuntos, direito privilegiado em determinado assunto, já que alguns discursos são lógicos de sentido e ouvidos, enquanto outros são ilógicos e lhes faltam sentido, por isso não são ouvidos; um exemplo são os discursos produzidos por autoridades como juízes, políticos e agentes públicos. Para Foucault as instituições continuam a exercer outras formas de separação, outros modos, segundo linhas distintas, por meio de novas empreitadas, porém com efeitos que não são de modo algum os mesmos, ou seja, as formas de silenciamento dos discursos são aperfeiçoadas na sociedade moderna.

3. Verdadeiro x falso: a partir do tema vontade de saber são construídos símbolos e conceitos com efeitos de poder. Para Foucault (1996) os discursos de verdade apagam as individualidades; e faz uma crítica sobre o falso entendimento de que o discurso precisa ser validado.

essa vontade de verdade, como outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional; é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por um sistema de práticas como a pedagogia, mas ela é também reconduzida pelo modo como o saber é aplicado numa sociedade (FOUCAULT, 1996, p. 17).

Foucault compreende o antagonismo dos discursos ao propor a pergunta sobre “quais os processos que estabelecem uma verdade, pois é aí que se dão a arbitrariedade e a violência da exclusão, e não propriamente dentro de um discurso, mas nas proposições em si” (VEIGA-NETO, 2004, p. 125). Reforçando aspectos da vontade de verdade Veiga-Neto analisa;

A vontade de verdade não deve ser entendida no sentido clássico de “amor à verdade”, mas sim no sentido de busca de dominação que cada um empreende, marcando e sinalizando os discursos por sistemas de exclusão. Tais sistemas definem o dizível e o indizível, o pensável e o impensável; e, dentro do dizível e pensável, distinguem o que é verdadeiro daquilo que não o é. É o conjunto dessas marcas e sinais que nos levam, automaticamente, a mapear o campo do pensável e do dizível - aí apontando e separando para nós o que é verdadeiro daquilo que não o é - e a deixar nas áreas de sombra o impensável e o indizível (VEIGA-NETO, 2004, p. 124).

O texto mostra o contraditório que se exprime nos discursos e por ser uma realidade material escrita ou pronunciada o discurso se apresenta como permanente, de modo que sua existência pode apresentar perigos em forma de palavras, formas de dominação reduzidas em linguagem: “suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que visam poderes distribuídos e dominação por meio da materialidade” (FOUCAULT, 1996, p. 9). Assim funcionam como transmissão do poder a que servem. Por dominação Foucault (1995, p. 308) “entende múltiplas formas de dominação em sentidos e direções diversos, e defende novas formas de subjetividade para a recusa do tipo de individualidade imposta aos indivíduos”.

5. Escavar os discursos e construir possibilidades analíticas de compreensão dos programas residência universitária e programa auxílio ao estudante de graduação/PAEG

Foucault não trabalha dessa forma, tampouco se coloca na “[...] posição a partir da qual se chegue às últimas verdades ou se chegue cada vez mais perto das verdades verdadeiramente verdadeiras” (VEIGA-NETO, 2009, p. 88).

Para esta seção, pretendo realizar uma teorização, com base metodológica na análise de discurso em Foucault e a respectiva contribuição para as investigações no campo educacional. Tal empreitada se efetiva pela inspiração genealógica na análise dos discursos dos estudantes sobre as políticas de assistência estudantil, permeados pela governamentalidade neoliberal. Apresento como questões: - Como a instituição age sobre os estudantes beneficiados pela Residência Universitária e o PAEG? - Como os dispositivos Residência Universitária e PAEG regulam ou emancipam os estudantes?

Como categoria foucaultiana identifico o sujeito e sua relação com os saberes, os discursos científicos tidos por verdadeiros, positivos como modos de saber. Procuro me aproximar do estudo foucaultiano das instituições que fizeram do sujeito objeto de dominação e normalização; as formas de subjetivação, as tecnologias de si, na produção de verdade, saber e poder destas instituições.

Tomando por base a genealogia do poder, tomo de empréstimo a categoria discursos como produzidos pelas identidades incorporadas, sujeitadas e assujeitadas historicamente, ou seja, como prática social, considerando, desse modo segundo Foucault (2009), o discurso sempre se produz em razão de relações de poder. O discurso traz à tona os textos marginalizados, silenciados e esquecidos, mas que contornam, irregularmente, as interações no interior da estrutura. A genealogia é um diagnóstico do presente, uma atitude política e ética de luta contra os dispositivos modernos de sujeição. Destarte, a melhor forma de diagnosticar o presente é olhando para a história, mas não com um olhar tradicional influenciado pela metafísica das chamadas “Grandes Narrativas” ou “Meta Narrativas”, e sim, observando as singularidades dos acontecimentos segundo seus agentes, explicitando suas relações de poder (FISCHER, 2002)

Foucault identifica os micro dispositivos de poder na governamentalidade agindo sobre esses sujeitos, agora, um sujeito moral da modernidade. A ética em Foucault se apresenta no modo como o indivíduo se constitui a si mesmo, como um sujeito moral de suas próprias ações. Ao estudar as práticas discursivas procura descobrir as formas como elas são construídas; o sujeito passa a ser estudado como produto dos saberes, poderes e da ética.

Dentro destas tecnologias do eu, Larrosa (2002) identifica dispositivos pedagógicos identificados na escola sobre como os sujeitos podem ver-se, narrar-se, julgar-se e dominar-se: O estudo mostra como as práticas pedagógicas funcionam produzindo experiências de si, e como a escola e a educação participam desse modelo de governamentalidade. Assim temos a categoria governamentalidade como tecnologia na sociedade moderna.

5.1 Trajetórias na residência universitária: um processo de apropriação da vida acadêmica.

Guiada pela pergunta inicial da entrevista semiestruturada, procurando compreender como tem sido a permanência dos estudantes no CFP e nos seus respectivos cursos que frequentam, as formas e o contexto que têm sido desenvolvida essa permanência, passo a fala aos estudantes da residência universitária; considerando a reprodução das vivências, na qual os estudantes retratam a instituição de ensino. As falas dos estudantes aparecem em *itálico* para os discursos do texto; destaco que as entrevistas aconteceram em tempos diversos, de modo ameno, sem formalidades, num ambiente seguro e que garantiu a privacidade; a ordem estabelecida das entrevistas aqui foi escolhida de forma aleatória.

5.1.1 Primeiro bloco de questões: Fale sobre como tem sido sua permanência no CFP e no curso que frequenta; as formas e o contexto em que tem sido desenvolvida essa permanência. O que você sabia sobre políticas de acesso e permanência na universidade. E ainda sobre a legislação do programa residência universitária. Como se sente ao ser beneficiado pelo referido programa.

A primeira estudante (denominada Estudante Residente 1). Declara: *que tem sido boa em parte sabe tipo no início, quando entrei no curso de Pedagogia eu não tinha me encontrado, sabe? Só que depois, nos primeiros períodos, tinha disciplinas que eu não gostava muito. Ai no quarto período a gente tem muito mais práticas. Foi aí que eu fui gostando mais do curso. Só que assim eu sinto, no Curso uma necessidade maior, por exemplo, tem uma pratica melhor em termos de teoria, que a gente tem sempre um discurso de que a teoria tá um pouco distante da prática. E a prática estão competindo na teoria, porque a gente fala muito do Paulo Freire, da concepção freiriana e eu sinto essa necessidade de a gente ter essa concepção da prática no curso de Pedagogia* (Entrevistada 1²⁰).

²⁰ A Estudante Residente 1, faz o Curso de Pedagogia no período noturno, ingressou na residência em 2016.2, a estudante entrou por cotas da escola pública, sua família se compõe da mãe (viúva) e dois irmãos. Está no último período do curso fazendo o TCC – Trabalho de conclusão do curso.

Essa foi a primeira entrevista da pesquisa, a localização da estudante foi muito rápida até a concretização da ação; observei uma vontade de falar, de verbalizar, de se expor sem temor. Foi possível identificar empatia e uma análise ampla sobre o curso de pedagogia considerando seu percurso de formação. A estudante faz uma análise de seu percurso, fala da estrutura do curso de pedagogia e do tempo que precisou para “se encontrar”; ao final faz uma reflexão quando diz que o curso tem uma proposta diferente do que se propõe, oscilando entre os pilares da teoria e da prática.

A entrevistada faz uma análise bem pessoal sobre sua apropriação aos mecanismos da instituição, faz uma crítica apresentando aspectos negativos do curso de graduação em que está matriculada. Faz uma comparação usando a teoria de Paulo Freire utilizando o autor pela sua ótica, passando uma ideia de que conhece o contexto da pedagogia libertadora, teoria está bastante filosófica de forma que muitas vezes, nem sempre é compreendida pelos educadores que mesmo assim se dizem freirianos. Para Foucault o sujeito e o discurso são movimentados por atravessamentos e assim, se efetivam ou não, assim cada sujeito o movimenta a teoria a seu querer.

Já a segunda estudante (denominada Residente 2). Destaca aspectos positivos sobre a estrutura da instituição dizendo: *Muitos, em questão de espaço eu tenho a uma universidade a disposição, certo? Eu passo muito tempo na biblioteca, coisa que se eu estivesse em casa eu não teria nenhum ambiente bom para estudar, porque é barulho... Sabe? Muitas pessoas conversando não é bom de estudar em casa. Então primeiramente biblioteca, aí tem outros espaços também, o convívio com meus professores são muito mais fáceis de eu ir falar com eles, do que enviar um e-mail e esperar pra falar na sala de aula. Isso me ajuda bastante. Questões de monitorias que também é mais acessível* (Entrevistada 2²¹).

Considerando a pergunta, vemos que a estudante consegue fazer uma reflexão sobre a estrutura física da instituição e das possibilidades que a residência lhe permite em termos de vivência e de participar de atividades acadêmicas. Quantas comparações se pode fazer sobre dois ambientes tão distintos: a casa e a universidade. Digo agora que pensei como teria sido bom ter um ambiente de estudos na minha graduação na Universidade Estadual do Ceará (UFC). Porém, políticas desse tipo em 1996 não existiam. Ao tratar das articulações do **discurso** em Foucault, consideramos os mecanismos de verdadeiro x falso, baseado na vontade de saber

²¹ A Estudante Residente 2 do Curso de Física estuda no período noturno, ingressou na residência em 2015.2, estudante de ampla concorrência, sua família se compõe da Mãe, Pai e dois irmãos. Está no último período fazendo o TCC – Trabalho de conclusão do curso.

de construir conceitos, ou seja, pelas histórias pessoais e pelos atravessamentos históricos as falas favorecem efeitos de poder, dentro de um discurso que, por sua singularidade, se torna importante na construção da formação destes sujeitos e precisam ser vistos dentro deste universo.

O estudante Residente 3. Descreve: *que acontecem situações de alguns professores pensar que porque você é residente você deve estar sempre a frente, né? ...dos outros alunos, mas é.... Não é que exigindo meio que jogando indireta pra você, entendeu? É como se fosse assim: Você é residente então você pode fazer isso tal hora. Você é residente então você tem mais tempo que os outros. Ah, você é residente... E mais um monte de fatores que acabam... Ah, de certa forma... Antes incomodava mais, né? Hoje incomoda menos porque já me acostumei com isso e tracei outros objetivos, né? E aprendi me importar menos com que os outros falam.* (Entrevistado 3²²).

A fala do estudante revela aspectos da relação professor-aluno, assim como de condutas que evidenciam o exercício de poder sobre grupos em situação “minoritária” que não conseguem enfrentar situações claramente de opressão. Mas, como diz Foucault, o exercício de poder consegue promover os agentes à situação de assujeitamento, porém podem liberar também formas de resistência assim esse duplo aspecto do poder-saber se ajusta nos discursos e nas vivências cabendo aos estudantes se impor sobre estas práticas.

Já o Estudante Residente 4. Quanto faço a mesma pergunta destaca sobre *relação com os professores é... Grande parte é boa, mas teve alguns conflitos, sempre tem alguns conflitos com alguns professores. Tem a positiva. É... Tem alguns professores, por exemplo, porque eles são das áreas que usam laboratório, certo? Aí como a gente é residente fica mais perto, aí às vezes eles procuram as pessoas que tem mais facilidade de locomoção pra ficar... Ou que tem mais tempo disponível pra ficar no laboratório. Aí como o pessoal vem todo o dia não tem, aí eles sempre têm essa preferência, né? Digamos assim, pessoal da residência e da cidade* (Entrevistado 4²³).

O estudante também apresenta aspectos da relação professor-aluno no curso, por outro lado, consegue identificar aspectos positivos numa situação vista por outros estudantes, de

²² Estudante Residente 3: Curso de Química - período noturno, ingressou na residência em 2016.1, estudante de cotas da escola pública, sua família se compõe da Mãe, Pai e dois irmãos. Está com duas disciplinas em curso, com 70% do curso concluído.

²³ Estudante Residente 4: Curso de Ciências Biológicas - período manhã, ingressou na residência em 2016.1, estudante de cotas da escola pública, sua família se compõe da Mãe, Pai e um irmão. Está no último período fazendo o TCC – Trabalho de conclusão do curso.

forma negativa. O discurso liberal fala de um sujeito livre que pensa o quer e só não o faz por que a natureza o impede, se contrapõe à perspectiva de Foucault que vê um sujeito atravessado por enunciados que o possibilitam fazer e dizer certas coisas. Assim contextualizo nessa análise, considerando as formas de ver a relação professor-aluno e as formas de transgressão, que os estudantes fazem uso nas situações de possível interdição de sua legitimidade de estudante. Alguns sujeitos percebem as formas de interdição e outros não reconhecem, os sujeitos que reconhecem constroem formas de se interpor, seja nas coisas práticas do dia-a-dia seja nos discursos.

Assim, as formas de assujeitamento precisam ser discutidas como instrumento de formação; como política de promoção de cidadania e de construção de saberes sobre os direitos e deveres. Ao estudar sociologia e filosofia, os cursos possibilitam aos estudantes esses saberes relevantes sobre as formas do exercício de biopoder em vários ambientes da sociedade, de modo que situações de submissão, em participar de determinadas atividades, por serem residentes, são aspectos em que se observam as formas de biopolítica e biopoder nas falas dos estudantes sobre o dispositivo residência universitária. Interessante seria a promoção de eventos e palestras sobre temas que envolvem a análise das instituições nas práticas educativas na universidade.

Sobre como ficou sabendo do programa residência universitária, a estudante número dois destaca que soube através de um colega: *Por que eu não sabia que tinha residência na universidade. Fiquei sabendo através de um colega de classe, que na época ele estava tentando entrar na residência, e nesse meio tempo eu fiquei interessada, só que eu perdi o edital... Sabe? ...de participar, pra poder participar, então tentei no outro período. Foi essa minha trajetória, não sabia que tinha* (Entrevistado 2).

A entrevistada destaca apenas aspectos negativos como a falta de informação no referido ano, evidenciando que o campus recebe estudantes de vários municípios da Paraíba e de vários estados do País. Dois aspectos são importantes: primeiro pelo campus ser a única opção de ensino público em algumas áreas no Alto Sertão Paraibano; segundo pelo próprio processo de acesso do SISU que possibilita que estudantes de outras regiões do país optem por campus distante de sua cidade de origem.

A estudante 3 diz: *fiquei sabendo através de um colega do curso de química também que cursava que ele já sabia desse processo de residência universitária, através dele que consegui ingressar na residência universitária. Foi um pouco burocrático em relação às papeladas que exigem, mas nada que com o passar do tempo e você fazendo, convivendo você passa a ser mais simples, normal, corriqueiro. Mas foi.* (Entrevistado 3).

Agrego o discurso das duas entrevistadas para mostrar a ênfase nos aspectos negativos do processo de ingresso promovido pela instituição, além da falta de informação. Vemos aqui o processo de seleção visto como burocrático, ou seja, que demanda muitas informações e documentos dos estudantes, o que pode se revelar numa estratégia de que nem todos alçassem os editais, seja pela dificuldade de acesso seja, pelo cumprimento das comprovações e certificações sobre as informações declaradas para os pedidos exigidos. Sobre as formas de acesso e participação nos programas institucionais, as estudantes revelam no discurso relações de poder entre estudantes e instituição, a burocracia apontada pelos estudantes é dita no discurso, o que revela formas de controle com formulários e fichas exaustivas sobre as condições de vulnerabilidade, tendo os estudantes que revelar aspectos familiares, de renda, de origem no sentido de serem beneficiados. Para alguns, isto é visto com normalidade, sem constrangimento, o que não garante que todos passem por esse sistema de controle de forma agradável, ou seja a instituição enquanto dispositivo executa ações que considera naturais ao processo de ingresso dos estudantes.

No sentido de compreender sobre o acesso dos estudantes à universidade e sobre o reconhecimento da legislação, identificamos que as informações chegaram por meio de colegas, alguns tiveram dificuldade em localizar os editais à época. Se hoje, em 2022, tem-se um maior acesso à internet e a universidade está melhor aparelhada com as tecnologias digitais; no passado os estudantes revelavam a falta de acesso à informação de maneira ainda mais acentuada. Sobre o funcionamento dos discursos que norteiam os estudos da sociedade analisada por Foucault, pode ocorrer dos estudantes se manterem como agentes ou reagentes aos processos de poder-saber, na busca de aprender, ou apreender como funciona a universidade e o acesso às formas de inserção, ou de se absterem de participar dos processos, seja, de permanência, seja acadêmico, ou ainda das formas de movimento estudantil existentes na universidade, enfim são relações de lutas e embates em que cada grupo cria e expressa uma realidade.

Portanto, tratar do ingresso na instituição, enfocando as dinâmicas de acesso ao ensino universitário, deixa escapar a dificuldade das universidades brasileiras se adaptarem à presença desafiadora de sujeitos que não possuem as tecnologias disponíveis e tempo para participar dos processos seletivos, mas que para além das adversidades se inserem e seguem questionando por seus discursos de saber, quais medidas as instituições têm tomado para adaptarem-se a eles, ou seja, que modos de informação são mais efetivos. Por outro lado, ao identificar tais aspectos é preciso ponderar que esta opacidade é justamente o que permite que o acesso à instituição seja restrito, visto que as informações sobre os processos são pouco visíveis.

Ao perguntar sobre como se sentem os estudantes residentes considerando o benefício em tela, importa contextualizar aspectos de como se percebem, na residência, enquanto espaço e campo de saber-poder. Procurei levar em conta o tempo decorrido e a maturidade de cada estudante em sua singularidade, e contextualizando os discursos dentro da sua limitação de verdade universal e sim como invenção de uma realidade.

Ao responder, a estudante 01, me diz: *Assim é, eu me sinto bem em parte, a residência ajuda muito a gente, que não tem condições financeiras de se manter no apartamento, comprar alimentação também essas coisas, então, me sinto bem em parte, porque acho que as condições lá são condições mínimas de sobrevivência, entendeu?* (Entrevistada 1).

Sobre a resposta pergunto, como assim?

E a estudante explica: *Tipo assim, a gente quando entra lá, a gente nunca é bem visto. Digamos que a gente não é tão bem assistido quanto deveria. Entendeu, tem coisinhas mínimas, que a gente precisa estar cobrando da assistência estudantil, a gente sente que não tem esse dialogo entendeu? quanto deveria ter entre a assistência estudantil e os residentes, entendeu. Então, as nossas condições lá são bem precárias. A gente tem assistência só que a essa assistência ela poderia ser melhor. Assim e poderia ser melhor assistida pelo programa, entendeu.* (Entrevistada 1).

A entrevistada revela aspectos de como se sente ao necessitar do programa residência universitária, sobre como lhe parece difícil estar neste ambiente por necessidades materiais e não considerar a assistência de modo como previsto no Decreto do PNAES. No contexto de Foucault consideramos uma fala de poder-saber utilizada para apresentar o seu modo de apreender a realidade vivenciada, nada que o credencie à verdade universal se observamos a microfísica do poder exercida por todos os sujeitos envolvidos, ou seja, estudantes e gestores podem construir discursos por meio da materialidade que é a assistência estudantil.

A fala da estudante segue no mesmo nível de revelação ou desabafo. *Como eu disse, é... Por questões próprias, necessidades minhas, eu gosto muito de participar do programa, me auxilia demais. Como eu disse, eu tenho muitas oportunidades, mas também tenho muitas responsabilidades lá dentro. Porque quando acontece alguma coisa todas são chamadas para conversar, até porque a gente sabe que nos grupos tem suas particularidades lá dentro, lá dentro tem grupos específicos, então quando acontece alguma coisa tem uma que não quer falar, às vezes têm outras que denunciam. Como eu sou uma das mais velhas, eu quando tenho um contato com as meninas mais novas eu tento explicar algumas coisas que eu já presenciei antigamente porque quando eu cheguei era uma realidade, e agora já é outra, isso veio de das meninas que entraram comigo e a gente foi mudando o espaço. Porque não concordávamos*

com alguns pontos e fomos mudando. No meu quarto inclusive eu expliquei tudo para as meninas e quando eu sair eu acredito que elas vão continuar. E justamente esse zelo pela parte física, para não se envolver... como é que... eu vou falar em fofocas internas na casa porque geram muito atrito, lá dentro. Tem muitas outras questões, então eu acabo conversando com as mais novas e é interessante que elas procuram às vezes. (Entrevistada 2)

A estudante segue dando detalhes de como é sua participação junto às colegas de quarto: *Eu, quando eu tenho uma certa intimidade com a pessoa né, que acontece, eu me sinto tranquila, mas eu não gosto de ter a responsabilidade específica de ser a mais velha. Por que existem outras pessoas né, que são, que tem uma, que deveriam ter uma maior participação lá dentro para ajudar. As meninas da assistência, elas sempre falam ajudem as mais novas na adaptação. Porém, é complicado... (Entrevistada 2)*

As falas representam discursos que indicam a presença de relações de poder-saber e de alteridade por parte da instituição, assim como por parte da entrevistada, de modo que o saber e o poder nos diferentes grupos têm as mesmas funções, ou seja, tentam capturar os sujeitos no exercício do controle.

Neste sentido, pergunto à estudante sobre esse modo de agir, como se ela fosse uma orientadora das colegas. Procurando compreender a motivação da estudante, pergunto se existe alguma instrução a essa forma de solidariedade entre as estudantes. Com quem está entrando na residência.

Ao que ela me responde: *Exatamente. (Entrevistada 2)*

Retomo a pergunta. Mas como é que você se sente? E a aluna reitera: *Eu acredito que eu já me acostumei, mas no início era um pouco desconfortável (Entrevistada 2).*

Retorno ao assunto e pergunto: Por quê?

A aluna explica: *Porque as mais velhas ficam, mas que ficam como mães na casa. E com muitas obrigações, geralmente quando tem uma demanda quem pede somos nós, eu já presenciei isso algumas vezes. (Entrevistada 2).*

Sobre as demandas psicológicas e materiais que a estudante diz compartilhar com as colegas de quarto, segue a ressalva da aluna. *Exatamente, não são minhas até porque eu não tô na função, eu estou lá como residente. Mas como é o ambiente que eu tô convivendo eu tenho que ajudar de alguma forma (Entrevistada 2).*

Pode parecer exaustivo e demasiado longo, o relato de uma única entrevistada, porém o fiz procurando contextualizar o discurso, os dispositivos da microfísica do poder que se exerce, sejam da instituição sobre os estudantes, seja dos estudantes entre si. Ao construir uma realidade como verdade na sociedade estudada do Foucault existem atravessamentos que vão se

fortalecendo e os sujeitos produzem subjetividades que se revelam nas práticas discursivas, assim podemos identificar subjetividades produzidas em relações de poder-saber.

É nesse sentido que podemos dizer que o “poder circula”, é distribuído. E mais do que isso, que as pessoas são demandadas a darem conta do poder. Penso que se aplica o conceito de “pastorialidade”, bem como notar uma semelhança com as práticas coloniais em que um nativo era capturado para depois capturar os demais, se tornando “pastor”. As residentes mais velhas não funcionam diferente do que os presidiários que recebem os novatos e lhes explicam as normas e a organização. As mais velhas estão governamentalizadas, assim como se espera das mães em relação aos seus filhos, que os orientam a uma adequação, um modo de lidar com o poder e adquirir poder.

Um aspecto relevante a destacar diz respeito à dimensão do acolhimento, ou melhor a falta dele, quando a estudante espera que a instituição desenvolva um cuidado próprio do acolhimento familiar, o que não é uma realidade das instituições na sociedade neoliberal. Seria até contraditório uma instituição que se comparasse a um segundo pai ou mãe para os estudantes. As regras e espaços são intransponíveis para os gestores que restringindo sua proximidade com os estudantes beneficiados pelas políticas de assistência se fortalecem no exercício dos micropoderes.

Nesse sentido, sobre o processo de adaptação dos estudantes à instituição, é importante relacionar os aspectos da permanência e pertencimento cultural e social destes estudantes, que podem ser responsáveis pelas dificuldades de uma efetiva permanência. Pierre Bourdieu coloca ênfase na dinâmica de classes em jogo na universidade: “O que está implícito nessas relações com a linguagem é todo o significado que as classes cultas conferem ao saber erudito e à instituição encarregada de perpetuá-lo e transmiti-lo” (BOURDIEU, 2015, p. 63). Insisto em destacar a necessidade dos estudantes se adaptarem à instituição, quando muitas vezes estas instituições não reconhecem, valorizam ou acolhem os distintos pertencimentos culturais dos sujeitos, ou seja, o que se destaca na entrevista é esse conjunto de fatores como adaptação, convivência, apropriação de uma linguagem e de uma cultura muitas vezes desconhecida pelo estudante que vão dificultar sua permanência ampla e irrestrita na universidade.

Nesse ponto, observamos a importância das residentes “mais velhas” para a governamentalização das residentes recém chegadas. Diante dos impasses e conflitos provocados pelas formalidades institucionais e aquelas próprias das culturas locais de origem dos estudantes, os agentes institucionais, geralmente oriundos da classe média formada pelo Estado, mediante seu funcionamento, apresentam menor poder de subjetivação em relação aos estudantes. Nesse sentido, o aproveitamento, por parte dos governos, de lideranças locais já

governamentalizada, segundo aspectos relevantes, torna-se mais efetivo sobre as novas gerações na tarefa de aculturar populações inteiras. Essas lideranças atuam em posições-limite, pois se trata de intenção construída, ou inventada pela instituição como estratégia de governamentalidade, mostrando os fracassos, as inadequações como indicativos de que novas modalidades discursivas carecem ser adotadas para garantir o governo dos corpos, o biopoder.

Sobre a mesma pergunta, o aluno demonstra leveza e considera que sua entrada na residência: *Foi tranquilo porque quando entrei no quarto já tinha algumas pessoas que eu conhecia, tendeu? Aí fui para um quarto que foi mais adaptável porque tinha um rapaz que cursava enfermagem que eu conhecia e era lá próximo também da minha cidade e aí gente tinha uma intimidade maior assim e foi tranquila a adaptação. Foi uma experiência nova, começava a conviver com várias pessoas, diferentes personalidades dentro de um quarto mas foi bem tranquilo* (Entrevistado 3).

O aluno número 4 também relata tranquilidade sobre seu processo. *O processo de adaptação foi de boa, só era mais... É... Antigamente era mais difícil essas coisas, o pessoal era mais fechado, as coisas eram mais individualistas, né?* (Entrevistado 4)

E continua a fala: *Com relação aos residentes. Era tipo cada um no seu lugar e cada um com suas coisas e pronto* (Entrevistado 4). O estudante se refere ao passado quando entrou na residência e hoje 2022.

Sobre as respostas, podemos considerar como se estabelecem os micro poderes por parte da instituição e os saberes e poderes dos discursos dos estudantes. Em primeiro lugar observo que as duas primeiras (estudante 1 e 2) têm uma visão intensa e uma relação pouco aderente com o dispositivo Residência Universitária. Ou seja, fazem relatos pautados em aspectos da efetivação da convivência; da ausência da instituição, em especial do acompanhamento a ser realizado com os residentes, constituindo um programa sustentável e humanizado para com os estudantes, seja nos aspectos psicológicos, acadêmicos, materiais e os que mais forem necessários. Como averiguar o dito e o não dito dentro de um discurso, o dispositivo é uma rede que interliga e/ou separa os sujeitos visando a urgência de um micro dispositivo e para que ele funcione como desejado.

Por outro lado, os estudantes 3 e 4 apresentam outras subjetividades, consideram uma boa convivência, se mostram resilientes com as formas de estar no ambiente da residência, demonstram aceitação com esse ambiente, com a estrutura que se apresenta a eles, Por outro lado, penso que esse seja um comportamento desejado pela instituição assim como uma forma de micro poder-saber vigorando sobre os estudantes, tais achados podem revelar as diferentes formas de assujeitamento e as formas de enfrentamento dos estudantes aos ditames dos que

fazem a gestão das políticas de assistência estudantil sempre analisando o próprio dispositivo universidade e as relações de poder-saber.

5.1.2. Bloco de perguntas sobre: Como é feito o acompanhamento ao programa do qual participa. Descreva sua relação com os colegas do programa, com os professores do curso, com os funcionários e gestores do CFP.

Nesta questão proposta no roteiro da entrevista, busco identificar como é feito o acompanhamento ao programa residência pedagógica. De modo a conhecer as ações de assistência desenvolvidas pelos assistentes sociais, pela psicóloga, pelo nutricionista e em especial pela coordenação do CAE. Compreendemos as ações de assistência nos discursos produzidos, considerando os interesses que estão em jogo na produção desse discurso e na prática discursiva dos estudantes.

Como questão importante no presente estudo considero muito relevante as falas que seguem: *Na minha visão é mínima o acompanhamento não que eu esteja denunciando eles. Não, não é. É a realidade. A gente tem um acompanhamento só que bem precário, entendeu? E se você for na residência, você vai ver que as nossas condições de vida (sic) é mínima, sobrevivem ali por a gente realmente não tem condições de alugar um apartamento. Entendeu? Começa por exemplo pelos quartos os quartos é um espaço muito pequeno para quatro pessoas dividirem então já não tem privacidade, nossa privacidade é mínima. Se você for na cozinha por exemplo, você vai usar os armários praticamente caindo, para aumentar ainda mais as condições de vida são mínimas. O pessoal da CAE da assistência estudantil vai lá só que raramente entendeu? Pois agora essa semana, há semanas atrás, estava um matagal enorme por trás da residência. É uma coisa mínima uma coisa que não era pra gente estar cobrando, então a gente foi lá na CAE para que eles tivessem conhecimento e solicitassem a retirada do matagal entendeu? Então, assim a gente, quando residente, a gente sente essa ausência de tipo de ter lá visitas na nossa residência e de ter essa cobrança maior por parte deles, por melhorias para a gente. O meu quarto, por exemplo a gente tem uma porta, ela fecha só que não está fechando com chave. Várias vezes, a gente foi lá na CAE a gente já mandou um tiket que agora um novo procedimento que tem que ter já mandou o tiket pra lá várias vezes já fui eu pessoalmente e até hoje o nosso problema não foi resolvido. Então a gente sente essa ausência e sabe desse contato mais direto com CAE desse diálogo mais direto com elas, entendeu?* (Entrevistada 1)

Sobre as formas de acompanhamento a estudante destaca aspectos práticos do dia-a-dia que pensa como forma de assistência, sendo restrita assim aos meios materiais de permanência na residência.

Pergunto sobre as demandas no sentido de esclarecer as ausências citadas pela estudante.

Ao que a aluna esclarece: *A demanda é mais uma demanda da gente, entendeu? Por exemplo, quando vai. Quem vai? Das vezes que foi, foi a psicóloga. Então, ela sempre foi olhar, por pouquíssimas vezes. Ela vai. conversar com a gente entendeu, mas sempre a partir de demandas da gente. Por exemplo, questão de comissão da residência, que tem uma comissão de que precisa de pessoas que nos representem. Futuramente algum contato com a pró reitoria alguma coisa, em algum assunto que esteja relacionado à residência, sempre a partir dessas demandas. Então, na ocasião, a gente tem oportunidade de fala, ela sempre escuta. Só que aquela coisa a gente fala, a gente solicita, mas é como se a gente não fosse ouvida, como se a nossa voz, enquanto residente não ecoasse, entendeu?* (Entrevistada 1)

Sobre a mesma pergunta a aluna 2 esclarece: *Eu acredito assim que... O contato que a gente tem com eles é mais em questão de demanda, por exemplo: nós temos uma necessidade e gente vai falar com eles. Eu vou falar primeiro assim no geral e depois eu falo da questão psicológica. Suprimentos assim básicos para residência que a gente tem que ter essa assistência, certo? Então nós temos que procurar, porque eles nem sempre estão nas residências, eles pedem um contato. A gente vai lá e conversa com eles às vezes. É... Reuniões, elas são pontuais. Nós não temos frequentemente* (Entrevistada 2).

No sentido de rever pontos dispersos na reflexão pergunto. Não tem uma agenda fixa de reuniões e atividades?

Ao que a aluna responde. *Não, é algo específico assim... Início do período que é quando a gente tá recepcionando novos, novos residentes ou se tem uma demanda muito grande, por exemplo, o R.U agora, então eles tiveram que fazer uma reunião para explicar porque é que não tá tendo R.U, porque nesse momento está um pouco crítico na residência justamente porque não temos o R.U. e temos um fogão lá na residência feminina, entre outras coisas, no tempo certo, claro. Então, nessas demandas básicas que a gente fala com eles* (Entrevistada 2).

Reitero a pergunta sobre as demandas de coisas mais emergentes, pontuais do dia a dia, mais materiais. Confirmando a resposta a aluna esclarece: *Exatamente, material. Porque eles têm, eu que acredito que tem uma revisão, mas é uma vez ou duas num período, duas no máximo, se acontecer essa questão física, do ambiente* (Entrevistada 2).

Gostaria de pensar sobre as falas das estudantes no contexto do que é considerado acompanhamento, seja ele acadêmico, psicológico ou social; o que se vê é uma estrutura que

funciona com muitas fragilidades para os estudantes que necessitam de assistência. Se a universidade recebe um grupo de estudantes originários de grupos sociais minoritários nos aspectos financeiro, social, cultural essas ações e programas tendem a não atender aos que dela necessitam; funcionando assim como paliativos, arremedos de assistência.

Penso na permanência material que vem sendo proporcionada aos estudantes, sobre os limites de viver em tal ambiente. Destaco que nunca tive essa experiência de viver numa residência estudantil, por isso busco assim uma compreensão sobre o dito pela rarefação dos discursos, que posso inferir sobre a não existência de uma forma de acompanhamento sistemático, de reuniões para que tratem das formas de convivência, de fortalecimento das relações interpessoais, para momentos de interação e socialização entre os residentes. O fato de estarem abrigadas na residência coloca as estudantes numa ambiguidade de situações, assim parecem estarem protegidas por um programa de assistência, por outro lado, os limita a uma forma de permanência pautada por fragilidade nas relações interpessoais, relações de cuidado, de prevenção de doenças emocionais e psicológicas, desvirtuando assim de seus objetivos, entre outras determinações do decreto do PNAES.

Sobre o mesmo assunto pergunto ao aluno como ele considera o acompanhamento realizado aos residentes. *Bom, na época em que entrei foi um acompanhamento... é...foi bem elaborado o acompanhamento, tipo assim, tinha muitas reuniões pra falar como seria as coisas. Quando teve o ingresso teve reunião pra falar as regras que tinha nas residências universitárias, as regras que tinha fazendo referencial aos créditos do curso, aos créditos que você tinha que obter para que você não acabasse perdendo programa. Houve todo um esclarecimento por trás desse amparo e houve sim um apoio bastante significativo em relação à Coordenação de Apoio Estudantil para com os residentes naquela época que entraram e hoje ainda, né? Acontece isso (Entrevistado 3).*

Insisto em saber sobre o termo *acompanhamento* com observação sobre um período de tempo, e pergunto assim: como que era em 2018, como que era em 2019 e como se estrutura esse acompanhamento, como é?

Ao responder o aluno reafirma falando de reuniões sobre informações práticas e encaminhamentos de controle dos estudantes, não conseguindo diferenciar formas de acompanhamento e formas de controle: *Bom, o acompanhamento ele é estruturado da seguinte forma: Primeiro tem o acompanhamento inicial que é aquele que a assistência estudantil ela disponibiliza o formulário para você ingressar. Após isso, tem o acompanhamento pelo qual você passa pelas reuniões, que são periódicas, mensais... Quinzenais. Isso vai depender de*

como tá aí o programa ou os programas. Foi um acompanhamento bom. Mas nunca houve empecilho que atrapalhasse o rendimento nosso não (Entrevistado 3).

De igual forma, a fala do estudante considera acompanhamento como reunião e informação; o que denota a importância da leitura do decreto do PNAES sobre as formas de acompanhamento aos estudantes para uma permanência e um processo de formação satisfatório em seus aspectos acadêmicos e sociais. Ao falar das reuniões o estudante destaca que no momento atual as atividades se fazem por meio das tecnologias, nesse período de transição de retorno ao regime presencial. Neste sentido, o estudante relata que o uso das tecnologias na comunicação pode não ser suficiente como forma de acompanhamento. Em seguida destaco a fala do estudante que destaca o seguinte.

Eu acho que no acompanhamento hoje devido o uso de tecnologias, né? Tá muito virtual, sabe? Eu acho que deveria ter algo mais cara a cara, olho no olho, conversando, tendeu? Porque quando tá muito virtual, principalmente os processos burocráticos, aí meio que você vai perdendo os contatos e também a gente tem que ver em relação a acessibilidade da assistente social com os alunos, aí meio que falta um pouco disso, tendeu? (Entrevistado 3).

Tento uma retomada de diálogo e pergunto. Seria interessante mais presença? Ao que o aluno responde: *Isso! Seria interessante mais uma presença. Estar mais presente... Tipo ali na realidade do que virtualmente.* (Entrevistado 3).

Agora de modo mais enfático o aluno fala sobre as ações de acompanhamento. *Ah foram... São várias ações que acontecem, né? Sempre ação de conscientização, sempre tem ações de recepção de quem chega, né? Inclusive no ano de 2019... No ano de 2019 teve a recepção dos novos residentes, teve uma corrida na Estrada do Amor também, um café da manhã foi organizado pela Assistência Estudantil, né? Sempre teve um amparo em relação a isso. Sempre tem... Quando têm eventos eles convidam a gente nas reuniões também, às vezes, entregam algum material pra que a gente possa utilizar, uma pasta, post-it, né? Canetas... E.... É uma relação saudável, vamos dizer assim* (Entrevistado 3).

Num propósito de perceber o discurso, pergunto: Para, além disso, você recorda nesse tempo de algum curso, de alguma oficina, de algum projeto realizado para com vocês? Neste momento da entrevista sinto que o aluno compreendeu a pergunta e destaca de modo enfático, com falas de descontentamento.

Não. Sobre isso não. Se aconteceu eu não fiquei sabendo não. Sempre tem reuniões, né? Mas as reuniões nunca, nunca importam assim... Tipo... É... São reuniões mais burocráticas, né? Pra gente falar sobre assuntos que são pertinentes ali ao ambiente, o que que tem pra melhorar, mas nunca tem um amparo, por exemplo, houve uma época que tava sendo discutido

em relação... a questão do lazer para quem é residente, porque a gente ficava a semana toda aqui e não tinha lazer, não tinha nada e a gente ficava tipo, praticamente a semana toda, muita gente passa de mês aqui, às vezes vai em casa só quando termina o período... e a gente ficava assim... a universidade, a Assistência Estudantil não vai promover nada pra gente assim, de lazer aqui? E acabava que a gente ficava... A gente ficava e fica! ...Até hoje, né? Inclusive, agora recente foi que construíram um, um uns bancos em frente as residências e colocaram uma mesa de xadrez, mas por hora só. Existe possibilidades que já foram falados em reuniões que aconteceram alguns dias atrás de pensar em fazer uma pracinha para que as pessoas possam se exercitar também pra evitar o sedentarismo dentro da universidade, mas acontece que isso vai ser mais um processo burocrático que vai ficar talvez emperrado aí devido as burocracias da UFCG (Entrevistado 3).

A pergunta se pauta pelo descrito no Decreto do PNAES que: As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: apoio pedagógico; e ainda que: As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente. O estudo do FONAPRACE realizado ao longo destes 12 anos de vigência do programa considera que seria importante inserir ações para o melhor desempenho Acadêmico dos estudantes, entre elas bolsas, estágios remunerados, ensino de línguas, acesso à informática, fomento à participação político-acadêmica e acompanhamento psicopedagógico; Cultura, Lazer e Esporte, incluindo o acesso à informação, a manifestações artísticas, culturais e esportivas; e Assuntos da Juventude, envolvendo orientação profissional, sobre mercado de trabalho e prevenção a fatores de risco (FONAPRACE, 2012, p. 213)

Neste sentido, vemos que a demanda do estudante é por motivo de não saber, de descaso, descontração, espaços de respiro, encontros aleatórios, abertos ao acontecimento: que é justamente a função da praça. A praça está lá, ninguém sabe o que pode acontecer. Assim considero que um aspecto importante é ouvir os estudantes residentes sobre o que fazer, ou que gostariam de fazer, nos momentos que estão sem atividades acadêmicas e que poderiam estar em atividades de cunho social e cultural.

Ao identificar os discursos das estudantes sobre acompanhamento vê-se que elas relatam somente reuniões de informação e ausência na prestação de serviços materiais já o estudante, responde de modo positivo; enumerando as ações desenvolvidas como caminhada, um momento de lazer como ações da assistência; É possível que a pergunta não tenha sido bem elaborada e pouco tenha contribuído para que as duas estudantes relembassem ações do mesmo gênero citadas pelo estudante. Ao situar os micro dispositivos e a governamentalidade

neoliberal os discursos podem ser resituados como enunciados, produção de saberes pelos dois grupos de estudantes, considerando assim, a linguagem sendo utilizada por sujeitos em um contexto social e subjetivo, que por sua vez se organiza e organiza a vida como meios de regulação.

Considerando os mecanismos para a coordenação do campo das ideias, o estudante em destaque compreende as reuniões informativas como forma de acompanhamento. Considero acompanhamento quando há uma periodicidade e calendário estabelecido; Porém, depois de um tempo de diálogo o mesmo estudante destaca pontos que seriam importantes para uma estadia efetiva acadêmica e psicologicamente acolhedora, ou seja, podemos perceber discursos diferentes que circulam de diversos modos, entre eles modos de regulação.

Ao contextualizar a genealogia da ética em Foucault percebemos que a organização do discurso origina outros discursos e formas de produzir significados sobre a permanência na residência universitária; esse aspecto nos permite sempre pensar na singularidade de cada entrevistado e como este sujeito se produz ao longo de sua formação.

Ao reproduzir a mesma pergunta ao entrevistado 4, sobre como se realizam as formas de acompanhamento da residência, percebo surpresa e admiração. *Como assim? As reuniões?* (Entrevistado 4). Repito a pergunta. Como é que vocês são acompanhados? Você pode dar exemplos do que existe. Que trabalho é feito com vocês?

A dificuldade de fala se expressa na hora de responder. *Geralmente é de... Elas visam... É... Elas visam o equilíbrio do quarto, né? Se elas...* (Entrevistado 4).

Diante da hesitação na resposta abreviada pergunto. Elas quem?

Ao que o aluno responde ser a coordenação do CAE. *Elas sempre tentam saber as informações dos alunos, se no quarto está indo tudo bem... Se tá gerando alguma coisa... Se tá causando algum conflito, senão informar a elas. É... Acompanhamento também tá nas reuniões, né? Sempre quando ingressam novos residentes tem a reunião com de geral e a reunião só com os novatos. É... Desde sempre teve isso...* (Entrevistado 4).

Visando o melhor entendimento da resposta pergunto. Essa reunião é por período letivo? O estudante declara *É... Por seleção de novos residentes* (Entrevistado 4).

Ainda não satisfeita e acreditando que a pergunta não tenha sido compreendida, refaço contextualizando o período atual. E esclareço que o início do período foi dia 2 de maio, agora, aí teve uma reunião?

Como resposta o aluno me diz que a reunião prevista para o início do período demorou em torno de um mês para acontecer. *Não. A reunião acho que foi o mês passado só não tô*

lembrado a data (Entrevistado 4). Procuro me certificar da data, em maio ainda, mas no decorrer do mês, né?

O estudante esclarece que ocorreram duas reuniões em separado. *Sim. No decorrer do mês, exato. Ocorreu a dos residentes dos novos, né? Depois do de geral, todo mundo.* (Entrevistado 4)

Agora reformulo a pergunta e me direciono para as formas de assistência com os demais profissionais do CAE. Como é que você sente com relação da assistência? Você já precisou, por exemplo, do nutricionista, da psicóloga, da assistente social pra uma questão sua?

Nesse momento o aluno pensa e responde. *Já...já precisei da psicóloga só que o grande problema que eu vejo é que ela é pro campus inteiro, né? Não é exatamente só pra gente, aí fica aquela certa carência. Se um residente precisar, vai ter que entrar na fila pra competir com vários e vários estudantes, né? Que é o campus todinho, muitos estudantes. Eu tentei até... Acho que foi umas três vezes eu tentei ter uma consulta com ela e nunca consegui.* (Entrevistado 4).

Considerando que o campus dispõe de uma psicóloga institucional e não clínica existe uma demanda reprimida de estudantes por atendimento psicológico. Acredito que todos os estudantes tem direito ao atendimento, seja, pela data de procura, seja pelo grau de necessidade e não exista exclusividade aos residentes. Na entrevista com a psicóloga esclarecemos alguns aspectos referentes a essa demanda, entre eles aspectos da vida na sociedade moderna, exigências próprias da formação acadêmica e características pessoais dos estudantes. Não temos dados sobre número de casos de problemas psicológicos nem no campus de modo geral nem tão pouco na residência. Acredito que a grande maioria dos estudantes do CFP fazem uso dos serviços do SUS sem distinção dos estudantes da residência, porém, é fato muitas pessoas entre elas docentes, funcionários e discentes acreditam que a psicóloga do CFP seja psicóloga clínica, daí o descompasso do sistema. Após essa pesquisa fiquei sabendo como acontece a triagem, ou seja, a psicóloga atende duas ou três vezes e encaminha para uma unidade básica de saúde da família.

Para concluir o pensamento pergunto. Você não conseguiu uma consulta? E o aluno esclarece. *Não consegui, não consegui porque tinha muita gente na vaga, nas vagas... Aí depois teve a pandemia aí não tentei mais não* (Entrevistado 4).

A repetição da pergunta, para mim foi importante, considerando buscar as coisas não ditas nos discursos. Quando o estudante revela que a coordenação do CAE tem preocupação em manter “o equilíbrio do quarto” ele entende isso como forma de acompanhamento. Por outro lado, são também formas de controle dos estudantes aos moldes do que a instituição concebe

como desejável e adequado. Por outro lado, vejo que o aluno percebe essa preocupação como algo saudável por parte dos profissionais. Situando a genealogia da ética em Foucault trago a biopolítica e o biopoder, identificada pelo autor como uma forma de controle das populações na governamentalidade neoliberal e a organização dos discursos como meio de regulação e controle; considerando o discurso a partir do discurso como subjetividades produzidas por um grupo social, ou seja, estudantes envolvidos nessa engrenagem social, que é a instituição.

Ao ser perguntado sobre o programa Residência Universitária, os/as residentes formam discursos revelando a experiência dos estudantes e os modos de subjetivação que a universidade proporciona, produzindo discursos permeados por ambiguidades, incompreensões e regiões vazias, abertas, carentes; áreas de ausência deixadas pelos discursos e pelas práticas institucionais.

No sentido de compreender as formas de permanência e as relações vividas pelos residentes, pergunto sobre como tem sido a relação com os colegas, com os professores, funcionário e gestores do CFP. Ao identificar as respostas em forma de discurso percebo como os enunciados se dispersam para ser dito pelos estudantes. Os discursos se dispersam entre as ações individuais e as ações mais coletivas, uma prática discursiva construída com memórias, pois remetem a fatos e relações anteriores e, sem dúvidas, revelam a construção desses sujeitos dentro do dispositivo universidade/residência.

A aluna responde que: *Sempre foi ótima a minha relação com as minhas próprias colegas, de lá, sempre fui uma pessoa muito sociável. Sempre foi muito dialógica, acho que o curso de Pedagogia me proporcionou mais isso. Então assim sempre pra mim foi tranquilo* (Entrevistada 1).

Quando pergunto: E como tem sido com os professores? Observo uma nítida tensão na relação professor-aluna, que pode ter sido desencadeada por questões diversas, mas que revelam que a dialogicidade citada anteriormente não é suficiente para construir relações satisfatórias com todos os professores.

E ela prossegue: *Para ser sincera, tem professores que minha relação não foi tão afetiva quanto eu gostaria que tivesse sido. Entendeu? Eu acredito que tem muito a ver com fato de ser residente, porque, embora vocês não saibam mais a gente enquanto residente, a gente se sente um pouco segregado principalmente na seleção de projeto. Exemplo quem é residente nunca é bem visto. Então, por exemplo, eu já perdi bolsa de extensão, porque eu era residente, pelo simples fato de professor saber que eu era residente. Então, a gente é visto como alguém que não quer nada da vida. Então muitas pessoas falam da nossa realidade, ali na residência*

e não conhecem, vários dos alunos da residência tem um CRA²⁴ altíssimo, Eu sou um exemplo disso. Vários alunos da residência fazem mestrado e doutorado. Então aqui dentro, pelo curso de Pedagogia, não me sinto muito bem vista. Tipo em seleção de Pibic, de extensão tanto. Um projeto que eu mais ingressei foi a monitoria, isso porque pra mim era um programa, que tipo não tinha essa segregação, que a seleção de fato ocorria como deveria ser entendeu? Então, ali eu me sinto realmente pelo mérito. Eu sei que a questão da meritocracia não entrar aqui. Mas realmente eu me sentia com mérito de entrar na monitoria, porque eu era visto pelo que eu era, nota da seleção, nota do CRA, nota da prova, pra mim era o que mais me sentia a vontade de ir. Os outros não me sentia muito a vontade de fazer seleção de PIBID, de extensão justamente por essa segregação entendeu, aí essa relação ela vai sendo afunilado né então assim tem professores hoje na pedagogia que eu não me sinto bem me relacionar, essa coordenação por exemplo, eu não me sinto a vontade de ir na condenação tipo falar nada entendeu pegar um documento tipo assim se eu precisar, eu faço o máximo possível para entrar através do e-mail entrar em contato através de e-mail porque eu não me sinto bem de entrar lá..(Entrevistada 1).

Sobre a relação professor x estudante, Bourdieu (2015, p. 62) discute o fato de os professores partirem da hipótese “de que existe, entre o ensinante e o ensinado, uma comunidade linguística e de cultura, uma cumplicidade prévia nos valores, o que só ocorre quando o sistema escolar está lidando com seus próprios herdeiros”. Para este estudo, considerando as subjetividades que compõe uma relação, acredito que, como diz Bourdieu, o sistema escolar é permeado por uma cultura de classe, que por vezes afasta os sujeitos do processo de uma convivência harmoniosa e saudável, quando a seletividade invade as relações de ensino e aprendizagem e rompe as oportunidades nas relações humanas. Assim, no percurso de formação a relação professor-aluno é um aspecto que deve ser valorizado por ambos os agentes, assim como as coordenações de curso juntamente com os técnicos de apoio estudantil poderiam desenvolver ações coletivamente no sentido de fortalecer essa relação.

No tocante à relação com os funcionários, pergunto aos/às residentes. Ao destacar a relação com a auxiliar de serviços gerais da residência a seguinte aluna explicita a importância dessa pessoa como apoio emocional na residência e compara que com os educadores poderia ser igual.

A aluna reitera que sua relação com todos os funcionários sempre foi muito boa. *Sabe, como eu sempre disse, eu sempre fui uma pessoa dialógica. Então, eu sempre gostei muito do*

²⁴ CRA – Coeficiente de rendimento acadêmico.

tipo conversar. Inclusive na residência a gente tem uma auxiliar de serviços gerais maravilhosa que se chama Dona nenê. Dona nenê nunca, nunca deixa a gente desistir sempre compartilhou por exemplo café, jantar, cuscuz da tarde com a gente, a gente quando tá ali na cozinha desanimado com aquela vontade de ir para casa desistir, Dona neném chega e tem todo aquele afeto que por exemplo, que um professor não tem essa sensibilidade de olhar para a gente e de querer ouvir a gente entendeu, então a gente encontra muito isso na nossa auxiliar de serviços gerais. Dona neném está sempre ali nos incentivando nos apoiando não desiste, falta pouco, logo você vai sair, então eu sinto essa ausência de sensibilidade nos professores do curso de Pedagogia, tentar ouvir a gente, tentar compreender de minimizar um pouco a nossa situação entendeu? (Entrevistada 1).

A fala descrita revela como as relações interpessoais são marcantes, principalmente nas situações de fragilidade, de incerteza e de ausência de ações planejadas para o auxílio aos estudantes nas diversas fases da formação, seja no processo de adaptação, seja na fase de baixo rendimento acadêmico, seja nos momentos de finalização dos cursos. Como discurso representa um domínio discursivo de saber-poder que se liberta em materialidade, posto que os discursos de formas nas relações materiais perpassados por relações de poder que atravessam os sujeitos de forma desigual, assim a diversidade dos discursos sobre um mesmo fato social.

Observo que quando a estudante fala da relação de afeto com a funcionária que faz os serviços na residência universitária, ela estaria sim comparando que, outros agentes como os professores e técnicos da instituição poderiam exercer apoio emocional e psicológico aos estudantes, porém como já evidenciado neste texto as instituições não se pautam por relações de cuidado afetivo e emocional, ou seja, na governamentalidade neoliberal onde impera o biopoder sobre as populações, as instituições visam a dominação e reprodução de corpos manipulados pelo uso do saber; porém são relações sem interações, essa manipulação se estabelece no nível das ideias e das relações econômicas.

Pergunto sobre a relação com os gestores do CFP. Nesse momento sinto que o discurso da estudante esta permeado pela relação de poder-saber. *Muita ausência. A gente pouquíssimas vezes foi ouvido pelos gestores. Inclusive a gente sabe que tem um histórico de manifestações na gestão principalmente o Diretor porque assim as condições como eu já falei são precárias, tipo pouquíssimas pessoas se importam raramente. Tem um professor tem um diretor que vai conhecer nossa realidade, então assim sempre foi muito ausente a direção do campus com relação a gente, entendeu? (Entrevistada 1)*

O discurso revela uma fala da estudante, no tocante a relação com os demais setores da instituição. A fala traduz ausências e aspectos que demonstram um afastamento entre estes

sujeitos beneficiados pelas políticas de assistência e da gestão da universidade e do campus. Por outro lado, ao pensar o dispositivo, seriam estas formas determinadas pela governamentalidade neoliberal, como recurso de manutenção de poder, o distanciamento seria uma forma da instituição se manter inalcançável a questionamentos.

Durante a análise dos dados, ao observar os discursos se constrói uma reflexão sobre as relações interpessoais e assistenciais na universidade. Pensar que na modernidade os humanos se relacionam com dispositivos, com máquinas, aparelhos não com outras pessoas. Há uma demanda por relações pessoais, não mediadas por instrumentos administrativos. Os próprios docentes também demandam isso dos colegas e dos gestores e, às vezes, dos discentes. Em outros termos, a governamentalidade, segundo Foucault, revela justamente essa angústia diante da relação dos sujeitos com a Instituição, essa máquina. As instituições modernas não possuem a mesma fisiologia de uma comunidade, de uma família. Não produz uma relação entre eu e tu; mas entre o sujeito e o Outro. Trata-se de uma situação em que um humano demanda para uma máquina, uma inteligência artificialmente fisiológica.

Nesse sentido, é mister destacar que essa ausência nas relações interpessoais exclui os estudantes que são os maiores responsáveis pela existência da instituição, ou seja, a universidade existe para e pelos estudantes, os demais agentes só existem em função da existência dos estudantes. Mas, existe uma divisão entre esses sujeitos, que são produzidos por um discurso institucional, por outro lado, o corpo desses agentes, quando estão no seio de suas famílias, são efeitos de outros enunciados, que não são conhecidos pelas instituições.

A mesma pergunta faço para a entrevistada 02: Como é a relação com os professores contabilizando que você participa de um programa de permanência e que mora na residência.

Definindo essa relação a aluna expressa: É porque assim, eu não sou uma aluna dessas que é mais próxima dos professores. Eu vou basicamente para as aulas e quando realmente eu quero fazer alguma coisa específica e o professor dá uma abertura é que eu tenho um contato maior. Mas fora isso... (Entrevistada 2)

Pergunto como é que é sua relação com gestores do CFP? Já chegou a ir à direção?

A aluna inicia uma conversa sobre fatos que aconteceram desencadeados por uma relação de forças de interesse entre os estudantes e direção do centro e destaca. *Há alguns anos, eu não lembro especificamente, mas os estudantes, os residentes, estavam fazendo um movimento. Inclusive eu estava participando, mas era, eu não era assim que tinha planejado mas eu estava participando porque era uma necessidade de todo mundo. Então eu acredito que você já tinha ouvido falar de uma... Não é greve que fala... Vou chamar de movimento. E continua. Os*

estudantes fecharam o Campus, o R.U, outra vez foi a diretoria, eles ocuparam ali e nós também participávamos, porque ali era pedindo o básico (Entrevistada 2).

Procurando entender as dimensões desse movimento, pergunto. Como é que você se envolveu nesse movimento e o que você pensa hoje dele, desse Episódio?

A seguir o relato da aluna. Na época eu era muito nova na universidade. Muito nova, mas foi uma época muito crucial para mim, porque eu tive a oportunidade de aprender com o pessoal, o pessoal que estava à frente disso. Eles não aceitavam menos do que estavam dentro dos nossos direitos. Então eles ensinaram dessa forma, eles chamavam a gente a participar, nós tínhamos reuniões específicas, em horários específicos que todos, onde todos os residentes da masculina e todos da feminina, todas as meninas pudessem participar para que a gente tivesse um diálogo entre nós, organizássemos, as demandas, para depois levar. Quando tiver uma reunião com diretor do campus, o pessoal que era mais antigo na minha época era que... Que ia buscar na assistência e eles buscavam nosso apoio também nesse momento (Entrevistada 2).

Pergunto procurando despertar uma reflexão. - E hoje como é que você vê esse movimento lá do passado? Segue o fechamento: *Eu vejo com bons olhos, porque se não houvesse uma luta interna digamos, não teria modificações. São muitas promessas e pouca ação (Entrevistada 2).*

Pergunto ao outro estudante sobre a relação com a direção. Ao que o mesmo relata a paralisação das atividades no campus que foi iniciada pelos residentes. *Sim! Quando eu entrei até teve uma, teve uma bastante polêmica, e foi de essencial, viu! Depois da greve...Foi principalmente os estudantes/residentes (Entrevistado 4).*

De igual modo pergunto sobre como que é que você viu naquele momento aquele episódio? O aluno responde explicando como se sentiu e como vivenciou o episódio. *Como eu era novo, né? Iniciando a coisa bastante nova pra mim eu não entendia né? Num tinha convivência com eles não entendia porque eles estavam fazendo aquilo, vim entender depois de passar muito tempo de convivência com o resto dos estudantes que eu vim entender que de fato o movimento que eles fizeram foi imprescindível para as mudanças que houve. Se eles não tivessem feito nada tinha mudado não, tinha ficado a mesma coisa (Entrevistado 4).*

As falas revelam relações próprias de uma instituição, ou seja, entre estudantes e gestão do campus, que dentro da genealogia da ética se constitui em garantia de governamentalidade de micro dispositivos.

As ações iniciadas pelo movimento estudantil são relatadas no discurso como importantes para fortalecer os estudantes quanto as suas necessidades e direitos, que os

residentes são responsáveis por estar à frente do referido movimento. Para Foucault na governamentalidade neoliberal a população continua a ser dominada por instituições que dominam e produzem corpos manipulados pelo uso do saber, por outro lado, a educação viabiliza o contato desses sujeitos com outros discursos, possibilitando a esse sujeito formas de resistência também pelo uso de poder, só que o poder que ele experimenta de forma historicamente constituída.

Ao analisar os discursos como categoria foucaultiana no processo educacional exercido entre a universidade e os estudantes é preciso reconhecer a especificidade dos discursos, de quais discursos são majoritários e quais podem se constituir como resistência ou dominação, ou seja, Foucault escreve sobre uma ontologia crítica do tempo presente, de como os discursos produzem os sujeitos, e as possibilidades de transformação desses sujeitos. Na pesquisa as falas traduzem fatos ocorridos e lutas dos estudantes por objetivos a atingir, num determinado momento para reivindicar formas de assistência desejada, resistência ao viés de formatação de modos de ser estudante.

5.1.3. Bloco de perguntas: Quais as contribuições do referido programa para sua formação e para a vida acadêmica. Como você define a sua permanência na universidade. Destaque que elemento você precisaria para permanecer na universidade.

No sentido de alcançar os enunciados sobre as políticas estudantis de permanência, procuro contextualizar perguntando sobre as contribuições do programa para a formação dos estudantes e para a vida acadêmica. Pergunto como os estudantes se beneficiam da residência. Qual tem sido a contribuição de ser residente para sua formação e para sua vida acadêmica?

Na sequência a estudante fala de resiliência, de adaptação e destaca. *Eu sempre falo muito que eu gosto de ser residente, embora a gente não seja muito bem visto. Pelo que o setor acadêmico no último ano, de uma maneira geral, eu tenho muito orgulho. O ingresso na residência fez com que eu crescesse muito, pessoal e academicamente falando também. Embora as condições precárias ensinam muito, a gente entendeu. Então, assim, eu sempre tive orgulho de ser residente de tá ali, porque a residência ensina muito a gente. Ela ensina muita gente, por exemplo, a ver as coisas com outros olhos, a enxergar uma realidade diferente. Embora a gente seja sempre julgada e porque é residente, tem melhores condições, é mais privilegiada, entendeu? A gente não tem privilégios, tipo vai lá e passa uma semana na residência pra ver se você aguenta sabe? Então, acho que a gente é muito forte não romantizando a nossa condição. Mas acho que a gente encontra forças de onde não tem para estar ali dentro,*

entendeu? Então, aprendi muito ali na residência, no aprender, a olhar a universidade aqui a partir da residência com outros olhos tipo a não romantizar as questões. Sabe porque a gente na residência tende a romantizar, porque está como diria Charlot²⁵, repleto de discursos que nos motivam a enxergar a realidade de uma forma diferente. A residência não, ela me possibilitou esse olhar mais amplo em relação ao curso de pedagogia. Em relação principalmente, às relações interpessoais, porque a gente aprende muito a se relacionar. Então, a residência ela proporcionou isso a ver o mundo de uma maneira diferente. A saber a maneira de selecionar as pessoas com quem conviver. O entendimento é que, nesses casos, as relações interpessoais (Entrevistada 1).

Reitero a pergunta sobre como o fato de morar na residência: isto ajuda a participar de outras atividades acadêmicas? A aluna expressa que participa de muitas atividades e ações. E destaca. *Monitoria, já fui monitora, já fui Pibidiana, já participei da residência pedagógica, já fui extensionista, já escrevi muito, já escrevi alguns trabalhos como graduanda com auxílio de professores que me estenderam a mão e não especificamente do meu curso, porque eu conheço alguns professores de diferentes áreas e eles apoiam os estudantes, alguns apoiam bem (Entrevistada 2).*

Procurando relacionar a formação e ser residente, pergunto sobre as possibilidades de participar da vida acadêmica, de modo efetivo, por residir no campus. O aluno destaca pontos positivos e negativos. *Bom, tem aspectos positivos e negativos, né? Ajuda na parte que você, aqui dentro você economiza bastante tempo porque tem acesso à biblioteca você não precisa estar se locomovendo, tipo, vindo de uma cidade pra outra todos os dias, aí tipo que você ganha tempo e você tem ambiente pra estudar, você tem um ambiente ali pra dormir em relação ir pra casa, tipo você é um ganho de tempo mesmo. Mas ajuda sim, a você ser um pouco ser melhor no curso (Entrevistado 3).*

Peço que esclareça os pontos negativos. O aluno destaca sobre a dinâmica da casa, dos quartos, aspectos que considera que poriam ser revistos para uma melhor organização e efetivação. *É porque os pontos negativos é porque assim, a gente tem, todo mundo que tá numa residência entende que existe a privacidade é mínima, né? Porque são quatro pessoas em um quarto e acaba que isso influencia um pouco às vezes no humor de uma pessoa, às vezes fica num clima pesado no quarto não fica por causa de algumas nuances que acontecem mas acabam atrapalhando um pouco o rendimento da gente. A questão também da estrutura*

• ²⁵ Doutor em Educação- Universidade de Paris X Nanterre, 1985 (doutorado revalidado pela UFRGS, Brasil). Professor Voluntário na Universidade Federal de Sergipe (Brasil). ID Lattes: 4687158600283895

também pra estudo lá durante a noite, porque sempre tem algum barulho também atrapalha e também em relação à internet daqui da universidade daqui sempre foi instável (Entrevistado 3).

Solicito que o estudante faça sugestões sobre em que aspectos o programa de residência universitária, poderia melhorar. Independente pra quem fosse, para o CAE, ou pra direção do campus. O aluno reflete novamente sobre a estrutura dos quartos. E sugere: *que eu diria que colocassem apenas duas pessoas por quarto, porque eu acho que quatro pessoas em um quarto de aproximadamente seis... Vinte metros quadrado é muito, muito complicado de se conviver. Eu acho que duas pessoas por quarto, ficaria tranquilo em relação ao espaço. E também ajudaria, né? Também na questão... Fica muita gente num espaço tão pequeno pra... Em um período só quando tá todo mundo junto aí fica muito bagunçado, por mais que sejam pessoas conscientizadas do que fazer, do objetivo que elas estão fazendo, mas eu acho que seriam um dos pontos principais que eu falaria sobre a residência pra melhorar (Entrevistado 3).*

A fala do estudante destaca aspectos importantes sobre a efetivação da permanência qualificada, de modo que as respostas estão relacionadas aos aspectos materiais, que, por sua vez são mais visíveis e sentidas pelos estudantes; sem dúvidas que as demandas financeiras por terem maior impacto na vida dos estudantes das camadas menos favorecidas economicamente, tem maior impacto e quando atendidas tem maior visibilidade por parte dos estudantes.

Repetimos a pergunta ao aluno que traduziu como muito importante essa política, em destaque segue a fala. *Contribuiu muito! Se não fosse a residência eu tinha desistido há muito tempo. Participar de vários eventos, principalmente da Semana de Ciências Biológica. Ser monitor. A questão do estágio facilitou bastante a locomoção pro estágio. A parte também de estudar, né? Dos estudos tinha a biblioteca. Estudava nas salinhas lá. No laboratório de informática, ali também estudava bastante. Era muito, muito melhor do que em casa. Em casa parece que tem uma trava você não consegue se concentrar como aqui não (Entrevistado 4).*

Ainda sobre a pergunta o estudante reitera. *É... qualifica-se a residência como uma oportunidade assim, da gente de ter a oportunidade de terminar o curso, de ter uma oportunidade também de uma formação acadêmica mais bem robusta, maior contato com a Universidade que você pode não ser aquele aluno das melhores notas, mas você como um docente que você for exercer a profissão você vai ser muito melhor que aquele que se formou em quatro anos ou aquele que tirou dez no TCC, digamos assim, porque a convivência é que transforma, acredite nisso, a convivência que transforma o ser, você por meio. você participando desses movimentos sociais. E continua a reflexão. Isso, isso convivência dentro da Universidade. Porque os residentes ficam mais tempo. Praticamente são dentro da*

Universidade, né? Eles estão sempre nos eventos que existe, tão no movimento, estão participando de tudo, sempre. Então isso é transformador demais pra vida acadêmica, muito bom (Entrevistado 4).

Entre os pontos positivos elencados nos discursos das estudantes entrevistadas, observamos que elas reconhecem o programa residência universitária como aspecto importante para sua formação, compreendem as limitações estruturais, as formas de acompanhamento tanto materiais, como acadêmicas e sociais, ou seja, conseguem fazer uma avaliação das relações frágeis com os gestores, com alguns professores. Entre os pontos negativos os estudantes demonstram insatisfações com a instituição, contudo, atestam a importância da existência do programa, para além da existência de uma instituição que por vezes se mostra reguladora de modos de existência e que para atingir seu fim necessita de adequações, em diversos aspectos, seja acadêmico, estrutural, de acompanhamento das ações e inter-relações sociais dos estudantes e os diversos setores da universidade.

A instituição universidade em seu modelo na sociedade neoliberal através de programas como o PNAES se mantém como micro dispositivo de poder-saber, assim como a microfísica do poder que tem o indivíduo como causa, segue se movimentando nessa rede que ultrapassa o corpo social. A universidade está para cumprir suas obrigações, porém mantém sua forma de existir e controle social interno; como micro dispositivo, a universidade faz parte de uma rede em que pese exercer poder e ser objeto de poder pelos que estão no âmbito do ministério da economia por exemplo. Assim dentro da instituição podem existir também gestores que mesmo considerando essas relações de poder, se movimentam em favor de usos do poder enquanto resistência e valorização dos estudantes.

5.1.4 Bloco de perguntas que engloba todas as anteriores, porém permite ao entrevistado uma reflexão sobre elementos que passaram despercebidos, de forma a propor a lembrança e assim podem retomar as análises sobre permanência na residência universitária de uma forma ideal.

Na mesma ordem a aluna responde que hoje tem uma nova perspectiva de se ver como residente e destaca que conhecendo a realidade da instituição não seria residente, salienta que na sua vivência de estudante se concentraria ao engajamento político como formas de resistência e forças para permanecer na residência universitária. *Com a visão que eu tenho hoje, se eu pudesse voltar novamente para a realidade? Aqui, nenhum residente gostaria de voltar para a realidade em que vive hoje. Acho que é mais difícil encontrar um residente e fazer essa pergunta, então eu quero voltar. Se disse isso é no calor do momento. Mas acredito que se eu*

tivesse essa opção de voltar, eu acredito que eu teria mais um engajamento político, que por um engajamento onde eu pudesse dialogar com pessoas, influenciar essas pessoas a lutar pelos nossos direitos. Sabe a tentar fazer com que a nossa voz ela ecoasse mais ainda, proporcionar um futuro para o povo pensar em relação aos residentes. Entendo, eu acredito que eu teria mais esse engajamento político. (Entrevistada 1)

Visando uma ampliação da reflexão pergunto. O que vem à sua cabeça quando pergunto o que é assistência estudantil? A mesma estudante responde. *Assistência estudantil que eu vou ser assistida de tudo sabe tudo (a demanda pela totalidade) que eu preciso de tipo, necessidades físicas e mentais. Por exemplo, quando é o que me vem à cabeça e que cheguei aqui na universidade, que é um universo bem amplo, que é pra ser um espaço coletivo. Quando você me fala o que é que vem à cabeça em termos de assistência? E isso é pensar que aqui eu vou ser bem tratada, bem acolhida fisicamente e mentalmente (Entrevistada 1).*

Ao responder, penso que a estudante tem uma visão da política de assistência como algo de totalidade em suas ações, algo que creio impossível de ser atendido dentro do contexto de estado neoliberal. Desse modo, numa genealogia do poder, cada discurso representa uma microfísica e cada sujeito, seja ele estudante ou não, usa um discurso como lhe convém, assim os discursos como atravessamento aparecem e são expostos e tendem a mascarar a suposta verdade do fato. Em alguns casos e discursos não é feito uma autocrítica e um posterior entendimento sobre a assistência.

Durante essa entrevista aparece uma expressão e resolvo abordar com a estudante, que usa a expressão “meu quarto”, assim retomo o tema da permanência simbólica buscando identificar no discurso a origem da fala. Pergunto. Quando você diz: o meu quarto. Você falou várias vezes o meu quarto. O que que passa na tua cabeça?

Meu quarto... quando eu falo meu quarto... é porque a casa tem uma dinâmica e os quartos tem outra. Então quando eu falo meu quarto é... basicamente quando eu vou para casa, eu tenho minha casa certo, tenho meu espaço. O quarto basicamente é isso para mim e para as meninas que estão lá, né? Então nós somos uma família, digamos assim, aqui na residência, minha família são as meninas do meu quarto basicamente. E a estudante continua. Do quarto, mas são mais próximas. Eu tenho minhas amigas na residência especificamente, mas a conversa é mais franca com as meninas do meu quarto (Entrevistada 2).

Interajo com a estudante sobre como esse termo começou a ser usado. E assim, quando você diz meu, meu quarto, você diz isso enquanto pertencimento, você se sente pertencida ali naquele espaço ou seria só um vício de linguagem? *Eu acredito que talvez já tenha sido um vício. Não, é... no início as meninas, quando eu entrei eu chamava quarto 12. Especificamente.*

É. Aí com o tempo quando eu vou me adaptando melhor, eu comecei a chamar de meu e nem lembro quando. E é um espaço totalmente diferente da casa. Nós temos a nossa própria organização, tudo muito bem definido, desde que eu entrei, eu vi muito pouco atrito dentro do quarto, fora da casa eu já cheguei a presenciar alguns. Mas especificamente muito pouco (Entrevistada 2).

Insisto em refletir o tema. De certo modo você não tem muita noção de como começou a dizer meu quarto, de como passou a dizer do quarto 12 para meu quarto. A estudante reflete. Não tenho. Não. Mas agora me veio à memória, as meninas são conhecidas pelo nome e pelo quarto ao qual pertence. É muito, é muito, muito... Usual. Isso. E se brincar lá dentro tem muita coisa porque já tem até o perfil do quarto especificamente. Por exemplo, as meninas do quarto três, tem a tendência a isso algumas outras não ou a do quarto 12 são assim ou assado... Eu acho que há algo natural, não sei, eu me peguei pensando nisso agora. São consequências, eu acredito que um pertencimento mesmo. Por exemplo, eu pertenço a um curso específico algumas pessoas têm certos preconceitos com esse curso ou... É não. Preconceitos. E dentro desse grupo eu pertenço já a outros grupos, porque eu tive contato com outras pessoas específicas. Alguma pessoa, vamos supor, um exemplo... Um exemplo, eu tenho muitos colegas, eu tenho mais proximidade com colega de outros cursos, do que do meu próprio curso. Porque eu tive contato com ele na residência e deles eu acabei conhecendo outras pessoas e a partir também de professores, como a senhora falou, monitora tal, fui monitora na turma de física, numa turma de história e na turma de pedagogia. Então eu tenho uma rede de conhecidos maior, fora do meu curso, eu tenho certeza disso (Entrevistada 2).

Foucault destaca que não há unidade nos discursos, não há universalidade no entendimento das coisas, os discursos são atravessamento, portanto, também não deve haver totalidade da interpretação da realidade. Os trechos das falas anteriores são essenciais para compreender os modos como a governamentalidade neoliberal cartografa os corpos e sujeitos, o que por certo tempo histórico passa a ser visto como “consequência natural” pelos estudantes mesmo perdendo a singularidade de seus nomes, ou tendo anexados códigos de identificação que os rotulam dentro de um dispositivo.

Quanto às formas de permanência simbólica, ou seja, às modalidades de pertencimento que os estudantes desenvolvem na universidade, em especial os estudantes que são beneficiados por programas de assistência, acredito que uma pesquisa não pode pretender abarcar respostas. O que fica são as singularidades de como os estudantes se percebem e percebe a instituição tanto na apropriação dos espaços institucionais como nas questões mais históricas e filosóficas sobre os discursos de poder-saber resultantes nessa relação entre os grupos sociais.

Neste bloco de perguntas procuro introduzir o termo políticas visando identificar os aspectos de uma genealogia do poder onde os dispositivos são identificados como uma microfísica do poder. Como você considera essas políticas, os discursos sobre essas políticas que são efetivos, eles funcionam? Como é que você vê? Que leitura você faz?

A resposta vem em seguida. *A leitura que eu faço é que elas funcionam sim. Existem algumas coisas que devem ser melhoradas, né? Aperfeiçoadas. Justamente pra que serve essas pesquisas, mas elas funcionam com novas implementações, novos modelos também que surgirem forem testadas a tendência é ficar cada vez melhor* (Entrevistado 3).

Pela resposta penso que o aluno identifica nossa pesquisa como instrumento político de possibilidades de mudança nas políticas de assistência, penso que essa visão pode ser amadurecida e constituída pelo modo como permitimos que assim se faça. As pesquisas não têm poder de lei, nem validade de imposição, porém, sem dúvidas, despertam nos envolvidos sentimentos diversos acerca das possibilidades de reconhecimento. Nesses termos, nossa preocupação envolve refletir o lugar desta pesquisa nos processos institucionais de produção também de um poder-saber e como esses achados são identificados pelo sistema educacional na governamentalidade neoliberal.

Assim pergunto como ele se sente pertencente ao espaço residência universitária. O estudante responde afirmativamente, fala de construção de vínculo, dentre outros aspectos. *Sinto, a gente sente pertencente por que de qualquer forma quando você convive muito aqui você cria um vínculo, né? Tanto com a universidade, como as pessoas que transitam e com as que você mora ali. Aí meio que você cria um vínculo e tipo você se sente em casa com o passar do tempo. É bem...assim, gratificante, a gente sente até saudade tem horas.* (Entrevistado 3).

Repito a pergunta ao entrevistado 4. Esse discurso das políticas. De quem formula as políticas do poder público. Que análise você pode fazer? O estudante responde identificando que as pessoas que fazem as políticas não conhecem a realidade de quem vai usar a referida política, o que as torna frágeis de efetivação. *A análise que posso fazer é que geralmente...é... eles não tentam buscar... É... não tentam ter a convivência do cotidiano, a maioria das políticas públicas assim, eles não tentam ter empatia de ver o cotidiano e o modo de agir das pessoas, eles só pensam, formulam e criam essas hipóteses só por observações ou uma visita ou duas, sempre assim. Aí sempre gera cobrança depois gera cobrança por parte tanto dos residentes como dos estudantes pra melhorar e dificilmente ocorre algum tipo de mudança* (Entrevistado 4).

Ao procurar partir do discurso podemos inferir que o estudante fala como se soubesse tudo sobre política em educação e que a instituição não executa as ações como deveriam, se

mostra desmotivado em pensar alternativas de interação, um discurso sem autocritica e sim cheio de certezas.

Retomo a pergunta sobre como o estudante se sente acolhido na residência. O estudante produz uma fala de leveza e pertencimento, que acredito muito importante de relatar. *Como eu me sinto acolhido...? É... Eu me sinto bastante acolhido porque eu conheço todo mundo lá, né? Todo mundo é meus amigos e o meu agir é tipo acolher, tratar as pessoas, os residentes lá como eu não fui tratado. Por exemplo, eu sempre fico chamando atenção, brincando, puxando conversa ou tentando acolher quem eu vejo que tá calado assim no canto ou que tá no quarto que não tá gostando do conselho... É... Como se fosse um irmão sabe? Um carinho de um irmão. Quando eu cheguei lá era tipo assim cada um por si, adoecesse fica aqui... cada um por si, aí hoje em dia o pessoal tá mais ligado assim... Aí eu acredito que a união que faz a força, né? Se você não se juntar com os outros e não for amigo deles você não tem força. Acredito nisso (Entrevistado 4).*

Para fechar essa seção de análise das entrevistas sobre a residência universitária vejo como um momento de pensar os objetivos e as categorias de análise referenciando Foucault sobre como os discursos se formam, e as condições de que esses discursos não constituam campo de disputa por poder-saber. As contingências que fizeram com que alguns temas aparecessem; considero que a oportunidade da pesquisa possibilitou aos estudantes beneficiados pelas políticas de assistência, no caso a residência universitária, uma genealogia do poder na produção de discursos sobre o dispositivo universidade. Para Larrosa (2002) “O sujeito é uma variável do enunciado por meio dessas posições discursivas, que literalmente constroem o sujeito, na mesma operação em que lhe atribuem um lugar discursivo” (2002, p. 66). Assim, considero ter atingido os objetivos propostos, considerando as categorias foucaultianas de arqueologia do saber, genealógica do poder e genealogia da ética sem interpretação das falas, considerando que para Foucault os indivíduos velam suas contradições todo discurso tende a mascarar interesses, mostrar alteridade, ao se colocar como quem sabe, como verdadeiro e suprimindo o outro.

Considerando as formas como o sujeito é objetivado, os estudantes entrevistados estão num processo de construção, se mostram conhecedores dos processos de controle e dominação exercido pela instituição, que por sua vez se encontra num contexto de dispositivo do governo. Por outro lado, se mostram atravessados por discursos de saber-poder algo que para Foucault é próprio dos indivíduos, se apresentam em suas verdades e velamento de interesses.

Quanto aos discursos e os dispositivos de poder são identificados como uma microfísica; os estudantes compreendem o dispositivo (universidade) e sua microfísica, e assim vão

construindo estratégias para escapar ao discurso de dominação; construindo outros discursos de saber-poder, ao identificar os micropoderes nas formas de controle os estudantes estabelecem linhas de fuga que podem subverter o poder dominante no sentido de outra ordem de poder, ou melhor de redistribuição de poder.

No tocante a ética, por meio dos micro dispositivos como a governamentalidade visão de estado denominada por Foucault, observo que os estudantes tem consciência da existência de uma subjetividade que é produzida, e que essa subjetividade pode ser desconstruída em favor de sua classe social, sem a pretensão de assumir certezas, acredito que as formas de resistência são alimento para a conclusão do curso, o que também pode reverberar em construção de discursos de vitimização, de desalento, de reclamação com forma de exercer sua forma de poder.

5.2 Os relatos de uma política de permanência: como as estudantes anunciam o programa PAEG.

O PAEG tem origem na Portaria de 01/18/2008 sendo criado com recursos do REUNI²⁶ Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007 e depois encampado pelo PNAES, e posteriormente encampado pelo Decreto do PNAES visando ampliar as condições de permanência e conclusão de estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica na educação superior pública federal. Considerando o discurso como linguagem utilizada por alguém, ou por grupos, estes podem se revelar de forma oral ou escrita como subjetividades e usos ou práticas sociais. Assim, para a melhor compreensão dos discursos como exterioridade produzida por grupos, retratarei as falas das estudantes/agentes pesquisadas.

No dizer de Veiga-Neto (2004), a análise do discurso é o estudo de uma prática discursiva que não se situa entre os dois lados opostos e demarcados da epistemologia moderna do século XX. De um lado, encontramos a Filosofia Analítica (oriunda das teses do neopositivismo ou positivismo lógico do Círculo de Viena, momento também conhecido por Virada Linguística no âmbito da Filosofia da Linguagem) levando à formalização do discurso em enunciados numa tentativa de redução usando a lógica-matemática, de outro lado, pela Hermenêutica (oriunda dos estudos de Ontologia da linguagem, então modernamente

²⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais é um programa instituído pelo Governo Federal do Brasil através do Decreto 6 096, de 24 de abril de 2007.

mobilizados pela fenomenologia e filosofia do sujeito e pela filosofia da história) através da interpretação que se utiliza de frases numa relação com outras frases para identificar um discurso. Ao molde foucaultiano, nossa tarefa analítica se permite considerar a fala dos sujeitos na sua atualidade, esses como efeitos do discurso que pronuncia; autenticidade sem procura por verdades e consensos sobre o tema.

Nesse bloco de análise trago todas as respostas da entrevistada 05, sobre a primeira pergunta acerca da permanência no PAEG. Pergunto ainda sobre as formas de acompanhamento e a relação estabelecida com a coordenação de apoio estudantil. Ao responder a estudante destaca a falta de acompanhamento e que o programa se reduz à identificação de frequência e atendimento aos critérios de permanência descritos no edital.

Na verdade é muito pouca né, eles não entram quase nunca em contato, praticamente nada, apenas agora na pandemia eles pediram para a gente justificar né porque às vezes não completavam as cadeiras até porque já estou no final aí tinha que pedir uma declaração na coordenação para que a coordenação dissesse o motivo de eu estar pagando poucas cadeiras, mas no mais eu nunca fui contatada nada diferente até porque eu nunca tinha reprovado cadeiras nem nada, eu ouvi falar que quem reprova cadeira, convocam, perguntam o porquê da reprovação e tudo mais, como eu não passei por isso então não tive esse contato com essa coordenação (Entrevistada 5²⁷).

Para uma melhor compreensão e explicitação sobre acompanhamento, reitero para a estudante: - Quando falo em formas de acompanhamento, é assim no início de cada período atividades realizadas com vocês que são beneficiadas do PAEG? Por exemplo, você seria capaz de identificar na sua sala um grupo de pessoas que são beneficiadas pelo PAEG? E ela explica: *Professora, eu nunca tive nenhuma atividade não, eu nunca fui convocada para nenhuma, sei quem era da minha sala por que a gente trocava ideias e todo mundo sabia quem ganhava e quem não ganhava, mas reuniões eu nunca participei com o grupo não.* (Entrevistada 5).

Um aspecto a destacar sobre as formas de acompanhamento está relacionado aos modelos de gestão e de pertencimento que uma instituição pode oferecer por meio de suas ações e programas. Procuro trazer sentido às informações e pergunto. Me fala sobre esse programa e a relação dele para sua permanência na universidade e no curso? *Professora ele me ajudou bastante, porque primeiro: assim que adquiri eu logo comprei um notebook que eu não tinha, logo já me ajudava a pagar as parcelas desse notebook depois ele me ajudava quando*

²⁷ Estudante do curso de História, noturno, tem mãe e dois irmãos, está cursando TCC. Começou a receber o PAEG em 2017.

comprava apostilas teve um problema que a minha cidade teve que eles cancelaram o ônibus que transportava a gente aí a gente teve que pagar o transporte, então ele foi bastante útil para minha formação fora as apostilas e xerox e outras coisas, usei bastante para essas manobras principalmente lá né o momento que vivi sem ônibus o dinheiro que ganhava era justamente o valor que eu precisava para pagar o ônibus, então foi essencial (Entrevistada 5).

O aspecto da permanência material parece ter sua meta atingida, de modo que os estudantes, ao analisarem as políticas, se prendem a este aspecto financeiro. Constituindo um viés complexo, a referida política, os objetivos do decreto do PNAES estão claros quanto à importância da qualidade da permanência nas atividades acadêmicas, algo que, me parece, os estudantes não compreendem ou não conseguem diferenciar os aspectos da ajuda financeira (material) e os aspectos da permanência no acompanhamento acadêmico, nos investimento dos estudantes em eventos, no fortalecimento da cultura e de vínculos entre os estudantes e demais profissionais da instituição. É possível que seja bom para a instituição reduzir a assistência aos auxílios/bolsificação e consigam silenciar os estudantes; o que não contempla o programa PNAES em sua origem, quando pensado pelo FONAPRACE em função das demandas acadêmicas e sociais dos estudantes.

Sobre a visibilidade do programa PAEG pergunto: O que poderia ser feito para que o programa tivesse uma visibilidade maior, que os estudantes tivessem um engajamento maior, para além da questão material? A estudante relata atividades e sugestões como: *Eles poderiam fazer reuniões, convocar ver se realmente a pessoa estava necessitada por que tem pessoas que não necessitam muito e estão no programa as vezes tomando lugar de pessoas que necessitam, acho que eles deveriam buscar ver se realmente estas pessoas precisavam, chamar, reunir dizer alguma coisa, dizer que tinha esses profissionais à disposição essa parte realmente eles deixam a desejar, depois que você entra pronto ninguém pergunta mais nada, o que você está precisando, se precisa de mais alguma coisa se precisa de um apoio, alguma coisa no mais eles não fazem essa pesquisa. E a estudante continua. Nunca entraram em contato comigo para nada, nunca mandaram um e-mail nunca mandaram nada, a única vez que mandaram foi quando estava abaixo dos créditos e pediram para justificar, somente, o resto nada mais (Entrevistada 5).*

A estudante revela em sua fala a necessidade de fiscalização sobre o processo de seleção e beneficiários. Ao identificar junto à aluna beneficiária quais as contribuições que ela poderia fazer para o programa no sentido de melhorar as condições de atendimento aos estudantes, a aluna fala de rever as formas de inserção de estudantes novos considerando as regras do programa que estão direcionadas a estudantes em situação de vulnerabilidade social. *Olha*

talvez se eles fizesse uma pesquisa de mais menos de onde são os discentes que necessitam por que por exemplo na minha sala tinha duas pessoas de Cajazeiras o resto era tudo de fora aí, fazer essa pesquisa, de onde eram essas pessoas como elas chegaram até lá quais as necessidades talvez até pedisse que aumentasse com mais facilidade, por que do tempo que eu estou até agora só aumentou uma vez por que a gente sabe que tudo aumenta muito rapidamente aí você ficar com um valor que não cresce às vezes é muito complicado, então fazer essa pesquisa se o aluno está tendo necessidades, se está precisando de mais como ele chega até lá o que ele precisa fazer para ter isso e não só esse primeiro momento por que no primeiro momento “500” mil documentos, eu tava vendo hora pedir até os documentos da árvore perto da minha casa que é muita coisa que eles pedem depois eles esquecem não fazem, não pesquisam ou mandam um formulário sendo que a gente está fazendo com esse dinheiro, que a gente está precisando se está precisando de alguém, não tem isso então acredito que eles deveriam fazer mais essa análise das necessidades dos alunos que são beneficiários, por que a gente já entra como pessoa carente, como pessoa carente ela carece de muitas coisas você não pode só paga isso daí e pronto tem que fiscalizar se realmente está sendo necessário aquilo. Daí eu acho que deveria ter mais, como a própria universidade agora quando entrou na pandemia toda hora era chegava um formulário você está fazendo isso você está precisando disso, você não sei o que a própria universidade fazia mas o programa em si não (Entrevistada 5).

Acredito que a estudante desconhece os aspectos técnicos do edital do PAEG quanto desconsidera que existe uma documentação a ser apresentada pelos candidatos e si por acaso existe algo fora do requerido, no caso a coordenação de apoio estudantil poderia ser notificada e o sistema de ouvidoria acionado pelos estudantes; essa postura pode ser constituída de forma a favorecer o exercício da democracia.

Neste sentido podemos refletir sobre as formas de ingresso e os critérios do edital para assim possibilitar maior alcance aos estudantes, o que se observa é uma geração de trabalho para os assistentes sociais que ao fim pelo ínfimo número de bolsas tem que decidir quais os mais vulneráveis entre os vulneráveis; pensemos nas questões subjetivas as quais os questionários não contemplam. Cabe a instituição mais formas de monitorar o acesso num eterno retorno entre as estratégias desenvolvidas pelos estudantes para a inclusão no PAEG.

Sobre as formas de pertencimento procuro compreender como um grupo tão disperso pode desenvolver formas e relações no programa se não existem ações neste sentido. *É não tem nem como unir que a gente não sabe que é né a gente nem sabe quem são as pessoas que pertencem ao programa fica difícil você unir muitas pessoas, você sabe quem são as pessoas*

do seu curso, da sua convivência por conversa, mas se eu disser que sei todas pessoas do programa eu não eles colocam aquela lista lá quando você vai ser aprovado eles colocam uma lista na parede um com monte gente, você não sabe quem é ninguém. (Entrevistada 5).

Contextualizando a articulação das falas da estudante, fica explícito a lógica seguida por Foucault (1996, p.10), ao identificar que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar”. Temos uma estudante insatisfeita pela ação de uma política que, no entanto, não sente apta a falar em mudanças e questionamentos, talvez porque seu discurso não seja ouvido, quanto ao pedido de aumento dos valores do PAEG, existem questões onde pode aparecer uma fala retórica de poder-saber por parte da estudante, considerando o discurso nessa articulação.

Assim, as formas de permanência simbólica dos estudantes podem ser questionadas, de igual modo penso que seja uma forma de mantê-los alienados dessas políticas e assim também se repete o ciclo de alienação e autoalienação dos estudantes quando aceitam os valores pagos pela bolsificação, promovido pela universidade. Considerando o contingente de estudantes, que sem essa bolsificação estariam fora da universidade; é muito complexo o emaranhado de teias e redes gerados pelas políticas de assistência.

Neste bloco, trago as respostas da Estudante 6, sobre o ingresso no programa: *Quando fui selecionada houve uma reunião com o pessoal da coordenação da assistência estudantil, houve uma reunião para ele explicar como seria, para participar o que a gente precisava fazer, precisava cumprir falaram também bastante da questão de se manter vínculos essas coisas, mas só foi essa vez mesmo não teve outra não (Entrevistada 6²⁸).*

E a estudante continua. - *Assim, professora é um programa bastante importante espero que ele permaneça, pois a gente sabe que tem o risco dos programas acabarem a gente sempre fica com aquela expectativa, assim é muito importante porque apesar do ensino ser público o estudante tem muitas despesas na universidade então para quem não consegue de outra forma se manter na universidade esse auxílio ajuda bastante então deve permanecer, eu acho assim que poderia ser mais divulgado, ampliar, ter mais momentos para que a gente possa saber dos benefícios que tem e tudo mais, e também uma forma que a gente possa até dar um retorno para universidade no sentido de contribuir para a universidade mesmo, eu sei que é uma ajuda*

²⁸ Estudante do curso de Pedagogia noturno, está cursando o TCC. Tem pai, mãe e uma irmã. Entrou no PAEG em 2019. Ingresso por ampla concorrência.

de custo que a gente recebe, mas de repente ser inserido em outros projetos que a gente possa dar esse retorno né para a universidade e para a sociedade (Entrevistada 6).

Vemos que a estudante reconhece a validade do programa e apresenta o temor da sua extinção; os estudantes que entraram como beneficiários dessa política mesmo pela ampla concorrência tem sugestões sobre o processo seletivo que poderiam ser ouvidas pela coordenação e pela Pró-reitora algo que se dará com a abertura da instituição, a estudante cita que os critérios de permanência no programa poderiam ser a estruturação de atividades acadêmicas. Sobre esse fato citado pela estudante existem vários aspectos a considerar nas políticas de assistência, um deles entendido pelo FONAPRACE e pelo Decreto do PNAES é que não pode haver contrapartida de serviços a serem prestados pelos estudantes, assim identificam os recursos como “auxílio” ou bolsificação; por outro lado poderia ser pensado pelas Pró-reitorias formas de acompanhamento aos estudantes do PAEG que considerem as atividades acadêmicas de forma efetiva, como participação em eventos por período letivo, desenvolvimento de ações de cunho cultural por período letivo, recepção de calouros por período, entre outras ações. Essas são ações da graduação que vão além da atual exigência que é a aprovação nas disciplinas. Esse controle contribui para o desempenho no curso; já as atuais ações do CAE são somente sobre a frequência e a aprovação nas disciplinas, este ponto está esclarecido na entrevista com as técnicas da Coordenação de Apoio Estudantil; por outro lado, cabe a crítica sobre a desarticulação política dos estudantes, devido à governamentalidade neoliberal proposta quando estimula o individualismo, numa tentativa de desestruturar as políticas de assistência colocando em tela interesses individuais em oposição aos interesses coletivos; as políticas de assistência não podem ser movidas pela competição entre os beneficiários/estudantes, nem tão pouco entre a instituição e os estudantes acredito que essa seria uma forma de minar estrategicamente montada que só favorece o estado.

Observo uma fala pautada na incompreensão sobre a política de assistência, ou seja, a estudante fala da dificuldade em participar da vida acadêmica porque trabalha e as atividades são diurnas, destaca que os valores são abaixo do ideal e precisa trabalhar, porém acredita que as formas de acompanhamento acadêmico na graduação são insuficientes.

Como professora de estudantes que trabalham durante o dia e estudam à noite, compreendo a fala da estudante, ou seja, os auxílios do PAEG não geram valores acadêmicos nem mesmo na graduação que é o seu foco. Podemos refletir em que passa o erro, na compreensão da estudante, na política em si, na efetivação pela UFCG/CFP? Identifico os auxílios em consonância com compromisso com a graduação que possa representar dignidade

a quem o recebe; alguns aspectos dessa fala podem ser compreendidos na fala das técnicas da Coordenação de Apoio Estudantil.

Destaco a fala que segue: *Exatamente é por que por mais que a gente se esforce não só pela bolsa, mas pela parte acadêmica mesmo, mais assim a bolsa em si da essa condição pra gente participar mais de eventos, até mesmo acho que para nós estudantes iria contribuir muito mais, uma outra forma que a gente pudesse se dedicar (Entrevistada 6).*

A entrevistada Estudante 7, ao falar dos critérios de ingresso e permanência no programa, destaca a vontade de estudar e o quanto o programa pode proporcionar sua inserção acadêmica.

Teve professora a questão do conhecimento porque a gente se interessa mais, porque a gente precisa tá dentro de critérios e precisa permanecer durante o período, então se eu já tinha vontade de estudar, de aprender, de gostar de ler, me dedicar, tudo que eu queria fazer que eu não entendo como obrigação, no PAEG o aluno é obrigado a estudar, se mantém naquele número de crédito. quanto mais você estuda é como se fosse uma recompensa por aquilo que você faz. (Entrevistada 7²⁹)

Quando pergunto sobre como é que é feito o acompanhamento por parte principalmente da Coordenação Estudantil do CAE a estudante me fala de questões burocráticas. *A gente é tem um grupo do WhatsApp que tem que eu acredito que seria mais viável tem um grupo vamos supor para Cajazeiras para Sousa não tem um grupo que tá a os alunos em massa da UFCG o PAEG todinho tem Cajazeiras, Sousa, Cuité Campina Grande tem todo mundo nessa grupo do WhatsApp aí assim nele é na descrição do grupo a gente tem o número dos assistentes, número da psicóloga, número do pessoal e eles são super abertos a conversa por e-mail, telefone. A gente é acompanhado eu acredito que por período, pela questão de frequência, eles veem nota, veem se trancou, se o número de crédito está dentro do que é exigido e pelo que eu vi lá os alunos, um exemplo quando não atinge o número de créditos pronto eu agora tô só com TCC então eu tô fora do número de crédito a gente tem que entrar junto a coordenação pedir uma declaração constante que a gente só tem número de crédito e envia para assistência porque se não é bloqueado (Entrevistada 7).*

Assim a compreensão sobre acompanhamento acadêmico se restringe à frequência as disciplinas e aprovação no período. A estudante não percebe a relação de continuidade entre frequentar a instituição e ser beneficiária de um programa, que habilidades acadêmicas estão

²⁹ Estudante do curso de Pedagogia noturno, está cursando o TCC. Tem pai, mãe e dois irmãos. Entrou no PAEG em 2016. Ingresso por vagas livres.

sendo desenvolvidas, a mobilidade para outro programa que melhor se adeque a sua formação. A fala da estudante revela a prerrogativa da instituição, manter os estudantes sob controle por meio de recursos financeiros, está premente que o auxílio tem como função possibilitar que o estudante conclua o curso dentro de certos parâmetros, que não necessariamente representa uma formação acadêmica e sim o recebimento de um diploma.

Procurou identificar possibilidades de como a estudante percebe os modelos de acompanhamento. De modo enfático e decidido a estudante relata. *Professora eu definiria como informativo porque tipo assim, eles expõe o que é o PAEG que eles pegam tudo o PAEG, residência e o RU que tem alunos que tem os três, consegue os três e tem aluno que tem só a residência, assim sucessivamente, mais uma reunião informativa eles explicam, é como eu disse eles explicam o processo como acontece o quê que a gente precisa fazer, que papel trazer como a gente faz para manter, pede opiniões sobre o que é que a gente acha que podia melhorar tanto no período de inscrição como se a bolsa tá sendo suficiente, por mais que eles não tenham influência na questão de aumento de valor, mas eles perguntam porque sim é 350,00 eu comecei com 300,00 quase um ano que eu tinha recebido aumentou para 350,00. Em 2017 a gente tá em 2022 continua os 350,00.*

No decorrer da entrevista procuro me distanciar da questão material e pergunto sobre essa relação com os colegas, das reuniões, eventos vocês têm algum momento de partilhar só vocês. A estudante declara que estuda a noite e trabalha; assim não consegue participar da vida acadêmica, só frequenta a instituição. *Professora eu falo por mim é que eu estudo à noite, então trabalho e não tenho como participar. Os eventos é tudo pela manhã então quem trabalha durante o dia não é todo patrão que vai entender que você tem uma reunião na universidade e vai te liberar pra vir, durante o período inteiro do meu curso até hoje foi a primeira que eu participei das coisas quando era online durante a pandemia (Entrevistada 7).*

Sobre a questão dos estudantes trabalhadores é outro aspecto complexo de entender, pois as políticas de assistência se encontram como alternativa para os estudantes se dedicarem à formação acadêmica de maneira exclusiva, assim esse labirinto que não permite que o estudante possa se manter na universidade fora do mercado de trabalho. O que se apresenta são medidas paliativas, posto que, os valores das bolsas são insuficientes e os estudantes acabam por ingressar no sub emprego, nessas novas formas de submissão que são a uberização, os entregadores de produtos sem vínculo empregatício e por outro lado os estudantes não se dedicam aos estudos e a formação, embora beneficiários de um valor aquém dos custos reais para se manter matriculado e ativo na graduação. Sobre a reflexão trago o pensamento de Santos (2009), como destaque.

Na busca por condições de permanecer materialmente na Universidade, alguns estudantes podem também abrir mão de vivenciar a universidade em sua plenitude para poder trabalhar, e essa escolha tem impactos na permanência simbólica, já que repercute de forma distinta sobre o desempenho e sobre a vida acadêmica. Aqueles envolvidos em atividades que lhe consomem grande parte do tempo e que não mantêm qualquer ligação com a área de estudos, enfrentam grande dificuldade em conciliar os estudos com o trabalho, pois o tempo para se dedicarem à leitura de textos e realização dos trabalhos acadêmicos é exíguo, o que contribui para alguns resultados insuficientes e atraso do curso (SANTOS, 2009, p. 72).

Diante da realidade relatada pergunto aos entrevistados. Que sugestão para Reitoria e Pró-reitoria de assuntos comunitários, para o próprio CAE poderia melhorar essa permanência de vocês bolsistas do PAEG?

A estudante traz um tema novo que ainda não havia aparecido nas entrevistas, sobre o preconceito entre estudantes dos cursos de bacharelado em saúde e estudantes de licenciatura. *Era necessário ter mais encontros, mas reuniões, mais momentos que tipo assim, exemplo vamos juntar o pessoal do PAEG trabalhar um tema, tal setembro amarelo, outubro rosa, novembro azul é uma forma de juntar todo mundo não só tipo assim, o pessoal de Pedagogia, só pessoal da enfermagem, o pessoal de medicina, vamos juntar todo mundo. Eu já vi pessoas amigos meus sofrerem aqui dentro essa questão do restaurante da residência em relação aos alunos de medicina e eu já tive colegas, eu sou aluna da ETESC também eu tenho técnico de enfermagem pela ETESC. Eu já vi no tempo da ETESC que a gente era tinha direito ao restaurante universitário por passar o dia aqui, pessoal esperava a gente sair para poder entrar, podia ter dez mesas desocupadas, mas enquanto não saísse pessoal eles não vão entrar, não sei se era combinado para entrar todo mundo junto ou se era de fato para não se misturar, não se sentir inferior ou superior não sei, mas eles não entravam (Entrevistada 7).*

A estudante fez um curso técnico na instituição UFCG/CFP, ao mesmo tempo que era estudante do curso superior. *A ETESC é a escola técnica de saúde que trabalha com curso de Técnico em Enfermagem e Técnico em Higiene Bucal.* Os alunos dos cursos de bacharelado entre eles, medicina e enfermagem não entravam no restaurante junto com os demais estudantes das licenciaturas e dos cursos técnicos, a estudante insinua com sua fala, discriminação para com os demais estudantes da mesma instituição, porém de condições sociais econômicas diferentes, mas que recebem os mesmos benefícios como, por exemplo, o restaurante universitário/RU.

De todo modo, apreendo o sentido da reivindicação da aluna: promover encontros visando à queda de preconceitos, uma instituição voltada ao coletivo, no lugar da individualização, da fragmentação na convivência dos estudantes entre si. No entanto, de um

ponto de vista do estado neoliberal e da biopolítica as formas de dominação se fazem pela subjetivação, pelo viés econômico e não pelo fortalecimento de vínculos de modo coletivo.

E continua: - *Nessa perspectiva vamos fazer programas, é momentos de reuniões juntar todo mundo mostrar que tanto PAEG, para quem tem quem não tem é importante é essencial pra todo mundo aqui na universidade independente de ser bolsista de não ser, de ser monitores, não sei todo mundo pertence ao mesmo lugar e faça essa junção procurar unir mais porque eu vejo muito dispersa nessa questão envolver também o pessoal da noite que a gente é muito desligado porque os maiores momentos são proporcionados durante o dia*(Entrevistada 7).

A opção por trabalhar com os estudantes dos cursos de licenciatura se faz, primeiro por trabalhar com estes estudantes e segundo, por identificar que este é o maior grupo de estudantes beneficiados pelas políticas de assistência estudantil. Talvez não seja uma coincidência que estudantes vulneráveis, socialmente, sejam das licenciaturas e os que ingressam por cotas sociais e que buscam programas e auxílio financeiro. - Estariam estes estudantes destinados a cursos de menor valor social e financeiro? Os cursos e as instituições têm reserva para classe social? No caso do campus do CFP o que se observa é uma grande maioria de estudantes nos cursos noturno, que trabalham e estudam. Nos cursos diurno e de tempo integral o que se observa são estudantes que têm como se manter na universidade, originários de escolas privadas e que são mantidos pelas suas respectivas famílias.

Tais afirmações se pautam nos dados da V Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação, do FONAPRACE em 2018, do total de discentes, 29,9% são trabalhadores (as). Por sua vez 40,6% não trabalham, mas estão à procura de trabalho, ou seja, estão desempregados, e 29,5% não trabalham (inativos). (FONAPRACE, 2019, p. 49)

Ainda no que se refere aos estudantes trabalhadores, o relatório destaca outro dado interessante ao identificar que,

Estudantes ocupados do sexo masculino são majoritários (50,1%), pretos e pardos perfazem 50,4%, 7 a cada 10 estudantes trabalhadores (as) são solteiros (as) – diferentemente, 9 a cada 10 estudantes que não trabalham são solteiros (as). Estão concentrados (as) em cursos das áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas, não coincidindo com as áreas de conhecimento predominantes entre os não trabalhadores. Estes concentram-se mais nas áreas de Engenharias e Ciências da Saúde. (FONAPRACE, 2019, p 49)

Considerando o ano dos dados (2019) e as ressalvas devidas, a citação revela que os estudantes das áreas de ciências humanas e sociais são, em sua maioria, trabalhadores ao contrário dos estudantes não trabalhadores que são de áreas como engenharia e ciências da saúde. Assim acredito que a realidade do CFP não seja uma exceção, se comparada a esta

pesquisa de porte nacional. Outro aspecto que relaciono ao campo de pesquisa em tela, mesmo não sendo nosso objeto de estudo saber se os estudantes beneficiados por políticas de assistência estão no mercado de trabalho formal ou informal.

Em relação ao vínculo com o trabalho, é importante ressaltar que 24,4% são estagiários (as), sendo os (as) demais trabalhadores (as) formais e informais. Do total de estudantes ocupados (as), 31,7% tem carteira assinada e 17,0% são funcionários (as) públicos (as). Têm vínculos precários (sem carteira assinada, sem carteira assinada ou com contrato ajudando familiares, com contrato temporário em uma empresa, organização social ou órgão estatal) 20,0% dos estudantes ocupados (as) e outro tipo de contrato 7,0%. Trabalham mais de 30 horas semanais 45,9% dos (as) estudantes ocupados (as), o que certamente afeta o tempo e as condições de estudo. (FONAPRACE, 2019 p. 50)

Sobre os estudantes do período noturno a pesquisa mostra que: Estudam no período noturno 48,4% dos (as) estudantes ocupados (as) e, destes, 26,0% frequentam cursos no turno Diurno e 25,6% no Integral, ou seja, dentre os estudantes do período noturno, quase metade são trabalhadores (as). (FONAPRACE, 2019 p. 50)

Outro aspecto apontado pela pesquisa me parece familiar no CFP/UFCG no que diz respeito à cor dos estudantes.

A universidade é ligeiramente mais branca (47,3%) em cursos de turno Integral e mais próxima do perfil racial da população brasileira em cursos de turno Diurno e Noturno, em que negros perfazem 54,6% e 53,9% respectivamente e brancos representam 39,6% e 40,7% respectivamente. (FONAPRACE, 2019, p. 71)

Ao tratar das questões de permanência material e simbólica na universidade e nos programas de assistência estudantil, além dos aspectos de vulnerabilidade financeira, é necessário considerar as questões que perpassam, como por exemplo, a cultura, a diversidade e a diferença destes grupos de estudantes. Almeida (2009), discutindo a desigualdade entre convivência na Universidade de São Paulo (USP), destaca a possibilidade de valorização da diversidade e pela diferença de experiências oferecidas na instituição aos estudantes.

A falta de tempo devido à necessidade de trabalhar produz uma diferenciação interna: o estudante em tempo integral, que pode aproveitar a USP mais plenamente e, por isso, fazer um curso melhor, aprender mais, que aquele que trabalha e estuda. Temos aqui uma separação objetiva bem delimitada entre os uspianos que acarreta diferenças incontornáveis também no plano simbólico (ALMEIDA, 2009, p. 166).

Pensar as diferenças de classe, na universidade e os conflitos gerados por essas diferenças é elemento para os gestores das instituições se organizarem, de modo que as políticas de assistência se efetivem, considerando a origem das desigualdades econômicas, raça, gênero e nacionalidade, constituídas historicamente, no caso brasileiro e sigam na contramão dos condicionantes que as geraram possibilitando uma vida saudável no cotidiano da universidade. Por certo, isto supõe examinar quais mecanismos institucionais a universidade tem lançado mão para promover uma reparação dessas desigualdades históricas.

Dando continuidade à entrevista com a Estudante 8, faço as mesmas perguntas para saber da contribuição dessa bolsa para a formação e para a vida acadêmica da entrevistada. A estudante relembra os anos em que começou a receber o auxílio e compara com o tempo atual. *Assim, na minha formação foi muito bom. Agora não. Na época a gente tinha muito gasto. Muito gasto de xerox a questão de transporte. Que a gente precisava pagar para ter um ônibus, agora como é TCC a gente não precisa estar porque minhas aulas são remotas. Você precisa estar duas vezes num mês na universidade, então três para se reunir com a orientadora ou então para tirar alguma dúvida. Então, e assim. Foi de suma importância. Porque se eu não tivesse na época, acho que eu não trabalhava. E se eu não tivesse a bolsa não tivesse conseguido a bolsa, talvez eu teria desistido do curso por que os gastos eram muito, muito mesmo, porque a questão de lanche, tinha a questão da xerox e uma apostila que você chegava a pagar até 50,00 R\$, o ônibus também. O ônibus era a coisa fixa que você tinha que pagar, fora a carteirinha também tinha que pagar, fora aulas que a gente tinha em outro turno que era outro gasto, que não combinava com a mensalidade do ônibus, foi suma importância para mim está sendo (Entrevistada 8³⁰).*

Destaco que a estudante beneficiada também trabalha e estuda. E segue o relato: *Exatamente porque a pessoa trabalha e estuda. Você pode ter a certeza de que não vai, você não vai ter aquele conhecimento que aquele seu amigo que tem o tempo para estudar, você não vai ter aquele desenvolvimento. Eu tentava e eu me proponho a fazer, eu saí bem, mas eu sabia que era um sacrifício tanto é que o universitário não tem vida social não, é a realidade, é verdade! (Entrevistada 8).*

A estudante tem uma visão sobre seu processo e sobre as dificuldades que enfrenta no tocante à apropriação de conhecimentos, de uma vida acadêmica que vivência a universidade,

³⁰ Estudante do curso de Pedagogia noturno, está cursando o TCC. Tem mãe e um irmão. Entrou no PAEG em 2016. Ingresso por vagas livres.

os eventos, e que pode atingir os objetivos da formação de modo satisfatório. No caso da estudante a vida na universidade pode ter outro destino, outro rumo assim como a formação e a futura atividade a ser exercida. Procuro identificar no discurso aspectos que seriam próprios da assistência estudantil e das políticas. E pergunto. Mas o governo diz que já está dando tanta coisa. A resposta: *Eu não sei onde é que chega essas coisas, porque na teoria tudo é bonito nos papeis do governo o que o governo propõe para os universitários, mais na prática a gente sabe o que passa o que convive, sabe que não dessa forma, não é verdade. E continua. Por ser uma universidade pública, já acha que é tudo facilitado para o estudante e não é* (Entrevistada 8).

Partindo da compreensão de que os discursos são históricos e se reproduzem por enunciados a fala se constrói pela individualidade de estar num programa, por meio do que está sendo enunciado as questões materiais são as mais destacadas, seguida da reclamação por melhorias pelo governo. Considerando os frutos que podem ser gerados com um discurso, sua organização se movimenta campo de ideias sobre o que pode ou não ser dito, assim a entrevistada fala sobre a instituição numa vontade de saber e como verdades.

Por outro lado, ao identificar as ações do governo vemos que este, opera na equalização do básico, do mínimo assim como o biopoder atua nessa métrica. Neste sentido, vemos que para a formação universitária o mínimo de condições não é suficiente, pois a própria condição histórica das universidades consiste na produção e na aquisição de conhecimento produzido graças a uma liberação do tempo de trabalho de uma pequena parcela da sociedade. O que vem a superfície durante a pesquisa pela fala de uma técnica do CAE, ao relatar que os estudantes da residência universitária alcançam nível de mestrado ao sair da universidade, esse fato corrobora com a condição de estudante com dedicação ao curso de graduação, diferente dos beneficiários do programa PAEG que tem estudantes na condição de trabalhador, que não há possibilidade de se dedicar as atividades acadêmicas além do mínimo, porém, para além desta realidade conclui o curso e melhora sua condição de trabalhador precarizado.

Ao buscar identificar as categorias foucaultiana na fala das estudantes beneficiadas pelo programa PAEG vemos, em especial, do domínio da ética, ao considerar que o programa deixa os estudantes livres para administrar o auxílio recebido exigindo apenas que cumpram a frequência as disciplinas e as estudantes reivindicam formas de acompanhamento de modo voltado ao acadêmico; considerando que o auxílio é importante para a frequência a universidade porém sua efetividade poderia alcançar resultados melhor para a formação, não somente a diplomação.

5.3 A trajetória da institucionalização das políticas de assistência: a governamentalidade neoliberal como um discurso.

Como recorte empírico, para o estudo das políticas de assistência estudantil representadas pela Residência Universitária e a Bolsa PAEG, consideramos a problematização com um grupo responsável pela gestão destas políticas; entre essas, as técnicas do CAE e uma representante da Pró-reitoria de Assuntos Comunitários PRAC, também por meio de entrevistas e da posterior leitura das falas usando as ferramentas da categorias Foucaultiana identificando os discurso, os dispositivos de poder como uma microfísica do poder.

Aqui retomo o terceiro objetivo específico da pesquisa: compreender a efetivação do PAEG e do ResidUni do ponto de vista dos estudantes, quanto à formação destes, assim como o ponto de vista dos profissionais que trabalham no CAE/CFP e na PRAC/UFCG.

A seguir, a fala da entrevistada 9. Pergunto como tem sido a permanência desses estudantes e como ela tem se tornado uma permanência efetiva, como está sendo o acompanhamento dos estudantes que recebem o PAEG no CFP. A entrevistada faz uma retomada dos programas destacando as ações e estrutura da Pró-reitoria e das coordenações nos campi. Sobre o PAEG a professora explica que é o programa mais procurado pelos estudantes devido a sua flexibilidade de prestação de contas, entre outros aspectos. Reconhece as fragilidades do programa e sobre as formas de acompanhamento baseadas na frequência e cumprimento das disciplinas.

Então professora, o PAEG é um programa que ele dá uma certa flexibilidade da forma como o recurso é utilizado, essa bolsificação que acontece com os estudantes, ela faz com que o estudante não fique preso a uma determinada finalidade como por exemplo o auxílio moradia que é para pagar a moradia ou o restaurante universitário que ele tem aquela refeição, então é um programa que é muito procurado, o nosso programa mais procurado não só no CFP, mas na universidade inteira. É um recurso que a gente sabe que é extremamente insuficiente para garantir a permanência do estudante na universidade, especialmente quando a gente ver o valor de tudo aumentando bastante...mas a gente não fornece um auxílio suficiente, apesar disso a gente tem o dever legal por causa do PNAES de fazer um acompanhamento, esse acompanhamento na UFCG pela Pró-reitoria de assuntos comunitários ele é feito em relação às reprovações que o estudante tem, em relação ao número de disciplinas que ele está matriculado para garantir que ele cumpra os mínimos requisitos do programa que são as cinco disciplinas ou créditos se ele for do turno diurno ou quatro disciplinas e dezesseis créditos se ele for do curso noturno, então isso nos garante de uma certa forma que o aluno mantenha

suas atividades na universidade e não necessariamente garante que ele vai cumprir o tempo regulamentar do curso. É um núcleo que ainda é insipiente para o papel importante que ele tem, mas que ele está sendo fortalecido e a intenção desse grupo é fazer essa detecção das dificuldades do estudante e com uma equipe multiprofissional a gente tentar auxiliar nessas dificuldades. Se for financeira por exemplo ou um problema de saúde, a gente fazer o encaminhamento para o serviço social para que seja feita o acompanhamento por esses profissionais do estudante, se for de ordem psicológica a gente faz o encaminhamento para o núcleo de psicologia onde nós temos médicos a gente pode fazer o encaminhamento para um serviço de atendimento médico, então esse acompanhamento vai além do critério punitivo e vai além ainda do que estabelece o PNAES que é a fiscalização para ver se o aluno cumpre no tempo regulamentar. Então a gente tem essa preocupação, mas também temos a preocupação de motivar esse estudante e orientar para ele que ele consiga fazer nesse tempo regulamentar; com nosso apoio com a equipe multiprofissional que a Pró-reitoria tem (Entrevistada 9).

Aqui se estabelece a objetivação do sujeito, as notas, os créditos, o tempo de conclusão etc. formam o termômetro da assistência. Caso algum alerta seja acionado, então os técnicos devem verificar e oferecer uma solução: médica, alimentar, habitacional, psicológica, psiquiátrica, social etc. A solução é ofertada ao estudante, não obstante, existe uma estatística de estudantes que por razões muito difusas não conseguem se adequar às expectativas da instituição sendo considerados os problemáticos, os anormais, os que não conseguem cuidar de si e por isso se evadem.

Os dados observados confirmam a fala das estudantes entrevistadas se tomada como referência a bolsa PAEG, por que seria o programa mais procurado pelos estudantes, sua estrutura possibilita mais acesso e permanência. Que estratégias podem ser pensadas para subsidiar tal bolsificação para que os estudantes vejam as ações de modo não somente financeiro/material. Podemos analisar como a flexibilidade pode distribuir poder e descentralização, assim a instituição cumpre os objetivos do edital; para os estudantes podemos dizer que essa perda do poder central da instituição pode fortalecer estratégias de permanência. Ao analisar o discurso interessante pensar sobre os mecanismos de governamentalidade na assistência por um sistema de exclusão no eixo de saber-poder.

Em continuidade a entrevistada esclarece sobre as formas de acompanhamento e autonomia que o programa dá aos estudantes. *Existe um cuidado maternal da PRAC mas existe um limite para essa responsabilidade; eu não posso dizer aos meus meninos, eu chamo meus meninos mesmo, meus alunos, eu não posso dizer aos meu alunos como eles devem usar o recurso do PAEG aquele recurso está livre ali, então esta maternalidade tem um certo limite*

no que a gente pode fazer a gente pode orientar, olha você precisa estudar, você precisa cumprir seus créditos é importante você ter um sucesso acadêmico, ter saúde mental praticar exercícios, participar do campeonato que a gente coloca, a gente convida, mas eu não tenho o direito de interferir na forma que ele vive a vida dele como ele utiliza um determinado recurso (Entrevistada 9).

Observando o discurso se estabelece uma fala de poder-saber como verdade a ser implementada, a autonomia dos estudantes e os mecanismos ativos de controle e acesso nos editais e sistemas de fiscalização como citado anteriormente para o cumprimento das atividades dos alunos e manutenção das bolsas. Sobre a flexibilidade do recurso a dinâmica neoliberal relativa ao dinheiro favorece esse modelo de acordo com o mercado, pois as dinâmicas econômicas são mais rápidas e menos conservadoras. Faz sentido os estudantes preferirem o PAEG pois identificam essa flexibilidade de circulação de capital.

Algumas estudantes citaram que gostariam de dar um retorno ao PAEG, que o programa é importante para a permanência na universidade, porém que faltam mecanismos para uma participação efetiva, desde a interação entre os bolsistas até formas de comunicação institucional. Neste sentido podemos pensar as trocas simbólicas; da formação societária, o convívio político com as diferenças, a construção de laços sociais durante a formação. Por outro lado, podemos crer que não existe sistema perfeito e os enunciados podem ser contraditórios.

Sobre as ações desenvolvidas com os estudantes, esclareço que a entrevistada está na função há um ano e que não teria condições de responder sobre atividades anteriores como por exemplo ao ano de 2016, tempo de ingresso dos/as estudantes entrevistados/as. Assim, destaco que algumas das informações e respostas são sobre as políticas de assistência em todos os campi incluindo o campus sede; deste modo faço uma ressalva ao perguntar sobre as ações no CFP, posto que acredito que as características dos estudantes são diferentes e para isso as ações deveriam se adequar dentro das possibilidades da instituição. Continuando, a entrevistada declara: *É, na verdade nós já tivemos momentos de encontros amplamente divulgados, logo quando a gente assumiu a pró reitoria começamos a fazer ciclos de palestras, encontros com os estudantes. Nós pegamos o período remoto então não tinha como fazer presencial, mas nós já tivemos dois ciclos de palestras a cada período a gente tem um deles, teve encontro que a gente não teve um estudante sequer participando apesar da divulgação que a gente fez por e-mail, no Instagram (Entrevistada 9).*

A professora reitera dizendo. *A gente teve dois ciclos de palestras e teremos agora a Conferência da assistência estudantil, nos moldes da Conferência de saúde. Então essa é a forma que a gente encontrou de tentar buscar uma integração né e uma forma que a pró reitoria*

escute o estudante, o estudante escute a pró reitoria e ele possa opinar; nós já tentamos assim com o período remoto várias estratégias por exemplo com o google forms; então a gente teve momentos que eles deram as sugestões inclusive geraram a criação de auxílios, nós criamos auxílios a partir disso e até mesmo as manifestações no google forms são manifestações com relação a direitos pessoais muitas vezes, então a gente percebe uma certa perda do senso de coletividade, mas a Pró-reitoria vem buscando isso. Só agora com a presencialidade que a gente está sentindo o contato com esses estudantes, mas a nossa estratégia para tentar fazer esse acompanhamento para além da questão financeira, é nesses momentos que a gente promove encontros que antes eram virtuais e agora estão passando a ser presenciais e agora a gente vai ter o momento mais intenso com a Conferência de assistência estudantil espero que tenha uma grande participação né que não seja frustrante como outras que nós tivemos, anteriormente. (Entrevistada 9).

Observamos falas diferentes sobre a falta de encontros por parte dos estudantes e agora a técnica se queixa da falta de participação destes estudantes. Nesses discursos aparecem enunciados que tentam velar as práticas; tanto de estudantes quanto de gestores. Esse tipo de situação nos leva inevitavelmente para o problema da verdade; ou seja, dentre dois lados com a mesma queixa um do outro, qual seria o relato verdadeiro? Desde um ponto de vista foucaultiano a verdade dos discursos não está em uma das versões de uma história, mas sim no fato de que, seja qual for a versão, observamos um esforço para afirmar que se estado lado certo, correto ou normal da história. Para tanto, todos os discursos são tecidos de um modo que suas contradições sejam disfarçadas ou atribuídas ao outro.

Meu interesse trata do período anterior à pandemia, período ao qual os estudantes entrevistados remetem como de políticas frágeis, sem socialização entre os estudantes bolsista, e com forte apelo que a política do PAEG seja revista, desde os valores, o edital até a efetivação. A professora explica como procederá agora na sua gestão, e com a volta da presencialidade. *A gente vai discutir o orçamento da Pró-reitoria, a gente vai ter momento de fazer um orçamento participativo que o aluno vai poder dar sugestões com relação essa aplicação do recurso, nós vamos discutir as novas propostas de resolução para poder a gente levar adiante que já estão prontas, vamos fazer discussão dos critérios de permanência, dos critérios de inclusão, da forma como a seleção acontece criação de novos auxílios que já foram baseados em pesquisa que a gente fez antecipadamente por exemplo o auxílio creche que faz parte do programa do PNAES (Entrevistada 9).*

No destaque sobre as políticas de informação a professora apresenta o panorama da gestão. *Na verdade, a gente já fez isso, desde que nós assumimos a gestão, realizamos várias*

mudanças na política de comunicação então hoje o estudante recebe um e-mail assim com pouco tempo dois três meses que ele está cadastrado na universidade ele já faz seu cadastro sócio econômico a gente manda um e-mail para ele informando de como quer fazer o cadastro socio econômico e pra que e a partir do momento que ele cadastra já começa a receber nossos e-mail então a gente tem uma mala direta para esses estudantes por que antes de estar matriculado ele já começa a receber informação sobre o que é a residência universitária, como concorrer, nossos editais, editais de cadastro sócio econômico, inclusive eu já cheguei mandar e-mail até orientando desde o processo e como cadastrar no SEI como criar uma conta lá no Sistema Eletrônico Integrado no Portal de Sistema Integrado e tudo mais até o final do edital (Entrevistada 9).

Quando se fala em formas de comunicação e acompanhamento temos que ter sempre em mente as formas de controle que perpassam essas ações, ou seja, como os estudantes foram ouvidos em suas necessidades e como um cadastro único para todos os programas vai resolver as questões de acesso aos programas. Por outro lado, sim o cadastro único pode ajudar aos assistentes sociais, para que lhe sobrem tempo para desenvolver ações menos burocráticas com os estudantes.

Ao analisar e identificar o discurso da responsável pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários - PRAC lembro de Foucault e as condições de funcionamento do discurso em que identifica a sociedade do discurso como uma fala oficial que tem acesso aos grupos. Neste caso, os estudantes/beneficiados. De modo especial somos de pensamento positivo que os estudantes consigam estabelecer relações de compreensão sobre que ações são mais efetivas para sua permanência na universidade. Pergunto sobre a residência universitária, onde eu puder trabalhar mais a questão da permanência, como esses estudantes se sentem na sua permanência simbólica e não só material, procurando identificar a permanência e as formas de acompanhamento da residência tentando contextualizar o CFP e o CAE.

A entrevistada relata o seu entendimento sobre permanência simbólica, identificando como meta o desenvolvimento de atividades coletivas aos estudantes. *A Pró-reitoria tem esse acompanhamento também simbólico como a senhora coloca, como acompanhamento material, com a presencialidade vou até ser redundante isso voltou a ser mais presente, voltou a ser mais efetivo do que no período remoto, mas temos sim atividades de esportes, cultura, lazer para os nossos estudantes e além da assistência estudantil também.* E destaca que orienta aos estudantes sobre *você ter um sucesso acadêmico, ter saúde mental praticar exercícios, participar do campeonato que a gente coloca, a gente convida, mas eu não tenho o direito de interferir na forma que ele vive a vida dele como ele utiliza um determinado recurso (Entrevistada 9).*

Faço as mesmas questões já referidas anteriormente, iniciando por: como é que você define as formas de acesso e permanência dos estudantes com relação à residência universitária e o PAEG? Ao analisar as falas da técnica da Coordenação de Apoio estudantil – CAE denominada entrevistada 10.

As formas do ingresso são transparentes, pautadas no edital, bem específico, também pautada nas questões do PNAES, que entra a questão de avaliações de critério voltadas para a questão da renda e a própria realidade socioeconômica mesmo, e vamos dizer desses estudantes. Então é publicado um edital a nível da UFCG, os estudantes tomam ciência dessa informação. É de maneira pública, bem como aqui internamente, a gente faz divulgação em cartazes, nos espaços, mais públicos nesse sentido. E eles. Assim, os interessados passam a se inscrever aqui enquanto o setor a gente tem atendimento ao público. Então, também, enquanto unidade, ficamos à disposição para dúvidas, esclarecimentos de quem tem interesse. De maneira geral, aos poucos agora, recentemente a equipe vem se ampliando. Até então éramos apenas a parte específica, eu enquanto psicóloga e a assistente social, eu já entro dentro dessa parte mais específica e do meu cargo, enquanto psicóloga para esse atendimento multidisciplinar. Nesse caso, a gente faz o acompanhamento dos estudantes dentro dessas especificidades (Entrevistada 10).

Ao tratar das articulações do discurso, Foucault identifica o discurso de verdade como uma vontade de saber que constrói conceitos e símbolos com efeitos de poder. Podemos relacionar que o edital representa as linhas ou os parâmetros das verdades requisitadas, estabelecendo formas de ligação entre os sujeitos que se produzirão na esteira desse discurso; respondendo o mesmo de maneira adequada. Recordando que historicamente na filosofia o problema da verdade sempre esteve associado ao problema da adequação entre intelecto e materialidade, os editais institucionais consistem em construções intelectuais lógicas, cujos enunciados não podem apresentar contradições, ao passo que os concorrentes devem responder aos enunciados sempre dizendo a verdade. Os editais são, assim, também construídos de modo a evitar falsidades e enganos, principalmente porque contem em si os procedimentos para a verificação da veracidade dos discursos dos concorrentes. Tratam-se, portanto, de dispositivos por onde os sujeitos passam e, se aprovados, saem do “outro lado” com uma nova identidade, a de discentes assistidos pela instituição.

Os editais institucionais são, portanto, dispositivos protocolares, espécies de máquinas lógicas nominais e numéricas, responsáveis pela produção de sujeitos em termos qualitativos e quantitativos. Em outras palavras, essa produção ocorre na medida em que os critérios e as escalas de pontuação desenham ou figuram uma identidade àqueles que são pelos editais

processados, bem como estabelecem uma hierarquia ou uma ordem na relação entre todos os sujeitos, que, por sua vez, passam a constituir uma comunidade. Em sendo, portanto, os editais dispositivos, os mesmos permitem o acesso ou a passagem a outros dispositivos, que então estão organizados conforme outras regras. Não obstante, os editais também produzem sujeitos do lado do controle da instituição; isto é, os técnicos avaliadores assumem posições e identidades específicas na condição de avaliadores ou examinadores nas comissões ou bancas; além de suas posições profissionais: psicóloga ou assistente social. Desse modo, também estão submetidas ao regime de verdade do edital, pois devem adequar suas materialidades aos enunciados lógicos do edital.

De um ponto de vista foucaultiano acerca da “Ordem do discurso”, esse tipo de construção dispositiva tem sua arquitetura platônica, pois há uma relação de adequação entre o Ideal (os editais) e o Empírico (os sujeitos). Platonicamente, portanto, o empírico se esforça para se adequar ao Ideal, que é o mundo Real por excelência. Nas palavras de Foucault (2004, p. 17): “Tudo se passa como se, a partir da grande divisão platônica, a vontade de verdade tivesse sua própria história [...]: história dos planos de objetos a conhecer, história das funções e posições do sujeito cognoscente, história dos investimentos materiais, técnicos, instrumentais do conhecimento”. Assim, é nessa relação entre sujeito, discurso e grupo que chancela o discurso que as políticas de assistência se estabelecem nas instituições. Neste caso, a educação vai viabilizar o contato do sujeito com o discurso, seguindo uma ordem hierárquica, de modo que a educação é uma maneira política de manutenção de alguns discursos, de um tipo de discurso que interessa as instituições.

Pergunto sobre a formação que a equipe tem para proceder ao acompanhamento dos estudantes. *Pronto, por vezes a Pró-reitoria de assuntos comunitários, ela faz reuniões conosco, mas no sentido de recentemente teve um, acho que foi seminário o nome, foi seminário da assistência estudantil e vieram até outras especialistas de outras universidades para conversar como elas fazem um trabalho lá, enfim, algum vezes* (Entrevistada 10). No acompanhamento aos estudantes ela destaca: *Com os estudantes, no caso, a gente veio realizando alguns encontros no sentido que acolhida para os residentes novatos. Então a gente faz para os veteranos e promoveu, por exemplo, uma corrida, só fortalecendo esse senso do cuidado com a saúde. Esses são poucos programas e projetos que enquanto unidade elaboramos mais voltado para os estudantes da residência universitária. Para os estudantes como um todo temos aqui o projeto que é o Cine Debate; era apresentado o filme depois os estudantes refletiam sobre aquele filme no momento coletivo, então essas são algumas*

atividades que estavam agora na retomada a gente pretende resgatar para a continuidade e apoio, aos estudantes (Entrevistada 10).

A entrevistada apresenta ações e as coloca como em processo de implementação, a mesma reconhece que são poucas e direcionadas aos estudantes residentes no início do período letivo. Nesse momento a técnica introduz um elemento novo que são os demais estudantes da instituição, imagino que a coordenação de apoio estudantil deve se organizar em função de ações para todos os estudantes do campus, no entanto, pela pesquisa realizada vejo que o CAE tem suas ações voltadas quase que exclusivamente para os residentes e os bolsistas do PAEG, as coordenações de cursos por sua vez, se constituem em realizar ações aos estudantes independente de programas de auxílio e programas acadêmicos.

Questiono sobre a política de assistência e permanência: como é que você vê a contribuição desses programas para a formação dos estudantes? São programas importantíssimos quando a gente percebe a realidade local, que estamos onde temos ainda muitas microrregiões, vulneráveis, socioeconomicamente. Pontos que poderiam ser melhorados no programa? Acho que ainda não, sabe eu ainda não tinha feita essa reflexão né. Ah, sim, de maior sobre o que melhorar. Então, assim, temporalmente, falando o valor, vamos assim, como pensar na bolsa do PAEG financeiramente esse valor eu acredito que poderia ser reavaliada, se alcança a cobertura de despesas dos estudantes. Eu acho que as pessoas que são responsáveis por esse gerenciamento devem buscar dar a voz para ele estar consultando, para ver se realmente o objetivo de apoio está sendo alcançado (Entrevistada 10).

A técnica destaca a importância do programa pelo acesso que promove aos estudantes, destaca que nem sempre existiram essas políticas, declara que nunca pensou ou avaliou se estas políticas estavam sendo bem recebidas e efetivadas, destaca que o valor da bolsa poderia ser revisto desde que em função das necessidades dos estudantes. Sobre a reflexão da entrevistada vejo um pensamento limitado ao destacar que cabe à gestão redefinir os valores da bolsa PAEG como se somente os Pró-reitores de Assuntos Comunitários e os estudantes tivessem interesses nessas questões. Ela prossegue destacando outros programas que a universidade tem, e que foram surgidos após o período de pandemia da Covid-19.

Considerando no caso, hoje um panorama também dos outros programas que a gente tem, por exemplo, a gente tem um PAEG, hoje tem o auxílio moradia, que está se ampliando, teve também a bolsa de auxílio a internet, enfim, eu acredito que cada um desses programas, em particular têm que estar justamente nessa avaliação constante, principalmente do público que recebe, que são os estudantes para eles mesmo trazem essas reflexões sobre a condição do que realmente efetivou. Talvez por eu estar na prática, acabo ficando mais ali, envolvida né,

acredito que até dá a nota assim ficarem um pouco talvez muito do meu olhar não sei se seria tão efetivo nesse sentido, mas eu acredito que aos poucos acho que essa resposta seria mais concreta mesmo dos estudantes. Não acho que eu não conseguiria ser tão, pontual numa nota x. sabe? eu acho que ficaram pouco difícil mesmo (Entrevistada 10).

Fazendo uma análise sobre o discurso da técnica do CAE, me remete as teorizações de Foucault, de modo que o autor identifica que as estratégias discursivas operacionalizadas com discursos “de verdade”, que moldam a forma dos sujeitos olharem e constituírem o mundo que os cerca. Tais estratégias se fazem a todo o momento quando somos colocados em relação aos nossos modos de ver e entender a universidade. A leitura de Foucault nos mostra que somos persuadidos, colocados num jogo em tensão com as verdades ditas e repetidas constantemente e as tomamos como as verdadeiras. O discurso não é uma teoria, e sim uma prática social que se estrutura por meio de transmissões de relações de poder-saber.

Assim, considerando a teorização de Foucault na microfísica dos dispositivos de poder, o modo de organização do discurso da entrevistada tem um discurso lógico, uma estrutura seguindo uma ritualística interna como forma de atingir um objetivo, que aqui se apresenta como a defesa do dispositivo universidade. Ao mesmo tempo, faz parte desse discurso lógico comunicar que ele possui aberturas para revisões desde a escuta dos/das estudantes. Faz parte do sistema universitário de verdade, ao menos modernamente falando das repúblicas e das democracias, no eixo do saber e do poder, delegar saber e poder aos outros inferiores da hierarquia, de modo que o saber-poder institucional estabeleça identidades com seu público. Esses deve ter a percepção real ou ilusória de que possui saber e poder, ao passo que deve crer que a instituição os deseja ou os necessita. Está em jogo a construção das condições de validade e de relevância de um discurso.

A demanda institucional pela fala estudantil colocada mediante regras que permitem essa entrada na “ordem do discurso”, depende de que haja satisfação de “[...] certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”. Torna-se, assim, curioso como opera o saber-poder universitário das repúblicas democráticas, na medida em que a instituição forma e educa o estudante para exercer a crítica sobre a própria instituição; já que, do contrário, seria uma instituição militar. Podemos observar, por conseguinte, que mecanismos de participação estudantil, os eventos, os encontros etc. promovidos pela instituição, bem como pelo/a estudante, implicam uma espécie de seletividade, considerando que a adesão numérica é parcial ou ínfima. Participam das tensões estabelecidas pelo saber-poder aqueles/as que de certo modo operam segundo a fisiologia institucional; a exemplo da estudante da residência universitária que recebe e introdução as “novatas” no dispositivo da “casa” e dos “quartos”. Nesse momento,

vemos que ela foi selecionada para representar o saber-poder, bem como exercer ou gozar desse saber-poder.

Para Foucault (2004, p. 36), a instituição determina as condições de funcionamento do discurso ao “[...] impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles”. Não obstante, a depender do nível de qualificação de um sujeito no eixo saber-poder se torna comum a assimilação do mesmo pela instituição. Não é à toa, por exemplo, que a universidade assimilou muitos intelectuais que inicialmente foram seus críticos, e que continuam sendo, mesmo em seu interior. Isso faz com que o exercício do saber-poder passe por dinâmicas de transformação, de diferenciação que permitem a sobrevivência de um sistema ou de um regime. Alerta Foucault (2004, p. 23-24) que nesses casos os discursos antigos são reproduzidos e repetidos de uma tal maneira que aparecem como novidades ou acontecimento. Nesse sentido, tornou-se bem comum tomar certos estudantes críticos como acontecimentos ou fenômenos admiráveis diante do domínio desses, do discurso institucional, mesmo ou, principalmente, quando exercem a crítica.

Concluindo esse terceiro bloco de entrevistas apresento a fala da entrevistada 11, técnica do CAE que já passou por vários setores e atividades junto aos estudantes. Busco destacar os enunciados numa perspectiva de perceber a organização dos mecanismos do discurso. De modo semelhante procedo com a entrevistada considerando as mesmas perguntas e temas. Pergunto: Considerando ações do CAE como é que você define aqui as formas de acesso dos estudantes, tanto da residência como do PAEG? Nessa fala, a seguir, observo uma historicidade do modo de atuação e desenvolvimento das atividades realizadas pela referida coordenação, de modo objetivo, destacando os pontos que considera positivos e negativos.

Em primeiro lugar, ela é democrática né, porque ela segue um edital que foi publicado e todos os estudantes têm acesso ao edital né podem se inscrever. Então nesse ponto acho que já é um ponto bem positivo né e atualmente a gente trabalha com é uma espécie de cadastramento e separado da seleção né a gente tem o cadastramento socioeconômico que o estudante ao chegar na universidade ele já é orientado a fazer né dele para entregar toda uma documentação preencher formulário através de um processo eletrônico. É democrático no sentido de que todos têm acesso à informação, todos têm também para fazer seu cadastramento socioeconômico e tudo, mais do ponto de vista da inserção em si né, a gente ainda não consegue assegurar essa participação de todos que desejam ingressar nos programas (Entrevistada 11).

Um aspecto interessante da fala que merece destaque, por mais democrático que seja o processo, quanto às informações e exigências, considerando o número de bolsas e vagas, sempre será uma concorrência entre os que precisam e os que conseguir os benefícios; ou seja,

sempre haverá seletividade, o que revela que haverá excluídos, pois a instituição não tem programas que alcancem a todos os estudantes matriculados. Necessário lembrar sobre este ponto o alerta que Foucault (2004, p. 19) nos deu acerca de nossa sociedade, moderna, diferente da clássica, está estruturada, segundo três grandes regimes ou sistemas de exclusão, que aqui chamaremos de: interdição, segregação e veracidade. Desse modo, verificamos que os/as estudantes assistidos/as, de acordo com alguns discursos já coletados, sentem-se como que em regime de segregação. Sendo que, para viver no interior desse regime, ou mesmo para adentrá-lo por meio dos editais, será necessário um compromisso com a verdade; bem como com a interdição dos discursos, na medida em que se criam espaços específicos para se dizer a verdade; mesmo que essa última denuncie a proibição e a segregação.

Neste tópico a entrevistada fala da equipe e de como a mesma foi se constituindo, aspectos que são importantes para a efetivação das ações do CAE. *A equipe ela foi-se constituindo né com o tempo que quando chegou quando eu cheguei era só eu de profissional de coordenadora, assistente social né e aí em 2018 já no finalzinho chegou a psicóloga, né só agora chegou o técnico assuntos educacionais né e isso tem melhorado um pouco nosso trabalho né* (Entrevistada 11). Sobre as formas de acompanhamento aos estudantes destaca. *Pronto acho que em relação ao serviço social né, a gente consegue essa aproximação da realidade do estudante inicialmente através da documentação dele é o que ele coloca onde a gente consegue perceber muita coisa, qual é o nosso público né entender quais são as vulnerabilidades quais são as necessidades dos nossos estudantes* (Entrevistada 11).

Penso que no nível do discurso está claro que existem ações de acolhimento; mesmo por que todo o processo é um acolhimento de uma demanda até então excluída do escopo universitário; por outro lado uma forma de conhecimento socioeconômica dos estudantes e as possíveis formas de adequá-los às políticas já existentes.

De modo geral a entrevistada faz uma historicização de como são as políticas de assistência e do trabalho no CAE, aponta aspectos significativos para a efetivação das ações para com os estudantes, e discontinuidades existentes, de modo que retrata um pouco os discursos dos estudantes, as falas de descontentamento com as políticas e sobre as formas de acompanhamento, assim se revela um pouco da estrutura administrativa em seus aspectos para continuar existindo e produzindo formas de manter as políticas em todos os seus aspectos desde a oferta ao controle dos beneficiários.

Interessante a afirmativa da entrevistada no sentido de não ter como controlar a maneira do discente gastar ou investir o dinheiro do PAEG. Ou seja, que no máximo ela pode trabalhar com informações, mas a decisão deliberada cabe ao estudante no momento de gastar o dinheiro

com isso ou aquilo. Isso é exemplar para a descoberta foucaultiana acerca do saber-poder não ter um centro, mas sim estar distribuído e que todos os sujeitos são efeitos do poder que sofrem e do poder que exercem. Não obstante, é possível compreender que as dinâmicas de distribuição de poder-saber implicam responsabilidades, isto é, o preço pelo exercício do saber-poder na esteira dos limites da liberdade em relação às suas consequências e inconsequências.

Sobre a estrutura administrativa a entrevistada reitera: *É mais assim todos nós que trabalhamos aqui a gente sente que essa parte administrativa do trabalho acaba sobrecarregando, a gente fica, às vezes, muito imerso nessas questões de resposta de processo e tudo e algumas ações que a gente deseja fazer como ações socioeducativas né algumas coisas às vezes a gente não consegue dar conta e outras vezes, quando a gente consegue organizar a gente não consegue a participação dos estudantes e é aconteceu foi pouco antes da pandemia. Eu me lembro mais do ano de 2019 que a gente desenvolveu alguns projetos aqui especialmente para a residência universitária né que eram ao longo do ano realizar seis eventos né e aí cada evento a gente até sondou com eles quais os temas que eles gostariam de trabalhar e tudo e quando a gente organizava esses momentos eles não participavam né (Entrevistada 11).*

Observamos uma reflexão sobre a organização do trabalho nesse constante acompanhamento de editais revelado pela técnica e, por outro lado, na tentativa de atender e realizar ações com os estudantes da residência universitária. Ao identificar modos de compreensão e afirmações verdadeiras sobre os discursos pensamos sobre Foucault e as formas de interdição e separação dos sujeitos por meio dos discursos; neste estudo podemos nos aproximar de formas discursivas de grupos específicos como os estudantes e os gestores de uma instituição o que revela os discursos e seus alvos.

Pergunto sobre os espaços de formação e qualificação para os profissionais do CAE, como é que isso ocorre? Ao que a entrevista faz um panorama das ações de formação e destaca que o núcleo de assistência social tem autonomia em fazer formações de acordo com suas necessidades. Declara: *Isso é muito limitado acho que é quase escasso, esse ano a gente teve um seminário da assistência estudantil que foi virtual teve atividade um dia inteiro. A minha equipe enquanto assistentes sociais a gente se organiza e a gente constrói nossas próprias formações, então a gente já realizou dois momentos quando a gente entrou depois a gente realizou outro que são momentos assim mais demorado tipo três dias, uma semana de capacitação que a gente mesmo que organiza (Entrevistada 11)*

Na busca por uma maior compreensão da fala da entrevistada questiono. Só para eu entender, nós estamos aqui falando que existe uma equipe multidisciplinar, mas aí você vem

com esse fato que é muito interessante, acaba que os processos formativos eles não são interdisciplinares?

Não, único que eu te digo assim que eu já participei né que teve esse caráter mais interdisciplinar teve esse seminário que a gente teve recentemente o FONAPRACE. [] a gente enquanto assistentes sociais está sempre buscando enquanto coletivo e da UFCG que a gente já realizou duas, dois ciclos de oficinas de capacitação recentemente a gente parou para trabalhar os nossos instrumentais, para estudar categorias, então a gente consegue fazer isso em algum momento; a gente tá sempre trabalhando bastante, esse ano a gente conseguiu no mês de fevereiro, conseguiu dar conta de nossos formulários, refazer, estudar categorias e melhorar a avaliação socioeconômica, e fazer nosso plano de trabalho que está em construção, estudar para esse plano de trabalho e tudo, e a gente às vezes convida alguém de fora para o momento com a gente, com algum assunto que a gente tem dúvida, mas eu digo para você é uma iniciativa das assistentes sociais não é algo que a gestão vem e coloca para a gente, enquanto aqui CAE a gente ainda precisa se organizar nesse ponto também como equipe, também precisava estar nesses momentos de estudo criar uma rotina dentro do setor também, estar se apropriando disso (Entrevistada 11).

A fala é reveladora de muitos aspectos sobre a formação da equipe multidisciplinar, das formas de organização e trabalho na assistência, existe uma dispersão entre os profissionais e um excesso de ocupação, ou seja, muitas demandas para o setor e isso acaba por limitar as atividades destes profissionais com os estudantes. É latente a necessidade da técnica em qualificação, estudo e formação para desenvolver plenamente suas atividades, assim como é perceptível que existam essas formas de expropriação das profissionais em si, de modo que a responsabilidade recai sobre sua competência técnica com base em sua formação e dar conta das atividades laborais. Entretanto, os limites entre as competências (responsabilidades) e as habilidades que as tornam competentes são muito tênues, especialmente quando uma das características do neoliberalismo está em produzir acúmulos de funções, tanto na esfera pública quanto na privada.

O estado gera assimetria na distribuição desigual de poder, assim fragmenta a população, assim os micro dispositivos que movem a governamentalidade são responsáveis por essa realidade nas instituições, de modo que a organização de quem tem a verdade do discurso vai ser determinante elo entre sujeito e discurso e conseqüente relações de poder-saber. A governamentalidade se manifesta de um modo em que os sujeitos produzidos pelo saber-poder acabam por participarem do próprio governo, já que são subjetivados para o exercício do próprio saber-poder que os limitam. Não se trata, portanto, a governamentalidade, de uma

estratégia de opressão ou de sujeição vertical. Os integrantes das instituições incorporam, são levados ao exercício do saber-poder de modo que experimentam algum tipo de benefício, apesar das queixas e das tensões.

Sobre as formas de acompanhamento a técnica destaca: *Em relação ao PAEG a gente consegue pouco contato no programa a gente tem um contato inicial que é o momento de informação e onde eles conhecem o setor. Tem contato com a gente presencialmente aqui ou através de meio eletrônico, o suporte do CFP trazendo a as demandas deles, existe o acompanhamento acadêmico que no caso é o técnico em assuntos educacionais que tá fazendo essa parte no momento* (Entrevistada 11). Como já indicado pelas estudantes beneficiadas pelo PAEG poderiam ser instituídas ações ou programação regulares de atividades com os estudantes, meios de produção de conhecimento coletivo para além do controle de cumprimento das disciplinas por período letivo. As instituições tem autonomia para gerir os recursos da assistência, atendendo as características de cada grupo social envolvido, existe ainda as formas de replanejamento para os gestores, os eventos do FONAPRACE em suas edições por regional são uma oportunidade destes gestores repensarem e divulgarem forma de sucesso na assistência. Neste sentido considerando Foucault cada discurso necessita ser considerado dentro do contexto que foi gerado, assim a sua produção, seu alvo e objetivo se explicam, considerando os atravessamentos e as descontinuidades propostas pelo autor, diante de uma entrevista podem aparecer discursos inesperados para justificar uma realidade.

Ao falar sobre a residência universitária a entrevistada traça um panorama institucional sobre o atendimento e de como vê esse programa, das contribuições deste para a formação dos estudantes. Segue entrevistada segue pontuando:

Começar pela residência, para mim, esse programa na residência ele é um programa de excelência que a gente tem. É o melhor programa só que mais dá trabalho (risos) mas é o melhor por que eu percebo dos estudantes que chegam aqui muito com muita vulnerabilidade eu vejo as histórias de vida deles e tudo e eu vejo quanto esses estudantes eles conseguem crescer na sua trajetória acadêmica uma boa parte uma boa parte, a gente vê que eles são estudantes que vivenciam aqui a universidade de uma forma muito mais plena acho que por tá aqui dentro eles conseguem se inserir nos projetos acadêmicos a gente ver eles vivendo aqui eu vejo muito isso, então é um outro que tá no projeto que tá numa monitoria que tá dentro do restaurante, na biblioteca, então eles conseguem essa inserção de forma bem mais alta, estão nas residências, estão movimento estudantil, uma boa parte a gente consegue acompanhar assim eles ao longo do curso conseguem manter essa exclusividade ao estudo, que é muito raro a gente saber que a pessoa começou a trabalhar, muito raro eu escuto muito pouco. Então

eu vejo eles fazendo PIBID vejo eles estagiando, em vários projetos para mim isso já é positivo porque eu sei como eles vivenciam bem isso e muitos saindo aqui vão para mestrados né então já consegue concursos, então a gente vê que são estudantes que conseguem crescer muito. Os históricos, passei muito tempo olhando os históricos acadêmicos e a maioria são estudantes que geralmente passa em todas as disciplinas, poucos reclamam eu não posso te dizer que é um número exato que não tem esse número de cabeça, mas me chama muita atenção isso quando eu ia fazer acompanhamento acadêmico dos residentes era tudo, olha se matricula em todas as disciplinas aprova todas as disciplinas. Então se tivesse alguns casos né como sempre tem em casos de estudantes com dificuldade são exceções então a gente percebe que eles são estudantes em sua maioria que conseguem cumprir as disciplinas que conseguem colar grau a tempo (Entrevistada 11).

É um consenso que o programa Residência Universitária tem muitos aspectos positivos, entre eles estão espaço para estudar, oportunidade de participar de projetos acadêmicos, seja, ensino, pesquisa ou extensão; de modo que os estudantes aproveitam de todas as formas essa oportunidade quando residente, e assim o mérito pode ser atribuído ao programa ou ao estudante. Entre os aspectos negativos cabe uma análise sobre quais as condições de permanência existem na residência e os aspectos que não são falados, como os aspectos simbólicos e subjetivos que os estudantes têm que superar e a adaptação ao ingresso na universidade. Considerando as falas dos estudantes muito ainda precisa ser efetivado para que a residência universitária seja um programa de tão alta qualificação, seguramente o decreto do PNAES poderia ajudar, em muito, nessa análise, ou seja, avaliando cada aspecto existente e sua efetivação, considerando uma avaliação qualitativa e quantitativa (Entrevistada 11).

Ainda sobre o tema pergunto: Enquanto política vigente e efetiva no CFP, a residência universitária e o PAEG que nota você daria para esses programas hoje? A resposta vem com uma análise de pontos importantes sobre cada programa e suas limitações.

Acho que para residência poderia dar é tão difícil (risos) um 8 pelo resultado que a gente vê os estudantes conseguindo bons resultados e a gente não fecha essa nota porque há muitas fragilidades no sentido acompanhamento mesmo, de como a gente conseguir dar conta mais das necessidades dos estudantes enquanto equipe que seriam essas necessidade, mais as necessidades imateriais, por exemplo, de convivência essas outras questões de relacionamento subjetivos, as materiais eu acho que a gente consegue dar maior suporte a essa questão da estrutura e alimentação. Então isso a gente consegue melhor, mas enquanto equipe assim limitada que a gente é, a gente não consegue dar essas respostas mais subjetivas assim tem algumas, mas ainda é bem frágil. Em relação ao PAEG a gente até precisaria ter mais números,

a gente não tem feito esse acompanhamento a cada período. Fazer um relatório dizer há quantos realmente cumpriram quanto não cumpriram, qual é efetivação. Mas eu fiz esse acompanhamento por um bom tempo, então eu percebia que uma quantidade considerável talvez oitenta por cento conseguiam atingir os objetivos em relação à disciplina e tudo percebo esse público como um público que não vivencia a universidade. Não tá aqui, então assim qual é um perfil do PAEG é o perfil daquele estudante que vem para a universidade assistir aula, eles conseguem geralmente cumprir as disciplinas e tudo. Tem uma parte que às vezes não consegue, tem alguns que ao longo do próprio programa eles precisam também começar a trabalhar já vão dar conta de outras realidades, porque a bolsa também não dá conta das necessidades deles. Então eu acho que o PAEG ele favorece a permanência do ponto de vista do auxílio financeiro, mas essa permanência não é tão de qualidade, eles não vivenciam muito a universidade e algumas vezes sim boa parte consegue colar grau mas a gente já percebe que há retenção. Quando a gente faz a seleção é o programa que dá mais inscrições então na mente dos estudantes a bolsa ela é como se fosse a melhor forma de assistência (Entrevistada 11).

Muito reveladora a fala da técnica do CAE ao avaliar os programas identificando aspectos dos estudantes e da universidade. Para ela, os estudantes que moram na residência universitária têm um melhor desempenho acadêmico, vivenciam a universidade e, quando terminam sua formação, alguns dão continuidade por meio da pós-graduação. Ao reconhecer a cobertura material que a política promove, tal fala se encontra com os enunciados dos estudantes, assim resta pensar que contribuições o CAE pode dar a futuras ações do PNAES no CFP por meio de relatórios e de seminários a serem elaborados, pois podem ser estabelecidas tentativas de reestruturação do modelo da residência universitária no CFP. Quanto ao PAEG, a entrevistada reconhece um programa que tem uma imensa procura pelos estudantes, porém não identifica como este pode contribuir para a formação destes, posto que, precisam se inserir no mercado de trabalho, muitas vezes fora de sua área de formação e na maioria das vezes em trabalhos precarizados pela política econômica neoliberal. A entrevistada reconhece a fragilidade da permanência em seus aspectos simbólicos como ações sobre educação ético cultural, desenvolvimento de relações interpessoais e psicológica, porém não sugere alternativas a serem implementadas.

5.4 Alguns aspectos acerca da análise das entrevistas

Considerando a análise de discurso foucaultiano observo e reflito sobre como se corporificam os enunciados produzidos pelos entrevistados e os lugares institucionais, seguidos

dos argumentos. Assim *é válido dizer que numa* sociedade do discurso, como classificou Foucault, a estabilidade e o funcionamento estão sempre presentes na prática discursiva. A estabilidade está relacionada aos gestores em defender discursos de dominação e poder, já o funcionamento está relacionado ao modo como as instituições devem funcionar, sempre se renovando para continuar o mesmo e no controle. Em todas as entrevistas semiestruturadas observo as condições de possibilidade enunciadas por Foucault, e como estas falas/discursos aparecem à maneira de uma contingência que possibilita a pesquisadora reconhecer a natureza do dispositivo universidade. As ausências, as falas de reconhecimento, de fragilidades, assim como as falas de insatisfação e de (auto)críticas sobre as políticas de assistência estudantil se forjam como resultado da articulação de saber-poder dos grupos pesquisados, posto que, bem articuladas pela governamentalidade neoliberal que os atravessa, produz e mantém a universidade brasileira como um lugar de subjetivação no sentido da captura mediante a distribuição do exercício do saber-poder; na participação da população na esfera do poder-saber que é a universidade.

Observo que as dinâmicas dos discursos dos/das entrevistados/as ocorrem pela lógica produzida nas relações de força ou políticas e econômicas, na medida em que esses sujeitos, suas identidades, são sustentados por essas relações, existem como efeitos das tensões e dos seus discursos. O sujeito se produz no enunciado do discurso, pois nesse se desenha uma persona, uma performance, com a qual fica atribulado, vinculado, comprometido. Após proferido um discurso, o sujeito ali produzido por predicados acabara, por sua “vontade de verdade”, por trabalhar para manter suas condutas e seus outros discursos coerentes ao discurso anterior então normativo. O problema quanto ao limite de nossa razão é que quando falamos, não sabemos exatamente os limites das consequências de nossos discursos; até onde ou quando um sujeito se conduz sem contradições? Caso essas apareçam como quebra de normas e instituições, os sujeitos são dissolvidos imediatamente pela falsidade das tensões.

Desse modo, mais que uma teorização, a regularidade do discurso é responsável pelo refazimento destes e outros discursos, quando o sujeito se apropria de novas formas de dizer e pensar no sentido do favorecimento de um determinado dispositivo. Para que a universidade seja aceita com suas regras é estruturado um discurso de regularidade por parte dos sujeitos/autores em que o autor se anula na figura do discurso universitário da verdade como não contradição. Pensando a instituição como um ente equivalente ao sujeito, ela se produz em seus discursos, ao mesmo tempo em esses exigem condutas muitas vezes impraticáveis. Não obstante, o discurso universitário carrega, especialmente nas democracias e nas repúblicas contemporâneas, o ideal de civilização e de cultura figurado no conceito de “homem”, o qual

Foucault diz ter morrido no século XIX. Estamos dizendo que o discurso universitário, ao menos do século XX, está comprometido em produzir, por herança mais do que por consciência, enquanto dispositivo ou protocolo, “homens” de saber e de poder; como lugar da sabedoria e do empoderamento em termos clássicos.

Nesse sentido, quem toma a universidade como lugar de saber e de poder, de sabedoria e de empoderamento, assume, sem saber, que não há poder suficiente para evitar as contradições. Entretanto, ao reproduzir o discurso sábio e poderoso, um certo sujeito se produz, o “homem” de civilização e cultura; republicano, democrático, filosófico e científico ao ser suporte a comportar o discurso em sua existência. Vejamos, assim, que todos os discursos aqui proferidos, de todos os lados e posições, o são desde a perspectiva alienada de um sujeito que se vê e se sente do lado da verdade, então alçada pelo seu saber, do qual espera se empoderar. Não escutamos ou lemos nesses discursos a denúncia consciente dos limites verídicos desse saber para o poder. Vemos que os discursos certos de saberem a verdade acreditam conterem algumas formulas poderosas para promoverem mudanças, melhoras, avanços, aperfeiçoamentos, progressos, desenvolvimentos etc. Todos parecem ensaiar resoluções para os problemas que se tornaram objetos do saber de estudantes, técnicos e docentes.

Para Foucault (2004, p. 14), o verdadeiro e o falso são constituintes do discurso, são de sua ordem e natureza. Por conseguinte, “[...] a separação entre o verdadeiro e o falso não é nem arbitrária, nem modificável, nem institucional, nem violenta”. Todo humano que então se produziu por ter entrado na ordem do discurso sofrerá com a inevitável divisão do discurso em verdadeiro ou falso. Entretanto, essa constituição se degenera na historicidade do discurso, de modo que o problema insolúvel do verdadeiro e do falso é transferido para o juízo ou a credibilidade das instituições, dos sujeitos, das epistemes, das teorias, dos métodos. As instituições, a universidade em especial, foram produzidas, portanto, pelo discurso que desenhou a possibilidade de um saber cujo poder estaria em superar os “sistemas de exclusão”, de modo que o discurso sem contradições se tornou o ideal Aristotélico do “terceiro excluído”; isto é, de que um dizer não pode ser simultaneamente verdadeiro e falso. Em outras palavras, os entrevistados não podem notar que no interior de seus discursos existem enunciados contraditórios e falsos, ao lado dos lógicos e verdadeiros.

Tomar o próprio discurso como verdadeiro implica partir para ou resistir na sua defesa, como que uma propriedade, um saber e um poder que se possui como objeto. O discurso não é apenas um meio para se disputar o saber e o poder, mas ele próprio é objeto de saber e de poder pelo qual se luta. Nas palavras de Foucault (2004, p. 10), “[...] isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação,

mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar”. No caso dos estudantes, o próprio discurso universitário que os produz como estudantes e como assistidos permite que pronunciem, contra o saber e o poder dos técnicos, certos saberes ignorados pela própria instituição. O estudante, que estaria localizado mais ao lado da porção da ignorância, isto é, da menoridade da razão, coloca-se desde o ponto de vista da verdade do saber e do poder, como que para além da razão (na irracionalidade) institucional, tal como o louco no hospício, revela “[...] estranhos poderes, o de dizer uma verdade escondida, o de pronunciar o futuro, o de enxergar com toda ingenuidade aquilo que a sabedoria dos outros [dos doutos] não pode perceber” (FOUCAULT, 2004, p. 11).

Concluir uma pesquisa sobre políticas de assistência na instituição em que “você” desenvolve suas atividades profissionais também se revelou uma tensão formada pelos limites entre responsabilidade pública e isenção ou neutralidade ética para a condução da tese. Nesse sentido, a opção teórica, para tratar de políticas de assistência, na perspectiva foucaultiana, fez-se pelo desafio de não descolar a formação acadêmica da experiência da assistência estudantil. Em outros termos, a experiência assistencial na universidade é vista segundo a expectativa de possibilitar materialmente/economicamente a formação acadêmica disciplinar/profissional do/da discente, ao mesmo tempo em que essa, pelo seu princípio, ao menos nas universidades públicas, de cidadania e criticidade, pode influir simbolicamente sobre a própria experiência da assistência, já que a formação universitária promove, do ponto de vista estudantil, uma consciência dos direitos sociais como um exercício, apropriação ou participação do saber-poder nas formações discursivas subjetivadas.

Não obstante, pude perceber claramente uma projeção de reciprocidade sobre essa expectativa recaída sobre a assistência estudantil, na medida em que recai sobre a experiência assistencial uma potencialização simbólica do saber-poder discente na participação nos cursos acadêmicos. Espera-se, portanto, que o estudante assistido vivencie algumas experiências, individuais e coletivas, mais próximas ou condizentes com a realidade social, econômica e política de um país como o Brasil. A expectativa, em suma, consiste em que esses estudantes possam cursar os currículos acadêmicos desde uma perspectiva crítica e contextualizada da própria profissão. Entretanto, essa performance crítica do estudante assistido no âmbito do seu currículo ou vida acadêmica parece depender de ações formativas e pedagógicas por parte da própria universidade, mais especialmente do CAE.

Desse modo, compreendo a assistência estudantil também é demarcada por aspectos pedagógicos ambíguos na contemporaneidade da sociedade neoliberal que regem o Brasil e o mundo são fundamentos latentes para a pesquisa. Em outras palavras, os enunciados que

figuram a imagem do “cidadão crítico” não estão excluídos da lógica neoliberal, mas são assimilados do ponto de vista da segregação individualista dos sujeitos. Desse modo, os dispositivos não produzem coletividades críticas, mas sim individualidades críticas que podem ser assimiladas por inúmeros outros dispositivos, especialmente os profissionais. Parece haver, portanto, tacitamente, a expectativa de que os estudantes assistidos, devido à complexidade social, econômica e política de suas vidas, possam exercer a criticidade e/ou a criatividade capaz de solucionar alguns problemas das próprias instituições; na medida em que o poder se efetiva apenas quando ele distribui ou delega poder, no lugar de simplesmente exercer o poder pela opressão dos indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final, mesmo que parcial, desta caminhada, agora repasso em vista as principais impressões e aprendizados com a presente pesquisa. Considerando que falar de educação, em especial de políticas de assistência e de universidade, nestes tempos, tem sido desafiador para todos aqueles que se envolvem na tarefa de pesquisador e tem como base a docência na formação de professores. Entre idas e vindas, falar de políticas de assistência estudantil, desde o início, já estava definido por mim, repassando em vista minha trajetória profissional, penso que seja um fechamento de ciclo.

O processo do doutorado me trouxe muitas experiências, aprendizado e inquietações sobre pesquisa, perspectiva teórico e metodológica e sobre como “ler” a vida e a universidade em sua pungência. Todas as disciplinas considero que são responsáveis pela minha recriação de sentidos e de fazeres. Algumas gritaram mais forte aos meus ouvidos, me desafiaram a escrita no caminho inverso do que entendia por pesquisa. Acredito que os programas de pós graduação são uma oportunidade ímpar de dar voz a pesquisas e por meio delas revelar impressões, momentos e construções sobre temas tão caros a comunidade acadêmica em especial aos estudantes.

Estudar as políticas do PNAES, entrar nesse universo de sentidos e fazeres sobre acesso e permanência estudantil me colocou num movimento intenso de acontecimentos, de legislação, de teorias, de efetivação dessa política e de todos o resto que subjaz a produção de subjetividades que perpassam a efetivação da assistência no ensino universitário.

O percurso de fundamentação teórica foi repleto de sobressaltos, revelações e afirmações que me fizeram mudar como pesquisadora. Os medos vão cedendo lugar à temporária condição de que a pesquisa tem seu curso próprio, que os caminhos estranhos e escuros cedem lugar a um facho de luz. Diferente de me sentir superior me sinto aprendiz porque, respeitosa ao caminho da tese, inventei caminhos alternativos, para efetivar uma conclusão, mesmo que provisória até um próximo estudo que aproxime do contrário.

Foucault e seus interpretes me ensinaram ao olhar crítico e sensível para ver a sociedade e sua construção política, social e econômica, assim como suas relações com a educação e as políticas de assistência estudantil. Foram dias de insônia, de alegria, de movimento, assim foi a decisão por uma análise da governamentalidade segundo Foucault, suas dinâmicas no eixo do saber-poder. Depois da qualificação a tese continuou a se revelar com mais intensidade, falando comigo, me mostrando que os desafios assustam corações medrosos e que eu precisava inventar maneiras de “ser eu” e de “ser pesquisadora”, para além dos modelos tradicionais de fazer

metodológico. Não é fortaleza e sim ousadia para percorrer as veredas dos aprendizados e da escrita científica sem me anular pelo determinismo da academia, que é uma de suas faces.

Não tem ponto final na fundamentação teórica, pois todos os “dias” pesquisadores e pesquisadoras reinventam, por meio da escrita, estudos e vieses sobre as políticas de assistência estudantil. Os conceitos e análises sobre a governamentalidade neoliberal de Foucault são atualizados por seus intérpretes, transformando o campo da pesquisa como um novo conhecido ou um velho desconhecido, ou tudo ao contrário, pois, para a pesquisadora, novos conceitos e o desconforto me levaram para conhecimentos e reconhecimentos. Nesse novo caminhar eu aprendi que as verdades são provisórias e contraditórias, os conceitos se movimentam e se reconstroem e assim passei a considerar o exercício da escrita da pesquisa como composição e decomposição de saberes em ação.

O tão ressoado problema de pesquisa habitava em mim, segundo diversas velocidades e sentidos, com sua vida própria e me desafiava até o momento de ir a campo. Assim, encontrar os agentes da pesquisa foi uma virada de emoções, de insegurança e de mais aprendizado. Ao longo dos dias as sensações e o desejo de conhecer a vida dos estudantes me foi leve, mesmo que com momentos de introspecção e de sensibilidade. Sim, pois ecoava ainda o espectro da neutralidade na ciência, como ouvir sem sentir, como interagir sem existir, e sim, prossegui considerando toda a ética para construir as conexões históricas, políticas, econômicas e humanas que perpassam a coleta de dados de uma pesquisa em educação, e assim acredito que por meio da escuta sensível consegui realizar as entrevistas semiestruturadas.

A decisão de análise dos dados tomando por referência, como já vimos anteriormente, algumas categorias Foucaultianas se fazem determinante para atingir os objetivos propostos e já citados neste texto. A diferença considerada para a realização das entrevistas foi decisiva para a futura escrita, considerando em Feldens (2014, p. 90) “que a diferença é o que nos tira da fábrica, faz a gente ser o ainda não sido”. Considero que cada agente tem no olhar um modo de ver e sentir sua permanência na residência e no PAEG. Para Feldens (2014, p. 90): “A singularidade é ser e estar em si, conectado com a vida”, assim procurei considerar a singularidade de cada estudante dentro de sua produção vivencial e contexto de poder-saber dos grupos entrevistados.

Sobre os mecanismos de acesso e permanência dos estudantes nos programas Residência Universitária e PAEG no CFP, podemos inferir que existe uma legislação que a Instituição UFCG, através da PRAC, procura executar, ao passo que os estudantes apresentam discursos com destaques para aspectos positivos e negativos, assim como tem uma maneira ampla de apresentar uma compreensão bem pessoal e unilateral das políticas de assistência.

Assinalam que as formas de comunicação, divulgação dos processos e burocracia nos editais, podem ser melhor distribuído, considerando o campus de Cajazeiras, PB no qual a pesquisa foi realizada.

No tocante aos dois programas, consideramos que, por caminhos diferentes, apresentam sua importância enquanto programas de auxílio e permanência na vida dos estudantes; de modo que a política expressa no Decreto do PNAES vem atingindo seus objetivos, ou seja, está chegando aos estudantes com renda inferior a um salário e meio, provenientes das escolas públicas, declarados pretos, pardos e indígenas; alguns dos entrevistados declaram que não teriam seguido estudando sem os benefícios dos programas em tela.

Por parte das servidoras técnicas observo uma visão própria da assistência, cada uma com sua formação e pautadas em compreensão que refletem as formas da sociedade e de governos neoliberais, os quais se expressam numa governamentalidade. Assim, as instituições modernas não possuem a mesma fisiologia de uma comunidade, de uma família e estão bem distantes de uma relação entre eu e tu; mas entre o sujeito e esse Outro que é uma instituição. O modelo de relações se estabelece entre sujeitos e máquina, no atendimento das demandas, sejam elas das mais humanas as mais materiais.

Ao identificar no discurso dos estudantes as reivindicações sobre a estrutura física das residências, sobre a conservação dos prédios e quantidade de estudantes, por quarto, importa ler e compreender como a instituição poderia equipar as residências no campus do CFP que conta com instalações próprias e construídas com recursos do Reuni, localizada dentro do Centro, ou por outro lado, dispor para os estudantes do auxílio aluguel como os demais campus. Assim se constituem discursos atravessados por relações materiais e pelo exercício do poder entre grupos e seus interesses, atualmente mais individuais que coletivos.

Ao revisitar o objetivo geral que consistiu em analisar os programas de assistência estudantil enquanto políticas da governamentalidade neoliberal e a construção da permanência qualificada dos estudantes no ensino universitário, considerando os discursos da “assistência” e da “permanência”, para situar os pontos de partida, retomo as iniciativas de instituições que desenvolvem atividades de cunho político social, favorecendo o protagonismo dos estudantes, a formação que se pauta na história, cultura, tradução regionalidade dos estudantes. Outras experiências universitárias, com as quais tive contato, apresentam, os aspectos simbólicos na relação professor-estudantes, nos métodos de construção do conhecimento, nas questões culturais e étnicas garantindo assim, formas de pertencimento, cultural, de regional, inserção política e desempenho acadêmico aos estudantes.

Sobre o programa PAEG é citado nos discursos a flexibilidade da proposta em tela, constituindo-se numa “bolsificação”, que conta com a exigência de o estudante frequentar as aulas e ser aprovado nas disciplinas a cada período. Os estudantes destacam, de modo particular, o baixo valor da bolsa e a necessidade de trabalhar, atribuindo a isso a baixa participação em atividades, eventos, projetos de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de formação. Considero muito interessante que o programa conta com a vantagem de ser livre para os estudantes fazerem a aplicação que desejam com o recurso recebido, diferente do programa Residência Universitária, não apresenta a mesma adesão ou participação estudantil na chamada vida acadêmica.

Os estudantes destacam nos discursos que buscam interagir, serem solidários e companheiros, evitando situações e discussões na residência, em especial nos quartos. Quanto à vida acadêmica os residentes destacam participação nas atividades em sala de aula e extraclasse, como projetos de extensão, de ensino e pesquisa. Os estudantes reconhecem os pontos positivos do programa Residência Universitária sem o qual alguns identificam que não estariam na universidade. No tocante aos residentes e aos bolsistas do PAEG, sobre a convivência com os professores e com a gestão, observamos relações pautadas por uma sociedade individualizada em suas funções, pautada pela maquinaria do estado e da sociedade neoliberal, em que o saber-poder das individualidades se sobrepõem à da coletividade pelo exercício do poder-saber institucional.

Uma de minhas inquietações recaiu sobre as formas de permanência dos estudantes dos dois programas, no sentido de ampliar a visão material e financeira dos programas, porém considero que essa discussão não foi aprofundada durante as entrevistas. Desse modo, consideramos que a permanência deveria potencializar, mais do que se vê no presente, os aspectos culturais, políticos, sociais, pedagógicos e relacional, considerando os estudantes, suas histórias de vida e a reflexão crítica sobre o modelo de sociedade vigente enquanto espaço de permanência simbólica que se constrói nas relações de saber e poder, no movimento da vida e da dinâmica da formação, seja, na sala de aula, seja, nas atividades extra sala.

Por outro lado, é necessário construir ações que valorizem a diferença e a singularidade nas relações da universidade com os estudantes beneficiados pelas políticas de assistência. De modo a atingir os objetivos do Decreto n. 7.234/2010. Destaco alguns dos documentos e relatórios emitidos nestes 12 anos de vigência do PNAES, alguns frutos de ouvidoria, outros frutos de pesquisas do FONAPRACE e da ANDIFES que tratam de questões advindas da efetivação destas políticas e da forma como as instituições ainda precisam repensar estratégias de apoio aos estudantes. Os valores financeiros executados pelo PNAES através dos órgãos do

governo, são identificados como insuficientes para as despesas e custeio, entre outros pontos identificados.

Entre as dez áreas de auxílios a serem desenvolvidas, como o recurso do PNAES, estão a moradia estudantil, a alimentação, o transporte, a saúde, a inclusão digital, a cultura, o esporte, a creche, o apoio pedagógico e o acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (FONAPRACE, 2010). De modo geral, tomando como referência os dois grupos pesquisados, algumas áreas ainda estão em desenvolvimento e outras sendo propostas para se efetivarem como PNAES em nossa instituição. Em outras palavras, se considerarmos as prerrogativas gerais do programa, a instituição aqui pesquisada está aquém da reflexão necessária sobre todos esses aspectos, pois, como vimos, apenas os problemas relativos à Residência Universitária e ao PAEG, consomem boa parte do saber-poder institucional.

Desse modo, tomando por referência Foucault, os discursos dos dois grupos entrevistados são linguagens sendo utilizada como prática discursiva sujeita a subjetividades, ou seja, usos subjetivos e sociais sobre as políticas de assistência e será entendido como tal, campo simbólico e articulador de ideias. Os sujeitos do discurso têm seu lugar de produção e endereçamento na prática social por tecerem, entre outras práticas, discursos que se movimentam pelas dinâmicas de poder e de saber tendo como horizonte seu destino alguma prática social.

Seria uma volta ao começo... Com esse recorte das políticas de assistência no Centro de Formação de Professores (CFP) me propus a problematizar: Como compreender as políticas de assistência estudantil nos cursos de licenciatura e a governamentalidade neoliberal no Brasil contemporâneo, quanto à permanência no ensino universitário? Como as políticas de assistência estudantil tem promovido a permanência qualificada dos estudantes no CFP para além da governamentalidade neoliberal?

Foucault e seus interpretes me levam a crer que a assistência e a permanência, nas suas formas mais completas e integrais, ainda se encontram longe dos estudantes. O que se observa é um permanecer cheio de discursos. Os estudantes permanecem porque têm interesses na conclusão do curso e, pela insistência, para estarem incluídos num sistema de educação historicamente excludente para algumas classes, - neste caso a classe trabalhadora- destituída de poder econômico e social. Por parte da gestão das políticas me convenço de que é um modelo que acompanha o restante das instituições brasileiras, que é regido por uma estrutura na qual a universidade não tem autonomia para modificar.

Quando a permanência dos estudantes nas políticas de assistência vai atingir o ponto mais eficiente no Decreto n. 7.234/2010 do PNAES? Vários são os elementos que podem contribuir ou atrasar esse processo. Outro aspecto é o predomínio da governamentalidade neoliberal brasileira que a cada dia se refaz, se reestrutura por meio de discursos e ações. Assim se faz a retórica do controle que constrói a realidade social brasileira. Por outro lado, é preciso considerar as resistências, seja dos estudantes, seja dos órgãos de classe como o FONAPRACE, ANDIFES e de gestores comprometidos com a Assistência Estudantil.

Portanto, faz-se necessário contextualizar os micro dispositivos e micro poderes da governamentalidade na genealogia da ética foucaultiana, que ao escrever sobre uma analítica crítica do tempo presente, apresenta os discursos e sua produção como possibilidades de transformação dos sujeitos, mediante a distribuição de pequenas parcelas de saber-poder como um modo de governamentalidade. Nesse caso, a universidade e as leis que as rege são dispositivos que têm como função responder a uma certa urgência de um imperativo histórico acerca dos sistemas de exclusão. Então, sustentados pelas interdições, segregações e verdades/falsidades. A universidade consiste em uma instituição que, por excelência, demonstra sua ambiguidade, na medida em que funciona no eixo do saber-poder, ao mesmo tempo, oprimindo e distribuindo poder. Nesses termos, podemos notar que o exercício da governamentalidade neoliberal está justamente nas dinâmicas em que adquirir e exercer saber-poder tem como consequência se ver oprimido pelo compromisso e pela responsabilidade com o saber-poder recebido ou conquistado. Não obstante, essa elaboração nos faz lembrar de um certo enunciado que diz: todo (saber) poder tem um preço.

REFERENCIAS

- AGAMBEN, George. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.
- ALMEIDA, Wilson Mesquita. **USP para Todos?** São Paulo: Musa, 2009.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- BARBOSA, Roseane de Almeida. **A assistência ao estudante da residência universitária da UFPB**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.
- BARROS, Aidil J. da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1989. 313p.
- BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A questão política da educação popular**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 7-10.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior: 2013**. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pdf> Acesso em 20 de maio de 2020.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Brasília. Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br>. Acesso em 25 de julho de 2020.
- BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil PNAES. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/> Acesso em 12 de maio de 2020.
- BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. 14 ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2017.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. – Brasília, DF: Inep, 2015. p.404.
- BRASIL. **Lei Nº 13005/2014-Plano Nacional de Educação(PNE)**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 02 de agosto de 2020.
- BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: Acesso em 30 de maio de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. (2008a). Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>. Acesso em 12 de abril de 2019.

BRASIL. SECADI/SESU. **Documento orientador programa incluir - Acessibilidade na educação superior**, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 12 de maio de 2020.

BRZEZINSKI, Iria. Embates na definição das políticas de formação de professores para a atuação multidisciplinar nos anos iniciais do Ensino Fundamental: Respeito à cidadania ou disputa pelo poder? **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 68, Dezembro/99.

BUTA, Bernardo Oliveira; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. Governança pública em três dimensões: conceitual, mensural e democrática. **Organizações & Sociedade** (94): 370–395. doi:10.1590/1984-9270941. Julho/setembro 2020. Consultado em 21 de setembro de 2021.

CANDIOTTO, Cesar. A governamentalidade em Foucault: da analítica do poder à ética da subjetivação. **O que nos faz pensar** nº31, dezembro de 2011.

CASTRO, Edgardo. **Introdução a Foucault** / tradução Beatriz de Almeida Magalhães. -- 1. ed.; 1. Reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Rev. Bras. Educ. [online]**. 2003, n.24, pp.5-15. ISSN 1809-449X. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782003000300002>. Acesso em 20 de maio de 2021.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CORAZZA, Sandra. Diferença pura de um pós-curriculum. In: LOPES, A. C.; MACEDO, E. (Orgs). **Currículos: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2002.103-114.

DANTAS, Joseane; CLEMENTINO, Maria do Livramento. **O papel das cidades (inter) médias para o desenvolvimento regional: um estudo a partir dos centros sub-regionais** (Pau dos Ferros-RN, Cajazeiras-PB e Sousa-PB). GeoUERJ, Rio de Janeiro, ano 15, n. 24, v. 1, p. 228-255, 1. sem. 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/6915>. Acesso em 20 de maio de 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**, 5. ed. Tradução de Cláudia Sant'Anna Martins, São Paulo: Brasiliense, 2005.

DREYFUS, Hubert.; RABINOW, Paul. Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. In: DREYFUS, Hubert.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense, 1995. p. 253-78.

DOURADO, Luiz Fernandes. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais de uma política. **Educ. Soc. Campinas**, v. 31, n. 112, p. 677-705, jul.-set. 2010. Educación, N.º 65. Segundo semestre de 2013, Bogotá, Colômbia.

FELDENS, Dinamara Garcia e SANTANA, Anthony Fabio Torres. Movimentos na docência: subjetividades e encontros inusitados. Programa de Pós-graduação Educação: **Currículo Revista e-curriculum** ISSN: 1809-3876. São Paulo, v.7 n.2 AGOSTO 2011 <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>.

FELDENS, Dinamara Garcia. **A Trama e o destino: Luizas, Rosas, Bias & Joanas**. Maceió: Edufal, 2014.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. A análise do discurso: para além de palavras e coisas. **Revista Educação e Realidade**. jul./dez. 1995. 20(2):18-37.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, novembro/ 2001 Cadernos de Pesquisa, n. 114, p. 197-223, novembro/ 2001.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. A paixão de trabalhar com Foucault In **Caminhos investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação**. Marisa Vorraber Costa (organizadora) I. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FONAPRACE. **Revista comemorativa 25 anos do FONAPRACE: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Org.) Coordenação, ANDIFES. UFU, PROEX: 2012.

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade**. 1ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2002.

FOUCAULT, Michel **Em Defesa da Sociedade. Curso no College de France** (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. Martins Fontes. 2005. 4ª tiragem.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População. Curso dado no College de France** (1977-1978). Martins Fontes: São Paulo 2008.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IV. Ética, estratégia, poder-saber**. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos II. Arqueologia das ciências e histórias dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GALLO, Sílvia. Biopolítica e subjetividade: resistência? **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 33, n. 66, p. 77-94, out./dez. 2017.

GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais. Para uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Madri: Paidós/MEC, 1990.

GORE, Jennifer. M. Foucault e a Educação: Fascinantes desafios. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **O sujeito da Educação: estudos foucaultianos**. (Org.) Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000. 4ª edição.

GORZ, André. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. Tradução de Celso Azzan Júnior. São Paulo: Annablume, 2005. 107 p.
<http://www.unesco.org/education/educprog/wche/principol/les-rev1.html>. Acesso em 19 de maio de 2021.

GUEDES, Cláudia et al., **As políticas públicas em ciência e o desenvolvimento econômico: reflexões sobre o caso brasileiro**. In: BRÜSEKE, Franz Josef (org.). São Cristóvão: Editora UFS, 2014, p. 183.

HIDDLESTON, Jane. **Pós-colonialismo**. Tradução de Renan Marques Birro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021. (Série Pensamento Moderno)

LARROSA, Jorge. Tecnologias do Eu e Educação. In: SILVA, T. T. (Org). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

LOPES, Alice Casimiro.; MACEDO, Elizabeth. O pensamento curricular no Brasil. In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. (Orgs). **Currículos: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2002. 13-54.

MAGALHAES, Rosélia Pinheiro. Desigualdade, pobreza e educação superior no Brasil. IN FONAPRACE. **Revista comemorativa 25 anos do FONAPRACE: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Org.) Coordenação, ANDIFES. UFU, PROEX: 2012.

JESUS, Rita de Cássia Dias Pereira de, NASCIMENTO, Cláudio Orlando Costa do. A 'condição de estudante' e a experiência de acesso e permanência qualificada na universidade federal do recôncavo da Bahia – UFRB. ISSN 0104-8015 **POLÍTICA & TRABALHO Revista de Ciências Sociais** n. 33. Outubro de 2010 - p. 117-129.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1994.

MOROSINI, Marilia Costa, & FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, 5(2), 154-164. 2014.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Repensando a Garantia de Qualidade para o Ensino Superior no Brasil 2018**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinaes/relatorio-ocde>. Acesso em 30 julho de 2020.

PARAISO, Marlucy Alves. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. IN Dagmar Estermann Meyer, Marlucy Alves Paraíso, (organizadoras). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

PERISSINOTTO, Renato M. História, sociologia e análise do poder. **História Unisinos** 11(3):313-320, Setembro/Dezembro 2007.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9.

RECKTENVALD, Marcelo; MATTEI, Lauro; PEREIRA, Vilmar Alves. Avaliando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) sob a ótica das epistemologias. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 23, n. 02, p. 405-423, jul. 2018 10.1590/S1414-40772018000200008. <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

REIS, Dyane Brito e TENORIO, Robinson Moreira. Políticas públicas de acesso e permanência da população negra no ensino superior – um debate em curso. <https://www.anpae.org.br/simposio2009>. 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. 7ª. edição, São Paulo: Edições Afrontamento. 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Porque é tão difícil construir uma teoria crítica?** Revista crítica de Ciências Sociais. Nº 54. Sorocaba. São Paulo, junho de 1999.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa**. Tese de Doutorado. 2009. 214 f.

SAVIANI, Demerval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica**, 8(2), 4–17, 2010.

SILVA, Ricardo. Sociologia Política e ideologia autoritária. In: **Revista Política e Sociedade**. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. v. 1, n. 1, setembro de 2002. p.103-128. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/issue/view/957/showToc>. Acesso em 15 de maio de 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Currículo, conhecimento e democracia: as lições e dúvidas de duas décadas. O que produz e o que reproduz em educação: ensaios de sociologia da educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política.** Petrópolis: Vozes, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu. **O sujeito da Educação: estudos foucaultianos.** (Org) Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000. 4ª edição.

UNESCO. **Conferência Mundial sobre Educação Superior: ensino Superior no Século XXI.** Visão e Ação, Paris, 5-9 de outubro. 1998. Disponível em:

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação.** B. Horizonte: Autêntica, 2004. 2ª edição.

VEIGA-NETO, Alfredo. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetivações. In: Portocarrero, Vera; Castelo Branco, Guilherme. **Retratos de Foucault.** Rio de Janeiro: Nau Editora, 2000, p. 179-217.

VEIGA-NETO, Alfredo. Governamentalidade e educação. **Revista Colombiana de Educación**, N.º 65. Segundo semestre de 2013, Bogotá, Colombia.

VEIGA-NETO. Alfredo. Olhares... In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos investigativos: novos olhares em educação.** Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

VIRÍLIO, Paul. A técnica e a guerra. In: SCHEPS, Ruth (org.). **O império das técnicas.** Tradução de Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papirus, 1996. (Coleção Papirus Ciência)

VOLPI, Marina Tazon. A universidade e sua responsabilidade social. **Veritas (Porto Alegre)**, 41(161), 117-133. 1996 <https://doi.org/10.15448/1984-6746.1996.161.36040>

YAZBEK, Maria Carmelita. Estado e Políticas Sociais. Praia Vermelha (UFRJ), v. 18, p. 72-94, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar, como voluntário (a), no estudo: **Análise das Políticas de Assistência Estudantil: pensando as formas de permanência dos estudantes para além da governamentalidade neoliberal**. Coordenado pela professora Maria Janete de Lima, vinculada a Universidade Federal de Sergipe/UFS Programa de Pós-graduação em Educação e a Universidade Federal de Campina Grande/UFCG no Centro de Formação de Professores/CFP/UAE).

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade.

Este estudo tem por objetivo geral, estudar os programas de assistência estudantil enquanto políticas contemporâneas de governamentalidade neoliberal:

- a) Compreender os mecanismos de acesso e permanência dos estudantes nos programas Residência Universitária e PAEG no CFP contextualizando o exercício do biopoder;
- b) Conhecer as ações efetivadas nos programas, considerando a permanência dos estudantes no CFP/UFCG do ponto de vista dos estudantes e sua relação com a formação;
- c) Analisar a compreensão dos estudantes beneficiados sobre as políticas de assistência estudantil, quanto ao exercício da biopolítica e biopoder;
- d) Identificar os mecanismos de permanência dos estudantes no tocante às práticas de controle desenvolvidas pela instituição.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido (a) ao(s) seguinte(s) procedimentos:

Para esta pesquisa sobre a governamentalidade neoliberal nas políticas de assistência estudantil tenho como agentes a serem pesquisados os estudantes dos cursos de licenciatura do CFP/UFCG. A escolha se faz, no sentido de compreender o objeto de estudo pelo auxílio e pela participação desses agentes, dando-lhes a possibilidade de ação e reflexão por meio da pesquisa em curso.

Assim, considerando o número de estudantes de 2013 a 2020 que se beneficiam das políticas de assistência estudantil, ou seja, a população dos estudantes atendidos que recebem o PAEG. E num segundo momento, por meio de uma amostra intencional, escolho estudantes que estejam há mais tempo recebendo a bolsa PAEG. Estes são os estudantes que vão participar da entrevista.

De semelhante modo, considero a população de 111 beneficiados pelo ResidUni no ano de 2020 para fazer a leitura do questionário socioeconômico disponível no CAE. Num segundo momento por meio de amostra intencional, escolho estudantes para participar da entrevista. Respeitando o maior tempo de permanência no referido programa.

Com as duas etapas de seleção da amostra e considerando como critério de inclusão os estudantes que estejam há mais tempo nos dois programas, pretendo obter maiores contribuições dos agentes pesquisados nas entrevistas.

Para as entrevistas a serem realizadas com as profissionais da Coordenação de Apoio Estudantil – CAE considero a população sendo a Assistente Social e a Psicóloga, duas (02) entrevistadas como atuais responsáveis no ano de 2020 que estão na linha de frente de execução das referidas ações, desde a seleção até o acompanhamento dos estudantes, que são o PAEG e a Residência Universitária- ResidUni.

Por fim, tem-se um (01) representante da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários-PRAC como setor que desenvolve as políticas da universidade junto à Reitoria da UFCG. Podendo ser o Pró-reitor em exercício ou um profissional representante do mesmo.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário.

Se você tiver algum gasto decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você poderá buscar o direito de ser indenizado.

Esta pesquisa atende às exigências das resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), as quais estabelecem diretrizes e normas regulamentadoras para pesquisas envolvendo seres humanos.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) é um colegiado interdisciplinar e independente de caráter consultivo, deliberativo e educativo, que tem como foco central, defender os interesses e a integridade dos participantes voluntários de pesquisas envolvendo seres humanos e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada a NOME DO COORDENADOR DA

PESQUISA, ou ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos - CEP/CFP/UFCG cujos dados para contato estão especificados abaixo.

Dados para contato com a responsável pela pesquisa

Nome: MARIA JANETE DE LIMA

Instituição: CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES/UAE/UFCG

Endereço Pessoal: RUA DR. JOSE MOREIRA DE FIGUEIREDO, 612. Centro, Cajazeiras/PB CEP: 58.900-000

Endereço Profissional: Rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Bairro: Casas Populares, Cajazeiras - PB; CEP: 58.900-000.

Horário disponível: 07:00 as 17:00 todos os dias da semana

Telefone: 83992826337

Email: limamariajanete@gmail.com

Dados do CEP

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande- CEP/CFP/UFCG, situado a rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Bairro: Casas Populares, Cajazeiras - PB; CEP: 58.900-000.

Email: cepcfpufcgcz@gmail.com

Tel: (83) 3532-2075

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

LOCAL	E	DATA
Assinatura datiloscópica do voluntário ou responsável legal	ou	impressão Nome e assinatura do responsável pelo estudo

APÊNDICE B - Roteiro para Entrevista com os Estudantes

Identificação:

Curso em que está matriculado:

Idade:

PAEG ()

Residência Universitária ()

Há quanto tempo é beneficiário do programa:

Comente os meios utilizados para seu acesso ao curso de licenciatura no CFP. Cursinho:

ENEM:

SISU:

Questões:

1. Fale sobre como tem sido sua permanência no CFP e no curso que frequenta, as formas e o contexto que tem sido desenvolvido.
2. O que você sabia sobre as políticas de acesso e permanência na universidade. E ainda sobre a legislação do programa residência universitária ou PAEG para os estudantes no CFP.
3. Relate sobre sua inserção no PAEG ou Residência Universitária. Como se sente ao ser beneficiado pelo referido programa.
4. Destaque como é feito o acompanhamento ao programa do qual participa.
5. Descreva qual a relação que você tem com os colegas de programa, com os professores, funcionários e gestores do CFP.
6. Fale sobre sua experiência na Residência Universitária ou PAEG no CFP e contribuições para sua formação e para a vida acadêmica.
7. Como você define a sua permanência na universidade.
8. Destaque que elementos você precisaria para permanecer na universidade além do programa de que participa.

APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista para os profissionais do CAE/CFP e da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários

Identificação

Função:

Formação:

Tempo de trabalho na instituição:

1.Considerando sua atividade caracterize as ações do CAE/CFP. Formas de acesso dos estudantes e formas de permanência.

2.Identifique como a equipe de multiprofissionais desenvolve a gestão sobre a assistência estudantil.

3.Quais os espaços de formação e qualificação na rotina do CAE/CFP e os estudantes.

4.Fale sobre o programa residência universitária considerando as ações para os estudantes no CFP. Formas de permanência.

5. Fale sobre o programa PAEG no CFP e como este tem contribuído para a formação dos estudantes. Formas de acompanhamento.

6. Identifique quanto ao apoio pedagógico as fases:

Diagnóstico, procedimentos e sistema de trabalho.

7.Como o programa residência universitária e PAEG no CFP podem se constituir em permanência efetiva aos estudantes dos cursos de licenciatura.

Sugestões:

Ações:

ANEXO

ANEXO A-
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

COORDENAÇÃO DE APOIO ESTUDANTIL

EDITAL UFCG/PRAC/CAE Nº. 001/2022

CADASTRO SOCIOECONÔMICO DE ESTUDANTES PARA ACESSO AOS
PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
CAMPINA GRANDE

A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, por meio da Coordenação de Apoio Estudantil, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna pública a abertura do Edital de **Cadastro Socioeconômico de estudantes de graduação para acesso aos programas de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Campina Grande**, de acordo com o Decreto 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), e as Normativas da PRAC/CAE.

1. – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1. O processo conduzido por este Edital tem a finalidade de **cadastrar** os/as estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados/as em cursos de graduação nos campi da UFCG.
2. O cadastro socioeconômico é um instrumento técnico-operativo que será usado no processo de conhecimento, análise e interpretação da situação social e econômica dos/as estudantes de graduação da UFCG, com o fim da emissão de um parecer sobre a situação de vulnerabilidade socioeconômica do/a estudante. O parecer deferido servirá de condição para habilitar o acesso dos/as estudantes

às inscrições nos editais dos programas de Assistência Estudantil da PRAC/CAE.

3. O cadastro efetivado para acesso aos programas de assistência estudantil será **válido por 5 anos**, sendo obrigatória a atualização dos dados socioeconômicos nas seguintes situações:

1. Por solicitação da PRAC/CAE por meio de editais;
2. Por solicitação do Núcleo de Serviço Social da PRAC/CAE;
3. Por solicitação do/a estudante, quando houver mudança na situação socioeconômica (composição familiar, renda, entre outros) do núcleo familiar.

Observação: Caso a solicitação da PRAC/CAE ou do Núcleo de Serviço Social, para atualização dos dados socioeconômicos, não seja atendida pelo/a estudante, o cadastro não será considerado para as inscrições nos editais dos programas de Assistência Estudantil até que a documentação requerida seja apresentada.

4. Os/As estudantes que participaram e tiveram sua inscrição deferida na seleção regida pelo Edital UFCG/PRAC/CAE nº 001/2020, poderão requerer o aproveitamento do processo, mediante atualização obrigatória da renda do núcleo familiar e de outras situações familiares que tenha sofrido alteração.
5. A efetivação do cadastro socioeconômico não se configura como inscrição direta nos programas da Assistência Estudantil, **sendo imprescindível a inscrição do/a estudante em editais específicos de seleção através do JUS2.**

2– DOS REQUISITOS:

2. Para participar do processo de cadastramento, o/a estudante deve atender cumulativamente aos seguintes requisitos:
 - a. Estar regularmente matriculado em cursos de graduação presenciais da UFCG ou devidamente cadastrado para o semestre letivo 2021.2.
 - b. Possuir renda *per capita* familiar menor ou igual a 1 ½ (um e meio) salário- mínimo, entendendo-se por renda mensal *per capita* o valor bruto dos rendimentos da família, dividido pelo número de dependentes;

c. Atender aos critérios e normas expostas neste Edital.

2.2 O/A estudante que desejar se cadastrar na condição de Pessoas com Deficiência para acesso aos programas de Assistência Estudantil da PRAC/CAE, conforme dispõe o Decreto Federal Nº 3.298/99, precisará preencher e anexar o Termo para Pessoas com Deficiência (**modelo disponível no site da PRAC - <https://www.prac.ufcg.edu.br/documentos>**), juntamente com o laudo médico que ateste sua condição e o restante da documentação solicitada no ANEXO I.

3. – DO CADASTRAMENTO:

1. O cadastramento para acesso aos programas de Assistência Estudantil será realizado EXCLUSIVAMENTE via Internet por meio do SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO (SEI-UFCG). Para tanto, o/a estudante deverá:

1. Acessar o módulo Usuários Externos no portal SEI! UFCG, onde é necessário realizar um cadastro para acesso inicial conforme orientações disponíveis no site <https://pra.ufcg.edu.br/sei-ufcg.html>.

Após a validação do cadastro como usuário externo, o/a estudante deve realizar LOGIN no SEI-UFCG e abrir peticionamento, selecionando o tipo de processo “**Assistência Estudantil: cadastramento para acesso aos programas**”, em que deverá preencher o formulário socioeconômico e anexar os documentos comprobatórios da situação socioeconômica dispostos no **ANEXO I** deste Edital.

Os/As estudantes que participaram e tiveram sua inscrição deferida na seleção regida pelo Edital UFCG/PRAC/CAE nº 001/2020, deverão abrir o peticionamento selecionando o tipo de processo “**Assistência Estudantil: atualização de cadastro para acesso aos programas**”, preencher o formulário socioeconômico e anexar os documentos conforme as orientações do **ANEXO II** deste Edital.

3.2 Os documentos deverão ser digitalizados e organizados por categorias, conforme a ordem apresentada no ANEXO I, e cada categoria deverá ter seus documentos compactados em um **único arquivo de PDF**.

Somente serão considerados válidos pelo Núcleo de Serviço Social, os processos que forem efetuados dentro do prazo de vigência deste Edital descrito no cronograma e conforme os tipos de processos descritos no item 3.1.

1. É de responsabilidade exclusiva do candidato o preenchimento completo do formulário socioeconômico e a apresentação da documentação via **SEI-UFCG**, conforme solicitado no ANEXO I, assumindo, portanto, as consequências por quaisquer informações incompatíveis e/ou inverídicas com seus dados pessoais.
2. Cabe ao/à estudante acompanhar as etapas deste Edital por meio da verificação do andamento do seu processo no SEI/UFCG, do contato do assistente social por meio do e- mail informado e/ou das informações disponibilizadas nos sites da UFCG e da PRAC.

4. DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA:

1. É de competência do Núcleo de Serviço Social da PRAC/CAE a realização da avaliação socioeconômica de que trata este Edital.
1. A avaliação socioeconômica visa a identificação de situações de vulnerabilidade socioeconômica/risco social, tendo como base os critérios de prioridade

descritos no site da PRAC (<https://www.prac.ufcg.edu.br/documentos>) e que impactam na permanência e desempenho acadêmico do/a estudante.

2. O processo de avaliação socioeconômica ocorrerá a partir da análise documental, podendo ser realizadas, a qualquer tempo e em caráter complementar, entrevistas e visitas domiciliares desde que seja constatada a necessidade pelo Núcleo de Serviço Social da PRAC/CAE.

- 1.A entrevista social poderá ser realizada de forma virtual, por meio do

Google Meet, ou do contato telefônico informado no cadastro.

- 2.Para o agendamento da entrevista, o/a estudante será contatado por meio do e-mail, informado no processo do SEI-UFCG e, caso não disponha das condições para realização da mesma, deverá apresentar justificativa comprovada, de forma a garantir a conclusão da análise socioeconômica.

3. Os assistentes sociais do Núcleo de Serviço Social da PRAC/CAE gozam de autonomia profissional para análise da vulnerabilidade social dos sujeitos, podendo, durante o período de análise, solicitar outros documentos que julguem necessários para conclusão da avaliação socioeconômica.

- 1.Nesses casos, o/a estudante deverá apresentar as documentações solicitadas pelo Avaliador, por meio do SEI-UFCG, utilizando a ferramenta de PROCESSO INTERCORRENTE (ver tutorial na página do SEI-UFCG), no prazo máximo de 30 dias corridos.

- 2.O/A estudante que não apresentar as documentações exigidas e/ou sanar as informações necessárias para conclusão da avaliação socioeconômica, no prazo estabelecido no item acima terá seu processo indeferido e não poderá encaminhar novo processo para cadastro no período de vigência deste Edital.

- 3.O estudante deve estar ciente de que, caso não atenda os prazos estabelecidos estará sujeito a perder os prazos de inscrição nos editais dos Programas de Assistência Estudantil da PRAC/CAE.

4. No processo de análise socioeconômica dos candidatos, as informações contidas estarão resguardadas pelo sigilo profissional, conforme explícito no Código de

Ética Profissional do Assistente Social, de 13 de março de 1993, em seus artigos 14 e 15 do Capítulo V, § I e II.

5 – DO CRONOGRAMA:

EVENTO	DATA	LOCAL
PUBLICAÇÃO DO EDITAL	08 de março de 2022	Site da UFCG (www.ufcg.edu.br) e da PRAC (www.prac.ufcg.edu.br) e demais Sites dos CAMPI
PERÍODO DE CADASTRAMENTO (TODOS OS CAMPI DA UFCG)	21 de março a 28 de outubro de 2022	SEI/UFCG (SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO/UFCG) HORÁRIO: DAS 8 HORAS DO DIA 21 DE MARÇO ÀS 17 HORAS DO DIA 28 DE OUTUBRO DE 2022.
RESULTADO DA AVALIAÇÃO (INDIVIDUAL)	ATÉ 15 DIAS ÚTEIS APÓS A DATA DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO COMPLETA PELO/A ESTUDANTE E ESCLARECIDAS AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA CONCLUSÃO DA AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA.	SEI/UFCG (SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO/UF CG)
PERÍODO DE RECURSO	Até 3 DIAS ÚTEIS APÓS LIBERAÇÃO DO DESPACHO	SEI/UFCG (SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO/UF CG)

RESULTADO DO RECURSO	Até 5 DIAS ÚTEIS APÓS O RECEBIME NTO DO RECURSO	SEI/UF CG (SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO/UF CG)
---------------------------------	--	---

6. DOS CRITÉRIOS DE INDEFERIMENTO:

1. Não cumprir os requisitos e/ou os critérios estabelecidos nos itens 2.1 e 3.3 do Edital;
2. Quando do não cumprimento do item 4.4.1 ou deixar de comparecer sem justificativa, as etapas estabelecidas no item 4.3;
3. Encerrado o prazo de vigência deste Edital;
4. Quando constatadas pelo Núcleo de Serviço Social, situações de contradição, de incompatibilidade ou de irregularidade acerca de quaisquer dos requisitos, bem como de omissões de declarações necessárias e/ou prestação de falsas declarações.

1. Nos casos do item 6.4, fica vedada ao(à) estudante a possibilidade de abertura de novo processo de cadastramento no prazo de vigência deste Edital.

7- DO RESULTADO:

1. O resultado da análise do cadastro estará disponível em até quinze (15) dias úteis após a data da entrega da documentação completa pelo/a estudante e esclarecidas as informações necessárias para conclusão da avaliação socioeconômica. No momento da conclusão da avaliação, o/a estudante receberá e-mail do SEI-UF CG comunicando a disponibilização do despacho do avaliador para sua ciência.

2. Nos despachos os status dos/as candidatos/as poderão ser:

- 1.**DEFERIDO**: estudante em vulnerabilidade socioeconômica que estará **habilitado** a concorrer aos programas da PRAC/CAE, quando publicados os editais específicos.
- 2.**INDEFERIDO**: quando o/a candidato/a incidir em qualquer um dos quesitos elencados no Item 6 (Dos Critérios de Indeferimento) deste Edital.
- 3.**PENDENTE**: quando o assistente social solicita documentos e/ou esclarecimentos para conclusão da avaliação. Nesta situação, o/a estudante terá um **prazo de 30 dias corridos** para inserir os documentos solicitados. Em caso de não atendimento da solicitação, o processo será indeferido e encerrado.

O/A candidato/a que tiver despacho com *status* **INDEFERIDO**, após resultado da avaliação, e desejar interpor recurso, poderá fazê-lo em até **3 (três) dias úteis** após a disponibilização do despacho, seguindo os seguintes passos:

- a. Verificar o Despacho do avaliador no Processo para conhecimento;
- b. Preencher o FORMULÁRIO DE RECURSO disponível na página da PRAC e juntamente com a cópia de documentos julgados necessários, inserir no SEI- UFCG, utilizando a ferramenta de PROCESSO INTERCORRENTE.

7.3.1 A apreciação do recurso ensejará a reavaliação do indeferimento decorrente da análise socioeconômica. Nesse caso, o recurso será julgado procedente e o *status* do candidato poderá ser alterado em casos de equívocos.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

1. A responsabilidade sobre documentação incompleta e/ou falsa é inteiramente do/a estudante candidato, que assume o risco sobre qualquer prejuízo na análise da sua solicitação.
2. A ocorrência de falsidade nas informações prestadas acarretará em sanções disciplinares, na forma da legislação vigente.

3. A qualquer tempo este edital poderá ser alterado, revogado ou anulado, no todo ou em parte, por motivo de interesse público ou em decorrência de aditamentos no processo, sem que isso implique direito de indenização de qualquer natureza.
4. Toda ou qualquer alteração será publicada nos meios já indicados neste Edital.
5. Os casos omissos e as situações não previstas serão resolvidos pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários.
6. Para maiores informações e/ou esclarecimentos entrar em contato com o Núcleo de Serviço Social do seu campus.

CAMPUS	E-MAIL
CAMPINA GRANDE	servico.social@ufcg.edu.br
CAJAZEIRAS	Ticket: https://suporte.cfp.ufcg.edu.br
CUITÉ	servicosocialces@gmail.com
PATOS	servsocial.cstr@gmail.com
POMBAL	dss.ccta@setor.ufcg.edu.br
SOUSA	servico.social.ccjs.ufcg@gmail.com
SUMÉ	servicosocialcdsa@gmail.com

Campina Grande, 08 de março de 2022

ELIZANDRA SILVA DA PENHA

Coordenadora de Apoio Estudantil

MARIA ANGÉLICA SÁTYRO GOMES ALVES

Pró-Reitora de Assuntos Comunitários

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE PRÓ-REITORIA
DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS**

COORDENAÇÃO DE APOIO ESTUDANTIL

ANEXO I DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

1. Leia com muita atenção todo o presente Edital.
2. **Os documentos descritos neste Edital não são obrigatórios para todos os/as estudantes:** a obrigatoriedade de cada um dos documentos depende da situação específica de cada membro do núcleo familiar do/a estudante.
3. Deverão ser apresentados documentos comprobatórios tanto **DO CANDIDATO**, quanto dos

DEMAIS MEMBROS DO NÚCLEO FAMILIAR.

1. Entende-se por **NÚCLEO FAMILIAR** para fins da avaliação socioeconômica: a unidade familiar composta por uma ou mais pessoas que, contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, sendo consideradas a consanguinidade, a dependência financeira e os laços socioafetivos.
4. É importante que as informações declaradas sejam comprovadas por meio de documentos.
5. No caso em que o/a estudante candidato não tenha o documento oficial exigido, declarações (**Modelos disponíveis na página da PRAC <https://www.prac.ufcg.edu.br/documentos>**) e/ou justificativas podem ser utilizadas em substituição ao citado documento oficial.
6. Os documentos comprobatórios da situação socioeconômica familiar são classificados em:

DOCUMENTOS ESSENCIAIS e DOCUMENTOS COMPLEMENTARES.

7.1. Os DOCUMENTOS ESSENCIAIS estão subdivididos em sete categorias e os COMPLEMENTARES, em três, conforme o quadro abaixo.

7. O/A estudante deverá digitalizar e compilar os documentos referentes à cada categoria em apenas UM documento de PDF. Na página eletrônica do SEI-UFCG encontra-se a sugestão de um aplicativo para compactação.
8. Toda e qualquer renda recebida pelo núcleo familiar deve ser informada, mesmo que sua comprovação não esteja expressamente solicitada neste Edital.
9. Para melhor visualização da documentação necessária, o/a estudante poderá consultar o GUIA PRÁTICO ILUSTRADO disponível na página da PRAC.

DOCUMENTOS ESSENCIAIS

DOCUMENTO	PARA QUAIS PESSOAS/SITUAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1. FOTO 3X4		
Foto 3x4	Somente do estudante	A foto deve ser atual, nítida, individual colorida e com fundo branco. A foto deve mostrar o rosto inteiro do estudante.
2. COMPROVAÇÃO DE VÍNCULOS ACADÊMICOS		
Histórico Escolar do ensino médio	Somente do estudante	-
Comprovante de Matrícula no curso de graduação	Somente do estudante	-
3. COMPROVAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO		

Documento de identidade	Todas as pessoas do grupo familiar maiores de 18 anos	Como documento de identidade serão aceitos: RG e a Carteira de Habilitação (CNH).
Cadastro de Pessoa Física (CPF)	Todas as pessoas do grupo familiar maiores de 18 anos	Caso o número do CPF conste no documento de identidade ou Carteira de Habilitação (CNH), a apresentação desse documento é facultativa.
Certidão de Nascimento	Todas as pessoas do grupo familiar menores de 18 anos	Caso o menor possua documento de identidade (RG) esse documento substitui a certidão de nascimento
4.COMPROVAÇÃO REFERENTE À COMPOSIÇÃO E/OU VÍNCULOS FAMILIARES		
Termo de Guarda, Tutela ou Curatela.	Caso tenha algum membro do grupo familiar nesta situação	Caso não haja documento expedido oficialmente, apresentar declaração de próprio punho do responsável.
Certidão de óbito	Estudante com pai, mãe e/ou responsáveis falecidos	-
Certidão de casamento ou Declaração de união estável	Todas as pessoas do grupo familiar casadas	Caso não haja documento expedido oficialmente, apresentar declaração conforme modelo disponível no site da PRAC.
Certidão de casamento com averbação / Sentença judicial de Divórcio ou Declaração de separação	Todas as pessoas do grupo familiar divorciadas	Caso o divórcio não tenha sido oficializado, apresentar declaração de separação de próprio punho do responsável

Declaração de independência econômica do estudante.	Estudante que não dependa financeiramente dos pais e comprove possuir renda para autossustento.	Deverá apresentar a declaração conforme modelo disponível no site da PRAC.
Declaração de genitor(a) solo	Estudante com o(a) genitor(a) em estado civil solteir(a), que assumiu (sozinho(a)) a criação dos filhos.	A declaração pode ser assinada pelo(a) responsável.
5. COMPROVAÇÃO DE RENDA DO GRUPO FAMILIAR		
Extrato do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS)	Todas as pessoas do grupo familiar maiores de 18 anos.	O extrato previdenciário está disponível através do link: https://meu.inss.gov.br/central/index.html#/extrato ou nas Agências do INSS.
Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)	Todas as pessoas do grupo familiar maiores de 18 anos, inclusive do estudante , que se encontram nas situações de: desempregados, donas de casa, estudantes sem vínculos empregatícios, trabalhadores domésticos, trabalhadores autônomos/eventuais ou pensionistas.	Apresentar páginas da foto, dos dados pessoais, do último contrato de trabalho assinado e da próxima, em branco. Caso não haja registros, comprovar com as duas primeiras páginas de contrato de trabalho em branco. Caso o documento tenha sido perdido/roubado deverá ser apresentado Boletim de Ocorrência. Caso não possua este documento deverá apresentar declaração de ausência de carteira de trabalho conforme modelo disponível no site da PRAC. Quem possui Carteira digital deve-se realizar o download das páginas indicadas do aplicativo.
	Todas as pessoas do grupo familiar que mantenham vínculo de trabalho estabelecido	-

Cópia de Contrato de trabalho	por contrato seja no setor privado, seja no setor público.	
Declaração de ausência de rendimentos	Todas as pessoas do grupo familiar maiores de 18 anos sem rendimentos, inclusive o estudante.	Documento obrigatório, inclusive, para pessoas com atividades do lar sem rendimentos, desempregados ou pessoas que nunca trabalharam e estudantes maiores de 18 anos sem renda. Modelo disponível no site da PRAC.
Guia de seguro desemprego, comprovando parcelas recebidas nos últimos três meses.	Todas as pessoas do grupo familiar que receberam parcela de seguro desemprego, nos meses citados.	-
Extrato de pagamento de benefício previdenciário, nos últimos três meses.	Todas as pessoas do grupo familiar beneficiários da previdência social, nos meses citados.	Em caso de pensionista deverá apresentar também a CTPS e a auto declaração de desemprego. O extrato previdenciário está disponível através do link: https://meu.inss.gov.br/central/index.html#/extrato . <i>Observação:</i> <i>Não serão aceitos na avaliação socioeconômica comprovantes de SALDO ou SAQUE.</i>
Comprovante de pagamento de aposentadoria privada ou de regimes próprios, nos últimos três meses.	Todas as pessoas do grupo familiar com rendimentos de aposentadoria privada ou de regimes próprios, nos meses citados.	-
Contracheques dos últimos três meses.	Todas as pessoas do grupo familiar que receberam remuneração de trabalho assalariado, nos meses citados.	-
Declaração do empregador	Todas as pessoas do grupo familiar que não possuem	

informando renda bruta dos últimos três meses.	contracheque e que receberam remuneração como trabalhadores domésticos, nos meses citados.	-
Declaração completa (recibo de entrega à RFB + declaração) do Imposto de Renda de Pessoa Física (DIRPF) atualizado.	Todas as pessoas do grupo familiar que realizaram a declaração.	Obrigatória, inclusive, para os casos em que a Declaração de Imposto de Renda não gerou imposto a pagar nem a restituir.
Declaração completa (recibo de entrega à RFB + declaração) de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (DIRPJ)	Todas as pessoas do grupo familiar com Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).	Obrigatória, inclusive, para empresa ativa que está em inatividade. Nesse caso, deverá ser apresentada a declaração de inatividade.
Declaração Atribuída do Simples Nacional-SIMEI atualizada.	Todas as pessoas do grupo familiar optantes pelo SIMPLES.	-
Declaração de rendimentos, informando rendimento bruto médio mensal dos últimos três meses.	Todas as pessoas do grupo familiar que receberam remuneração de trabalho autônomo, microempreendedores (MEI) e/ou eventuais/“bicos” , nos meses citados.	Documento obrigatório para todos os tipos de autônomos, inclusive, microempreendedores (MEI) e para aquele que realiza trabalhos eventuais/“bicos” , conforme modelo disponível no site da PRAC.
Extrato bancários dos últimos três meses.	Todas as pessoas do grupo familiar que são autônomos , proprietário ou sócio proprietário de empresa;	Para as pessoas que não possuem contas bancárias, apresentar a certidão a ser emitida no site https://www3.bcb.gov.br/nadaco_nsta/emitirCertidaoCCS .
Contrato de estágio/bolsa acadêmica ou declaração da instituição de ensino, informando o valor mensal da remuneração.	Todas as pessoas do grupo familiar que recebem remuneração de estágio ou de bolsa acadêmica.	-

Declaração de rendimentos de aluguel, referentes aos últimos três meses.	Todos os imóveis de propriedade dos membros do grupo familiar, além da moradia, que geraram rendimentos de aluguel.	A declaração deve ser assinada pelo proprietário do imóvel.
Declaração de recebimento de pensão alimentícia.	Membros do grupo familiar divorciados/separados. Membros do grupo familiar, com filhos menores de 18 anos ou de 24 anos (se estudantes), cujo pai/mãe do menor não faça parte do grupo familiar.	Para cada um dos membros do grupo familiar na situação descrita deverá ser emitida uma declaração do responsável; Para situações de pensão formal e informal; Para pensões na modalidade de custeio de despesas do dependente reverter tais auxílios em valor monetário; E nas situações em que não receba pensão alimentícia, deverá apresentar declaração de não recebimento de pensão. (Modelos disponíveis no site da PRAC)
Extrato do Programa Auxílio Brasil ou de outros programas de transferência de renda	Para famílias beneficiárias de Programas de transferência de renda.	O Extrato contém nome, especificação do benefício e data de pagamento, diferente do saldo para simples conferência.
Declaração sindicatodos trabalhadores rurais ou pescadores.	Todas as pessoas do grupo familiar que forem agricultores, pescadores ou atividades afins.	No documento deverão constar : nome do proprietário, endereço do imóvel, o que produz e a renda mensal excluído os valores dos programas sociais.
Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) completa e atualizada.	Todas as pessoas do grupo familiar que realizaram a declaração.	A DAP completa contém todos dos dados referentes à atividade e a renda desenvolvidas pela família diferente do extrato da mesma.
Rendimentos de ajuda financeira.	Todas as pessoas do grupo familiar que recebem ajuda financeira de parentes e/ou amigos.	Deve-se apresentar declaração do doador devidamente assinada e contendo o valor monetário da ajuda com a cópia de identificação do doador, conforme modelo disponível no site da PRAC. Essa declaração não deve ser apresentada quando

		for o valor recebido dos genitores ou responsáveis.
6. COMPROVAÇÃO DE ENDEREÇO		
Conta de água ou luz.	Residência do grupo familiar	O documento deve ser o mais recente e conter endereço do imóvel, legível.
Conta de água ou luz.	Residência do estudante	Documento obrigatório somente para o estudante que, no momento, não reside com seu grupo familiar. O documento deve ser o mais recente e conter endereço do imóvel, legível.
7. RELATO FAMILIAR		
Relato Familiar.	Deve ser redigida pelo estudante.	O texto deve indicar os elementos elencados nas orientações disponíveis no site da PRAC.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

1. COMPROVAÇÃO DE PROBLEMAS DE SAÚDE/DEFICIÊNCIA		
Atestado/Laudo do médico atualizado.	Todos do grupo familiar que possuam doença grave, crônica e/ou incapacitante;	Deve constar no documento nome da doença ou CID do integrante do grupo familiar com a assinatura e carimbo com CRM do Médico emitente. Incluem-se também os transtornos mentais.
2. COMPROVAÇÃO DE CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO		
Contrato de locação do imóvel.	Residência do grupo familiar se for alugada.	Caso não haja contrato de aluguel, deverá ser emitida uma declaração do proprietário, informando sobre a locação, com período e valor do aluguel.

		Caso o imóvel seja cedido apresentar a declaração de cessão. (Modelos disponíveis no site da PRAC).
Contrato de locação do imóvel.	Residência do estudante se for alugada.	Documento obrigatório somente para o estudante que, no momento, não reside com seu grupo familiar. Caso não haja contrato de aluguel, deverá ser emitida uma declaração do proprietário, informando sobre a locação, com período e valor do aluguel. Caso o imóvel seja cedido apresentar a declaração de cessão. (Modelos disponíveis no site da PRAC)
Boleto de pagamento do financiamento da casa própria, do último mês.	Residência do grupo familiar, se estiver em financiamento.	-
3. ANEXO		
Outros documentos	-	O estudante deve anexar qualquer documento que considere importante para a avaliação e/ou esclarecimento de sua situação socioeconômica mesmo que não tenha sido requisitado no Edital.

ANEXO II

**ORIENTAÇÕES PARA APROVEITAMENTO DA AVALIAÇÃO
SOCIOECONÔMICA REFERENTE AO EDITAL Nº 01/2020 E ATUALIZAÇÃO
CADASTRAL**

1. Para solicitar **Aproveitamento da Avaliação Socioeconômica**, nos termos do item 1.4, o/a estudante deverá ter tido sua inscrição **DEFERIDA** na seleção regida pelo EditalUFCG/PRAC/CAE nº 001/2020 UFCG/PRAC/CAE.

2. Deverão apresentar os seguintes documentos:

- **Comprovante de Matrícula atualizado;**
- **Documentação de Renda** atualizada, referente a todos os membros do núcleo familiar conforme dispõe o **Item 5 do ANEXO I** deste edital;
- **Relato Familiar:** Elencando todas as informações familiares que sofreram modificações (renda, núcleo familiar, entre outras) durante o último ano e as demais informações requeridas nas “**Orientações para elaboração do Relato Familiar**”, disponibilizado no site da PRAC.

IMPORTANTE: O/A estudante deverá apresentar comprovação de todas as informações que sofreram alterações no último ano e que forem citadas no relato familiar.